



DIÁRIO OFICIAL

PODER LEGISLATIVO

ANO XLIX – VITÓRIA-ES, QUARTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 2015 – Nº 7871 – 102 PÁGINAS

DPL - Editoração, Composição, Diagramação e Arte-Final.

Reprografia: Impressão

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA

MESA DIRETORA

THEODORICO FERRAÇO - DEM
Presidente

ENIVALDO DOS ANJOS - PSD
1º Secretário

CACAU LORENZONI - PP
2º Secretário

LUZIA TOLEDO
1ª Vice-Presidenta

RAQUEL LESSA - SD
3ª Secretária

MARCOS MANSUR - PSDB
2º Vice-Presidente

BRUNO LAMAS - PSB
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

DEM -

PMDB - Guerino Zanon

PT - Nunes

PR - Gilsinho Lopes

PSB - Freitas

PDT - Euclério Sampaio

PSDB - Pr.Marcos Mansur

PV -

PRP - Dary Pagung

PEN - Rafael Favatto

PMN - Janete de Sá

PTC - Eliana Dadalto

PPS - Sandro Locutor

PP - Erick Musso

PSD -

RS - Marcos Bruno

SD - Raquel Lessa

GILDEVAN FERNANDES - PV
Líder do Governo

ERICK MUSSO - PP
Vice-Líder do Governo

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

DEM THEODORICO FERRAÇO.
PMDB GUERINO ZANON, DOUTOR HÉRCULES, LUZIA TOLEDO E MARCELO SANTOS.
PT JOSÉ CARLOS NUNES, PADRE HONÓRIO E RODRIGO COELHO.
PR GILSINHO LOPES.
PSB BRUNO LAMAS E FREITAS.
PDT DA VITÓRIA E EUCLÉRIO SAMPAIO.
PSDB PASTOR MARCOS MANSUR E SERGIO MAJESKI.
PV GILDEVAN FERNANDES.
PRP ALMIR VIEIRA, DARY PAGUNG E HUDSON LEAL.
PEN DOUTOR RAFAEL FAVATTO.
PMN JANETE DE SÁ.
PTC ELIANA DADALTO.
PPS AMARO NETO E SANDRO LOCUTOR.
PP CACAU LORENZONI E ERICK MUSSO.
PSD ENIVALDO DOS ANJOS.
RS MARCOS BRUNO.
SD RAQUEL LESSA.

Esta edição está disponível no site: www.al.es.gov.br

Endereço: Avenida Américo Buaiz – Quadra RC4-B 03 - Enseada do Suá - CEP: 29050-950

Editoração: Simone Silveiras Itala – (027) - 3382-3666 e 3382-3665

e-mail: dpl@al.es.gov.br

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

Presidente: Rodrigo Coelho.

Vice-Presidente: Raquel Lessa.

Efetivos: Eliana Dadalto, Gildevan Fernandes, Janete de Sá, Rafael Favatto e Marcelo Santos.

Suplentes: Nunes, Dary Pagung, Almir Vieira, Luzia Toledo, Euclério Sampaio, Pe. Honório e Amaro Neto.

COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

Presidente: Rafael Favatto.

Vice-Presidente: Erick Musso.

Efetivos: Bruno Lamas, Dary Pagung e Gildevan Fernandes.

Suplentes: Raquel Lessa, Almir Vieira, Euclério Sampaio, Edson Magalhães e Marcelo Santos.

COMISSÃO DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Marcos Bruno.

Vice-Presidente: Da Vitória.

Efetivos: Amaro Neto.

Suplentes: Sergio Majeski, Euclério Sampaio e Rafael Favatto.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Luzia Toledo.

Vice-Presidente: Bruno Lamas.

Efetivos: Rodrigo Coelho, Raquel Lessa e Marcos Bruno.

Suplentes: Gildevan Fernandes, Sergio Majeski, Padre Honório, Edson Magalhães e Gilsinho Lopes.

COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS

Presidente: Nunes.

Vice-Presidente: Padre Honório.

Efetivos: Dary Pagung, Sergio Majeski e Marcos Bruno.

Suplentes: Rodrigo Coelho, Eliana Dadalto, Doutor Hércules e Janete de Sá.

COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO

Presidente: Doutor Hércules.

Vice-Presidente: Almir Vieira.

Efetivos:

Suplentes: Eliana Dadalto, Dary Pagung, Hudson Leal, Amaro Neto e Marcos Bruno.

COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Presidente: Eliana Dadalto.

Vice-Presidente: Padre Honório.

Efetivos: Marcelo Santos.

Suplentes: Rafael Favatto, Rodrigo Coelho e Janete de Sá.

COMISSÃO DE COOPERATIVISMO

Presidente: Marcos Mansur

Vice-Presidente: Hudson Leal

Efetivos: Marcos Mansur, Hudson Leal e Doutor Hércules.

Suplentes: Sergio Majeski, Almir Vieira e Luzia Toledo.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, DE SILVICULTURA, DE AQUICULTURA E PESCA, DE ABASTECIMENTO E DE REFORMA AGRÁRIA

Presidente: Janete de Sá.

Vice-Presidente: Padre Honório

Efetivos: Raquel Lessa, Eliana Dadalto e Freitas

Suplentes: Erick Musso, Nunes, Da Vitória, Sandro Locutor e Marcos Bruno.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE CONTAS

Presidente: Dary Pagung.

Vice-Presidente: Euclério Sampaio.

Efetivos: Hudson Leal, Luzia Toledo, Almir Vieira, Edson Magalhães e Freitas.

Suplentes: Rodrigo Coelho, Raquel Lessa, Erick Musso, Doutor Hércules, Gilsinho Lopes, Da Vitória e Bruno Lamas.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Gilsinho Lopes.

Vice-Presidente: Sandro Locutor.

Efetivos: Pastor Marcus Mansur.

Suplentes: Edson Magalhães, Luzia Toledo e Doutor Hércules.

COMISSÃO DE SEGURANÇA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Presidente: Euclério Sampaio.

Vice-Presidente: Da Vitória.

Efetivos: Almir Vieira, Gildevan Fernandes e Gilsinho Lopes.

Suplentes: Erick Musso, Sandro Locutor, Bruno Lamas, Amaro Neto e Janete de Sá.

COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

Presidente: Amaro Neto.

Vice-Presidente: Nunes

Efetivos: Luzia Toledo.

Suplentes: Dary Pagung, Hudson Leal e Sandro Locutor.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL, BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL, PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS

Presidente: Sergio Majeski.

Vice-Presidente: Nunes.

Efetivos: Pastor Marcos Mansur.

Suplentes: Eliana Dadalto, Almir Vieira e Bruno Lamas.

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, DE MOBILIDADE URBANA E DE LOGÍSTICA

Presidente: Edson Magalhães.

Vice-Presidente: Marcelo Santos.

Efetivos: Amaro Neto, Rodrigo Coelho e Doutor Hércules.

Suplentes: Gildevan Fernandes, Gilsinho Lopes, Luzia Toledo, Padre Honório e Sergio Majeski.

COMISSÃO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS

Presidente: Marcelo Santos.

Vice-Presidente: Gilsinho Lopes.

Efetivos:

Suplentes: Freitas, Raquel Lessa e Sergio Majeski.

DEPUTADO CORREGEDOR-GERAL: Hudson Leal - PRP

DEPUTADO OUVIDOR: Da Vitória - PDT

LIGUE OUVIDORIA: 3382-3846 / 3382-3845 / 99531-9393

e-mail: ouvidoria@al.es.gov.br

PUBLICAÇÃO AUTORIZADA**PODER LEGISLATIVO**ASSEMBLEIA LEGISLATIVADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO EUCLÉRIO SAMPAIO**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114/2015****“Concede título de Cidadão
Espírito-Santense ao Sr. GILSON
FRANCISCO DA SILVA.”****A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO****DECRETA:****Art. 1º** Fica concedido Título de Cidadão
Espírito-Santense ao Sr. *Gilson Francisco da Silva*.**Art. 2º** Este Projeto de Decreto Legislativo
entra em vigor na data da sua publicação.**PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, Sala
das Sessões, em 23 de outubro de 2015.****EUCLÉRIO SAMPAIO
Deputado Estadual - PDT****JUSTIFICATIVA**

Sr. **Gilson Francisco da Silva**, nascido em 05 de janeiro de 1970 na cidade de Quipapá no Estado de Pernambuco, filho de Alice Maria de Araújo Silva e João Francisco da Silva, e pai de dois filhos, Alex Francisco da Silva e Alessandra Batista da Silva, reside há 08 anos no Bairro Gaivotas em Vila Velha/ES, graduando em engenharia civil na faculdade Novo Milênio, ocupa o cargo de Coordenador Operacional na empresa Vital Engenharia Ambiental.

Gilson não mediu esforços para participar do desenvolvimento do município de Vila Velha, cooperando ativamente nos serviços de saneamento básico da cidade através do cargo que ocupa, coordenando esquipes de limpeza em diversos bairros e melhorando a qualidade de vida dos moradores vila velhenses. Os serviços prestados colaboraram com veemência na saúde e bem estar de várias comunidades.

Em concedendo este título ao Sr. **Gilson Francisco da Silva**, estaremos reconhecendo e

retificando o valor já demonstrado pelo homenageado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVADO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO NUNES**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 115/2015****“Concede Título de Cidadão
Espírito-Santense ao Sr. AÉCIO
DARLI DE JESUS LEITE****A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO****DECRETA:****Art. 1º** Fica concedido o Título de Cidadão
Espírito-Santense ao Sr. *Aécio Darli de Jesus Leite*.**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em
vigor na data de sua publicação.**Vitória, 28 de outubro de 2015.****NUNES
Deputado Estadual - PT****JUSTIFICATIVA**

Aécio Leite é o filho mais velho de seu Alfredo e da dona Isná. Aprendeu muito cedo que na vida é preciso ter responsabilidade e respeito com o próximo. Menino pobre nasceu em uma família unida e cristã. Ainda criança vendeu picolé nas ruas para ajudar aos pais em casa no sustento dos quatro irmãos: Bernadete, Natalino, Nilza e José Roberto. Aécio Leite tem dois filhos e uma filha: Gleisson, Vinícius e Gláucia, além das netas Sophia e Izabelle.

Aos 18 anos foi trabalhar no canteiro de obras, e logo cedo manifestou o espírito de liderança, quando atuou nas greves gerais. Eram tempos difíceis. Encontrou apoio de sua luta na Pastoral Operária da Igreja Católica. E assim, Aécio Leite se tornou diretor do Sindicato da Construção Civil - SINTRACONST - e com muita luta ajudou na criação da FETRACONMAG, que hoje reúne seis sindicatos de trabalhadores do Mármore, da Cal, Cerâmica e Gesso e o Sindicato da Construção Civil de Linhares, Cachoeiro, São Mateus e Vitória, com mais de 150 mil trabalhadores, e se tornou o primeiro presidente eleito desta entidade. Após 3 anos de muito trabalho e enfrentamentos foi reeleito para mais um mandato. Aécio Leite é também secretário de Comunicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Brasil.

Viajou até à Itália para conhecer a realidade dos trabalhadores da construção civil daquele País e trouxe grandes experiências. Esteve à frente de grandes debates como “Trabalho Decente” nas grandes obras da Copa do Mundo de 2014 com a Presidenta Dilma Rousseff.

Por três vezes, Aécio Leite foi eleito presidente da Associação de Moradores de Laranjeiras Velha, onde conseguiu várias melhorias para o bairro.

Agora, em sua primeira candidatura, Aécio Leite foi eleito Vereador para o exercício de 2013 a 2016 com 2.699 votos, sendo o quinto mais bem votado e seu mandato estará sempre à disposição das Comunidades da Serra e da Classe Operária, pois somente quem conhece de perto a luta de quem mais precisa pode propor leis para beneficiar aos mais necessitados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO SERGIO MAJESKI

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01/2015 AO PL
Nº 174/2015**

**SUBSTITUI O PROJETO
DE LEI 174/2015.**

**EMENTA: DISPÕE SOBRE A
PRÁTICA DO REUSO DE
EFLUENTES DAS ESTAÇÕES
DE TRATAMENTO DE ESGOTO
- ETE'S, PARA FINS
INDUSTRIAIS.**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prática do reuso de efluentes das estações de tratamento de esgoto - ETE's, para fins industriais.

Parágrafo único. A prática do reuso de efluentes consiste em minimizar a utilização de água potável nos processos industriais que não requerem potabilidade.

Art. 2º O método viável para a utilização do efluente tratado será avaliado através de estudos especializados.

Art. 3º Para a efetiva execução da referida prática, poderá ser criadas parcerias com empresas públicas e privadas classificadas de grande porte e potencialmente poluidoras, conforme enquadramento estabelecido na Instrução Normativa nº 10, de 28.12.2010 do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA.

Art. 4º As licenças ambientais das empresas de grande porte e potencialmente poluidoras, desde que haja disponibilidade de efluentes de ETE's,

conterão condicionantes que obriguem a utilização de água de reuso.

Art. 5º mecanismos de estímulo para que as empresas públicas e privadas invistam na implementação da prática criada por esta Lei poderão ser estabelecidos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO MAJESKI
Deputado Estadual - PSDB

PODER EXECUTIVO

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM Nº 279/2015

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia
Legislativa**
Deputado Theodorico de Assis Ferraço

Encaminho ao exame dessa Casa de Leis o incluso Projeto de Lei denomina “*Rota do Conilon Dario Martinelli*” a Rodovia Estadual que liga o Município de Vila Valério ao Distrito de São Jorge de Tiradentes, no Município de Rio Bananal, neste Estado.

Vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, Prefeito por dois mandatos, Deputado Estadual e, sobretudo, um dos grandes responsáveis pela revolução da cultura do café conilon em nosso Estado, Dário Martinelli, falecido aos 82 anos, foi uma figura pública exemplar, visionária e engajada com os temas de sua terra. Polivalente, foi líder habilidoso na representação do agricultor capixaba e, ao mesmo tempo, um político experiente, sensível às necessidades do exercício da boa política.

Homenageá-lo - acrescentando seu nome justamente à Rodovia que hoje já se chama “Rota do Conilon” - significa homenagear a esperança de que exemplos como o seu prosperem no consciente do povo capixaba, e reforçar a simbiose entre nosso povo e nossa terra.

Dessa forma, espero, Senhor Presidente, a acolhida necessária à proposta vertente, que segue acompanhada de correlata documentação para instruir a matéria.

Vitória, 27 de outubro de 2015.

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
GOVERNADOR DO ESTADO

PROJETO DE LEI Nº 447/2015

Denomina Rota do Conilon Dario Martinelli a Rodovia Estadual que liga o Município de Vila Valério ao Distrito de São Jorge de Tiradentes, no Município de Rio Bananal, neste Estado.

Art. 1º Fica denominada Rota do Conilon Dario Martinelli a Rodovia Estadual que liga o Município de Vila Valério ao Distrito de São Jorge de Tiradentes, no Município de Rio Bananal, neste Estado.

Art. 2º Fica revogada a Lei Ordinária 8.892 de 19 de junho de 2008.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**ATOS DA MESA DIRETORA****ATO Nº 1906**

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, a pedido, na forma do artigo 61, § 2º, alínea “b”, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **IZABEL ALVES DE MENDONÇA**, do cargo em comissão de Técnico Júnior de Gabinete de Representação Parlamentar, código **TJGRP**, do gabinete do Deputado Sergio Majeski, a partir de **05/11/2015**.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1907

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, na forma do artigo 61, § 2º, alínea “a”, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ARTHUR SILVA GOMES**, do cargo em comissão de Técnico Sênior de Gabinete de Representação Parlamentar, código **TSGRP**, do gabinete do Deputado Dary Pagung, por solicitação do próprio Deputado, contida no processo nº **154098/2015**.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1908

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve:

EXONERAR, na forma do artigo 61, § 2º, alínea “a”, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **JOSÉ ANTONIO MELO SOARES**, do cargo em comissão de Supervisor-Geral de Gabinete de Representação Parlamentar, código **SGGRP**, do gabinete do Deputado Dary Pagung, por solicitação do próprio Deputado, contida no processo nº **154099/2015**.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1909

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **JOSÉ ANTONIO MELO SOARES**, para exercer o cargo em comissão de Técnico Sênior de Gabinete de Representação Parlamentar, código **TSGRP**, no gabinete do Deputado Dary Pagung, por solicitação do próprio Deputado, contida no processo nº **154099/2015**.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em
03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1910

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais, resolve:

NOMEAR, na forma do artigo 12, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **ARTHUR SILVA GOMES**, para exercer o cargo em comissão de Supervisor-Geral de Gabinete de Representação Parlamentar, código **SGGRP**, no gabinete do Deputado Dary Pagung, por solicitação do próprio Deputado, contida no processo nº **154098/2015**.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em
03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1911

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais e conforme o que consta no processo administrativo nº 944316, resolve:

CONCEDER, de acordo com os artigos 108 e 118 da Lei Complementar nº 46/94, **FÉRIAS-PRÊMIO a partir de 03/11/2015**, referente ao decênio de 09/01/2003 a 05/01/2013 à servidora **ANGELA XIMENES ARAGÃO**, matrícula **201159**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo Júnior - **ETLJ** da Secretaria da Assembleia Legislativa.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em
03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1912

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, por mais 30 (trinta) dias, na forma do artigo 249, § 1º, da Lei Complementar nº 46/94, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância instituída pelo Ato nº 1377, publicado no Diário do Poder Legislativo do dia 14/07/2015, referente ao Processo Administrativo nº 151650/2015.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em
03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ATO Nº 1913

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por cento e vinte dias o prazo previsto no artigo 4º do Ato nº 1748, publicado no Diário do Poder Legislativo em 1º.10.2015, a fim de que a comissão destinada a analisar a atual estrutura e o funcionamento do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Parlamentar possa receber sugestões dos Deputados Estaduais ou de seus representantes, credenciados para este fim.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em
03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1º Secretário
CACAU LORENZONI
2º Secretário

ERRATA

No Ato nº 1893 de 26/10/2015, publicado em 27/10/2015, em nome do servidor **JORGE FRANCISCO DE OLIVEIRA**, onde se lê:

“(…) Consultor Parlamentar Temático - ECPT (…)”

Leia-se:

“(…) Consultor (…)”

PALÁCIO DOMINGOS MARTINS, em 03 de novembro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente

ENIVALDO DOS ANJOS

1º Secretário

CACAU LORENZONI

2º Secretário

ATOS DA SUBDIRETORA-GERAL

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE CESSÃO Nº 053/2015 - EXTERNO

A Subdireção Geral da Secretaria - Setor de Contratos e Convênios da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo em atendimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, torna pública a celebração do Convênio, conforme descrito abaixo:

CEDENTE: MUNICÍPIO DE CARIACICA.

CESSIONÁRIA: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo é acrescer a cláusula de Reembolso/Ressarcimento ao referido Convênio.

VIGÊNCIA: O Termo Aditivo ao Convênio de Cessão terá início na data da sua assinatura.

PROCESSO: 150047

Secretaria da Assembleia Legislativa, em 29 de outubro de 2015.

INGRID DE OLIVEIRA SOARES
Subdiretora-Geral da Secretaria

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 056/2015
Processo nº 151452/2015

A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público que realizará Licitação, sob a modalidade de “PREGÃO ELETRÔNICO”, de acordo com as Leis 8.666/93 e 10.520/02 e suas alterações, por meio de Sistema Eletrônico, para **AQUISIÇÃO DE 30 MICROFONES CONDENSADOR GOOSENECK COM BASE MÓVEL**, conforme especificação contida no Anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas até:

16/11/2015 às 14:00h.

Abertura das Propostas:

16/11/2015 às 14:00h.

Início da Sessão de Disputa:

16/11/2015 às 16:00h.

O Edital estará disponível no site:

www.al.es.gov.br links: “Transparência no Legislativo”, “Licitações”, “Pregão Eletrônico” ou www.licitacoes-e.com.br.

Maiores informações através do e-mail: scl@al.es.gov.br ou pelo Tel/Fax: (27) 3382-3874.

Vitória/ES, 03 de novembro de 2015.

INGRID DE OLIVEIRA SOARES
Subdiretora-Geral da Secretaria

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

PROGRAMAÇÃO
TV ALES

TVALES

• QUARTA-FEIRA - 04.11.15 •

HORA	PROGRAMAS	SINOPSES
07h00	STJ: DIREITO MEU DIREITO S	Na edição desta semana, o programa vai mostrar como a lei de Acesso à Informação facilita e melhora a qualidade de vida da população. Direito de Herança, entenda como é feita a meação, a partilha de bens e o inventário. Saiba o que fazer para evitar problemas com os vizinhos. E ainda, saiba de

		quem é a responsabilidade quando um carro é furtado dentro de um estacionamento gratuito.
07h30	FIOCRUZ – CIÊNCIA E LETRAS	O programa discute o tema: Discriminação e saúde.
08h00	TSE: BRASIL ELEITOR	Acompanhe a terceira reportagem da série que conta a história dos partidos políticos no Brasil. A fim de atender com mais eficiência os eleitores surdos, o TRE de Alagoas oferece curso de libras para os servidores. E ainda, entenda as atribuições dos vereadores.
08h30	REPORTAGEM ESPECIAL	Saiba mais sobre a história política do espírito santo, com a reportagem especial: Arquivos da ditadura.
08h45	PANORAMA	Telejornal com as atividades do Legislativo estadual.
09h00	SESSÃO ORDINÁRIA (V)	Acompanhe os trabalhos do Legislativo capixaba.
12h00	INTER-SESSÃO (V)	Acompanhe os trabalhos do Legislativo capixaba.
12h15	AÇÃO PARLAMENTAR	O som da terra recebe a cantora de música brasileira, que dá um enfoque especial ao samba, Dorkas Nunes.
13h00	UM DEDO DE PROSA	A história do Restaurante São Pedro, localizado na Praia do Suá, ganhou as páginas de um livro. A obra "Restaurante São Pedro" conta a história de 60 anos de tradição em moqueca, cultura gastronômica típica do Espírito Santo. Por meio de fotografias e entrevistas, a jornalista Andréia Curry volta ao passado para contar como o restaurante de seus avós se tornou uma referência quando o assunto é moqueca capixaba.
13h30	OPINIÃO	Professora de Direito Previdenciário, Angélica Curry, explica as mudanças em programas sociais anunciados pela presidente Dilma, entre eles o seguro desemprego, pensão por morte e abono do PIS-PASEP.
14h00	COMISSÃO DE FINANÇAS (V)	Audiência pública para apresentação do PPA 2016/2019 e LOA 2016 para as microrregiões: Caparaó, Central Sul, Nordeste, Noroeste, Centro Oeste, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Metropolitana, Litoral Sul E Rio Doce.
17h00	COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA	Reunião ordinária.
18h15	AÇÃO PARLAMENTAR	Deputado Sandro Locutor (PPS) fala sobre o trabalho à frente da União Nacional de Legisladores e Legislativos (Unale). Entre outros temas, opina sobre o regime diferenciado de contratações públicas e destaca a criação de uma nova CPI na Ales.
19h00	SESSÃO SOLENE (V)	Em homenagem aos Cerimonialistas.
22h00	PANORAMA	Telejornal com as atividades do Legislativo estadual.
22h15	MP COM VOCÊ	O programa recebe a promotora de Justiça Andrea Teixeira de Souza, dirigente do Centro de Apoio da Infância e da Juventude do Ministério Público do Espírito Santo (MPES). Ela esclarece como funciona a adoção de crianças e adolescentes no Brasil.
22h45	OPINIÃO	Professora de Direito Previdenciário, Angélica Curry, explica as mudanças em programas sociais anunciados pela presidente Dilma, entre eles o seguro desemprego, pensão por morte e abono do PIS-PASEP.
23h15	PERSONALIDADES	Saiba mais sobre a vida e a carreira do fotógrafo Humberto Capai.
23h45	MEMÓRIAS DA DEMOCRACIA	O ministro Nelson Jobim, que presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2001 a 2003, fala sobre os desafios enfrentados pela urna eletrônica, em uma época em que a grande discussão era a segurança do novo equipamento.
00h15	TV CÂMARA – MEMÓRIA POLÍTICA	O ex governador do Pará, ex ministro e ex senador, Jarbas Passarinho conta passo a passo a história da conspiração que resultou no Golpe de 64. Justifica o papel dos militares e culpa os radicais da esquerda pela guerra suja da repressão política. Em depoimento ao Programa Memória Política, Jarbas Passarinho comenta, sob a ótica de quem viveu e conviveu com o poder durante toda a vida, sobre os principais fatos de nossa história política.

Legenda: (R) - REPRISE; (V) - AO VIVO

OBS.: A programação da TV ALES pode sofrer alterações em função dos trabalhos legislativos.

ATAS DAS SESSÕES E DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES

**TRIGÉSIMA SEXTA SESSÃO SOLENE
DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA, DA DÉCIMA OITAVA
LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE
OUTUBRO DE 2015.**

**ÀS DEZENOVE HORAS E QUARENTA
MINUTOS, O SENHOR DEPUTADO DOUTOR
HÉRCULES OCUPA A CADEIRA DA
PRESIDÊNCIA.**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) - Senhoras e Senhores, Senhores Deputados presentes, público presente, autoridades presentes, telespectadores da TV Ales, boa-noite!

É com satisfação que a Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo recebe todos para a sessão solene em homenagem *Dia do Médico*.

Quando nascemos recebemos diferentes missões, a sua missão é de salvar vidas. Pelo talento de suas mãos transforma todo homem em bonança. Sua alma não se contém diante do desespero de uma criança ou de um idoso. Por isso, você vai operando milagres, trazendo esperança a corações desesperançados.

Falar do seu ofício de médico não é fácil. Existem muitas dificuldades e seu trabalho é incansável. Sabemos que você o faz por amor ao ser humano, altruísta sempre. Não há tempo nem momento para fazer o bem. Por isso, devemos a você nossa saúde. Você não escolhe dia para exercer a sua profissão. Para você, todo dia é dia de salvar vidas. Por isso, seremos sempre gratos e rendemos nossas homenagens. *Feliz Dia do Médico!*

Já se encontra à Mesa, o proponente desta sessão, Senhor Deputado Doutor Hércules, presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, a quem peço que o saudem com uma salva de palmas! (Palmas)

Convidamos a tomar assento à Mesa a Senhora Deputada Raquel Lessa e o Senhor Deputado Hudson Leal, médico homenageado de hoje. (Palmas)

(Tomam assento à Mesa as referidas autoridades)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) - O Senhor Deputado Doutor Hércules fará a abertura dos trabalhos, conforme é regimental.

O SR. PRESIDENTE – (DOUTOR HÉRCULES – PMDB) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão e solicito à Senhora Deputada Raquel Lessa que proceda à leitura de um versículo da Bíblia.

(A Senhora Deputada Raquel Lessa lê Lucas, 05: 31)

O SR. PRESIDENTE – (DOUTOR HÉRCULES – PMDB) – Dispensou a leitura da ata da sessão anterior e informo aos Senhores Deputados e demais presentes que esta sessão é solene, em comemoração ao *Dia do Médico*, conforme requerimento de minha autoria, aprovado em Plenário.

Passo a palavra ao cerimonialista.

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – É convidado a compor a Mesa o Senhor Deputado Federal Lelo Coimbra, também médico, homenageado da noite de hoje; o doutor Carlos Magno Pretti Dalapicola, representante do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo; o doutor Rodrigo da Rocha Rodrigues, representante da Abrages – Agência Brasileira de Gestão Social e Tecnologia; o doutor Márcio de Oliveira Almeida, presidente da Unimed-Vitória; o doutor Carlos Alberto Gomes dos Santos, presidente da Associação Médica do Estado do Espírito Santo; a doutora Clenir Sani Avanza, representando a Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB; o senhor Flávio Takemi Kataoca, diretor da Emescam; e o doutor Luiz Buaiz. **(Pausa)**

(Tomam assento à Mesa os referidos convidados)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional e o do Espírito Santo. **(Pausa)**

(É executado o Hino Nacional e o do Espírito Santo)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Neste momento fará uso da palavra o Senhor Deputado Doutor Hércules, proponente desta sessão e presidente da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE – (DOUTOR HÉRCULES – PMDB) – Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Hudson Leal. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE – (HUDSON LEAL – PRP) – Assumo a presidência dos trabalhos e concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Hércules.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB – Sem revisão do orador) – Quantos homenageados! Ser comendador não é fácil, os senhores *ralaram* um bocado para serem comendadores. O senhor Lelo Coimbra, por exemplo, é ex-deputado estadual e atual

deputado federal e não tinha sido comendador, mas a partir de hoje será.

Agradeço a presença da Senhora Deputada Raquel Lessa, companheira que tem desempenhado um mandato importante com dedicação, seriedade, equilíbrio e muita inteligência; do Senhor Deputado Hudson Leal, colega médico também; do senhor Lelo Coimbra que tem nos representado bem em Brasília; do doutor Carlos Magno Dalapicola, que sempre está na batalha em favor da categoria da saúde, especialmente a categoria médica; do doutor Rodrigo da Rocha Rodrigues, representando a Abrages – Agência Brasileira de Gestão Social e Tecnológica; do doutor Márcio de Oliveira Almeida, sempre batalhador para melhorar a qualidade de serviço oferecido pela nossa cooperativa; do doutor Carlos Alberto Gomes dos Santos, presidente da Associação Médica do Espírito Santo; da advogada Clenir Sani Avanza, diretora médica da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB/ES, nossa colega, e do doutor Flávio Kataoca, diretor da Emescam, onde eu estudei, me formei e meu filho também. Tenho muito orgulho do nosso sangue verde.

E deixei por último de propósito como sempre faço, doutor Luiz Buaiz. Está aqui nosso professor e nosso mestre. Uma salva de palmas para o doutor Luiz Buaiz, com noventa e quatro anos, e não deixa de ser médico. Na última sessão em que foi homenageado nesta Casa falaram que ele era o mais velho e não posso repetir o que ele falou perto de mim, com quem estava na tribuna. *O mais velho é...* então, ele realmente tem um pouco mais de idade que nós. **(Palmas)**

Gostaria que meus colegas lessem este: *Viver Vale a Pena*, do Doutor Ivo Pitanguí. Vou tentar ler um trecho:

*Certa vez mamãe me perguntou:
-Você sabe qual é a teoria do pintor Fernand Léger sobre o prazer de viver? É simples: Só há felicidade no trabalho. A vida não pode ser dissociada do esforço da criação. Somente em seu metiê o homem pode desabrochar.
Aquilo me fez refletir, pois eu via meu pai sair de manhã para trabalhar, alegre e entusiasmado. À noite, chegava em casa abatido de tanto cansaço, o que não o impedia de se levantar bem disposto e motivado no dia seguinte, e assim todos os dias. Perguntei, então, à minha mãe o que meu pai fazia durante o dia todo, enquanto estava na rua. Ela respondeu:
Seu pai é médico, cuida das pessoas que estão doentes e as ajuda a ficarem boas novamente.
Essa frase plantou uma semente*

dentro de mim.

Isso quem está falando é o professor Pitanguí. *Viver Vale a Pena* *perpassa valores, emoções, experiências de vida, aprendizagem, aperfeiçoamento de toda a sua arte, a solidariedade pela dor, rastreia a gênese do autor assim como a matéria que forjou o seu caráter.* Nélide Piñon. Ela escreveu na contracapa do livro de Pitanguí.

O médico que ler esse livro vai refletir e ver realmente como é bom ser médico. Desde 2007, no meu primeiro mandato nesta Casa de Leis... desculpe-me falar na primeira pessoa, mas tenho muito orgulho de promover esta sessão solene em homenagem aos colegas médicos.

Lembro-me de ter falado da Andressa. Cadê a Andressa? Eu a convidei para a Mesa, mas ela não veio. A Andressa estava ali. **(Pausa)**

Sou médico e sempre serei médico. Estou deputado, mas meu mandato tem dia e hora para terminar. Já médico, se Deus quiser, serei até morrer. Não é, Doutor Luiz Buaiz? Nunca deixamos de ser médico. É assim o médico. Sempre tive o sonho de ser médico. Entrei na Santa Casa de Cachoeiro como auxiliar de serviços gerais, Sérgio Damiao; lavava chão e banheiro no hospital. Já contei essa história e não tenho vergonha de dizer isso. Tenho orgulho porque saí daquele hospital como advogado, médico e diretor. Vinte anos depois! Ser médico é, literalmente, tornar a vida do outro melhor.

Pesquisas dos últimos anos revelam que a credibilidade da categoria médica brasileira é muito boa. Pesquisa do Conselho Federal de Medicina apontou que, para cinquenta e sete por cento dos brasileiros, o atendimento prestado pelo seu médico é avaliado como excelente e muito bom. A medicina está classificada na terceira posição do *ranking* das categorias com melhor índice de credibilidade no mundo, atrás apenas dos bombeiros e dos carteiros.

Em um país em que mais de cento e cinquenta milhões de brasileiros dependem do SUS para obter assistência médica, é indispensável que a sociedade brasileira debata o tema sobre o subfinanciamento da saúde pública.

Isso, Lelo Coimbra, tenho que lembrar, porque cento e setenta e um bilhões de reais nos últimos doze anos ficaram em Brasília, porque os governantes não tiveram competência de aproveitarem esse dinheiro. Cento e setenta e um bilhões é o dado que temos do Conselho Federal de Medicina.

Segundo dados do IBGE, investem-se trezentos e oitenta e cinco dólares, cerca de setenta e oito reais anuais per capita em saúde pública, o que leva o Brasil ocupar a septuagésima sexta posição no *ranking* mundial de investimento na saúde, perdendo para quase todos os países da América Latina e para cinquenta por cento dos países africanos.

Na verdade, lutamos pela aprovação da PEC 29, Lelo Coimbra ajudou muito e também os colegas,

que era um sonho de todo brasileiro, que destinava dez por cento da receita para a saúde pública. Infelizmente ela não prosperou.

Ficamos muito tristes assistindo a alguns acordos em Brasília - naturalmente, o Lelo Coimbra está totalmente à parte disso – acordo com gente que deveria estar na cadeia e está comandando o país, especialmente a nossa saúde pública.

Parabéns a todos os médicos!

*Ser Médico...
dar de si profundamente
sentir a dor do doente
compreender a sua sorte
é se doar por inteiro.
é romper o nevoeiro
que separa vida e morte*

*Ser Médico...
uma vida a dar vidas
a palavra que conforta
o olhar compadecido
ele é sempre o amigo
que ao bater lhe abre a porta
Ser Médico...
é infundir confiança
ao velho, ao jovem, à criança.
é ser de Deus o instrumento
dando alívio à dor alheia
tecer fibra a fibra uma teia
seguindo o seu juramento*

*Ser Médico...
é ter na mão a leveza
agir com delicadeza
é ver em cada criatura
o pai, a mãe, o filho, o parente
para que seu trabalho apresente
o dom verdadeiro da cura.*

*Ser Médico...
é empreender com carinho
conhecer e traçar seu caminho
sem jamais pensar no tédio
comprimidos não resolvem
nem diplomas se devolvem
é uma paixão sem remédio!!!*

Poesia de autoria da doutora Murita da Cruz Rios Sampaio, em homenagem ao *Dia do Médico*. Parabéns a todos os médicos. Muito obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – É convidado a fazer uso da palavra o Doutor Carlos Magno Dalapicola, representante do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo.

O SR. CARLOS MAGNO DALAPICOLA

– **(Sem revisão do orador)** – Inicialmente agradeço ao Senhor Deputado Doutor Hércules a homenagem que todo ano tem feito aos médicos do estado do Espírito Santo e aos homenageados que receberão a comenda. A minha eu recebi e está guardada com muito carinho, Deputado Doutor Hércules. Agradeço sempre a homenagem que V. Ex.^a faz a todos os médicos. Agradeço aos políticos presentes, Deputados Lelo Coimbra e Hudson Leal, e também a homenagem aos médicos presentes.

Queria também representar a Associação Médica na pessoa do Carlos Alberto Gomes dos Santos; o doutor Otto Fernando Baptista na sua ausência, representando o Sindicato dos Médicos e a Fenam; e o doutor Márcio Almeida também que nos concedeu a honra de estar representando a presidência da Unimed de Vitória.

O que falarei será simples para não atrasar a cerimônia. É sempre orgulho estar presente e no meio dos médicos. O conselho apesar da sua função judicante e que, às vezes, é antipática, tem que entender a nossa necessidade e a nossa prerrogativa de ter essa atividade. Também quero dizer o quanto batalhamos e continuamos batalhando para fazer da medicina do estado e da medicina do Brasil uma medicina diferenciada, apesar de todas as dificuldades que temos. Não é só, às vezes, a capacidade que faz com que façamos uma boa ou má medicina, mas, principalmente, o bom senso e a humildade de atender os nossos pacientes.

Se você médico tiver a humildade e um pouco de bom senso, pode ter certeza de que o paciente sempre ficará ao nosso lado. Quando pecamos e não fazemos isso, não damos atenção necessária ao paciente, começamos a ter a possibilidade de incorrer em uma relação conflituosa e que gerará uma possível denúncia ao conselho. Aí entra o nosso papel que, às vezes, é antipático.

O conselho que posso dar aos jovens, pois aos antigos não dou conselho, recebo conselhos, e há vários antigos presentes e que foram meus professores, doutor Ronaldo Guerra, doutor Luiz Buaz e vários outros, o colega do Dório Silva, o Carlos Alberto Rios Cavalcanti, Carlinhos; e o colega Guilherme Coutinho de Oliveira, do HPM, que está presente também. Então, o conselho é que não apareçam no Conselho Regional de Medicina. Façam uma boa medicina dentro do seu conhecimento e do bom senso, que assim evitaremos complicações.

Citarei um fato que acho muito importante e quero agradecer a uma pessoa que está presente, doutor Luiz Buaz. Talvez ele não saiba, mas foi o responsável pelo meu primeiro emprego quando cheguei da residência em Vitória. Um detalhe, meu sobrenome é Pretti e na época tinha a Arena e MDB, a Arena tinha perdido e o vice-governador era Pretti. Para eu conseguir um emprego no estado foi difícil, ou seja, não consegui pelo meu sobrenome Pretti. Só fui entrar no estado com o concurso público. Às vezes, a política nos coloca em situações críticas, mas

se perseverarmos e por mérito próprio, conseguiremos chegar lá.

Doutor Hércules, mais uma vez muito obrigado. Senhores homenageados, vocês merecem estar aqui e, nos anos seguintes, quiçá teremos outros colegas recebendo essa merecida homenagem. Obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Neste momento, é convidado a fazer uso da palavra o doutor Luiz Buaziz.

O SR. LUIZ BUAIZ – (Sem revisão do orador) – Todos conhecem a história de vida do Doutor Hércules. Parabenizo S. Ex.^a e em seu nome, parabenizo e cumprimento a Mesa composta por tão importantes e ilustres pessoas.

Sou um sobrevivente sim, de uma geração que viveu uma boa medicina. Sobrevivi a uma suspeita de câncer em 1956. Em 9 de maio de 1962, para ajudar o médico Leonardo Guarçoni a participar, para ser empregado do Sandu, acabei perdendo um avião que vinha do Rio para Vitória. Esse avião caiu aqui e morreram diversas pessoas importantes, inclusive componentes da sociedade brasileira e capixaba. Venci tudo isso e nunca discuti os desígnios de Deus.

Abandonei a medicina por várias razões, o que me impediu de exercer aquilo que eu mais queria, que amo, que faço e fiz com dedicação e amor, que é ser médico. Vivi um período excelente de pessoas que simbolizam hoje e deram nome a hospitais importantes desta cidade.

Ser médico é ter amor, carinho, ternura. Vivi um período excelente. Quando vejo uma Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, secular, demitir um mil e quatrocentas pessoas, inclusive médico, porque acumularam uma dívida de oitocentos milhões, fico profundamente triste e desolado, porque estagiei no Pavilhão São Miguel, e a Enfermaria 13 era comandada por um ilustre médico capixaba, Darcy Monteiro.

Vivi esses períodos todos. Acompanhei pessoas ilustres. Sinto que às vezes falam Hucam e não Hospital Cassiano Antônio de Moraes, um ilustre colega que morreu prematuramente.

Ser médico é uma profissão sublime, quase divina, aquela que mais se aproxima de Deus, porque preserva e conversa a vida. Deus nos deu vida e nos tira a vida, mesmo quando nós fazemos todos os esforços para preservar a nossa vida. Ser médico é ser importante. A medicina, mais do que uma profissão, representa uma vocação. É uma vocação sublime, quase que divina, que se aproxima muito de Deus, porque cuidamos da vida.

Quero finalizar lembrando São Paulo: Combati o bom combate, encerrei a carreira, guardei a fé, mas se tivesse conquistado o mundo todo e não tivesse tido caridade, de nada me valeria. Muito obrigado a vocês. **(Muito bem!) (Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS

TRISTÃO) – É convidado a fazer uso da palavra o Senhor Deputado Hudson Leal, médico, também homenageado desta noite.

O SR. HUDSON LEAL - (PRP – Sem revisão do orador) – Cumprimento o Senhor Deputado Doutor Hércules, proponente da sessão, os doutores Flávio Kataoka, Carlos Alberto, Márcio Almeida, Carlos Magno, a Senhora Deputada Raquel Lessa, o Deputado e médico Lelo Coimbra, o doutor Rodrigo da Rocha Rodrigues, a doutora Clenir Sani Avanza e o doutor Luiz Buaziz.

Sou um dos homenageados, Senhor Deputado Doutor Hércules, e estou muito feliz e emocionado. Sou médico e gostaria de falar um pouco para os colegas médicos. Estamos vivendo um momento de crise moral no Brasil. Ontem foi o *Dia do Médico* e me preparei para mostrar os *slides*, mas pediram para não mostrar.

Não temos muito para comemorar esse instante, principalmente a saúde e nós médicos. Nós, os médicos, viramos bode expiatório de um governo. Todos os que estão me ouvindo sabem o que está acontecendo no País, Senhor Deputado Lelo Coimbra. Então, não temos muito que comemorar.

Mas gostaria de deixar uma mensagem para os colegas nossos que estão nos ouvindo por meio da TV Ales, alguns já me passaram uma mensagem que estão assistindo a esta sessão. Parabéns àqueles que nunca param de estudar, abrem mão de ficar com suas famílias em momentos importantes, para garantir que outros possam voltar para suas casas; arriscam suas vidas entrando em contato com doenças contagiosas. Quantos colegas, filhos de colegas que vimos partir por causa de doenças ou em sistema de transporte de risco, ambulância, helicóptero, para tentar salvar o próximo!

Vivemos intensamente a árvore da vida estando ao lado de quem nasce e de quem morre. Engajamos socialmente para tentar melhorar o mundo. Transmitimos conhecimento – estou vendo alguns professores, doutor Guerra, doutor Hildegardo Rodrigues – para que o ciclo de aperfeiçoamento nunca termine. Nunca vi um colega médico negar seu conhecimento para outro colega. Até hoje, nos vinte e cinco anos de formado, nunca vi. Isso é característico do médico.

Tenho muito orgulho da nossa profissão. Parabéns aos colegas e futuros colegas pelo *Dia do Médico*. Obrigado a todos. **(Muito bem!) (Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convidamos para fazer uso da palavra a doutora Clenir Sani Avanza, representante da Comissão de Direito Médico e da Saúde da OAB do Espírito Santo.

A SR.^a CLENIR SANI AVANZA – (Sem revisão da oradora) – Cumprimento os componentes da Mesa em nome do Deputado que a preside, Doutor Hércules, médico e nosso

companheiro na OAB, advogado também, e que todo ano faz esta sessão. Cumprimento o Deputado Hudson Leal, também médico, e em seu nome os demais médicos que compõem a Mesa. Cumprimento o Deputado Federal Lelo Coimbra, futuro prefeito de Vitória; todos os médicos presentes de uma forma muito especial e carinhosa, trazendo para os senhores o cumprimento da OAB Espírito Santo, da nossa Comissão de Direito Médico e da Saúde.

A mensagem que trago aos senhores não é minha, mas da nossa Comissão de Direito Médico e da Saúde. Também tenho o privilégio de coordenar a primeira pós-graduação em direito médico e da saúde da Emescam, da nossa escola de medicina daqui. A reclamação é recorrente. O aumento da judicialização se espalha em todo o país. Eu me aproximei do doutor Márcio e ele, imediatamente, fez uma reclamação, justa reclamação.

Nesta semana recebemos uma notícia que muito nos abalou, não somente os médicos, mas também os advogados, que foi a decisão proferida pelo ministro Fachin, do STF. Um absurdo aquilo. Não se pode administrar a saúde no bico da caneta, de forma alguma. Por outro lado, senhores, há fatos que concorrem grandemente para o aumento dos casos de judicialização que não podemos ignorar, Deputado Lelo Coimbra. As péssimas condições a que os profissionais médicos são submetidos neste país, a longa jornada de trabalho, os honorários recebidos pelos médicos pagos pelo Sistema Único de Saúde, que fazem com que eles trabalhem jornadas absurdas. Isso faz com que a qualidade no serviço médico caia, e muitas vezes os profissionais respondem por essa péssima gestão.

Tudo isso tem que ser levado em consideração porque precisamos pensar em algo que todos nós protegemos, algo que a nossa Constituição consagra, que é o direito à vida. A vida é tutelada pelo Poder Judiciário, pelo Estado brasileiro, pela nossa Constituição Federal. Mas quem preserva a vida, quem faz com que tenhamos saúde e qualidade de vida são os senhores.

Então, esse profissional, Deputado, deveria ser visto com todo cuidado. Não poderia ter uma jornada além da sua capacidade, e não poderia ter, de forma nenhuma, uma remuneração que não atendessemos dignamente aos milhares de dias de estudos e aperfeiçoamento, porque nenhum médico pode parar de estudar, e isso precisamos reconhecer.

Para concluir, quero trazer da OAB-ES para vocês o nosso abraço, o nosso reconhecimento pela importância da função que desenvolvem. Mas também, para que haja um número menor de casos judicializados, é importante que o profissional assumam a gestão da saúde e comece a ser participante nessa gestão, que não aceite trabalhar onde não há condições dignas e nem salário digno.

Muito obrigada. Um abraço a todos. **(Muito bem!) (Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS

TRISTÃO) – É convidado a compor a Mesa, representando o Conselho Estadual de Saúde, o secretário-executivo José Eduardo Gava, a quem peço que todos saúdem com uma salva de palmas. **(Pausa) (Palmas)**

(Toma assento à Mesa o referido convidado)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – É convidada a fazer uso da palavra a Senhora Deputada Raquel Lessa.

A SR.^a RAQUEL LESSA – (SD – Sem revisão da oradora) – Saúdo com muito carinho o Senhor Deputado Doutor Hércules, presidente da Comissão de Saúde e proponente desta sessão solene. Saúdo também o Senhor Deputado Hudson Leal, nosso amigo; o Deputado Lelo Coimbra, médico; e toda a Mesa, em nome desse grande médico, desse exemplo de homem, doutor Luiz Buaziz. **(Palmas)**

O doutor Luiz Buaziz e os Senhores Deputados Doutor Hércules e Hudson Leal já falaram muito bem da profissão de vocês. Digo que ser médico nem é profissão, é uma missão. É pela mão de vocês que vidas chegam a este mundo. Sei disso, pois o Senhor Deputado Doutor Hércules sempre chega a esta Casa na sessão muito feliz dizendo que hoje nasceu uma linda criança. Mais de quinze mil crianças chegaram a este mundo pelas mãos de S. Ex.^a, que merece uma salva de palmas pelo exemplo de médico, de deputado e de amigo. **(Palmas)**

Aprendi a conhecer e gostar do Senhor Deputado Doutor Hércules nesta Casa. Sempre temos trocado boas ideias. Parabéns, Senhor Deputado Doutor Hércules, pelo seu trabalho, por ser esse médico. Não posso falar a idade de S. Ex.^a, que é um exemplo de vitalidade. Pelas mãos de vocês chegam a este mundo as vidas e também pelas mãos de vocês, com muito esforço e tristeza, que às vezes as vidas se vão. O ser humano nasce e morre pelas mãos dos médicos. Parabéns a vocês todos!

Tem também um convidado muito especial presente a esta sessão, meu filho Paulo Mageste Lessa, que está sendo homenageado. **(Palmas)**

Tenho muito orgulho de ter um filho médico sendo homenageado nesta Casa. Parabéns a todos vocês. Que Deus possa abençoar muito essa missão de ser médico. **(Muito bem!)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Ato de grande importância desta sessão, neste momento o Senhor Deputado Doutor Hércules, proponente, e os Senhores Deputados Hudson Leal e Raquel Lessa darão início à entrega das homenagens de hoje.

A *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* é destinada a homenagear médicos que tenham prestado relevantes serviços ao estado e ao país.

Convido o Senhor Deputado Doutor Hércules

para se posicionar na parte inferior do plenário para iniciarmos as entregas.

O SR. PRESIDENTE – (DOUTOR HÉRCULES – PMDB) – Só um minutinho. O Tônico fotografou a Santa Ceia, fotografou o doutor Luiz quando era menino. Brinco muito com o Tônico, e por causa disso ele fala que eu fiz o parto dos filhos da Eva.

Doutor Luiz Buaiz, essa fotografia é uma lembrança que o Tônico trouxe para o senhor. O senhor ainda menino, bem rapazinho com sua família, com seus pais. **(Pausa)**

O Tônico também fotografou a formatura do meu querido professor João Chequer Bou-Habib, que está presente. Quando convidarmos João Chequer para receber a comenda levarei também a foto.

O Tônico registra a história não só da medicina, mas da política, a história do nosso município, a história do nosso estado. Então, parabênzo o Tônico e peço uma salva de palmas. **(Palmas!)**

Todas as homenagens que faremos, não tem nenhuma mais importante do que outra. São todas importantes. A comenda tem um valor único. Mas, peço a permissão de todos os senhores para lembrar do meu professor Hildegardo Rodrigues, que com oitenta e quatro anos está presente. Estive com ele, com o Lucindo Toser e com o Guerra, na Emescam, na semana passada e lembrei-me que ele me reprovou no primeiro ano de anatomia. Não é Albermar? Albermar também foi meu colega de turma. Fiquei reprovado, mas foi muito bom, porque me obrigou a estudar mais! Tive que estudar mais. Foi muito bom.

Quando o doutor Luiz falou em nomes de hospitais, não posso deixar de lembrar que temos um nome para colocar em um hospital infantil em Vitória. O projeto foi iniciado, mas não continuou. É o nome do nosso querido professor, médico, pediatra Jolindo Martins, cujo filho Ronaldo será homenageado nesta sessão.

Então Ronaldo, esse compromisso é meu. Só se eu não estiver aqui ainda. Se a obra desse hospital for iniciada, merece levar o nome do doutor Jolindo Martins.

Passo a presidência dos trabalhos à Senhora Deputada Raquel Lessa. **(Pausa)**

A SR.^a PRESIDENTA – (RAQUEL LESSA - SD) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento e passo a palavra ao cerimonialista.

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – A *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* é destinada a homenagear médicos que tenham prestado relevantes serviços ao estado do Espírito Santo e ao Brasil.

Convido o doutor Albermar Roberts Harrigan para, de acordo com o Ato n.º 1829, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules.

(Pausa)

O Senhor Albermar Roberts Harrigan possui mestrado pela USP em tecnologia e metabologia. É presidente da Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia, presidente do Congresso Brasileiro de Endocrinologia no Espírito Santo, em 2015, e também professor da Emescam.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Alvinio Jorge Guerra para, de acordo com o Ato n.º 1830, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules.

(Pausa)

O doutor Alvinio Jorge Guerra é graduado em medicina pela Emescam; possui especialização em anatomia e cirurgia-geral; mestrado em anatomia e doutorado em cirurgia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor adjunto da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória e cirurgião-geral da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Amaro Feliciano de Araújo para, de acordo com o Ato n.º 1831, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Amaro Feliciano de Araújo é formado em medicina pela Emescam e atua como pediatra.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Atyla de Freitas Lima Neto para, de acordo com o Ato n.º 1870, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O senhor Atyla de Freitas Lima Neto é graduado em medicina pela Emescam, com residência médica em ortopedia e traumatologia; professor de medicina e preceptor do internato cirúrgico de medicina da UVV. Atua como médico ortopedista da equipe do hospital Unimed/Vitória e na Cooperativa de Ortopedistas do Espírito Santo.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Atyla Quintaes

Freitas Lima para, de acordo com o Ato n.º 1869, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Atyla Quintaes Freitas Lima é médico ortopedista, aposentado pela Prefeitura de Vila Velha e pelo Iesp, mas ainda em exercício pleno da medicina. Cooperado e, por diversas vezes, parte do corpo diretor da Unimed/Vitória e da Uniced. É atual presidente do Instituto Vida e Movimento, ligado à Cootes. Plantonista da emergência ortopédica do Hospital Antônio Bezerra de Farias, onde foi o primeiro diretor eleito pelo corpo clínico, ficando na função por vinte anos.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Carlos Alberto Rios Cavalcanti para, de acordo com o Ato n.º 1832, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Carlos Alberto Rios Cavalcanti é formado em medicina pela Ufes; especializado em clínica médica, pediátrica e acupuntura. Atuou em Angola e na África, na Organização Humanitária Internacional Médicos sem Fronteira, nos campos de refugiados da guerra civil e como diretor do Departamento de Saúde Pública do Município de Guarapari. Atualmente, trabalha no Hospital Doutor Dório Silva e no Pronto-Socorro Infantil de Domingos Martins.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Denio Botelho de Melo para, de acordo com o Ato n.º 1833, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Denio Botelho de Melo é graduado em medicina pela Ufes; especialista em cirurgia-geral e pós-graduado em endoscopia digestiva. É servidor público lotado no Hospital Doutor Dório Silva, onde já ocupou direção do pronto-socorro e direção clínica. Atua também em clínica privada, tendo sido coordenador dos serviços de pronto-socorro do Vitória Apart Hospital e do serviço de endoscopia do hospital Unimed.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Dulcino Tose para, de acordo com o Ato n.º 1834, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das

mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Dulcino Tose é médico e possui mestrado em morfologia pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutorado em anatomia pela Escola Paulista de Medicina. Atualmente é professor adjunto IV, da Ufes e professor adjunto da Emescam.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Fábio da Silva Pimenta para, de acordo com o Ato n.º 1835, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Fábio da Silva Pimenta é titular de cirurgia plástica, pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; coordenador do Centro de Tratamento de Queimaduras do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória; secretário da regional do Espírito Santo da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Guilherme Coutinho de Oliveira para, de acordo com o Ato n.º 1836, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Guilherme Coutinho de Oliveira possui graduação em medicina pela Emescam; plantonista no pronto atendimento do Hospital da Polícia Militar; médico voluntário na Associação Beneficente com sede em Vila Velha. Fez estágio voluntário em neurologia no Ospedale Santa Maria Della Scala, em Siena, Itália, sob a supervisão da doutora Battisti no período de 01 a 31 de maio de 2015.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Guilherme de Freitas Lima para, de acordo com o Ato n.º 1817, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Guilherme de Freitas Lima é ortopedista formado pela Emescam; tem residência médica em ortopedia pela UFRJ; atuante pela Cooperativa de Ortopedia em diversos hospitais da rede, Hospital Antônio Bezerra de Farias, Himaba e Heue.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS

TRISTÃO) – Convido o doutor Hildegardo Rodrigues para, de acordo com o Ato n.º 1837, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Hildegardo Rodrigues possui graduação em medicina e doutorado em morfologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor titular de anatomia da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Tem experiência na área de morfologia, com ênfase em anatomia.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Hudson Soares Leal para, de acordo com o Ato n.º 1.867, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Hudson Soares Leal é formado em medicina, tem quarenta e nove anos; participou da fundação da Cooperativa de Anestesiologistas do Estado do Espírito Santo; foi diretor do Conselho Regional de Medicina por dez anos e lançou o Instituto Brasileiro de Anestesiologia. Sempre esteve envolvido com políticas da saúde. Atualmente ocupa o cargo de deputado estadual em seu primeiro mandato.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a doutora Juliana da Fonseca e Castro Couto para, de acordo com o Ato n.º 1.839, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

A doutora Juliana da Fonseca e Castro Couto é formada em medicina pela Unesc, em Colatina; pós-graduada em ginecologia e obstetrícia, São Paulo; estagiou no Hospital dos Ferroviários. Atua na Maternidade Pró-Matre, no pronto atendimento de Alto Laje e como professora na Universidade de Vila Velha.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Leandro Azevedo de Figueiredo para, de acordo com o Ato n.º 1.842, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)** O doutor Leandro Azevedo de Figueiredo é formado em medicina pela Emescam. Fez residência de ortopedia, traumatologia e em cirurgia da mão e microcirurgia. É membro

titular da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia e de Cirurgia da Mão. Possui MBA em Gestão Hospitalar e Pós-MBA em Inteligência Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. É responsável pelo Serviço de Cirurgia da Mão e Microcirurgia do Hospital Metropolitano, Vitória Apart Hospital, hospital estadual Doutor Jayme Santos Neves, Santa Casa de Misericórdia de Vitória e Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim. É fundador e presidente do Imão, Instituto de Cirurgia da Mão e Microcirurgia do Estado do Espírito Santo.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Leonardo Gomes Milagre para, de acordo com o Ato n.º 1.843, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)** O doutor Leonardo Gomes Milagre é graduado em medicina; fez residência médica em ginecologia e obstetrícia, tendo ingressado por meio do concurso de residência médica federal Hucam. É membro da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia e da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Espírito Santo, do corpo clínico da equipe de ginecologia e obstetrícia do Hospital Vila Velha, do corpo clínico do Hospital Pró-Matre e do Vitória Apart Hospital. É diretor técnico e membro do Conselho Administrativo da Clivive Especialidades Médicas.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Wellington Coimbra para, de acordo com o Ato n.º 1.852, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos dos Senhores Deputados Doutor Hércules, Hudson Leal e Raquel Lessa. **(Pausa)**

O doutor Lelo Coimbra é formado pela Ufes; especializou-se em saúde pública e em medicina do trabalho pela Fundacentro; deputado federal por três mandatos; é vice-presidente da Comissão de Educação na Câmara Federal; há anos trabalha pela melhoria da qualidade de ensino no país; é membro da Comissão Mista do Orçamento; membro da Comissão de Finanças; relator-geral da Lei do Cooperativismo; secretário-geral da Frente Parlamentar do Cooperativismo e relator da Medida Provisória 691, que trata da venda de imóveis da União em área de terrenos de Marinha. É deputado federal, foi deputado estadual e vice-governador do estado do Espírito Santo.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS

TRISTÃO) – Convido o doutor Paulo Mageste Lessa para, de acordo com o Ato n.º 1.844, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos dos Senhores Deputados Doutor Hércules e Raquel Lessa. **(Pausa)**

O doutor Paulo Mageste Lessa formou-se em medicina pela Universidade Iguazu, Rio de Janeiro. É pós-graduado em gastroenterologia, nutrologia e nutriendocrinologia funcional e gerenciamento do envelhecimento. Atuou em diversas unidades de saúde de Vila Velha e Vitória, no Hospital Santa Paula e em programa de atendimento emergencial em casa.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Pedro Olívio Caçador para, de acordo com o Ato n.º 1.845, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Pedro Olívio Caçador graduado pela Ufes, possui título de cardiologista e ecocardiografista, pela Sociedade Brasileira de Cardiologia. É responsável pelos exames de ecocardiografia do Hospital Estadual Antônio Bezerra de Farias. Radicado em Vila Velha, onde exerce suas atividades profissionais de cardiologista e ecocardiografista em clínica particular.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a doutora Roberta Paranhos Fragoso para, de acordo com o Ato n.º 1846, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

A doutora Roberta Paranhos Fragoso é graduada em medicina pela Universidade Federal do Espírito Santo, pós-graduada em pediatria, em gastroenterologia infantil e em auditoria médica pela Fundação Unimed. É mestre em doenças infecciosas pela Universidade Federal do Espírito Santo, médica efetiva da Secretaria Municipal de Saúde de Vitória, na área técnica da saúde da criança, e coordenadora do Programa de Alergia Alimentar. Atualmente é consultora parlamentar temática da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Ronaldo Marques Sfalsin para, de acordo com o Ato n.º 1847, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor

Hércules. **(Pausa)**

O doutor Ronaldo Marques Sfalsin é formado em medicina pela Ufes, pós-graduado em medicina esportiva, especialista em medicina do exercício e do esporte, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Medicina Esportiva. É médico no Hospital Santa Mônica, na Santa Casa de Misericórdia de Vitória, na Prefeitura Municipal de Vitória, médico socorrista e diretor clínico do Hospital São Lucas.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Sergio Damião Sant'Anna Moraes para, de acordo com o Ato n.º 1848, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Sergio Damião Sant'Anna Moraes é formado em medicina pela Santa Casa de Misericórdia de Vitória, fez residência em clínica médica e em nefrologia. É membro da Academia Cachoeirense de Letras e presidente do Centro de Estudos Doutor Edson Rebello Moreira, da Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim. Colaborador do jornal cachoeirense *O Fato* e autor dos livros de crônicas: *Cachoeiro e outras capitais* e *Luar de Cachoeiro*.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a doutora Thaiz Gava Rigoni Gurtler para, de acordo com o Ato n.º 1849, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

A doutora Thaiz Gava Rigoni Gurtler é graduada em medicina pela Ufes; pós-graduada em dermatologia pela Santa Casa de Misericórdia de Vitória e especialista em dermatologia pela Sociedade Brasileira de Dermatologia, membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e da Academia Americana de Dermatologia. É vice-presidente da Sociedade Brasileira de Dermatologia - Regional Espírito Santo.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Thiago Salustino dos Santos para, de acordo com o Ato n.º 1851, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O doutor Thiago Salustino dos Santos é graduado em medicina, pós-graduado em medicina intensiva e possui residência de cardiologia pela

Santa Casa de Belo Horizonte. Atua como docente na disciplina de cardiologia das Faculdades Multivix, Vitória, e como médico responsável técnico pela Clínica de Especialidades Centro Médico Capixaba - Medicina Especializada, Cardiointensivista, Unidade Coronariana do Hospital Meridional e Cardiointensivista do Hospital Vila Velha.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Márcio de Oliveira Almeida, homenageado do ano de 2011, para, de acordo com o Ato n.º 2188, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor Flávio Takemi Kataoca, homenageado do ano de 2014, para, de acordo com o Ato n.º 1311, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor João Chequer Bou-Habib, homenageado do ano de 2014, para, de acordo com o Ato n.º 1316, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o doutor José Nilton do Amaral Torres, homenageado do ano de 2014, para, de acordo com o Ato n.º 1317, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor Ronaldo Ewald Martins, homenageado do ano de 2014, para, de acordo com o Ato n.º 1328, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

(Procede-se à entrega da Comenda)

A SR.^a PRESIDENTA – (RAQUEL

LESSA - SD) – Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Doutor Hércules.

O SR. PRESIDENTE – (DOUTOR HÉRCULES - PMDB) – Assumo a presidência dos trabalhos e devolvo a palavra ao cerimonialista.

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – É convidado a fazer uso da palavra o Deputado Federal Lelo Coimbra, em nome dos médicos homenageados da noite.

O SR. LELO COIMBRA – (Sem revisão do orador) - Serei breve. Saúdo essa Mesa maravilhosa e o faço na figura do Hércules, que é uma pessoa, um parlamentar, um político com características muito interessantes. E uma das principais é como S. Ex.^a se fixa e como se firma na relação, nas demandas e nas lutas que se referem à saúde e, em especial, à categoria médica. Então, ao Senhor Deputado Doutor Hércules, meu abraço e meus parabéns pela solenidade, que neste momento caminha para sua conclusão.

Saúdo em nome de S. Ex.^a todos que estão à Mesa e todos que estão na plateia. Saúdo todos os médicos e médicas na figura daquele que mais vida acumulou entre nós, o doutor Luiz Buaiz, e na figura daquele que recebeu mais palmas quando foi homenageado, o doutor Hildegardo Rodrigues. Pelas palmas que recebeu, achei que merecesse ser referenciado em nome de todos os que estão nesta sessão.

Àqueles que participaram da minha formação médica, àqueles que participaram das minhas relações profissionais, àqueles que se formaram comigo, àqueles quem, como um bom doente, procuro quando estou doente – como um bom e dedicado e obediente doente –, a todos os colegas e a todas as colegas o meu abraço e os meus parabéns nesta sessão solene em homenagem ao *Dia do Médico*, comemorado ontem, no dia 18 de outubro.

Neste momento recebo duas homenagens. A primeira, ter a oportunidade de ser lembrado pelo Deputado Doutor Hércules para receber a homenagem da *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab*; e a segunda de poder falar em nome dos homenageados.

Com certeza não cumprirei a segunda tarefa na dimensão em que ela merece. Primeiro, porque o tempo será curto; segundo, porque falar em nome dos homenageados com perfil, volume e conteúdo que eles representam nas suas personagens e nas suas histórias profissionais é impossível!

Portanto, queria dizer a todos da minha alegria de estar nesta sessão. Acho que temos muito a comemorar. Temos a comemorar a vida; a possibilidade de estarmos presentes neste momento; a possibilidade e a capacidade de nos indignarmos a cada dia com coisas que precisamos nos indignar, inclusive com os acordos espúrios – como o Deputado Doutor Hércules citou. Temos que, da

mesma forma que homenageamos algum colega que aqui está, que veio de seu consultório, de sua clínica ou de seu posto de serviço, também homenagear a capacidade de indignação daquele colega médico que no programa de televisão *Fantástico* foi filmado em um pronto-socorro de urgência disse: *Quero sair daqui, me tirem daqui!* Mostrando a sua indignação, a sua dificuldade de naquele momento poder cumprir a sua função, o seu exercício profissional e oferecer não só o atendimento, mas também a segurança àqueles que estavam naquela unidade de saúde pela dor e pelas suas necessidades, buscando uma resposta, buscando aplacar o seu sofrimento e criar as condições para que sua vida se restabelecesse e não corresse o risco de perdê-la. Portanto, hoje são comemoradas todas essas possibilidades.

Sempre que se fala de crise – e ouço essa palavra desde que me entendo por gente – sempre a tratamos como um anteparo à imobilidade. Na realidade, cada crise é uma oportunidade de brigarmos cada vez mais por aquilo que acreditamos. A crise é a oportunidade de construirmos e solidificarmos valores, é a oportunidade de estabelecermos ou revermos parâmetros e é a oportunidade de nos juntarmos em torno de objetivos comuns.

Por isso, estar nesta sessão solene e comemorar, neste momento, o *Dia do Médico* é lembrar que muitos lutaram pela profissão; muitos fizeram e fazem parte da história da medicina, muitos fazem e muitos farão. E é o papel de cada um de nós, principalmente no momento em que estamos presentes com responsabilidades diferenciadas, como é o meu caso, o caso dos parlamentares, o caso daqueles que estão no exercício profissional e o caso daqueles que já não exercem a profissão, mas olham com olhar do passado na expectativa de que possam no presente cumprir papéis que já foram vistos no passado.

É importante que possamos neste momento saudar todos os profissionais e saudar o exercício profissional de uma carreira, de uma profissão, que mesmo exercida de maneira multiprofissional, em todos os ambientes que estamos, tem a responsabilidade diferenciada que envolve o diagnóstico, a terapêutica e a responsabilidade principal para com aquele que procura um tratamento de saúde, está bem estabelecida na figura do médico.

Portanto, a todos os nossos colegas presentes e ausentes o meu fraterno abraço. Que a luta que nos acompanha nos forneça os elementos e a capacidade cada vez mais forte, cada vez mais sólida de lutarmos pelo financiamento correto da saúde, pelo financiamento que está insuficiente e não é de agora. Ele foi insuficiente desde o processo da Constituição, que estabeleceu um perfil de saúde previsto pelo SUS, mas não fez na mesma dimensão o processo de financiamento que pudesse dar conta desse recado, ao mesmo tempo para que o governo federal possa no *Saúde+10*, como o Senhor Deputado Doutor Hércules lembrou, ou na Proposta de Emenda

Constitucional n.º 29 que não conseguimos evoluir com ela. Que a responsabilidade da União possa ter na mesma dimensão a responsabilidade que o Estado tem com o seu percentual a ser aplicado na saúde, de dez por cento, e a responsabilidade que os municípios têm de ter aplicado o seu percentual orçamentário de quinze por cento na saúde. Muitos municípios hoje têm chegado a trinta e alguns a trinta e cinco por cento.

Portanto, a União precisa compartilhar, precisa comparecer e ela tem se retraído, ao longo desses anos, da sua responsabilidade de compartilhar serviços aos quais foram contratualizados com o Estado ou com o município. Exemplo recente tivemos no Ministério da Saúde, desde janeiro. Conseguimos a semana passada que o Ministério da Saúde nos repassasse vinte milhões de reais, o correspondente a um pedaço do serviço que estava contratado para ser compartilhado entre o Estado e a União pela gestão do custeio do São Lucas. Portanto, a União precisa ter a sua parcela de responsabilidade confirmada e consolidada num percentual financeiro do produto interno bruto para a saúde.

A todos os senhores, que a luta continue, que tenhamos fé em Deus, que tenhamos muita força, pelas crenças que temos juntos, que solidifiquemos os nossos parâmetros morais, éticos, profissionais e saibamos que é em torno da dignidade humana e em torno de valores e na preservação e promoção da vida que estamos juntos e é o motivo pelo qual nos juntamos. Um grande abraço a todos. **(Muito bem!)**
(Palmas)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) - Neste momento, convido o Senhor Deputado Doutor Hércules a proceder à entrega de mais uma homenagem. Pedimos desculpa por ter passado despercebido.

O SR. PRESIDENTE - (DOUTOR HÉRCULES - PMDB) - Passo a presidência dos trabalhos à Senhora Deputada Raquel Lessa. **(Pausa)**

A SR.ª PRESIDENTA - (RAQUEL LESSA - SD) - Assumo a presidência dos trabalhos e devolvo a palavra ao cerimonialista.

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a doutora Larissa Sterza para, de acordo com o Ato n.º 1841, receber a *Ordem do Mérito Médico Capixaba Doutor Afonso Schwab* das mãos do Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

A doutora Larissa Sterza é formada pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – Emescam; pós-graduada em endocrinologia e metabologia em nível de especialização pelo Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione - Iede Rio de Janeiro. Possui título de especialista em endocrinologia conferido pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia.

(Procede-se à entrega da Comenda)

A SR.ª PRESIDENTA - (RAQUEL LESSA - SD) - Devolvo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Doutor Hércules. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE - (DOUTOR HÉRCULES - PMDB) - Assumo a presidência dos trabalhos.

Muito obrigado a todos. Antes de encerrar a sessão, comunico que na sexta-feira, dia 23, neste plenário, às 14h, o secretário Ricardo de Oliveira prestará contas. Quinta-feira, dia 19 de novembro, teremos uma audiência pública sobre os Consórcios de Saúde, às 15h; sexta-feira, dia 20 de novembro, sessão especial sobre descarte de medicamentos. Estaremos nesta Casa fazendo uma audiência pública. Essa é uma luta do Instituto Saúde e Cidadania, do Vitória Apart Hospital. Todos viram o que aconteceu com um menino de dois anos que achou um comprimido na rua, tomou e morreu. Não podemos ficar de braços cruzados. O Instituto Saúde e Cidadania é capitaneado pela Senhora Clenir Avanza e pelos Doutores Rodrigo Rodrigues, Cláudio Pinheiro e Marcos Tanure, Deomar Bitencourt, nosso querido Leandro Azevedo que recebeu a homenagem. Não podemos assistir aos laboratórios fabricando medicamentos, vendendo caro, e não tendo responsabilidade. Também o Doutor Gilberto da Penha Dutra, presidente do Conselho Regional de Farmácia, Doutor Fábio Kataoka, fazem parte desse fórum.

Não tenho nada contra os laboratórios, tenho a favor das crianças que estão morrendo nas ruas porque acham um comprimido no chão, tomam e morrem. E não podemos ficar de braços cruzados.

Agradeço a Deus, a todos os presentes, especialmente ao meu gabinete, a essa *moçada* vestida com blusa rosa, e também quem faz essa campanha conosco, naturalmente a Afecç que está à frente da campanha Outubro Rosa, que ajudamos. Fizemos seis mil e quinhentos lacinhos desses. Temos que trabalhar com a medicina preventiva. A medicina curativa não vai dar conta. Temos que trabalhar com a educação, evitar a doença porque os hospitais não darão conta de internar e os cemitérios também não terão vaga para enterrar tantas pessoas que morrem de doenças que poderiam ser evitadas. Falta o Poder Público educar mais as pessoas para evitar doenças.

Lembramos também que começaremos no dia primeiro o Novembro Azul, uma campanha que tomamos a frente neste estado sobre o câncer de próstata. Os homens têm que tomar jeito, tomar vergonha na cara porque as mulheres fazem exame preventivo de colo de útero, mamografia, mas os homens não querem fazer exame. Temos que lembrar isso também. Vamos fazer os exames, vamos trabalhar com a educação, com a medicina preventiva

para termos melhores dias.

Agradeço aos seguranças da Assembleia; ao pessoal do cerimonial que nos atendeu tão bem; ao Senhor Elias, que nos serviu cafezinho e água; aos cinegrafistas; aos técnicos da tevê; ao Senhor Antônio Carlos Sessa Neto, o *Tonico*, nosso fotógrafo mor, aquele que já disse e repito fotografou a Santa Ceia e continua nos fotografando, além dos outros fotógrafos; à equipe da Rede TV presente; ao nosso amigo Marcelo Carone que está registrando esta sessão.

A Rede TV é de nosso conterrâneo, Sérgio, quase cachoeirense, que nasceu nesta cidade, mas mora em Cachoeiro de Itapemirim. A Rede TV tem sido um orgulho para nós, não para o Espírito Santo, mas para o Brasil. E o Idalecinho Carone, é carinhosamente conhecido assim, e esse menino é filho dele.

Muito obrigado a todos que puderam comparecer, àqueles que não puderam, àqueles que ficaram nesta sessão até este momento. Isso nos enche de orgulho e satisfação. É o que o Doutor Luiz Buaz falou, temos duas pontas, o Guilherme que está aí, com vinte e quatro anos, - levante-se, por favor - médico e homenageado, e o doutor Luiz Buaz com noventa e quatro anos, o doutor Hildegardo Rodrigues, com oitenta e quatro. É assim a nossa luta de médico, a nossa missão de tentar curar ou pelo menos aliviar a dor daquele que tem que partir, mas que possa partir com menos sofrimento. É assim nossa missão. Muito obrigado a todos!

A Senhora Deputada Raquel Lessa está quase estourando de tanta felicidade por estar homenageando seu filho, Paulo, que tem sido orgulho para a medicina do Espírito Santo.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão. Antes, porém, convoco os Senhores Deputados para a próxima, ordinária, dia 20 de outubro de 2015, para a qual designo

EXPEDIENTE:

O que ocorrer.

ORDEM DO DIA: anunciada na nonagésima quinta sessão ordinária, realizada em 19 de outubro de 2015.

***Encerra-se a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos.**

**NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO
ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA
OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 20
DE OUTUBRO DE 2015.**

(De acordo com o registrado no painel eletrônico, à hora regimental, para ensinar o

início da sessão, comparecem os Senhores Deputados Bruno Lamas, Cacau Lorenzoni, Da Vitória, Dary Pagung, Doutor Hércules, Enivaldo dos Anjos, Euclério Sampaio, Freitas, Luzia Toledo, Padre Honório, Sandro Locutor e Sergio Majeski)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(Assume a 1.^a Secretaria o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos e 2.^a Secretaria o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Convido o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni a proceder à leitura de um versículo da Bíblia.

(O Senhor Deputado Cacau Lorenzoni lê Salmos, 119)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Convido o Senhor 2.^o Secretário a proceder à leitura da ata da nonagésima quinta sessão ordinária, realizada em 19 de outubro de 2015. **(Pausa)**

(O Senhor 2.^o Secretário procede à leitura da ata)

(Comparece o Senhor Deputado Rodrigo Coelho)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Aprovada a ata como lida. **(Pausa)**

Convido o Senhor 2.^o Secretário a proceder à leitura da ata da trigésima sexta sessão solene, realizada em 19 de outubro de 2015. **(Pausa)**

(O Senhor 2.^o Secretário procede à leitura da ata)

(Comparece o Senhor Deputado Edson Magalhães)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Aprovada a ata como lida. **(Pausa)**

Solicito a todos os Senhores Deputados, Senhoras Deputadas e técnicos desta Casa que façamos um minuto de silêncio em memória de Doutor Ricardo Maia Correa, ele era advogado, funcionário de carreira do Banco do Brasil, um estudioso do direito, com vários textos publicados. Morava em Vila Velha e deixa viúva a nossa amiga Tota Motta Correa. Ele era um grande amigo não só da minha assessora doutora Regina Firme, mas amigo

nosso também.

Solicito a todos que, de pé, façamos um minuto de silêncio. **(Pausa)**

(A Casa presta a homenagem)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Convido o Senhor 1.^o Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

OFÍCIO S-N.º/2015

Vitória, 19 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de suas prerrogativas regimentais, VEM REQUERER a Mesa Diretora o uso da Tribuna Popular do dia 03 de novembro, para que o Senhor Tito Augusto Abreu de Carvalho, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado, exponha sobre o tema: Cidades Sustentáveis e Estatuto das Metrôpoles.

Respeitosamente,

**THEODORICO FERRAÇO
Deputado Estadual - DEM**

Ao

Ex.^{mo} Sr.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo

NESTA

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Defiro.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO lê:

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

OFÍCIO N.º 246/2015

Vitória, 14 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Em estrita observância ao disposto no art. 56, inciso XIII da Constituição Estadual e, cumprindo à determinação estabelecida no art. 5º da Lei nº 7.457,

de 31.03.2003, encaminhado em anexo, Regime Especial de Obrigação Acessória – REOA nº 023/2015, beneficiária *Elkem Participações, Indústria e Comércio LTDA*, pactuados por esta Secretaria, acompanhados das devidas justificativas.

Sem mais para o momento, renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda
 Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá,
 Vitória/ES – CEP 29050-375 – CGC
 27.080.571/0001-30 Site: www.sefaz.es.gov.br

Ao
 Ex.º Sr.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo
 NESTA

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Ciente. À Comissão de Finanças.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
SUBSECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

OFÍCIO N.º 247/2015

Vitória, 14 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Em estrita observância ao disposto no art. 56, inciso XIII da Constituição Estadual e, cumprindo à determinação estabelecida no art. 5º da Lei nº 7.457, de 31.03.2003, encaminhado em anexo, o Termo de Acordo nº 012/2015, pactuado por esta Secretaria, acompanhado da devida justificativa.

Sem mais para o momento, renovamos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda
 Av. João Batista Parra, 600, Enseada do Suá,
 Vitória/ES – CEP 29050-375 – CGC
 27.080.571/0001-30 Site: www.sefaz.es.gov.br

Ao
 Ex.º Sr.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito

Santo
 NESTA

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Ciente. À Comissão de Finanças.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, DE MOBILIDADE URBANA E DE LOGÍSTICA

OFÍCIO N.º 139/2015

Vitória, 06 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Com fulcro no artigo 67, inciso XVI do Regimento Interno, encaminhamos a Vossa Excelência o **Relatório das Atividades desta Comissão**, referente ao mês de **SETEMBRO** de 2015.

Atenciosamente,

EDSON MAGALHÃES
 Presidente da Comissão de Infraestrutura

Ao
 Ex.º Sr.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo
 NESTA

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Ciente. Arquite-se.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO

OFÍCIO S-N.º/2015

Vitória, 19 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Solicito a V. Ex.ª que seja justificada minha ausência na Sessão Ordinária do dia 14 de outubro, nos termos do § 6º do artigo 305 do Regimento Interno.

Atenciosamente,

MARCOS BRUNO
Deputado Estadual

Ao
Ex.^{mo} Sr.
THEODORICO FERRAÇO
Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito
Santo
NESTA

A **SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB)** - Justificada a ausência, à Secretaria.

Continua a leitura do Expediente.

O **SR. 1.º SECRETÁRIO** lê:

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM N.º 261/2015

Vitória, 15 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66 da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência a sanção do Autógrafo de Lei n.º 80/2015, que “*Denomina Viaduto Floriano Firme o viaduto em construção na Rodovia Leste-Oeste, no Município de Cariacica/ES*”.

Para o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, restituo, nesta oportunidade, o autógrafo do texto ora convertido na Lei n.º 10.424 de 06 de outubro de 2015.

Atenciosamente,

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM N.º 262/2015

Vitória, 13 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66 da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência a sanção do Autógrafo de Lei n.º 81/2015, que “*Institui o Dia Estadual do Coach, e dá outras providências*”.

Para o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, restituo, nesta

oportunidade, o autógrafo do texto ora convertido na Lei n.º 10.425 de 08 de outubro de 2015.

Atenciosamente,

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM N.º 263/2015

Vitória, 15 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66 da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência a sanção do Autógrafo de Lei n.º 90/2015, que “*Declara o marlim-azul Peixe-Símbolo do Estado do Espírito Santo e institui o Dia Estadual do Marlim Azul*”.

Para o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, restituo, nesta oportunidade, o autógrafo do texto ora convertido na Lei n.º 10.426 de 14 de outubro de 2015.

Atenciosamente,

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM N.º 264/2015

Vitória, 15 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66 da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência a sanção do Autógrafo de Lei n.º 83/2015, que “*Altera os arts. 1.º e 1.º-A da Lei n.º 9.500, de 02.8.2010, alterada pela Leis n.ºs 9.724, de 10.11.2011, e 10.035, de 07.6.2013, para assegurar ao consumidor a fixação de data e horário para entrega, montagem e instalação de produtos, bem como para montagem e instalação de equipamentos necessários ao fornecimento dos serviços contratados*”.

Para o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, restituo, nesta oportunidade, o autógrafo do texto ora convertido na Lei n.º 10.428 de 14 de outubro de 2015.

Atenciosamente,

PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO
GABINETE DO GOVERNADOR**

MENSAGEM N.º 265/2015

Vitória, 15 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 66 da Constituição Estadual, comunico a Vossa Excelência a sanção do Autógrafo de Lei n.º 85/2015, que “Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro José Rodrigues Maciel – AMJRM, localizada no Município de Linhares/ES”.

Para o arquivo da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, restituo, nesta oportunidade, o autógrafo do texto ora convertido na Lei n.º 10.427 de 14 de outubro de 2015.

Atenciosamente,

**PAULO CESAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado**

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Ciente. Arquivem-se.
Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

PROJETO DE LEI N.º 425/2015

Declara de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Córrego Barro Preto.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Córrego Barro Preto, município de Barra de São Francisco/ES.

Art. 2.º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 29 de junho de 2015.

**ENIVALDO DOS ANJOS
Deputado Estadual**

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem a finalidade de

declarar de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Córrego Barro Preto, no Distrito de Itaperuna, município de Barra de São Francisco/ES, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.349.090/0001-78, fundada em 26 de outubro de 1991, administrada pelo então Presidente Sr. José Damião Paulino e Vice-Presidente Sr. Carlos Roberto Correia das Neves.

A associação tem por objetivo representar e defender os interesses dos produtores rurais do Córrego Barro Preto e demais regiões do Distrito de Itaperuna, naquele município.

A concessão do título declaratório de utilidade pública é de extrema importância para a instituição, pois somente com essa documentação poderá viabilizar seu trabalho com maior facilidade, principalmente a ampliação do atendimento à comunidade em geral.

Ante o exposto, estando evidenciada a relevância, o interesse público e a legalidade de que a matéria se reveste, recomendamos a aprovação deste Projeto.

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Publique-se. Às Comissões de Justiça e de Assistência Social, na forma do artigo 276 do Regimento Interno.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

PROJETO DE LEI N.º 426/2015

Institui o “*Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras*”.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1.º - Fica instituído, o “**Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras**” a ser comemorado, anualmente, no último dia de fevereiro.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, considera-se doença rara a patologia cuja prevalência em cada 100 mil habitantes corresponda a 65 casos, conforme recomendação da Organização Mundial de Saúde.

Art. 2.º - O Dia de Conscientização sobre Doenças Raras passa a integrar o calendário oficial do Estado.

Art. 3.º - Esta Lei entra em vigor na data de

sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2015.

DOUTOR HÉRCULES
Deputado Estadual – PMDB

JUSTIFICATIVA

No Brasil, o Ministério da Saúde definiu por meio da Portaria MS nº 199, de 30 de janeiro de 2014, doença rara com aquela que afeta até 65 pessoas em cada 100.000 indivíduos, ou seja, 1,3 pessoas para cada 2000 indivíduos, o que se aproxima do padrão estabelecido no continente europeu.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, 80% das doenças têm origens genéticas e 50% atingem crianças. As doenças raras são, geralmente, incapacitantes, causando a perda de autonomia, uma vez que muitas delas são crônicas, degenerativas e, frequentemente, fatais. São conhecidas mais de sete mil doenças raras e, apenas no Brasil, elas são incidentes em cerca de 13 milhões de pessoas.

As sequelas causadas pelas doenças raras são responsáveis pelo surgimento de cerca de 30% das deficiências, que podem ser físicas, auditivas, visuais, cognitivas, comportamentais ou múltiplas, a depender de cada patologia. Quase metade dos casos se manifesta logo na infância, sendo a segunda maior causa de mortalidade infantil no Brasil.

No mundo, o dia 29 de fevereiro, por ser raro devido à convenção dos anos bissextos, foi instituído, desde 2008, para promover a conscientização sobre as doenças raras, coordenado pela Organização Europeia de Doenças Raras. A data é lembrada em setenta países, já que tais doenças atingem quase 8% da população mundial. Nos anos em que o mês de fevereiro não tem 29 dias, a data comemorativa é antecipada para 28.

O Objetivo da lei é dar maior visibilidade ao tema na sociedade e chamar atenção para um grave problema enfrentado pelas pessoas com doenças raras: o “Preconceito”.

Pretendemos com isso, que o dia 28 ou 29 de fevereiro (a depender de cada ano) sirva para envolver as famílias, a sociedade e o Estado no debate sobre o que deve ser aperfeiçoado nas políticas públicas destinadas a esta comunidade.

Pelo exposto, aguardamos que o presente projeto de lei ganhe o convencimento dos nobres deputados, no sentido de sua aprovação.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Publique-se. Às Comissões de Justiça e de Saúde, na forma do artigo 276 do Regimento Interno.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

DO ESPÍRITO SANTO COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO

PARECER N.º 324/2015

Parecer do Relator: Projeto de Lei n.º 257/2015.

Autor: Deputado Estadual Marcelo Santos

Ementa: “Declara de utilidade pública a Associação Casa Lar Aconchego do Idoso – ACALAI, localizada no Município de Alfredo Chaves/ES.

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei n.º 257/2015, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Santos, que tem como finalidade declarar de utilidade pública a Associação Casa Lar Aconchego do Idoso – ACALAI, localizada no Município de Alfredo Chaves/ES.

Lido no expediente do dia 23/06/2015, sem restrições, não foi, ainda, publicada no Diário do Poder Legislativo. O Projeto de Lei em exame sofreu pequenas correções na Diretoria de Redação, às quais adoto integralmente.

O Deputado autor da proposição em justificativa demonstra a razão pela qual a matéria pode tramitar, preliminarmente sem ofensa as normas legais, juntando a documentação necessária e exigida pela legislação pertinente a matéria, inclusive complementando-a.

O Projeto veio a Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação, para exame e parecer, na forma do art.41,I, do Regimento Interno (Resolução n.º 2.700/09). Distribuída a matéria pelo Presidente da Comissão, coube-me a tarefa de oferecer parecer quanto à sua constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa.

DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE QUANTO AO ASPECTO DA CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL, JURIDICIDADE, LEGALIDADE E TÉCNICA LEGISLATIVA.

Para que possa tramitar, a referida entidade precisa apresentar a documentação que atenda os requisitos das Leis n.º 3.979/87, 8.120/2005 e 8.802/2008. Neste sentido, a documentação apresentada pelo autor, atende perfeitamente as exigências legais.

É preciso salientar que é condição “sine qua non” do título de utilidade pública que a atividades da entidade que a ele aspira seja considerado importante pelo Estado, como prestador de serviço para população. Especialmente à população pobre, marginalizada. A outra condição indispensável é que essas entidades, quer na área de assistência social, quer na cultural ou na técnico-científica, serviço de que se propõe, executem os serviços como o Estado

o faria: sem distinções, desinteressadamente ou seja a fundo perdido, por vocação altruística, sem proselitismo ou quaisquer outras segundas razões, sem qualquer ideia de lucro ou remuneração pelo serviço prestado, com notável repercussão em relação ao custo social da utilidade pública, sem emulação política ou catequese, predominando o atendimento da coletividade, exatamente como consta no artigo 2º do Estatuto Social. É preciso dizer que estamos a tratar de declaração de utilidade pública de uma Associação, que tem amparo de maneira ampla, a delimitação do direito à liberdade de associação é regulamentada pela Constituição Federal em seu art. 5º, incisos XVII a XX, CF/88.

O inciso XX do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que “ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado” e, por se tratar de uma norma definidora de um direito fundamental, o §1º do referido dispositivo legal prevê a sua aplicação imediata, que deve ser reconhecida em razão da supremacia constitucional e da superioridade das normas constitucionais dentro do ordenamento jurídico.

Trago a título ilustrativo a lição do professor ANDRÉ LUIZ SANTA CRUZ RAMOS' explica que, sendo um princípio constitucional, a liberdade de associação possui dois vetores, a saber: “(i) positivo, que garante a todo e qualquer cidadão o direito de associar-se livremente, sem nenhuma restrição por parte do Estado” e; “(ii) negativo, que assegura a todo e qualquer cidadão os direitos de não se associar e de se desassociar, sem nenhuma imposição por parte do Estado.” O referido autor ainda destaca que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou nesse sentido. (RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Liberdade de associação. In: COELHO, Fábio Ulhoa; NUNES, Marcelo Guedes (Orgs.). **Princípios do direito comercial**. Grupo de Estudos Preparatórios do Congresso de Direito Comercial. São Paulo, 2011, p. 17.)

O professor José Afonso da Silva aponta que, da análise dos citados dispositivos constitucionais, podem-se extrair quatro direitos, quais sejam: a) o de *criar associações*, o qual independe de autorização; b) o de *aderir a qualquer associação*, visto que "ninguém será compelido a associar-se"; c) o de *desligar-se da associação*, porque ninguém poderá ser obrigado a manter-se associado; e d) o de *dissolver espontaneamente a associação*, já que o Estado não pode compelir as associações a existirem (DA SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. ed. 9. São Paulo: Malheiros, 1993. P. 240).

Feito as considerações preliminares das Associações a luz da CF/88, passamos a análise a luz das leis infraconstitucionais.

O Projeto de Lei nº 257/15, ora em exame, de autoria do Deputado Marcelo Santos, diz respeito a tornar de utilidade pública à Associação Casa Lar

Aconchego do Idoso – ACALAI, localizada no Município de Alfredo Chaves/ES. A matéria é regulamentada por Lei Estadual de nº 3.979/87 e suas alterações. E, pela documentação inclusa preenche os requisitos básicos para a tramitação e final declaração de utilidade pública estadual.

No exame do Projeto quanto ao seu aspecto da constitucionalidade, juridicidade e legalidade, não há obstáculos a serem examinados. O Projeto de Lei nº 257/2015, não padece de impedimento quanto à competência legislativa remanescente, amparada no que dispõe o art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

As competências remanescentes ou residuais, são todas aquelas em que a Constituição Federal de 1988, não específica, não cuida de enumerar, deixando o restante das demais competências, (que não foram atribuídas de forma expressa a nenhum ente federado) como remanescente, exatamente como o caso do Projeto de Lei 257/2015. Não é a mesma coisa que a competência comum, aquela que pode ser exercida por todos os entes da federação, podendo, portanto, ser simultaneamente exercida, desde que respeitados os limites constitucionais. O art. 23 CF/88 elenca o rol das competências comuns entre os entes federados, não é caso do projeto em comento por não se encontrar enumerado no referido artigo.

Não está presente a usurpação de competência do Poder Executivo. Portanto, não existe óbice quanto ao artigo 63, parágrafo único, da Constituição Estadual. Na esfera da competência federal, no que dispõe o art. 61, § 1º, Constituição Federal. Sendo que a iniciativa cabe a qualquer membro do Poder Legislativo.

Quanto aos aspectos constitucionais de que trata o direito adquirido, a coisa julgada, ato jurídico perfeito e a isonomia, não há nenhuma afronta que possa inviabilizar a tramitação da matéria.

Podemos afirmar que a adequação normativa do Projeto em exame, é o por meio de lei ordinária.

Assim sendo, as normas introduzidas no examinado Projeto encontram compatibilidade com as regras e princípios constantes das Constituições Federal e Estadual e também atende perfeitamente aos preceitos do Regimento Interno.

Quanto o regime de votação, deve ser em turno único, sendo que na Comissão de Assistência Social, a votação é nominal por maioria. o estabelecido no artigo 277, § 1º, RI. O regime de tramitação e o especial.

Em relação à vigência da lei no tempo cabe destacar: a obrigatoriedade só surge com a publicação no Diário Oficial, o que estabelece o próprio projeto de lei ora em exame, que fixa que esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Quanto ao aspecto da técnica legislativa empregada no Projeto em apreço, fica evidenciado o atendimento às regras introduzidas pela Lei Complementar Federal nº 95/98, com introduções apresentadas pela Lei Complementar Federal nº 107/01. No que o Projeto de Lei em, comento atende

perfeitamente.

Dito isto, opino que o Projeto de Lei nº 257/2015, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Santos, atende os requisitos de constitucionalidade, juridicidade, legalidade e boa técnica legislativa. E, na qualidade de relator estou sugerindo aos demais pares o seguinte:

PARECER N.º 324/2015

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO – ALES é pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 257/2015, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Santos.

Plenário Rui Barbosa, 22 de setembro de 2015.

RODRIGO COELHO

Presidente

ELIANA DADALTO

Relatora

JANETE DE SÁ

RAQUEL LESSA

MARCELO SANTOS

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL,
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

PARECER N.º 14/2015

Parecer do Relator: Projeto de Lei n.º 257/2015

Autor: Deputado Estadual Marcelo Santos

Ementa: “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Casa Lar Aconchego do Idoso – ACALAI, localizada no Município de Alfredo Chaves/ES”.

RELATÓRIO

Designado Relator pelo Presidente da **COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**, para relatar o Projeto de Lei nº 257/2015, de autoria do Deputado Estadual Marcelo Santos, no que diz respeito a análise acerca do mérito, ao qual passo a fazer sustentando as razões que entendo pertinente a matéria em exame.

O Projeto, em exame na Comissão de Constituição e Justiça, Serviço Público e Redação, recebeu Parecer nº 324/2015, pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e boa técnica legislativa, (fls.65/68).

O projeto em ato contínuo foi remetido a Comissão de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional para exame de mérito.

É o sucinto relatório.

PARECER DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 257/2015, encaminhado a esta Comissão de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional para exame de mérito no que diz respeito à declaração de utilidade pública da Associação Casa Lar Aconchego do Idoso – ACALAI, localizada no Município de Alfredo Chaves/ES, tem relevância e merece seguir sua tramitação regular.

É preciso deixar registrado que a assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direito de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais pilares da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

Quanto ao aspecto da segurança alimentar e nutricional, temos lei federal nº 11 346/2006, conhecida como Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Brasil. Em 2010, a emenda constitucional 64 introduziu a alimentação como um direito social na constituição federal, um marco na conquista pelo direito humano à alimentação.

O cenário árido que marcou a fragmentada institucionalidade estatal no país, os avanços apontados são promissores, mesmo que seja longo o caminho a ser percorrido em direção a um planejamento que integre o orçamento e a gestão pública dos diferentes setores governamentais. No Espírito Santo, no Poder Legislativo, criou-se a Comissão de Assistência Social, Alimentar e Nutricional, que tem dado mostra inequívoca de um trabalho sério, nesta área tão importante para o ser humano.

Quanto ao Projeto em exame, o Deputado autor em sua justificativa da conta da importância e relevância para a sociedade local, com isso, propõe a presente proposição e busca anuência dos demais pares.

O Projeto que declara de utilidade pública “Associação Casa Lar Aconchego do Idoso – ACALAI, localizada no Município de Alfredo Chaves/ES, ao nosso sentir, examinando atentamente seu estatuto, sua finalidade junto a sociedade do Município de Alfredo Chaves, o Projeto de Lei nº 257/2015, deve ser aprovado nesta Comissão por não conter vício, no mérito, que possa trazer qualquer obstáculo a sua tramitação regular, já que atende perfeitamente aos fins que se propõe.

Desta forma, com os argumentos acima expostos e por ser matéria pertinente a esta Comissão, somos pela aprovação, e sugerimos aos demais membros à adoção do seguinte:

PARECER N.º 14/2015

A COMISSÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E

NUTRICIONAL, é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 257/2015, de autoria do Deputado Marcelo Santos, na forma do artigo 276 do Regimento Interno (Resolução nº 2.700/09).

Plenário “Deputada Judith Leão Castello Ribeiro”, 19 de outubro de 2015.

ELIANA DADALTO
Presidente
PADRE HONÓRIO
Relator

A **SR.^a PRESIDENTA** – (**LUZIA TOLEDO - PMDB**) - Incluem-se na Ordem do Dia para cumprimento do prazo recursal.

Continua a leitura do Expediente.

O **SR. 1.º SECRETÁRIO** lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 224/2015

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, especialmente as previstas no artigo 57, § 2º da Constituição Estadual, requer a V. Ex.^a que encaminhe ao Exm.º Sr. Secretário de Estado de Saúde, o seguinte pedido de informação:

1 – Como é distribuído o serviço do SAMU no Estado do Espírito Santo?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2015.

BRUNO LAMAS
Deputado Estadual – PSB

A **SR.^a PRESIDENTA** – (**LUZIA TOLEDO - PMDB**) – Oficie-se.
Continua a leitura do Expediente.

O **SR. 1.º SECRETÁRIO** lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º 225/2015

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, especialmente as previstas no artigo 57, § 2º da Constituição Estadual, requer a V. Ex.^a que encaminhe ao Exm.º Sr. Secretário de Estado de Saúde, o seguinte pedido de informações:

1 – Quais os índices de pacientes portadores do vírus HIV em tratamento no Estado nos últimos cinco anos?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 2015.

BRUNO LAMAS
Deputado Estadual

A **SR.^a PRESIDENTA** – (**LUZIA TOLEDO - PMDB**) – Oficie-se.
Continua a leitura do Expediente.

O **SR. 1.º SECRETÁRIO** lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REQUERIMENTO N.º 242/2015

Senhor Presidente:

Doutor Hércules, e os demais Deputados abaixo assinados, com base no **artigo 17**, inciso **XXXIV e 2º** do Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência à necessária autorização para a formação de um grupo parlamentar de caráter suprapartidário, denominado **FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DOS RIOS JUCU e SANTA MARIA**.

A Frente Parlamentar **terá como objetivo discutir e propor políticas públicas permanentes voltadas para a elaboração de políticas públicas e medidas efetivas e concretas em defesa dos Rios Jucu e Santa Maria, os quais são responsáveis pelo abastecimento da Grande Vitória**, além de:

- 1-Elaborar um levantamento completo da situação crítica das respectivas bacias hidrográficas;
- 2-Propor alternativas e parcerias ao Governo do Estado e aos municípios que fazem parte da Bacia do Rio Jucu: Domingos Martins (nascente), Marechal Floriano, Viana, Vila Velha Cariacica e Guarapari, além os municípios de Santa Maria de Jetibá, Santa Leopoldina, Cariacica, Serra e Vitória, que integram a Bacia do Rio Santa Maria.

Faz-se, portanto, imprescindível o diálogo

direto do Poder Legislativo com a sociedade civil, com o setor produtivo (industrial e agropecuário), com a CESAN e com o Poder Executivo, a fim de que todos atuem de forma coesa e eficiente, enfrentando a gravíssima crise hídrica que assola o Estado e mudando a forma como a sociedade e poder público trabalham as bacias hidrográficas.

Sala das Sessões, 15 de outubro de 2015.

**DOUTOR HÉRCULES
EDSON MAGALHÃES
PADRE HONÓRIO
ENIVALDO DOS ANJOS
SERGIO MAJESKI
CACAU LORENZONI
GILDEVAN FERNANDES
ERICK MUSSO
SANDRO LOCUTOR
HUDSON LEAL
MARCELO SANTOS
EUCLÉRIO SAMPAIO
MARCOS BRUNO
DA VITÓRIA**

(Comparece o Senhor Deputado Almir Vieira)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Defiro. À Secretaria para providenciar ato de criação da Frente Parlamentar.

Os Senhores Deputados que estiverem próximos ao Plenário, por gentileza, adentrem para votar a próxima parte do Expediente.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Após a leitura do primeiro requerimento de urgência, gostaria de encaminhar votação, como Líder, na ausência do Líder do PDT.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Por enquanto, falta *quorum*.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Posso encaminhar, o Regimento Interno permite. V. Ex.^a submete à votação com *quorum* presente. Vou ajudar V. Ex.^a.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Muito obrigada, Senhor Deputado Da Vitória. Como sempre, gentil e delicado. O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos também.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê: Requerimento de Urgência n.º 109/2015, da Mesa Diretora, ao Projeto de Resolução n.º 56/2015, que acrescenta os §§ 4º e 5º no artigo 1º e altera os incisos I e II do artigo 2º da Resolução n.º 1.805, de 23.10.1995, que

dispõe sobre auxílio-alimentação. **Lido na 95.ª Sessão Ordinária, realizada dia 19 de outubro de 2015, e adiada a votação por falta de quorum.**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Em votação o Requerimento de Urgência n.º 109/2015, lido em sessão anterior.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Senhora Presidenta, V. Ex.^a tem razão. Só podemos encaminhar votação com o *quorum* de dezesseis presentes.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Já há *quorum*.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – O Líder do Governo, Senhor Deputado Gildevan Fernandes, está registrando presença. Então, peço a palavra para encaminhar votação.

(Comparece o Senhor Deputado Gildevan Fernandes)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Da Vitória.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, é uma matéria pertinente à Assembleia Legislativa, por esse motivo assomo à tribuna.

Senhora Deputada Luzia Toledo, estamos votando um requerimento de urgência de um Projeto de Resolução n.º 056/2015 da Mesa Diretora, a quem cabe propor, e pela informação que já tive, muda a concessão do auxílio-alimentação, que será exclusivamente por meio de cartão magnético.

Hoje existem duas modalidades, pode ser escolhido pelo servidor cartão magnético ou o valor incluído na sua remuneração, para que receba em dinheiro. A grande maioria não opta por receber em dinheiro para não incidir Imposto de Renda, mas quem mais precisa é quem recebe menos.

Em meu gabinete, por exemplo, muitas pessoas têm família fora e utilizam seu auxílio-alimentação em vários locais – supermercados, restaurantes -, e não podemos deixar, não temos uma prova oficial, mas se este deputado conseguir, vamos encaminhar para a polícia, para o Ministério Público, porque fica gente aqui na especulação oferecendo desconto para quem vende o auxílio-alimentação no cartão magnético em dez, quinze por cento; isso já aconteceu. E sabemos disso. Então, essa é uma forma de o servidor receber a sua remuneração na sua integralidade e, principalmente, aquele que menos recebe.

Submeto a V. Ex.^a, primeiro porque perguntei ao Senhor Deputado Euclério Sampaio, que é líder do

meu partido, do PDT, se S. Ex.^a tinha sido consultado sobre esse assunto; e S. Ex.^a não foi, a liderança do meu partido não foi. Para que pudéssemos tomar uma decisão em conjunto.

Antecipadamente, já foi submetido ao Plenário e até com requerimento de urgência para que fosse votado. Já adianto o meu voto que é contrário. Não há nada que justifique fazer uma mudança dessas, tendo em vista que é a mesma remuneração. Tem que ser pago o mesmo valor.

Portanto, acho que isso é incoerente, principalmente no momento de dificuldade econômica que estamos vivendo. Esse tíquete-alimentação tem muitas unidades de supermercados, de comércio que não aceitam. Então, fica muito mais fácil para o servidor. Estamos trabalhando o contrário.

O Sr. Euclério Sampaio - (PDT) – Vou seguir a orientação de V. Ex.^a, que, neste momento, V. Ex.^a está na condição de líder do PDT. Quero puxar como minhas as palavras de V. Ex.^a, porque irá causar um transtorno aos servidores, que têm isso como complemento dos seus salários. Parabéns, Senhor Deputado Da Vitória!

O SR. DA VITÓRIA - (PDT) – Agradeço a V. Ex.^a, Senhor Deputado Euclério Sampaio, as palavras, e submeto mais uma vez à Mesa Diretora - não sei se todos os três membros assinaram -, mas a minha manifestação e o meu voto contrário a esse projeto. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur)

O SR. SANDRO LOCUTOR - (PPS) - Senhora presidenta, pela ordem! Na qualidade de líder do PPS, peço a palavra para encaminhar votação.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sandro Locutor.

O SR. SANDRO LOCUTOR - (PPS - Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, também no mesmo diapasão do Senhor Deputado Da Vitória, nos manifestamos contrários e, em especial, cobramos do Poder Executivo, cobramos do Poder Judiciário para que, quando as decisões importantes vierem à plenário, conversemos antes sobre os temas. E a Mesa Diretora não expôs isso nem no Colégio de Líderes; não conversou com nenhum deputado. Não sei quem a Mesa Diretora ouviu para tomar essa decisão.

No momento de transparência em que vivemos, no momento em que o País atravessa uma crise muito complicada, temos notícias, inclusive na Casa, de que existem pessoas fazendo agiotagem com

esses cartões. Funcionários que querem antecipar os seus recursos, o valor do seu tíquete, trocam esses cartões em alguns segmentos empresariais ao custo de dez por cento de juros. E não podemos deixar aqui nem uma mácula e nem uma margem de ideia de que queremos beneficiar *a, b, ou c*; seja qual for a empresa.

Hoje, Senhora Deputada Luzia Toledo, que ora preside esta sessão, temos informações de que vários funcionários, que às vezes optam pelo tíquete por causa do Imposto de Renda, trocam no comércio pagando juros de cinco a dez por cento.

Então, tem que se deixar a opção para que os funcionários escolham, porque não podemos dar margem de que estamos querendo impor uma questão de um tíquete-refeição para quem tem hoje já garantido o direito de escolher entre o cartão e o valor em dinheiro. Talvez membros da sua família já recebam esse tíquete-refeição em outros ambientes que trabalham, e esse valor complementa a renda do nosso funcionário.

(Comparecem os Senhores Deputados Marcelo Santos e Nunes)

O SR. 2.º SECRETÁRIO - (CACAU LORENZONI) - (PP) – Só queria informar a V. Ex.^a que, em virtude dessa crise por que passa o Governo do Estado e o Governo Federal, essa resolução da Mesa Diretora foi só no intuito de economizar, mais ou menos, em torno de quatrocentos e cinquenta mil reais por ano, caso o recebimento do auxílio fosse exclusivamente pelo cartão magnético.

Desse modo, o projeto é no intuito de economizar, para que possamos vencer essa crise.

O SR. SANDRO LOCUTOR - (PPS) – Mas, senhor secretário, acho que isso poderia ter sido conversado no Colégio de Líderes, com os deputados e com os funcionários, porque há uma reclamação de que isso não foi comunicado a ninguém. Acho que nós, nesta Casa, precisamos dar ciência a quem interessa, antes de mandar para o Plenário um projeto de resolução com esse tema.

Agradeço o aparte e a colaboração do Senhor Deputado Cacau Lorenzoni, mas com relação à economia, tecnicamente também tem que ser explicada, porque o valor é o mesmo, não diminuirá o valor do tíquete-refeição.

Precisamos ter as informações, antes que esses temas venham a Plenário. **(Muito bem!)**

O SR. MARCELO SANTOS - (PMDB) – Senhora Presidenta, pela ordem! Na ausência do Líder do PMDB, Senhor Deputado Guerino Zanon, na forma regimental peço a palavra para encaminhar votação.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor

Deputado Marcelo Santos.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, quero dizer que a Mesa Diretora, inclusive, deveria retirar o regime de urgência dessa matéria para que pudéssemos discuti-la melhor, uma vez que tudo é discutido no Colégio de Líderes e isso não foi alcançado como um todo.

Se fosse para economizar, teriam colocado o tema em debate no Colégio de Líderes, mas não o fizeram. Desse modo, os servidores estão nos cobrando, pois trocarão agora o tiquete e haverá cobrança de um ágio, o que já era praticado.

Hoje, esse valor já faz parte do alimento deles, de seus orçamentos domésticos. Acho que promover isso nesta Casa será *um tiro no pé*. Peço aos colegas que votem contra o regime de urgência. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Amaro Neto)

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) – Senhor Presidente, pela ordem! Na qualidade de Líder do DEM, peço a palavra para encaminhar votação.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Edson Magalhães.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, estou solidários aos Senhores Deputados Marcelo Santos e Sandro Locutor.

Acho um absurdo! Temos uma PEC tramitando no Congresso Nacional para conceder setenta e oito por cento de aumento para os servidores do Judiciário, ao que somos totalmente contra. Neste ano, os servidores do Estado não tiveram aumento. Como deixaremos que eles percam parte desse valor?

Temos pessoas que, nos escritórios de representação, não têm nem como gastar. Esse é um valor agregado, um valor a mais. Estou totalmente solidário aos meus colegas e sou contra esse pedido de regime de urgência. Nesse faço questão de votar. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Guerino Zanon)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Em atendimento aos requerimentos feitos, formulados pelas várias lideranças partidárias, como Presidenta da Mesa neste momento... Sabemos que houve uma única intenção com referência aos gastos, mas, ainda sim, entendemos que seria melhor discutir no Colégio de Líderes e que depois esse projeto retorne ao Plenário

para que possamos decidir com mais tempo.

Portanto, o projeto fica retirado de pauta, para que a Mesa Diretora convoque os membros do Colégio de Líderes para uma discussão sobre o projeto. É assim que decidimos.

O SR. FREITAS – (PSB) - Senhora Presidenta, pela ordem! Cumprimento V. Ex.^a, que no exercício da Presidência é totalmente sensível à demanda do Plenário e das lideranças partidárias.

Em nome da liderança do PSB, parabeno a V. Ex.^a e a Mesa Diretora pela decisão de retirar esse projeto de pauta para que seja discutido no Colégio de Líderes, onde há a representatividade dos trinta deputados e onde não tem e nunca teve nenhum impedimento de que todos os deputados participassem.

Essa agenda deve acontecer no Colégio de Líderes, onde as lideranças partidárias têm a obrigatoriedade de participar e não há o impedimento da participação de nenhum Parlamentar.

Parabéns à Mesa Diretora pela sensibilidade de retirar o projeto.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) – Senhora Presidenta, pela ordem! Quando me dirijo ao Senhor Deputado Freitas em relação a nos reunirmos, os trinta Deputados, é porque cada Deputado tem seus funcionários, o que não podemos nos esquecer. Líder nenhum vai representar meu gabinete. Pelo amor de Deus! Vamos parar com isso!

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! Manifesto-me contra a retirada do projeto de urgência, porque quem administra a Casa é a Mesa, que responde perante o Tribunal de Contas. Portanto, em matéria de economia e de despesa, entendo que a Mesa é que tem que decidir, porque é ela que responde perante o Tribunal de Contas. Então, sou contra a retirada da matéria de pauta.

O SR. FREITAS - (PSB) – Senhora Presidenta, pela ordem! O equilíbrio conduz a qualquer bom acordo. E reforçarei: a reunião do Colégio de Líderes deste Parlamento não impede e nunca impediu nenhum Parlamentar de participar. Então, a melhor agenda é ser discutido no Colégio de Líderes e Parlamentar algum está impedido de participar, como nunca foi impedido de participar. Então, qualquer acréscimo nisso é falta de equilíbrio.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! Alerto V. Ex.^a de que esta medida economiza quatrocentos mil reais por ano. Então, se a maioria é a favor de a Assembleia Legislativa gastar mais quatrocentos mil, não concordo com isso e voto contra a retirada da matéria de pauta.

O SR. DA VITÓRIA - (PDT) – Senhora

Presidenta, pela ordem! Respeitamos a manifestação do nosso 1.º Secretário, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, mas isso que está sendo deliberado já estava previsto no orçamento anterior, para execução no decorrer de 2015. Então, se esta matéria tiver que vir a Plenário, minha sugestão é que ela seja submetida, depois de um bom diálogo com aqueles que representam a sociedade, aos que têm autonomia sob os seus mandatos e que vão proferir o voto. Se for para vencer, que pelo menos tenha argumentação factível em relação ao voto. É minha sugestão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! A matéria é assinada por três membros da Mesa. Estou dizendo que não concordo. O Senhor Deputado Theodorico Ferrazo não está presente. A Senhora Deputada Luzia Toledo está desistindo em nome de S. Ex.ª.

O SR. DA VITÓRIA - (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Apoio o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, mas discordo da urgência.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! Mas era só ter votado contra a urgência. Não precisava ter escândalo nenhum.

A SR.ª PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Já votamos.

O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, 1.º Secretário, está correto na sua argumentação, assim como o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni. Todos os dois foram unânimes em dizer que a pretensão deste projeto é exatamente economizar quatrocentos mil reais por ano.

As Lideranças Partidárias assomaram à tribuna e pediram mais tempo. Não são contra o projeto. Ninguém disse que é contra o projeto. Apenas se colocaram contra a votação em regime de urgência. Considerando isso, entendo que seria oportuno que esta discussão realmente fosse não só com o Colégio de Líderes, mas com os deputados que quiserem, conforme o Senhor Deputado Edson Magalhães acabou de argumentar.

De qualquer forma, em atendimento também ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos - embora eu já tenha decidido - quero consultar o Plenário sobre minha decisão. Na verdade, quero consultar o Plenário, para que eu não decida sozinha.

Então, consulto o Plenário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! Não gostaria que esta Casa cometesse uma atitude inédita. É um requerimento de urgência. Não é o Plenário que tem que decidir se retira; o Plenário tem que votar o requerimento de urgência: contra ou a favor. Se prevalecer o Plenário tirar mensagem de Deputado do Expediente, vai virar uma bagunça a

Assembleia Legislativa.

A SR.ª PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Então, vamos colocar em votação.

O SR. DARY PAGUNG - (PRP) – Senhora Presidenta, pela ordem! Estou ouvindo atentamente os dois lados: a Mesa e o Plenário. A Mesa, no intuito de economizar para a Casa, e o Plenário, no intuito de ver com que motivação a Mesa fez este projeto de resolução.

Acredito que os dois lados têm razão. Acredito que os trinta deputados também querem economia, querem ajudar o estado, querem ajudar a Assembleia nessa crise que estamos passando, mas pedirei a V. Ex.ª que, se for derrubado o regime de urgência, que a Mesa convoque o Colégio de Líderes para discutirmos a motivação de colocar o projeto de lei para o Plenário.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) - Gostaria de lembrar ao Senhor Deputado Dary Pagung que quando S. Ex.ª cassou sete audiências públicas de cinco mil reais cada uma, que dá um montante de trinta e cinco mil reais, S. Ex.ª também não ouviu o Colégio de Líderes. S. Ex.ª se reuniu com o gabinete e com o presidente e rapidinho entraram neste plenário e cassaram sete audiências públicas de cinco mil reais cada uma, que somam trinta e cinco mil reais. Então, não estou entendendo porque S. Ex.ª quer proteger auxílio-alimentação dos gabinetes. Esse é o problema de contradição neste Plenário.

A SR.ª PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente, passa-se à fase das Comunicações.

*** EXPEDIENTE PUBLICADO CONFORME CÓPIAS ENVIADAS PELOS RESPECTIVOS SETORES DE ORIGEM.**

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) - Senhora Presidenta, pela ordem! Gostaria de registrar que a questão das audiências públicas foi a pedido deste Deputado que vos fala por achar melhor.

Como disse o presidente desta Casa, temos que fazer audiências públicas quando pudermos realmente atender às demandas do povo. Quando não pudermos, não vamos enganar o povo. Então, uma audiência só é suficiente. E Parabéns ao Senhor Deputado Dary Pagung que nos ouviu.

O SR. GUERINO ZANON - (PMDB) - Senhora Presidenta, pela ordem! Sei que foi votada a questão das audiências públicas, é legítimo, ganhou, foi decidido não fazê-las. Cometemos, no meu entendimento, um tremendo erro, independente se o estado cumprirá ou não com as demandas da

sociedade. Mas tirar a oportunidade dos deputados de irem até a população discutir o Orçamento, no meu entendimento, foi um tremendo erro.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Hércules.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) – (Sem revisão do orador) - Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, telespectadores do canal 12, TV Ales, e do canal 2, TV Educativa, quero pedir a Senhora Fabiana Pontes que projete uma informação no nosso telão.

Teremos uma audiência pública, hoje, às 19h, sobre a questão das águas, devido à dificuldade que todos estamos passando.

O rio Santa Maria da Vitória nasce na localidade de Alto Santa Maria, no município de Santa Maria de Jetibá, e deságua na baía de Vitória, percorrendo cento e vinte e dois quilômetros. Apresentando uma vazão média de 19m³/s, o rio reafirma sua posição de um dos principais mananciais de abastecimento da Grande Vitória.

E para falar sobre o assunto peço *venia* ao Senhor Deputado Sergio Majeski, nosso professor, craque no assunto e para quem *tiro o chapéu*.

A Bacia Hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória apresenta uma área de drenagem de aproximadamente mil e oitocentos e quarenta e quatro quilômetros quadrados e envolve o município de Santa Maria de Jetibá e parte dos municípios de Santa Leopoldina, Cariacica, Serra e Vitória.

Entre os principais afluentes do rio Santa Maria da Vitória podem ser citados os rios Possmouser, Claro, São Luís, Bonito, da Prata, Timbuí, Mangaraí, das Pedras, Caramuru, Duas Bocas, Triunfo, Jequitibá, Farinhas, Fumaça e São Miguel.

O rio Jucu, que conheço um pouco melhor, tem uma extensão de cento e sessenta e seis quilômetros, que vai da nascente, em Domingos Martins, até a foz, na boca da Barra do Jucu, no Brega, em Vila Velha.

A nascente do rio Jucu fica na Serra do Castelo, que é uma ramificação da Serra de Pedra Azul. Este é o ponto culminante da bacia, com mil e oitocentos metros de altitude. Sua bacia hidrográfica abrange uma área de dois mil e duzentos e vinte quilômetros quadrados, na qual estão situados os municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano e parte dos municípios de Viana, Vila Velha, Cariacica e Guarapari.

Estamos aguardando a projeção, mas parece que está ocorrendo um defeito técnico. Isso é algo totalmente compreensível porque a transmissão ao vivo, às vezes, daquilo que propomos na hora que queremos, é muito difícil. De qualquer forma, se tiver oportunidade de assomar a esta tribuna novamente, falarei sobre o assunto. Não se preocupem, pois isso acontece.

Informo também que hoje foi lida a criação da Frente Parlamentar Estadual em defesa dos rios Jucu e Santa Maria. À noite, falaremos mais sobre isso nesta Casa. A manifestação que está sendo organizada na Barra do Jucu será no dia 02 de novembro de 2015, dia de *Finados*, por coincidência. Será o enterro simbólico do rio Jucu. Teremos caixão, cruzes e outras manifestações.

Não se trata de nada contra ninguém, contra governo ou contra a Cesan, mas simplesmente a favor do povo que está morrendo de sede. Essa é a nossa luta. Agradeço a todos os meus pares a criação dessa frente. Todos os outros vinte e nove apoiaram e aprovaram essa nossa iniciativa.

O Eduardo Pignaton estará presente nesta Casa, à noite. E temos o máximo de respeito pelo seu trabalho em defesa do rio Jucu e da nossa bacia dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória.

Muito obrigado. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Senhora Presidente, declino. Antes, porém, registro a presença nesta Casa da Vereadora pelo Município de Mimoso do Sul, Lourdes, que é do PDT.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Está registrada a presença da Vereadora Lourdes, do PDT.

Tendo S. Ex.^a declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Bruno Lamas.

O SR. BRUNO LAMAS – (PSB – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Deputada Luzia Toledo, minha amiga, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, servidores da Casa, imprensa presente e todos que nos acompanham pela da TV Ales, registro a presença da Vice-Prefeita de Jerônimo Monteiro.

Farei o registro de um importante acontecimento ocorrido ontem, em Serra. E agradeço ao Governo do Estado, na pessoa do Paulo Roberto, Secretário-Chefe da Casa Civil, porque toda a cúpula da Segurança Pública esteve presente ontem na cidade de Serra, em um evento promovido pelo movimento popular da cidade - pela Federação das Associações de Moradores pela Assembleia Municipal do Orçamento e, conseqüentemente, por muitos líderes e presidentes de bairros.

O padre da paróquia José de Anchieta e o pastor Délio estiveram presentes. Contamos também com a presença de quatro vereadores. Participei do evento, bem como toda a cúpula da Segurança Pública - a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Secretário André Garcia.

A pauta, naturalmente, era sobre melhoria na segurança pública da cidade, que é a maior do Estado, a mais populosa e a com a maior extensão

territorial, mas, infelizmente, é uma cidade que aparece sempre no *ranking* como uma das mais violentas do Brasil e, conseqüentemente do Estado.

Os debates giraram em torno da Educação, da melhoria da iluminação pública, da cultura, da inclusão social, do papel das famílias, do papel das igrejas, da necessidade dos investimentos por parte do município e lá pudemos reafirmar que será publicado agora - parabéns ao prefeito Audifax Barcellos - o edital do concurso público da guarda municipal de segurança, mas me posicionei naquilo que tenho defendido constantemente, que é a melhoria do efetivo da Polícia Militar.

O 6.º Batalhão chegou a ter apenas quatrocentos e cinquenta policiais. Hoje conta com algo em torno de seiscentos e poucos. Mas, como não sou um deputado de ficar preso em gabinete, visito as escolas, visito as companhias de polícia, visito o 6.º Batalhão, estou sempre interagindo com os movimentos organizados da cidade, sei que é preciso ter, pelo menos, oitocentos policiais para melhorar a segurança pública daquela cidade.

Acredito que alcançamos o objetivo. Essa foi, inclusive, a fala do Secretário André Garcia. Mas, Senhora Deputada Luzia Toledo, gostaria de registrar que tenho muito respeito pelo secretário, por seu trabalho, por sua história, por sua seriedade e por tudo que significa para o nosso estado. Mas o secretário ontem, e prefiro entender assim, talvez por conta da sua correria, de suas inúmeras responsabilidades, tratando da segurança pública de nosso estado, foi um tanto quanto deselegante com este deputado. Estava um tanto quanto irritado e a todo momento questionando o porquê dos nossos questionamentos, o porquê de defender o aumento do efetivo e que isso não resolverá. Cheguei a algum momento a pedir um pouco mais de respeito com a cidade de Serra, com o Deputado Bruno Lamas.

Convicto no meu ponto de vista, volto a dizer que tenho uma ótima impressão do secretário André Garcia. Acredito no seu trabalho e na sua seriedade, mas ontem S. Ex.^a foi um tanto quanto infeliz em suas posições naquela audiência pública.

Deixei claro para S. Ex.^a que nossa cidade precisa de um efetivo melhor. Precisa de mais respeito, de mais atenção. Até porque é uma cidade que contribui muito com a economia do estado e nossa população, infelizmente, está clamando por mais segurança.

Entendendo que o secretário possivelmente poderia estar em um dia muito tumultuado. Todos estamos sujeitos a esse tipo de atitude, mas não poderia deixar de registrar que me senti ofendido, que me senti prejudicado e que senti minha cidade, ao mesmo tempo em que foi respeitada com a presença da cúpula total da segurança pública, não respeitaram o nosso ponto de vista de que hoje o nosso principal problema é uma melhoria no efetivo da Polícia Militar.

Finalizo, desejando sucesso ao trabalho do

Secretário André Garcia. Colocando-me à disposição de S. Ex.^a, mas reafirmando que sabemos o que queremos e precisamos de, pelo menos, oitocentos policiais neste novo momento de distribuição dos novos concursados da PM. Tenho dito, Senhora Presidenta. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Hudson Leal)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sergio Majeski.

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, meus cumprimentos à Mesa, aos colegas presentes, aos funcionários da Casa, à imprensa presente, àqueles que se encontram às galerias e àqueles que os assistem pela TV Ales.

Hoje, na discussão a respeito do projeto da Mesa sobre o tíquete dos funcionários houve tantas manifestações e com algumas trocas de acusações sobre incoerência. Muitas vezes tenho falado sobre isso. Quase sempre sou metralhado quando falo sobre incoerência ou as incoerências existentes em relação a cumprimento de Regimento, de Constituição, em relação àquilo que se aprova ou não.

Hoje, novamente se ventilou a questão das audiências públicas sobre o orçamento, quando na semana passada foi dito como argumentação que não adiantava fazer as audiências porque era uma enganação e acabava-se votando do jeito que o governador queria. É estranho. Se falo isso em plenário, as pessoas tentam me metralhar, dizendo que é um absurdo acusar os senhores deputados. Mas, quando outros falam, está tudo bem e fica o dito pelo não dito. Mostra-se que há realmente muita incoerência nas atitudes em plenário.

Ontem o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos mencionou a questão das superintendências. Estranhamente a Secretaria de Estado da Educação, por meio de seu secretário, abriu processo seletivo para algumas superintendências, uma coisa um tanto inusitada. Acho até democrático se for um processo realmente transparente, que visa a melhorar a educação e merece todo nosso aplauso.

Mas temos visto que as superintendências de educação, assim como a própria Secretaria, não têm agido como parceiras das escolas; muito longe disso. Tenho feito até uma analogia em relação ao período da escravidão. É como se a Secretaria de Estado da Educação fosse o senhor de engenho, a superintendência fosse o feitor com o chicote na mão e aqueles que estão nas escolas os escravos, porque na verdade o trabalho que a superintendência tem exercido é muito mais de vigilância, de punição e de ameaças do que de parceria.

Toda a questão educacional, em relação à

Secretaria e à Superintendência, tem que ser pensada. As superintendências precisam ser parceiras das escolas e não amedrontar e ameaçar professores e diretores o tempo inteiro como vem acontecendo.

As escolas, hoje, têm que lidar com uma quantidade tão grande de problemas que não têm estrutura, Senhor Deputado Padre Honório, V. Ex.^a conhece muito bem essa realidade. Nem os professores têm condição, muitas vezes, de lidar com a questão da violência, com uma infinidade de problemas que estouram dentro da escola.

As superintendências deveriam ser organizadas de tal forma que fossem um suporte e parceiras das escolas e os superintendentes fossem pessoas altamente afinadas e conhecedoras dos problemas educacionais, de tal forma que pudessem prestar um grande auxílio aos problemas enfrentados pelas escolas, pelos professores e pelos diretores. Mas, infelizmente, vemos as superintendências, na maioria das vezes, agindo: *Ah, amanhã vai ter inspeção*. E passa uma quantidade imensa de funcionários, revirando todos os papéis, conferindo as pautas do diário.

Imagine, em pleno século XXI, não tem diário eletrônico instalado ainda no Estado. E supervisores da superintendência ficam dentro das escolas fiscalizando pauta, livro de ponto e não sei mais o quê. Ora, em que isso melhora a qualidade da educação? Deveria ter uma quantidade imensa, Senhor Deputado Euclério Sampaio, de pessoas capacitadas para ir para dentro das escolas auxiliar os professores em termos de treinamento e de problemas existentes. Infelizmente, as superintendências pouco ou nada contribuem para a efetivação de uma qualidade de educação. Muito obrigado, Senhora Presidenta. **(Muito bem!)**

(Comparecem os Senhores Deputados Marcos Bruno e Janete de Sá)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sandro Locutor, Presidente da Unale.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, cumprimento as lideranças que nos acompanham pelas galerias, os amigos telespectadores que nos acompanham pela TV Ales, TV Educativa e demais veículos de comunicação que transmitem nossa sessão.

Ontem, nesta Casa falei do problema da saúde no município de Cariacica. Vivenciamos cenas ridículas do líder maior do município, o prefeito municipal. E quanto a essas manifestações, é só o cidadão ler nas redes sociais, conversar na rua com a população de Cariacica, que do mais simples morador ao mais intelectual do município sabe que a saúde está um caos há muito tempo no Município de Cariacica.

E, puro e simplesmente, pegar uma estrutura que é do governo, pegar uma estrutura cujo recurso foi oriundo do Governo do Estado, Senhores Deputados Euclério Sampaio, Marcelo Santos e Marcos Bruno, e dizer que é o dono, que é ele quem fez e aconteceu? Ele apenas colocou para funcionar transferindo um problema de lugar. Fechou um PA arcaico, igual era o de Itacibá, que tem denúncias no Conselho de Enfermagem, no CRM e em todos os setores, e transferiu de forma midiática, digamos assim, para o trevo de Alto Lage. O PA era para ser mais uma unidade a favor do cidadão de Cariacica.

O meu amigo Maurício, que mora em Castelo Branco, possuiu um problema de visão, está com problemas de diabetes afetando a perna, precisou ir à unidade de saúde de Bela Vista em busca de uma pomada e de uma enfermeira para fazer o curativo, mas não pôde ter atendido o direito constitucional do cidadão. O *Maurição* está me ouvindo e deve estar se recordando, foi recente. Precisou de uma pomada na unidade de saúde. Temos informação de medicamentos vencidos adquiridos pelo município. A saúde está uma vergonha.

Ontem, pasmem os senhores, a Câmara Municipal de Cariacica, que tem o meu respeito; fui vereador lá, mas está com uma visão muito distorcida sobre o que está acontecendo no município; aprovou a criação de nove cargos comissionados. Isso gerará meio milhão de salário durante o ano para nove cargos comissionados para o PA do trevo. Transferiu o problema de Itacibá, aumentou o problema em um PA, que seria novo para dar flexibilização e maior atendimento à sociedade. Agora, cria nove cargos comissionados, em ano pré-eleitoral, para ofertar para os seus cupinchas ou para quem seja para, puro e simplesmente, transferir um problema de lugar.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O Sr. Euclério Sampaio – (PDT) – Senhor Deputado Sandro Locutor, parabênz V. Ex.^a. A situação de Cariacica está de mal a pior. Os direitos constitucionais do cidadão de Cariacica, na visão do atual gestor, são samba e futebol. É inadmissível que de dois PA's, fechem um, abarrote o outro e criem cargos em um momento tão difícil para os municípios para dar lugar a seus apadrinhados. Isso é muito ruim. Acho que *o soneto saiu pior do que a emenda*.

Isso tem que ser mudado, tem que ser visto pelo Tribunal de Contas. E a Câmara, lamentavelmente, não está fiscalizando esse prefeito. Por mais amigos que tenhamos na Câmara, acho que ela tem que ser mais diligente.

Parabéns, Senhor Deputado Sandro Locutor, por lutar e defender o povo de Cariacica.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) – Agradeço.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Marcelo Santos.

O Sr. Marcelo Santos – (PMDB) – Cumprimento V. Ex.^a, que hoje tem uma visão mais ampla da administração pública, consegue perceber nos demais estados brasileiros, que V. Ex.^a tem visitado como presidente da nossa instituição de classe, como está sendo mal gerida a Prefeitura de Cariacica.

Isso não é só na saúde, que entendo que deveria ser a principal ação a promover o desenvolvimento e alcançar os cidadãos. Temos problemas na segurança pública. V. Ex.^a e nós, junto com os demais colegas deputados, ajudamos a Secretaria de Segurança a doar cem câmeras de vídeo monitoramento, mas não tem nada funcionando. Colocamos dinheiro para recurso de pavimentação, e o asfalto é mal feito.

Poderia falar mais de uma hora, mas quero dizer que fico muito triste com a gestão que é proferida hoje pelo atual prefeito, que não atende sequer um por cento do que ele se comprometeu com a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) – Agradeço a V. Ex.^a.

Quero dizer com muita tranquilidade, alguns estão me questionando porque o prefeito é do meu partido. Não estou nesta Casa para permanecer fazendo parte de uma administração que está levando o município ao retrocesso. Temos naquele município poucas avenidas. O bairro Rio Marinho, por exemplo, uma rua de doze metros, ele está fazendo pavimentação de seis, Senhor Deputado Cacau Lorenzoni, V. Ex.^a já foi prefeito. Apesar de, no projeto, constar drenagem e pavimentação, está fazendo só a pavimentação, jogando pó de asfalto na rua e a drenagem não está sendo feita. É um absurdo! Voltarei a falar constantemente. Não é por ser do meu partido que tenho que passar a mão na cabeça. **(Muito bem!)**

(Comparecem os Senhores Deputados Gilsinho Lopes e Raquel Lessa)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Freitas.

O SR. FREITAS – (PSB – Sem revisão do orador) – Senhora Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhora Presidente Luzia Toledo, minha querida amiga, V. Ex.^a fica muito bem ocupando essa cadeira de presidente, fica ainda mais elegante. O Senhor Deputado Cacau Lorenzoni está olhando para mim com ciúmes.

Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, querido povo capixaba, venho nesta fase das Comunicações para poder novamente falar. Não vou me cansar de falar e pedir ao povo capixaba que acione nossos deputados federais e senadores,

Senhores Deputados Da Vitória e Marcelo Santos, e a nossa bancada federal para que pense com o sentimento e o bolso do povo capixaba e, quando tiver que votar, posicionem-se e debatam contra o retorno da CPMF.

Não podemos permitir que enfiem a mão no bolso do nosso povo mais uma vez. Estão tirando todos os serviços básicos da sociedade que mais precisa. O serviço que estão retirando, mais recentemente anunciado, é a farmácia popular.

Foi falado pelo Senhor Deputado Sandro Locutor que estão retirando medicamentos dos postos de saúde de Cariacica, mas o governo federal retira a farmácia popular do acesso de todo brasileiro, um convênio com as drogarias do país inteiro, Senhor Deputado Euclério Sampaio PDT, para que, quem mais precisa, o assalariado, o trabalhador, possa comprar medicamento para diabetes, colesterol e pressão alta, principalmente, com noventa por cento de desconto em qualquer drogaria conveniada, que tenham Farmácia Popular escrito em frente.

Foi uma grande política social que precisamos elogiar, estabelecida no governo do ex-presidente Lula. A atual presidente disse que não tiraria nenhum benefício de quem precisa, que não tiraria as políticas sociais. Agora estão tirando a farmácia popular, e, enquanto estão tirando o medicamento do acesso do cidadão, estão incluindo a CPMF, aumentando a conta de luz, aumentando o valor da gasolina mês a mês e o do gás, como ocorreu semana passada.

É um absurdo! Temos que dizer não à famigerada CPMF. Como se não bastasse tudo aumentar, como vem aumentando, ainda querem colocar a CPMF. Sou obrigado a dizer não e ligar para meu deputado federal e para meu senador e dizer que quero que o voto deles seja não, contra a CPMF. Peço a cada eleitor que acesse o *site* do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, do Senado, identifique seu senador e seu deputado, passe um correio eletrônico e peça para votar contra a CPMF.

O Sr. Marcelo Santos – (PMDB) – V. Ex.^a tem toda a razão. Instituir mais uma vez a cobrança de CPMF será um crime, uma vez que já pagamos demais.

O Sr. Euclério Sampaio – (PDT) – Senhor Deputado Freitas, quero parabenizá-lo. Não acredito que um Parlamentar, em sã consciência, do nosso estado vá votar a favor dessa famigerada CPMF porque está tendo aumento em tudo, só não tem aumento de salário. Aumentar impostos para reduzir salário é uma aberração muito grande. O povo tem que ficar atento porque isso não pode voltar.

Parabéns, Senhor Deputado Freitas!

O SR. FREITAS – (PSB) – Agradeço o aparte aos Senhores Deputados Euclério Sampaio e Deputado Marcelo Santos. Continuarei insistindo nesse argumento, nesse debate para que nós, parlamentares, possamos fazer em sintonia com os

nossos parlamentares federais, com os nossos senadores. Que possamos mobilizar a sociedade. A sociedade precisa participar desse debate, a sociedade precisa participar deste momento. Não tenho dúvida. Não precisa sair às ruas, é de dentro da sua casa, é do seu *smartphone*, é para poder acionar os nossos deputados federais, Senhor Deputado Edson Magalhães. Não tenho dúvida de que se verão pressionados a votar contra o retorno da CPMF, que sacrifica muito mais o assalariado e as pessoas de baixa renda.

Muito obrigado, Senhora Presidenta. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Findo o tempo destinado à fase das Comunicações, passa-se à Ordem do Dia.

Discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Resolução n.º 53/2015, da Mesa Diretora, que altera a Resolução n.º 2.890, de 23/12/2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos serviços administrativos da Secretaria da Assembleia Legislativa e sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos seus respectivos servidores. Publicado no DPL do dia 03/09/2015. Pareceres orais da Comissão de Justiça, pela constitucionalidade, com emenda, da Comissão de Defesa da Cidadania e da Comissão de Finanças, ambos pela rejeição da matéria e da emenda apresentada pela Comissão de Justiça. Na Mesa Diretora, o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos se prevaleceu do prazo regimental para relatar a matéria na sessão ordinária do dia 07/10/2015. (Prazo até o dia 19/10/2015).

Consulto o relator, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, se está apto a oferecer seu parecer.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Sim, Senhora Presidenta.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra a V. Ex.^a.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta e Senhor 2.º Secretário, passo a relatar o Projeto de Resolução n.º 53/2015, de autoria da Mesa Diretora, que altera a Resolução n.º 2.890, de 23/12/2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos serviços administrativos da Secretaria da Assembleia Legislativa e sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos seus respectivos servidores.

Trata-se do Projeto de Resolução n.º 53/2015, de autoria da Mesa Diretora, alterando a Resolução n.º 2.890, de 23/12/2010, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos serviços administrativos da Secretaria da Assembleia Legislativa e sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos seus respectivos servidores. O presente projeto tramita em regime de urgência e encontra-se sob a relatoria deste deputado,

que solicitou o prazo regimental para emissão de parecer e análise posterior dos membros da Mesa Diretora.

Em apertada síntese, são essas as questões de fato e de direito com o suporte nas quais passo a emitir o presente parecer, de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis. É o relatório.

Preliminarmente, verificamos que o projeto de resolução ora analisado modifica qualificação do profissional apto a ocupar cargo comissionado - diretor de consultoria técnica -, sendo que, hoje, somente um servidor efetivo de carreira de consultor temático pode ocupá-la. E a nossa proposta modifica a qualificação exigida para possuir curso superior completo.

Passando a analisar o mérito do texto do projeto, observamos, dentre outros, os importantes aspectos: art. 37, inciso II e V da Constituição Federal, Lei maior do nosso País, diz o seguinte:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e também ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998).

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para o cargo em comissão declarada em lei de livre nomeação e exoneração. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998).

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

Verificamos a notória compatibilidade do texto do projeto de resolução apresentado com a parte final do inciso II do art. 37 da CF citado, especialmente pela natureza de livre nomeação e exoneração do cargo de diretor da Consultoria, característica essa que será integralmente respeitada a

partir da aprovação da presente matéria.

É intenção ainda deste relator o término do cadastro de reserva neste Poder, pois nem todas as categorias de servidores obtiveram na reforma realizada em 2010, por meio da aprovação da Resolução 2.890, o mesmo tratamento.

Trazemos à ciência de todos os nobres pares que possuímos trinta e dois servidores da categoria de técnico júnior atuando nas portarias e garagens, e trinta e seis da categoria de técnico sênior atuando como segurança, sob a orientação de seus respectivos supervisores, coordenador e diretor, todos os quatro ocupantes de cargos comissionados, ou seja, sessenta e oito servidores efetivos dentre técnico sênior e júnior, sob a chefia mediata e imediata de quatro servidores comissionados.

Chama-nos, porém, a atenção no citado caso que, apesar do número bem superior ao número de efetivos que atuam na Diretoria de Consultoria Temática, nenhum cadastro de reserva foi realizado para os técnicos sênior e júnior, assim pergunto: *Por qual motivo? Talvez pelo fato de a reforma realizada não ter contado com representantes de todas as categorias?* Sim, foi por isso!

Contudo fica notório que não estamos nesta Casa para perseguir ou discriminar nenhum servidor ou categoria, mas sim tratá-los de forma igualitária e justa, o que por muitos anos não aconteceu neste Poder. Prova disto são os fatos acima registrados e sobre os quais desafio que algum profissional desta Casa de Leis me desminta ou corrija.

Por meio da parte do texto do inciso V do art. 37 da Constituição Federal, *os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.*

Verificamos que o presente projeto encontra-se em perfeita sintonia com a Carta Magna deste País, tendo em vista que o percentual nele contido já se encontra expresso na Resolução n.º 2.890/10, computado sobre a totalidade dos cargos em comissão deste Poder, demonstrando, portanto, mais uma vez, a desnecessidade de cadastro de reservas existente para categoria *a* ou *b*, principalmente por não terem, espero que por esquecimento, tratado com o mesmo respeito e zelo as demais categorias não possuidoras do mesmo privilégio, ou seja, cadastro de reserva.

Importante registrar que, atualmente, dos cargos de primeiro escalão deste Poder, somente a Procuradoria-Geral possui o chamado cadastro de reserva, exigindo-se para ocupá-lo a qualificação de procurador, fato que demonstra mais uma incoerência na reforma ocorrida em 2010, tendo em vista que exigir qualificação de servidor efetivo para ocupação de cargo comissionado, se cabível, deveria ser para o ordenador de despesa, diretor-geral, evitando-se assim que, no futuro, pessoas sem vínculo permanente com esta Casa de Leis ocupem tal função, podendo a qualquer tempo se desvincular e

dificultar qualquer responsabilização por seus atos, diversamente do caso de ser um servidor de carreira deste Legislativo Estadual.

Outros casos sem justificativa de cadastro de reserva na Assembleia Legislativa, além da Diretoria da Consultoria Temática e da Procuradoria-Geral, estão nas exigências para ocupação da Diretoria da Taquigrafia e da Subprocuradoria-Geral, áreas vinculadas diretamente aos técnicos que participaram da elaboração do projeto que deu origem à Resolução n.º 2.890/10.

Importante e imprescindível o registro de mais uma notória e flagrante incoerência pela alteração da qualificação do cargo de diretor da Procuradoria, ocorrida na legislatura anterior, quando deixou de ser exigida a qualificação procurador, demonstrando-se que as defesas técnicas foram realizadas de acordo com interesses pessoais e circunstanciais e, contudo, fortalece o relatório deste Deputado no sentido de que o cargo comissionado possui natureza de livre nomeação e exoneração permitindo-se, assim, que a autoridade competente escolha livremente com quais profissionais quer realizar suas metas. Obviamente, respeitando-se os demais critérios legais e constitucionais.

Diante de todo o exposto, objetivando o tratamento igualitário e isonômico entre as diversas carreiras deste Poder e, finalmente, objetivando o respeito à natureza do cargo em comissão, mantendo-se ainda o padrão utilizado como critério para nomeação dos cargos de primeiro escalão deste Poder, com exceção do Procurador-Geral, relatamos pela aprovação da matéria, registrando-se que os demais casos de cadastro de reserva neste Poder serão tratados em momento oportuno por este Parlamentar.

Sendo assim, finalmente solicitamos o apoio dos membros da Mesa Diretora e dos nobres pares deste plenário. Este é o relatório, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE - (CACAU LORENZONI - PP) - Retorno a presidência dos trabalhos à Senhora Deputada Luzia Toledo. **(Pausa)**

A SR.ª PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Assumo a presidência dos trabalhos neste momento para dar continuidade ao rito da sessão.

O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, 1.º Secretário da Mesa, opina pela rejeição do parecer com emenda apresentada pela Comissão de Justiça e pela aprovação da matéria conforme o texto original.

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como vota o Senhor 2.º Secretário?

O SR. 2.º SECRETÁRIO - (CACAU LORENZONI - PP) - Com o relator.

A SR.ª PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO

- **PMDB** - A Presidenta vota a favor.

Aprovado o parecer à unanimidade na Mesa.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Requeiro a V. Ex.^a preferência para votação do projeto na forma dos pareceres das Comissões de Finanças e de Direitos Humanos.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - O requerimento de V. Ex.^a depende do apoio do Plenário.

Em votação o requerimento do Senhor Deputado Euclério Sampaio que é pela rejeição da matéria.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - Senhora Presidenta, pela ordem! Queria encaminhar. V. Ex.^a quer que eu me cale ou se conforma com o sistema democrático de manifestação?

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – Só quero que se cumpra o Regimento. Já estava em votação o meu requerimento. Apenas isso, Senhora Presidenta.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - V. Ex.^a requereu fora da hora. Não estava nem na hora de V. Ex.^a requerer.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – V. Ex.^a quer ser o todo-poderoso, mas não é. O meu mandato tem que ser respeitado.

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Senhor Deputado Euclério Sampaio, o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos está encaminhando o seu requerimento na Mesa e S. Ex.^a pode fazer isso.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - Não tem esse negócio de todo-poderoso, Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – Desculpas, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - V. Ex.^a não está prestando atenção na sessão.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – Estou prestando mais atenção do que V. Ex.^a imagina.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - V. Ex.^a estava querendo cassar o meu direito de falar sobre um requerimento que V. Ex.^a apresentou. V. Ex.^a se conscientizou de que cometeu um equívoco?

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) – O prazo está passando, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Mas quem resolve isso é a Mesa, não é V. Ex.^a.

Queria fazer o Plenário ver que se o requerimento do Senhor Deputado Euclério Sampaio for aprovado, ele apenas tratará de anular todo o processo, de derrotar o processo porque S. Ex.^a entendeu que esse assunto não deve ser discutido. Quem prestou atenção no meu relatório, pode observar que o que estamos fazendo não é nenhuma injustiça com ninguém. Pelo contrário: a matéria trata de fazer justiça com todos os servidores da Casa. O que existe, hoje, na lei é que é uma injustiça. Na comissão que fez essa reforma em 2010, indicada pelo então presidente Elcio Alvares, cada um tratou de defender o seu cargo e colocou que o cargo é vinculado, que só podem ser nomeados aqueles que estavam no cargo, que é a Subprocuradoria, a Taquigrafia e a Consultoria. Olhem, por que não colocaram então que em todos os outros cargos teriam de ser nomeados comissionados só quem é daquele setor? Entendeu, Senhor Deputado Amaro Neto? O que eles fizeram? Fizeram uma comissão para estudar a reforma, aqueles que estavam na comissão da reforma trataram de preservar o direito deles. Então, diziam: *No nosso cargo só nós que podemos ser nomeados*. Num cargo comissionado de comando! Isso é contrário à Constituição Federal, é contrário a todas as normas administrativas de todos os Poderes. Como teremos um Regimento Interno em que a pessoa condiciona que só pode ser escolhida entre eles e que o gestor da Assembleia não pode nomear uma pessoa de fora? Vamos dizer que o presidente desta Assembleia, no futuro, seja o Senhor Deputado Gilsinho Lopes, e tem um delegado, por exemplo, que é de carreira, concursado, efetivo no Estado e que S. Ex.^a queira trazê-lo para comandar a secretaria temática, S. Ex.^a não poderá porque fizeram uma reserva de mercado e passou na *cara da Assembleia*, que dizia o seguinte: *Nós fizemos a lei e será votada pelos deputados e só nós podemos ser nomeados*. Isso é restringir o direito da Mesa. Hoje é uma Mesa e amanhã será outra.

O que queremos não é perseguir ninguém; mas é abrir o direito dos deputados nomearem quem entenderem que tem qualificação para comandar a diretoria e trataram de fazer uma reserva de mercado só para quem estava na comissão. As outras diretorias não fizeram isso porque *os caras* não estavam nela. Temos técnicos júnior e técnicos sênior fazendo função e que o comandante deles tem cargo comissionado. E por que ficaram de fora? Porque não estavam na comissão que fez a reforma. Estamos corrigindo isso e dando uma demonstração de que esta Assembleia não é protetora de segmentos nesta Casa. Isso não quer dizer que ninguém será exonerado de lado nenhum porque se o presidente

desta Casa - ou o atual ou o futuro - entender que deve ser um funcionário daquele setor, pode nomeá-lo. O que estamos corrigindo é que isso não pode atender somente a três categorias de servidores nesta Casa, ou teria que ser para todas as categorias, para todas as diretorias, ou não pode ser somente para três e, coincidentemente, para três que participaram da comissão que fizeram a reforma. Entendeu, Senhor Deputado Euclério Sampaio? Essa é a questão. Não estamos querendo perseguir e nem absorver ninguém. Queremos fazer justiça porque esta Casa não pode ter duas faces, isto é, uma para proteger um segmento e outra para não proteger o outro. Então, nosso projeto tem o objetivo de não prejudicar nenhum segmento, mas fazer justiça a todas as diretorias desta Casa.

Senhora Presidenta, encaminho contra o requerimento do Senhor Deputado Euclério Sampaio porque se o requerimento for aprovado pelo Plenário o projeto será rejeitado e não discutiremos o projeto em si. Então, faço um apelo a V. Ex.^a que retire esse requerimento que seria...

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) - Senhora Presidenta, pela ordem! Na forma regimental, peço a palavra para encaminhar votação pelo PDT.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT - Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, entendo as razões do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, mas entendo que S. Ex.^a deva estender o que ocorre hoje às demais categorias. Não tirar o que entendo que é benéfico para o serviço público e para esta Casa, Senhora Deputada Luzia Toledo. Então, mantenho meu requerimento para que a votação seja na forma do parecer das Comissões de Defesa da Cidadania e de Finanças. Já acordei com o vice-líder do PDT e com diversas outras lideranças. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Em votação o requerimento de encaminhamento do Senhor Deputado Euclério Sampaio que pede preferência para votação do projeto na forma dos pareceres das Comissões de Finanças e de Defesa da Cidadania; e o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos encaminhou o contrário.

Os Senhores Deputados que votam a favor do encaminhamento do Senhor Deputado Euclério Sampaio, permaneçam como estão; e os Senhores Deputados que votam a favor do encaminhamento feito pelo Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, levantem a mão.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) -

Estou levantando a mão para votar a favor do parecer da Comissão de Justiça.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Há alguma dúvida do Plenário, ou seja, o plenário tem dúvida nos encaminhamentos?

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – É só contar os votos, Senhora Presidenta.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Há alguma dúvida do Plenário? O Plenário está com dúvidas nos encaminhamentos? Há vinte e cinco votantes; seis votos foram contrários.

Antes de terminar a votação, ouço o Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Esse projeto de resolução recebeu parecer pela aprovação, com emenda na Comissão de Justiça e parecer contrário nas Comissões de Defesa da Cidadania e de Finanças. A Mesa é favorável, sem emenda. Estamos votando, para que a matéria seja votada pelo parecer da Comissão de Justiça ou da Comissão de Defesa da Cidadania?

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – S. Ex.^a quer que vote pela Comissão de Defesa da Cidadania...

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Senhora Presidenta, o projeto já foi aprovado. A votação não pode ser interrompida.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Ainda não anunciei a votação. Um momentinho. Há duas posições, Senhor Deputado Rodrigo Coelho...

O SR. GILSINHO LOPES – (PR) – Senhora Presidenta, pela ordem! Quero dizer ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos que até então não me manifestei. Este Deputado estava somente informando ao Senhor Deputado Rodrigo Coelho que, em relação à votação, a Mesa já votou, mas o Senhor Deputado Euclério Sampaio simplesmente está pedindo preferência pelo parecer das Comissões de Defesa da Cidadania e de Finanças.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Compreendi, Senhor Deputado Gilsinho Lopes. Quando começou a manifestação para o voto, havia uma indicação de que seria votado o parecer da Comissão de Defesa da Cidadania ou o da Mesa, ficaria o da Comissão de Justiça sem a possibilidade de votar. Quando houve a votação, o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos se manifestou que era com o parecer da Comissão de Justiça.

A minha posição é com o parecer da Comissão de Justiça. Eu gostaria de votar esse parecer; não votar o parecer pela aprovação sem emendas ou pela reprovação. É o que eu gostaria, mas quero entender qual foi o encaminhamento que foi para a votação: se foi o da Mesa ou o da Comissão de Defesa da Cidadania. É somente a título de esclarecimento.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) – Senhora Presidenta, pela ordem!

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Antes de conceder a palavra a V. Ex.^a, Senhor Deputado Sandro Locutor, tenho uma informação a dar. Na Mesa, o projeto foi votado, sim, porque na Mesa é sem emenda.

Senhor Deputado Rodrigo Coelho, a Mesa votou sem emenda pela aprovação do projeto. Quero apenas dar uma informação.

O Senhor Deputado Euclério Sampaio encaminhou pela votação no plenário na forma do parecer das Comissões de Finanças e de Defesa da Cidadania, que são pela rejeição do projeto. Se aprovado o requerimento do Senhor Deputado Euclério Sampaio, a matéria será arquivada.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) – Senhora Presidenta, pela ordem! A título de clarear mais os colegas que adentram e saem do plenário e, às vezes, pegam a informação pela metade.

Senhor Deputado Rodrigo Coelho, V. Ex.^a que é presidente da Comissão de Justiça, conforme a Senhora Presidenta há havia colocado em votação, falta apenas anunciar o resultado. Conforme a própria presidenta disse, antes de anunciar o resultado da votação, iria fazer um esclarecimento ao Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

Então, só é preciso confirmar a votação do requerimento do Senhor Deputado Euclério Sampaio que foi o pedido para votar de acordo com o parecer das Comissões de Finanças e de Defesa da Cidadania. O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, na Mesa, apenas se manifestou contrário ao requerimento do douto Senhor Deputado Euclério Sampaio.

Para esclarecimento, V. Ex.^a, na presidência, agora precisa apenas confirmar e promulgar o resultado da votação.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Obrigada pela contribuição, Deputado.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – O requerimento do Senhor Deputado Euclério Sampaio foi aprovado; foi aprovado e só teve seis votos contra. Agora, depois dessa votação, a matéria vai para votação do Plenário, para que vote a favor ou contra o projeto dele. Aqui todo mundo têm o direito

de falar, é todos os trinta, como o Senhor Deputado Edson Magalhães falou. Não é só...

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Quero somente solicitar a V. Ex.^a que após o dirimir das dúvidas colocasse o projeto em votação.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Pois não. Na verdade quero dar o resultado do requerimento feito pelo Senhor Deputado Euclério Sampaio. Foram seis votos contrários. Os demais se mantiveram a favor. Então, vou colocar em votação no plenário.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 53/2015.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhora Presidenta, pela ordem! Na forma regimental, peço a palavra para encaminhar votação.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Posso encaminhar ou tem alguma contrariedade de V. Ex.^a? Só encaminho se V. Ex.^a não estiver com raiva; se estiver com raiva não encaminho.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – V. Ex.^a, como xerife do noroeste tem todo o direito.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Depois que vocês fizeram acordo com o PT e indicaram ministro, vocês estão impedidos de fazer aquele discurso de que tem que mudar.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Diga-se de passagem que nesta Casa tem três deputados do PT que muito honram o parlamento do Espírito Santo: Rodrigo Coelho, Nunes e Padre Honório.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – E nós estamos todos juntos agora, PSD, PDT e PT. Já estão apoiando a Presidente Dilma.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Com a palavra o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, para encaminhar.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, queria apenas fazer o encaminhamento e dizer que a votação agora passará a ser: o SIM vota contra o parecer da Mesa e contra o parecer da Comissão de Justiça e arquivar o projeto; o voto Não aprova o projeto na forma relatada pela Mesa.

Senhor Deputado Euclério Sampaio, V. Ex.^a

concorda ou está achando que estou encaminhando para iludir alguém? O voto SIM concorda com o Senhor Deputado Euclério Sampaio e arquiva o projeto; o voto NÃO aprova o projeto com as substituições que propusemos, o projeto de não permitir que alguns segmentos da Assembleia, algumas diretorias tenham preferência de nomeação, enquanto outras diretorias não obtiveram esse benefício na reforma de 2010.

Não tem o projeto nenhum objetivo de contrariar nenhuma diretoria e, como disse o Senhor Deputado Euclério Sampaio, o certo seria incluir essas duas diretorias que estão faltando nesse privilégio de poderem só ser nomeadas com direito de reserva de cadastro. O nosso encaminhamento é pelo voto NÃO, entendendo que não devemos manter esse privilégio de cadastro de reserva dentro de diretorias da Casa. Esperando ter a compreensão do Deputado e, conseqüentemente, nós também vamos compreender o resultado que for apresentado, seja ele qual for. Muito obrigado, Presidenta. **(Muito bem!)**

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Na qualidade de Líder do PDT, peço a palavra para encaminhar votação.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, o PDT encaminha pelo voto SIM, e pede aos demais Deputados que votem SIM. **(Muito bem!)**

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Senhora Presidenta, pela ordem! Requeiro a V. Ex.^a votação nominal, e peço a palavra para encaminhar votação, como Líder do Partido Verde, se o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos não ficar chateado também conforme disse ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gildevan Fernandes.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, o nosso encaminhamento é pelo voto SIM, porque entendemos que esta matéria não promove uma transformação em toda estrutura. Se há a necessidade de reforma estamos à disposição para discutir uma reforma ampla dentro da Casa. Mas, quanto a esse projeto, por vários argumentos que já elencamos em plenário em outra sessão, queremos encaminhar pelo voto SIM, conforme já sugerido pelo Senhor Deputado Euclério Sampaio. **(Muito bem!)**

(Comparece a Senhora Deputada Eliana Dadalto)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Em primeiro lugar, vamos encaminhar o pedido de votação nominal, conforme requerimento do Líder do Partido Verde.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

Em votação o Projeto de Resolução n.º 53/2015.

Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao projeto votarão NÃO; os que forem contrários votarão SIM.

O voto SIM arquiva o projeto, de acordo com o requerimento feito pelo Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O SR. FREITAS – (PSB) – Senhora Presidenta, pela ordem! Só queria falar, antes da explicação, porque de repente V. Ex.^a vai ter que encontrar um caminho para explicar o que vou arguir. Tem algum desses modelos de votação SIM ou NÃO, que V. Ex.^a está explicando, que aproveita a emenda do Senhor Deputado Amaro Neto no projeto? Porque gostaria muito de votar SIM, com a emenda do Senhor Deputado Amaro Neto.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Senhor Deputado Freitas, V. Ex.^a está fazendo uma colocação. Não tenho como desmembrar o projeto, o parecer, com ou sem emenda. Não tem essa forma. Não tem isso no Regimento.

O SR. FREITAS – (PSB) – Senhora Presidenta, pela ordem! Se o projeto tivesse sido aprovado em uma Comissão com a emenda. A emenda do Senhor Deputado Amaro Neto tinha sido aprovada no projeto.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – A fase de destaque já passou há muito tempo, até a hora da discussão. Estamos em votação.

Solicito aos Senhores Deputados que registrem o voto nos terminais eletrônicos. **(Pausa)**

(Procede-se ao registro dos votos)

(De acordo com o registrado no painel eletrônico, retiram-se os Senhores Deputados Bruno Lamas e Pastor Marcos Mansur)

(Votam SIM os Senhores Deputados Almir Vieira, Da Vitória, Dary Pagung, Doutor Hércules, Edson Magalhães, Eliana Dadalto, Euclério

Sampaio, Freitas, Gildevan Fernandes, Gilsinho Lopes, Guerino Zanon, Janete de Sá, Marcelo Santos, Marcos Bruno, Nunes, Raquel Lessa, Sandro Locutor e Sergio Majeski; votam NÃO os Senhores Deputados Amaro Neto, Cacau Lorenzoni, Enivaldo dos Anjos, Hudson Leal, Padre Honório e Rodrigo Coelho)

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Votaram SIM dezoito Senhores Deputados; votaram NÃO seis Senhores Deputados; uma abstenção da Presidenta, regimentalmente impedida de votar.

Rejeitado.

Arquive-se o projeto.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Senhora Presidenta, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

O SR. PRESIDENTE – (LUZIA TOLEDO – PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Da Vitória.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, assomo à tribuna para, neste pouco tempo de justificação de voto, tratar do Projeto de Resolução n.º 53/2015.

Tivemos duas pautas hoje em Plenário: o projeto de urgência da Mesa Diretora, que trata do tíquete-alimentação, e sobre esse projeto, que trata da estrutura organizacional desta Casa, em que já tivemos a oportunidade, Senhora Deputada Janete de Sá, em outros mandatos, até de proferir nosso voto sobre uma estrutura completa do estudo que fizemos. Alguns Senhores Deputados participaram dessa comissão, que finalizou com o modelo que está hoje.

Dá para se ter um aprendizado nesse exercício que fizemos hoje. Seria muito bom que a Mesa Diretora, na pessoa do Senhor Presidente Theodorico Ferraço, por quem que me sinto responsável porque dei voto nele como autor principal da proposta de emenda constitucional que deu condição a S. Ex.^a de disputar a reeleição, até pela história boa que teve a frente dessa Mesa, hoje composta pelos Senhores Deputados Enivaldo dos Anjos e Cacau Lorenzoni. É importante que esse exercício fique melhor, se tivermos esse assunto discutido, no mínimo, no Colégio de Líderes.

Fui abordado por alguns servidores da Casa para debater sobre esses temas, tanto do *ticket* quanto da mudança da estrutura organizacional que define a direção de alguns setores da Casa. Apareceu a dúvida quando fomos abordados, recorri ao Senhor Deputado Euclério Sampaio, líder do meu partido neste momento e perguntei se havia sido consultado sobre esse tema. S. Ex.^a disse que não.

Lógico que o poder está nas mãos da Mesa

Diretora, outorgada por nosso voto. É importante que eles estejam na condução dessa administração, de preferência de uma forma bem democrática. Sobre algumas ações, somente eles têm informações claras, como por exemplo, em relação às finanças com mais profundidade, fazer a previsão do orçamento da Assembleia Legislativa para execução do ano de 2015, como foi alegado pelo Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. Concordo plenamente com S. Ex.^a, pois é quem conhece, junto com o 2º Secretário e o presidente. Mas é importante que alguns temas como esse possam ser trazidos à discussão para que o Plenário possa apoiar na sua maioria, para que isso não aconteça.

Administrar é liderar, é discutir, é buscar o consenso. E esta Casa é formada por trinta Parlamentares que têm responsabilidade por sua administração como um todo. Todos os Parlamentares têm. O resultado da administração desta Casa incidirá também sobre cada um dos Parlamentares.

Hoje, já havia sido abordado. Esse projeto está tramitando há algum tempo e já tinha tomado minha decisão, até para que pudéssemos não fazer essa modificação neste momento. A modificação do nosso Regimento Interno pode ser feito a qualquer momento. A mudança da nossa estrutura organizacional e do plano de cargos e salários pode ser feito em qualquer momento, basta que façamos a decisão. Mas se tiver que fazer alguma, que seja pontual, que no mínimo o Colégio de Líderes participe. E se tiver que fazer uma mais completa, que decidamos aqui sobre uma comissão de estudo para que isso aconteça. Naturalmente, teremos menos conflitos e mais possibilidades de encontrar um consenso sobre isso.

Não tivemos tempo hábil para discutir a questão do *ticket* alimentação. Não consegui compreender e volto a falar sobre ele. Acredito que se vai pagar de um jeito ou de outro, é o mesmo valor. Preciso que isso nos seja apresentado porque talvez possa até mudar de posição e apoiar a ideia da Casa. Em um primeiro momento, identificamos somente prejuízo para nossos servidores públicos.

Finalizo, com minha sugestão de dizer, não só à Mesa Diretora, mas a todo este Plenário, que o diálogo preliminar é o instrumento da resolução de qualquer conflito. Pode ser que o argumento preliminar seja muito mais forte do que o argumento submetido direto ao Plenário pela Mesa Diretora. **(Muito bem!)**

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) - Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) - Concedo a palavra para ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) -

Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, essa matéria, como outras que já foram explicadas, está tramitando nesta Casa desde o dia 1.º de setembro de 2015. E os deputados, inclusive o Senhor Deputado Da Vitória, que acabou de sair desta tribuna - que fazem crítica à Mesa não pediram reunião do Colégio de Líderes para conversar sobre esse assunto, deixaram a matéria vir à votação para fazer crítica à Mesa.

Agora, não são eles os responsáveis pela prestação de contas da Mesa e que assinam e encaminham ao Tribunal de Contas essa prestação. Então, a Mesa é que tem que zelar pela administração da Casa naquilo em que recebe informações de que está contra o princípio da transparência e da legalidade.

No caso do auxílio-alimentação, que S. Ex.^a acabou de citar, a Assembleia Legislativa tem dois motivos para apresentar isso à Mesa Diretora: economiza quatrocentos mil reais por ano e evita comentários nos bastidores de que esse dinheiro sendo pago da forma em que está, beneficia terceiros. E todo mundo sabe, nos corredores, de quem estamos falando.

A Mesa entende que, fazendo isso através de documento ao servidor, dá a ele o direito de fazer o quiser com isso. Se os Senhores Deputados têm qualquer opinião contrária à decisão da Mesa, que pedissem reunião do Colégio de Líderes. Mas não, agora, dizer que são contra a matéria porque não foi feita a reunião.

Até parece que quando as coisas são levadas às reuniões de Líderes são mantidas. A Mesa fez várias reuniões de Líderes em que alguns líderes firmaram posição e no plenário mudaram sua posição.

Entendo que a única forma de se discutir os assuntos é fazer a proposta e colocar em discussão. Tivemos a coragem de fazer a proposta. E eu não fico na Assembleia Legislativa pensando em agradar funcionário, esse ou aquele, ou dando o que o Estado tem para funcionário para ganhar voto ou elogio deste. Não tenho essa posição.

Como Parlamentar, ajo em benefício do Poder; não fico ouvindo funcionário no corredor pedindo para criar vantagens à qual não tem direito, à custa do cofre do Estado, para fazer média ou política com ninguém.

É preciso que todos nós, Deputados e servidores, entendamos que a Assembleia Legislativa é um Poder que pertence ao povo, à sociedade, não pertence a cada um de nós, não temos que arrancar um pedaço e colocar no bolso. Temos que respeitar o Poder, a instituição.

É por não entender assim que no Espírito Santo está se pagando auxílio-moradia até a quem tem residência, a casais, porque se criou a consciência de que o dinheiro público não tem dono, é de quem é mais esperto, mais sabido, mais desonesto. Por isso acontece isso na administração

pública. Temos que combater isso.

Por que um Poder pagará auxílio-moradia a quem mora em residência fixa e própria ou a casais? E ainda acha quem defende uma imoralidade dessas, quem tem coragem de dizer que é direito, que a Assembleia Legislativa não pode legislar sobre isso.

Como o Espírito Santo se defenderá disso? Como o Espírito Santo se defenderá de uma reunião do Colégio da Magistratura que colocou na Loman e na Lei Orgânica do Ministério Público que eles têm direito a receber auxílio-moradia mesmo tendo residência na comarca em que trabalham? Quem defende o Estado? Somos nós, que somos eleitos para defender o povo. Não viemos para a Assembleia Legislativa para defender *curriola*, para defender quem saca contra o recurso público para se beneficiar em detrimento da população.

Olhem os hospitais, cheios de gente doente nos corredores. Isso é surrupiado por essas vantagens que não são devidas, por esse sistema de desonestidade implantado no País. O governo nunca tem dinheiro porque, no federal, a Câmara dos deputados rouba metade do orçamento; o Senado rouba a outra metade. Os Poderes, todos constituídos, cada um quer se locupletar, quer atender seus parentes e amigos, à custa do recurso público.

Precisamos combater isso e dar exemplo. Ninguém tem que legislar para beneficiar terceiro ou família, temos que ser corretos para ter moral para cobrar daqueles que executam.

Hoje, foi citado, na Comissão de Justiça, que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul indeferiu uma lei para combater o auxílio-moradia. Agora, quem julgou essa lei? Foram os desembargadores, que recebem o benefício.

E quem vai julgar o auxílio-moradia? O Tribunal de Contas, que recebe o benefício. É o Tribunal de Justiça, que recebe o benefício. É o Ministério Público, que recebe o benefício. E quem vai defender o povo? Quando irá parar essa roubalheira?

Só tendo caráter e coragem de tomar posição a favor da população, que é nossa obrigação. A Assembleia Legislativa tem que fazer isso e tem feito isso. E vamos continuar fazendo. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Lei n.º 388/2015, de autoria do Senhor Deputado Euclério Sampaio, que proíbe a interrupção no fornecimento de água e energia elétrica por inadimplência do consumidor nos dias que antecederem os sábados, domingos e feriados no âmbito do Estado. Publicado no DPL do dia 30/09/2015. Parecer oral da Comissão de Justiça, pela constitucionalidade. Na Comissão de Defesa da Cidadania, o Senhor Deputado Nunes se prevaleceu do prazo regimental para relatar a matéria na Sessão Ordinária do dia 13/10/2015. (Prazo até o dia 20/10/2015).

Concedo a palavra à Comissão de Defesa da

Cidadania, para que esta ofereça parecer oral à matéria.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (NUNES - PT) – Convoco os membros da Comissão de Defesa da Cidadania, Senhores Deputados Sergio Majeski, Marcos Bruno, Eliana Dadalto e Padre Honório.

Informo aos Senhores Deputados que na sessão ordinária do dia 13 de outubro de 2015 me prevaleci do prazo regimental para relatar o projeto, o que passarei a fazer neste momento. **(Pausa)**

Senhores membros da Comissão de Defesa da Cidadania, o Projeto de Lei n.º 388/2015, de autoria do Senhor Deputado Euclério Sampaio, proíbe a interrupção no fornecimento de água e energia elétrica por inadimplência do consumidor nos dias que antecederem os sábados, domingos e feriados no âmbito do Estado.

Analisamos o projeto e entendemos tratar-se de projeto de grande alcance social. Portanto, o nosso parecer é pela sua aprovação. **(Muito bem!) (Pausa)**

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. SERGIO MAJESKI - (PSDB) - Com o relator.

O SR. MARCOS BRUNO - (REDE) - Com o relator.

A SR.ª ELIANA DADALTO - (PTC) - Com o relator.

O SR. PADRE HONÓRIO - (PT) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (NUNES - PT) – Senhora Presidenta, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Defesa da Cidadania.

Devolvo o projeto à Mesa.

(Retira-se momentaneamente o Senhor Deputado Gilsinho Lopes)

A SR.ª PRESIDENTA - (LUZIA TOLEDO - PMDB) - Concedo a palavra à Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, para que esta ofereça parecer oral à matéria.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES - DEM) - Senhora Presidenta, na ausência do Senhor Deputado Gilsinho Lopes, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, na forma regimental assumo a presidência e convoco seu membro, o Senhor Deputado Doutor Hércules.

Designo para relatar o projeto o Senhor

Deputado Doutor Hércules.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente da Comissão, apesar de a Comissão de Saúde não ter sido inserida nesse projeto, quero parabenizar o Senhor Deputado Euclério Sampaio, porque me lembro das crianças que fazem nebulização, dos pacientes com doença pulmonar obstrutiva crônica – DPOC, e me lembro das pessoas que estão nos leitos, também movimentados por energia elétrica. Parabeno V. Ex.ª por apresentar esse importante projeto. Desse modo, naturalmente, meu parecer é pela sua aprovação. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES – DEM) - Em discussão o parecer. **(Pausa)**

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES – DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Marcelo Santos.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente e senhor membro da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, estamos discutindo uma matéria de suma importância, que tem diversas interpretações, porque assim é o Direito, não é uma ciência exata.

Quando observamos essa matéria com relação ao direito do consumidor, ela se trata de matéria em que a Assembleia Legislativa concorre em poder legislar sobre essa questão.

O Senhor Deputado Euclério Sampaio, nessa visão, apresentou o projeto de lei que proíbe a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica por inadimplência do consumidor nos dias que antecederem os sábados, domingos e feriados, no âmbito do Estado do Espírito Santo, garantindo assim que apenas nesse período não seja cortado o fornecimento. Passado o período, o cidadão pode se organizar e tentar regularizar suas pendências.

Mas teve manifestação contrária neste Plenário, e esse debate no Parlamento é importante. As manifestações contrárias foram naturalmente compreendidas, uma vez que, talvez, na visão do legislador ativo, a matéria não tratava de matéria concorrente à Assembleia Legislativa, que não poderia legislar sobre ela.

Neste momento a maioria entende que podemos legislar sobre o tema, assim como ser autor. Às vezes alguém se manifesta dizendo que o lado *a*, o lado *b*, o bem e o mal... Isso não existe nesta Casa! Ninguém neste Plenário domina a palavra em prol e defendendo o povo. Até porque ninguém nesta Casa foi nomeado deputado por uma decisão do Supremo Tribunal Federal! Nesta Casa nos elegemos pelo voto

democrático, alguns com muitos, que é o caso do Senhor Deputado Amaro Neto, outros com menos. Mas todos estão neste Parlamento e o voto é igual, não há diferença, independente de onde mora, independente de que partido seja ou mesmo que esteja sem partido; independente se ocupou vários cargos públicos e em qualquer função que seja. Nesta Casa cada um tem que respeitar o voto de cada um. Não tem deputado mais macho ou menos macho; não tem mulher mais bonita ou mais feia – por mais que ache que possa ter.

Senhora Deputada Luzia Toledo, nesta Casa todos temos que aprender a respeitar um ao outro. Podemos divergir quanto ao ponto de vista dizendo: *Não concordo com a sua teoria* talvez, ao manifestar um relatório ou apresentar uma defesa, mas o respeito à instituição Assembleia Legislativa e ao deputado tem que existir.

Represento o povo do Espírito Santo, porque foi ele que me colocou nesta Casa. E não me colocou apenas uma vez, Senhor Deputado Almir Vieira. Este mesmo povo que represento me deu oportunidade de nunca ter saído desta Casa. São quatro mandatos consecutivos. Quero que se respeite esta população. Não estou brincando com a sociedade. Ela me deu procuração para que eu vote em nome dela.

Por isso, tenho a honra de dizer que já votei orçamento de cinco bilhões, mas também assinei orçamento de mais de dezessete bilhões de reais. Porque, Senhora Deputada Luzia Toledo, V. Ex.^a também contribuiu para que nós juntos, de mãos dadas, fizéssemos com que este Estado se recuperasse, como se recuperou. Passamos agora por uma tormenta. A crise se verticalizou. Saiu da União e chegou aos municípios, por desarranjo. Mas tenho certeza de que vamos enfrentar esta crise, como estamos enfrentando, e vamos superá-la. Não há crise que permaneça *ad eternum*.

Mas, por conta de um parecer, por conta de um projeto, por conta de um posicionamento, votarei sempre naquilo que eu entender, ouvindo as pessoas, ouvindo aqueles que conhecem mais do que eu. Não sou dono da verdade. Já errei várias vezes. Quem não erra? Aqueles que acham que sabem tudo estão fadados ao fracasso. Já pedi desculpas a colegas por ter votado equivocadamente e por ter me manifestado de forma equivocada também. Mas no Parlamento o voto do Senhor Deputado Amaro Neto é o mesmo voto do Senhor Deputado Edson Magalhães, é o mesmo voto do Senhor Deputado Almir Vieira, é o mesmo voto da Senhora Deputada Luzia Toledo e é o mesmo voto meu. O voto do Senhor Deputado Guerino Zanon é o mesmo voto do Senhor Deputado Padre Honório. Não há diferença aqui. Se alguém se achar diferente, que coloque a máscara e a capa do super-homem e vá voar. Eu não vou. Vou continuar aqui defendendo os meus ideais, os interesses da população do Espírito Santo, e este Estado. Posso dizer, junto com todos aqui, que estamos colaborando para que ele se torne um lugar cada vez melhor de se

viver.

O projeto do Senhor Deputado Euclério Sampaio serve como baliza para mostrar que alguns entendimentos que foram contrariados estão sendo convertidos agora pelas posições favoráveis, inclusive até de quem votou contrariamente. Isto é o Parlamento. Às vezes, uma briga aqui dentro parece até que é o fim do mundo, mas não é. Então, Senhora Deputada Luzia Toledo, que neste momento preside a sessão, e Senhor Deputado Edson Magalhães, presidente em exercício da Comissão, aproveitei para discutir esta matéria e cumprimentar o autor, Senhor Deputado Euclério Sampaio, porque esta é uma matéria em que a Assembleia Legislativa concorre, pode legislar e trabalha consoante com os interesses da sociedade. Muito obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES – DEM) - Continua em discussão o parecer. **(Pausa)**

O SR. FREITAS - (PSB) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES – DEM) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Freitas.

O SR. FREITAS - (PSB - Sem revisão do orador) - Senhor Presidente e senhor membro da Comissão de Defesa do Consumidor, parece até muita ousadia da minha parte, nos meus 1,65m, discutir esta matéria após o debate brilhante do Senhor Deputado Marcelo Santos, de Cariacica. Mas preciso, na minha humildade, na minha simplicidade, discutir e falar um pouco mais sobre este brilhante e coerente projeto do Senhor Deputado Euclério Sampaio. S. Ex.^a foi de uma felicidade de pensar um projeto que atende aos anseios da sociedade de baixa renda, que mais precisa, o assalariado, o trabalhador, num tempo de crise, num tempo de inflação. S. Ex.^a foi de uma felicidade, de brilhante pertinência do momento.

O Projeto de Lei n.º 388/2015, do Senhor Deputado Euclério Sampaio, proíbe a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica por inadimplência do consumidor, nos dias que antecederem os sábados, domingos e feriados, no âmbito do Estado.

Isso tem acontecido muito, Senhor Deputado Guerino Zanon, o cerceamento do fornecimento numa sexta-feira, ou na véspera do feriado. E, às vezes, até por covardia de quem vai e tem a relação de inadimplência na quinta-feira, Senhor Deputado Edson Magalhães, relator do projeto, não faz o corte na quinta-feira e deixa para fazer na sexta-feira. Deixa de fornecer a energia ou a água no sábado, no domingo e às vezes, até na segunda-feira, que é um feriado.

Imaginem um corte de energia com esse absurdo que está o preço da energia no nosso país, que subiu, neste ano, quase cinquenta por cento. É cerceada numa sexta-feira, na véspera do final de semana, ou em tantos feriados prolongados que tiveram ao longo deste ano, na véspera do Natal, na véspera do Ano Novo.

O Senhor Deputado Euclério Sampaio foi muito feliz ao elaborar um projeto que tramitou ao longo deste ano e veio para votação neste momento de crise. Vamos votar e aprovar esse projeto, que é constitucional, que atendeu à boa técnica legislativa. Com certeza, proibiremos, no âmbito do Estado do Espírito Santo, o cerceamento do fornecimento de energia quando antecede os finais de semana e os feriados; e o cerceamento do fornecimento de água quando também antecede os finais de semana e os feriados, por inadimplência, porque o alto custo, principalmente, da conta de energia elétrica, pegou de surpresa um número muito grande de usuários.

Temos que pensar nisso. E, o mínimo que se pode fazer é que seja evitado de cortar o fornecimento na véspera do feriado. Se cortar até na quinta-feira, o cidadão ou o pai de família tem pelo menos vinte e quatro horas para providenciar o religamento, mas sendo cortado na sexta-feira, ele não tem recurso nenhum e tem que passar o final de semana sem energia ou sem água.

Como muito bem discuti e relatou esse tema o Senhor Deputado Doutor Hércules, muitas vezes deixam de fazer as necessidades prioritárias de saúde. Se em uma casa de família tiver um asmático que precisa fazer uma nebulização e for cortado o fornecimento de energia na sexta-feira, ele passará o final de semana sem fazer a nebulização.

Então, é de longo alcance o projeto de autoria do Senhor Deputado Euclério Sampaio. Não poderia deixar de abrilhantar a tramitação do projeto de S. Ex.^a e de chamar a atenção dos colegas da necessidade de votá-lo e aprová-lo à unanimidade. Esse projeto veio em muito boa hora. É o debate e acredito que acrescento nesse debate. Muito obrigado, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO - (EDSON MAGALHÃES - DEM) - Continua em discussão o parecer. **(Pausa)**

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO - (EDSON MAGALHÃES - DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente e senhores membros da Comissão de Defesa do Consumidor, esta matéria é de autoria de um

deputado pedetista. Sua preocupação nesta Casa com essa camada social de baixa renda me faz lembrar de um grande político deste país, Leonel Brizola, que, em todos os governos que comandou, destinou sua atividade administrativa aos carentes e às pessoas de menor poder aquisitivo para enfrentar o sistema econômico do nosso país.

Os serviços de energia, água, telefone são permanentemente explorados com a cobertura dos poderes. É dada a essas empresas a condição de se beneficiar em cima daqueles que menos têm condições de pagar essas taxas, tendo esse serviço sem nenhum controle e sem nenhuma comprovação da despesa.

Vejam bem, Senhores Deputados, que uma empresa de água estabelece o valor que a pessoa usou sem ter a obrigação de comprovar que ela consumiu aquela quantidade. É assim na telefonia e também no sistema de energia. Qual é o sistema de conferência desses relógios que marcam o tempo de utilização de água, de energia e de telefone? Numa ligação que a pessoa faz e depois quando recebe a conta diz que foi de cinco minutos, qual é a certeza que se tem que realmente se falou por cinco minutos?

O Estado não pode transferir poder de fiscalização e de controle desse tipo de serviço para empresas privadas. É o que ocorre com os radares. Um radar é instalado por uma empresa privada. Quem garante que alguém colocará um radar na estrada que custa um valor e além disso tem que ter energia para mantê-lo aceso? Quem garante que o sistema de controle interno daquela caixa de verificação de velocidade está conferindo realmente com a velocidade do carro?

Senhor Deputado Edson Magalhães, já tivemos exemplos de dois motoristas em Vitória que levaram para a imprensa o caso. Levaram uma multa por excesso de velocidade: duzentos e cinquenta e cinco quilômetros, quando o velocímetro do carro só faz duzentos e vinte. Isso prova que esse sistema precisa ter um controle de fiscalização, Senhor Deputado Almir Vieira, que garanta ao consumidor que ele está pagando o que usou. O sistema de água chega a ser risível porque a Constituição, em seu art. 5.º, diz que é obrigação de o Estado fornecer ao cidadão esses serviços essenciais. Ele só pune as pessoas carentes.

Se tem que ser cortada a água de um pobre na quarta, na quinta ou na sexta, eles preferem cortá-la na sexta-feira. Esse sistema é tão malvado e perverso que só faz a cobrança de corte em cima das classes D e E. A Cesan não vai à Praia do Canto, a Jardim da Penha ou a Jardim Camburi para fiscalizar as piscinas que estão com *gato*, ligado direito. Eles não sofrem e nunca sofreram cortes. Quando fomos presidente do conselho da Cesan e secretário de interior, fizemos uma *blitz* e flagramos mais de sessenta por cento das piscinas da Grande Vitória ligadas a *gato* e a Cesan deixando de receber por aquele serviço.

Naquela época, também tivemos

oportunidade de proibir corte de água, no fim de semana ou em qualquer dia, daqueles que estão nas classes D e E porque entendemos que se o Estado tem obrigação de oferecer serviço essencial, ao cortar a água de uma família pobre porque ela não tem recurso para pagar, está se admitindo que ela ficará sem o serviço e terá problemas, contraindo doenças, onerando o Estado da mesma forma.

Portanto, acho esse projeto do Senhor Deputado Euclério Sampaio bom. Acho que é até modesto, porque S. Ex.^a poderia proibir o corte de água não apenas no final de semana, mas na segunda e na terça-feira, porque é uma obrigação do Estado prestar serviços essenciais à população.

O Senhor Deputado Euclério Sampaio merece apoio nesse projeto porque S. Ex.^a trata de uma questão social de alta relevância. As pessoas pobres realmente sofrem. Só os pobres sofrem com os cortes da Cesan nos finais de semana. **(Muito bem!)**

(Comparecem os Senhores Deputados Erick Musso e Theodorico Ferraço)

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES – DEM) – Continua em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

A Presidência acompanha o voto do relator.

Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Defesa do Consumidor.

Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (HUDSON LEAL – PRP) – Concedo a palavra à Comissão de Infraestrutura, para que esta ofereça parecer oral ao projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES – DEM) – Convoco os membros da Comissão de Infraestrutura, Senhores Deputados Rodrigo Coelho, Padre Honório, Marcelo Santos e Doutor Hércules.

Avoco o projeto para relatar. **(Pausa)**

Senhores membros da Comissão de Infraestrutura, procederei à leitura do Projeto de Lei n.º 388/2015, de autoria do Senhor Deputado Euclério Sampaio:

Proíbe a interrupção no fornecimento de água e energia elétrica por inadimplência do consumidor, nos dias que antecederem os sábados, domingos e feriados, no âmbito do Estado do Espírito Santo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DECRETA:**

Art. 1º - Fica proibida a interrupção no fornecimento de água e energia elétrica por inadimplência do consumidor, no dia que anteceder os sábados, domingos e feriados, no âmbito do Estado do Espírito Santo.

§1º - A suspensão do fornecimento de água e energia elétrica por falta de pagamento das tarifas respectivas somente poderá ocorrer mediante prévia comunicação por parte da empresa prestadora do serviço público ao usuário.

§2º - O consumidor terá o prazo de quinze dias após a ciência exarada da inadimplência para pagamento da tarifa, onde transcorrido o prazo será efetivado a suspensão o que dispõe o caput deste artigo.

§3º - A suspensão de fornecimento do serviço só será executada em dias úteis e durante horário comercial.

Art. 2º - Não haverá restrição para interrupção do serviço caso as empresas responsáveis pelo fornecimento de energia e água realizarem o restabelecimento em qualquer data.

Art. 3º - O descumprimento desta lei acarretará multa de 1.000 VRTE – Valor de Referência do Tesouro Estadual.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senhor Deputado Euclério Sampaio, quero me dirigir a V. Ex.^a de forma muito rápida, já que tivemos vários oradores discutindo a matéria, mas quero dizer que quando V. Ex.^a fez esse projeto de lei, evidentemente, seu alcance social foi de um nível muito elevado. Mas quero dizer que, nesse pensamento de V. Ex.^a em torno das causas sociais, tenho uma referência a fazer, com relação aos dias: sábados, domingos e feriados.

Digamos que, em pleno verão, o pobre vai vender seu pastelzinho, sua empadinha, seu queijinho na praia e, no fim de semana, com sua energia cortada e sem água, ele não conseguirá, evidentemente, fazer seu comércio de fim de semana, e esse comércio pode ser o essencial, o primordial, para que ele possa realmente pagar sua conta de água e luz. E, além de tudo, sábados e domingos são os dias de as famílias se reunirem, assim como nos feriados. A criança estuda de segunda a sexta e já

pensou ela chegar em casa, no fim de semana, e não ter televisão para assistir, não ter água para beber, ter que transitar em sua residência às escuras?

Portanto, parabenizo V. Ex.^a pelo excelente projeto e quero, desde já, estar de forma muito ativa, firme, defendendo e aprovando este projeto. Parabenizo V. Ex.^a pela iniciativa. **(Muito bem!)** **(Pausa)**

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Com o relator.

O SR. PADRE HONÓRIO – (PT) – Com o relator.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Com o relator.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EDSON MAGALHÃES - DEM) – Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Infraestrutura.

Devolvo o projeto à Mesa.

(Retira-se momentaneamente o Senhor Deputado Dary Pagung)

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Concedo a palavra à Comissão de Finanças, para que esta ofereça parecer oral ao projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (EUCLÉRIO SAMPAIO - PDT) – Senhor Presidente, na ausência do Presidente, Senhor Deputado Dary Pagung, na forma regimental assumo a presidência da Comissão de Finanças e informo aos Senhores Deputados que estou impedido de presidir os trabalhos da referida Comissão por ser autor do projeto.

Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Almir Vieira.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (ALMIR VIEIRA – PRP) – Assumo a presidência da Comissão de Finanças, na forma regimental, e convoco seus membros Senhores Deputados Euclério Sampaio, Edson Magalhães, Hudson Leal, Rodrigo Coelho, Raquel Lessa e Da Vitória.

Avoco o projeto para relatar. **(Pausa)**

Senhores membros da Comissão de Finanças, primeiro gostaria de parabenizar o Senhor Deputado Euclério Sampaio pela elaboração desse projeto de

grande alcance social, que vai beneficiar famílias carentes, realmente as classes mais desfavorecidas deste estado. Ficam nosso registro e nossos parabéns ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

Senhor Presidente, nosso relatório é pela aprovação desse projeto de lei, em face de seu grande alcance social. **(Muito bem!)** **(Pausa)**

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Com o relator.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) – Com o relator.

O SR. HUDSON LEAL – (PRP) – Com o relator.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Com o relator.

A SR.^a RAQUEL LESSA – (SD) – Com o relator.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (ALMIR VIEIRA - PRP) – Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Finanças.

Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em discussão o Projeto de Lei n.º 388/2015.

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto de Lei n.º 388/2015.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

À Secretaria para extração de autógrafos.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Euclério Sampaio.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, quero agradecer a todos os Senhores Deputados por terem votado SIM tanto nas comissões como em plenário,

porque entendo que é um projeto relevante. Quero agradecer a todos os Senhores Deputados.

Obrigado. **(Muito bem!)**

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Senhor Presidente, pela ordem! Pode me dar oportunidade de fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Com certeza.

O SR. DA VITÓRIA – (PDT) – Muito obrigado. Saiba que sou admirador de V. Ex.^a.

Será rápido, mas preciso registrar um assunto nesta sessão. Não tive oportunidade na fase das Comunicações, mas é um assunto de muita relevância para o estado do Espírito Santo.

Ontem, segunda-feira, às 19h, o Pronto Atendimento do Hospital HPM fechou suas portas. Senhor Presidente, V. Ex.^a se colocou à disposição para nos ajudar, assim como os Senhores Deputados, que estiveram no governo do Estado.

Infelizmente, o HPM não tem médico suficiente para o atendimento. Em decorrência desse fato, não há possibilidade de fazer escala de médicos na forma ininterrupta. O único concurso feito no HPM, Senhor Presidente, foi em 1990.

Sem funcionar vinte e quatro horas por dia, agora tem que se escolher a hora de passar mal, nosso policial principalmente. Atualmente o HPM só conta com catorze médicos, Senhor Deputado Almir Vieira.

Senhor Deputado Hudson Leal, V. Ex.^a esteve no hospital, a Lei n.º 2.701/1972 prevê que é dever do Estado fornecer aparato que cuida dos policiais e de seus dependentes.

Noventa e cinco por cento das cirurgias feitas pelo HPM são pelo Sistema Único de Saúde. O hospital atende toda a população em geral. De forma emergencial, o Governo poderia locar médicos da Secretaria de Saúde para o HPM para suprir os comandos legais, que prevê a legislação, e não deixar o pronto atendimento da unidade fechar.

Precisamos que seja realizado concurso para equacionar as vagas existentes no quadro de Oficiais e não deixar que o pronto atendimento da unidade fique fechado. Precisamos que seja realizado um concurso para equacionar as vagas existentes no quadro de Oficiais.

Para finalizar, Senhor Presidente, esse registro faço com os dados que levantei de hoje, mas é necessário que essa medida seja tomada logo porque quem conhece sabe do que estou falando, mas quem não conhece a importância do HPM passará a conhecer com o pronto atendimento fechado a partir dos próximos dias. Veremos a diferença que ele faz na vida dos nossos policiais, dos seus familiares e de toda a sociedade da Grande Vitória e do nosso Estado.

Peço ao governador Paulo Hartung, ao secretário Ricardo de Oliveira e aos nossos

deputados, que se posicionem, encontrem uma saída para reabrir o pronto atendimento e, principalmente, a UTI do nosso Hospital da Polícia Militar. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Lei n.º 163/2015, do Senhor Deputado Euclério Sampaio, que proíbe o descarte de qualquer material por meio de queimada no perímetro urbano do Estado. Publicado no DPL do dia 04/05/2015. Parecer oral da Comissão de Justiça, pela constitucionalidade. Na Comissão de Defesa da Cidadania, o Senhor Deputado Padre Honório se prevaleceu do prazo regimental para relatar a matéria na Sessão Ordinária do dia 14/10/2015. (Prazo até o dia 21/10/2015).

Concedo a palavra à Comissão de Defesa da Cidadania, para que esta ofereça parecer oral ao projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (NUNES - PT) – Convoco os membros da Comissão de Defesa da Cidadania, Senhores Deputados Padre Honório, Sergio Majeski, Eliana Dadalto e Doutor Hércules. **(Pausa)**

Consulto o relator, Senhor Deputado Padre Honório, se está apto a oferecer seu parecer.

O SR. PADRE HONÓRIO - (PT) – Sim, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (NUNES - PT) – Concedo a palavra a V. Ex.^a

O SR. PADRE HONÓRIO - (PT - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente e senhores membros da Comissão de Defesa da Cidadania, passo a relatar o Projeto de Lei n.º 163/2015, de autoria do Senhor Deputado Euclério Sampaio, que proíbe o descarte de qualquer material por meio de queimada no perímetro urbano do Estado do Espírito Santo.

O nosso parecer é pela aprovação desse projeto, acompanhando também o parecer da Comissão de Justiça. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (NUNES - PT) – Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. SERGIO MAJESKI - (PSDB) - Com o relator.

O SR. ELIANA DADALTO - (PTC) - Com o relator.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (NUNES - PT) – A Presidência acompanha o voto do relator.

Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Defesa da Cidadania. Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - Concedo a palavra à Comissão de Saúde, para que esta ofereça parecer oral ao projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (DOUTOR HÉRCULES - PMDB) – Convoco os membros da Comissão de Saúde, Senhores Deputados Almir Vieira, Eliana Dadalto, Amaro Neto e Hudson Leal.

Avoco o projeto para relatar. **(Pausa)**

Senhores membros da Comissão de Saúde, relato pela aprovação do Projeto de Lei n.º 163/2015, tendo em vista a importância do projeto de lei apresentado pelo ilustre Deputado Euclério Sampaio. **(Muito bem!) (Pausa)**

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. ALMIR VIEIRA - (PRP) - Com o relator.

O SR. ELIANA DADALTO - (PTC) - Com o relator.

O SR. AMARO NETO - (PPS) - Com o relator.

O SR. HUDSON LEAL - (PRP) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (DOUTOR HÉRCULES - PMDB) – Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Saúde.

Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - Concedo a palavra à Comissão de Segurança, para que esta ofereça parecer oral ao projeto, e informo aos Senhores Deputados que o Presidente, Senhor Deputado Euclério Sampaio, está impedido de presidir os trabalhos da referida Comissão por ser autor do projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (DA VITÓRIA - PDT) – Senhor Presidente, tendo em vista que o Senhor Deputado Euclério Sampaio está impedido de presidir a reunião pois é autor do projeto, na forma regimental assumo a presidência da Comissão e convoco os membros da Comissão de Segurança,

Senhores Deputados Gilzinho Lopes, Euclério Sampaio, Almir Vieira e Gildevan Fernandes.

Avoco o projeto para relatar. **(Pausa)**

Senhores membros da Comissão de Segurança, o Projeto de Lei n.º 163/2015, que proíbe o descarte de qualquer material por meio de queimada no perímetro urbano do Estado do Espírito Santo, já foi bem deliberado, discutido e votado pela constitucionalidade e legalidade na Comissão de Constituição e Justiça, também pelo mérito nas outras comissões com parecer favorável, acompanho o parecer favorável. **(Muito bem!) (Pausa)**

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. GILSINHO LOPES – (PR) - Com o relator.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) - Com o relator.

O SR. ALMIR VIEIRA – (PRP) - Com o relator.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (DA VITÓRIA - PDT) – Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Segurança.

Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) - Concedo a palavra à Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais, para que esta ofereça parecer oral ao projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (DOUTOR HÉRCULES – PMDB) - Senhor Presidente, na ausência do Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto, Presidente da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais, na forma regimental assumo a presidência e convoco seus membros os Senhores Deputados Gildevan Fernandes, Almir Vieira e Euclério Sampaio. **(Pausa)**

Designo para relatar o projeto o Senhor Deputado Gildevan Fernandes.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV – Sem revisão do orador) - Senhor Presidente e senhores membros da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais, o Projeto de Lei n.º 163/2015, de autoria do Senhor Deputado Euclério Sampaio, proíbe o descarte de qualquer material por meio de queimada no perímetro urbano do Estado do Espírito Santo.

Seu parágrafo único do art. 1.º diz:

Parágrafo único. Considera-se

queimada a ação que utiliza fogo para descartar qualquer tipo de material que cause poluição.

Art. 2º Ficam sujeitos às penalidades desta lei:

I – O autor flagrado iniciando o foco de incêndio;

II – O proprietário ou possuidor do imóvel, onde ocorre a infração, que:

a) Não zelar pela proteção e segurança do imóvel;

b) Não manter seu imóvel livre de detritos ou resíduos sólidos;

Art. 3º Sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, a prática de queimada nas zonas urbanas acarretará:

I – Advertência;

II – Caso seja reincidente, multa de 1/2 salário mínimo vigente na data da infração;

Parágrafo único. O proprietário autuado terá o prazo de 15 dias para realizar a limpeza do local, decorrendo o prazo, aplicará a penalidade do inciso II deste artigo.

Art. 4º As penalidades instituídas por esta lei não alcançam os incêndios involuntários ou focos incapazes de causar poluição que possa resultar em danos à saúde humana.

Relatamos pela aprovação da proposta apresentada pelo Senhor Deputado Euclério Sampaio, Projeto de Lei n.º 163/2015, sem emendas. **(Muito bem!)**

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) – Senhor Presidente, por um equívoco, não faço parte desta comissão, nem como suplente. Então, passo a presidência ao Vice-Presidente Erick Musso e me retiro do cenário para que os membros efetivos da comissão possam relatar.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Tendo em vista o equívoco da Mesa, concedo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais para reiniciar todo o processo.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO –

(ERICK MUSSO - PP) – Senhor Presidente, convoco seus membros os Senhores Deputados Gildevan Fernandes, Almir Vieira, Edson Magalhães e Euclério Sampaio. **(Pausa)**

Designo para relatar o projeto o Senhor Deputado Gildevan Fernandes.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente e senhores membros da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais, ratifico meu parecer pela aprovação do projeto de lei do Senhor Deputado Euclério Sampaio. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (ERICK MUSSO - PP) – Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. ALMIR VIEIRA – (PRP) – Com o relator.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) – Com o relator.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO – (PDT) – Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (ERICK MUSSO - PP) – A Presidência acompanha o voto do relator.

Senhor Presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais.

Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Concedo a palavra à Comissão de Finanças, para que esta ofereça parecer oral ao projeto.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (ALMIR VIEIRA - PRP) – Na ausência do presidente, Senhor Deputado Dary Pagung, na forma regimental assumo a presidência da Comissão de Finanças, e convoco seus membros, os Senhores Deputados Edson Magalhães, Euclério Sampaio, Freitas, Rodrigo Coelho e Raquel Lessa.

Avoco o projeto para relatar. **(Pausa)**

Senhores membros da Comissão de Finanças, o Projeto de Lei n.º 163/2015, do Senhor Deputado Euclério Sampaio, proíbe o descarte de qualquer material por meio de queimada no perímetro urbano do Estado.

O nosso relatório é pela aprovação do projeto. **(Muito bem!) (Pausa)**

Em discussão o parecer. **(Pausa)**

Encerrada.

Em votação.

Como votam os Senhores Deputados?

O SR. EDSON MAGALHÃES - (DEM) -
Com o relator.

O SR. EUCLÉRIO SAMPAIO - (PDT) -
Com o relator.

O SR. FREITAS - (PSB) - Com o relator.

O SR. RODRIGO COELHO - (PT) - Com o relator.

A SR.^a RAQUEL LESSA - (SD) - Com o relator.

O SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO – (ALMIR VIEIRA - PRP) – Senhor presidente, o parecer foi aprovado à unanimidade pela Comissão de Finanças.

Devolvo o projeto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS - PSD) – Em discussão o Projeto de Lei n.º 163/2015. **(Pausa)**

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

À Secretaria para extração de autógrafos.

Votação adiada, com discussão prévia encerrada, do Projeto de Lei n.º 225/2015, de autoria do Senhor Deputado Hudson Leal, que dispõe sobre a cassação do alvará de funcionamento de estabelecimento que comercializam ou forneçam de forma ilegal esteroides anabólicos, localizado no âmbito do Estado. Publicado no DPL do dia 10/06/2015. Parecer n.º 350/2015, da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade, publicado no DPL do dia 13/10/2015.

Informo aos Senhores Deputados que se o Parecer n.º 350/2015, da Comissão de Justiça, for aprovado, o projeto será arquivado; se rejeitado, o projeto seguirá tramitação normal.

Em votação o parecer, pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n.º 225/2015.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado o parecer, contra um voto.

Arquive-se o projeto.

Discussão prévia do Projeto de Lei n.º 229/2015, de autoria do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de auditorias trimestrais nos aparelhos utilizados para escuta telefônica. Publicado no DPL do dia 10/06/2015. Parecer n.º 335/2015, da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade, publicado no DPL

do dia 13/10/2015.

Em discussão. **(Pausa)**

Passo a presidência dos trabalhos para o Senhor Deputado Freitas, pois quero discutir o projeto. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE - (FREITAS - PSB) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento e concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD - Sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, esse projeto é o que trata de assunto polêmico e sensível nesta Casa. Na verdade, é o projeto que trata do guardião. Não se tratando de fazer uma mensagem para impedir que o guardião seja utilizado, visto que é autorizado a ser usado somente por ordem judicial, em face de que existem, Senhores Deputados Edson Magalhães e Theodorico Ferraço, várias afirmativas de que esse guardião escuta vários cidadãos capixabas sem ordem judicial e, inclusive, alguns Senhores Deputados, informado que somos de que alguns policiais que têm acesso a esse guardião utilizam gravações feitas até com ordem judicial para fornecê-las a terceiros, e, em razão de que a Secretaria de Segurança, em todas as vezes que é solicitada a falar sobre o assunto, diz que o guardião só faz escuta telefônica com autorização judicial.

Mas nós, que conhecemos a política do Estado e sabemos que às vezes aparecem algumas denúncias feitas pelo Ministério Público sem nenhuma base legal, apenas com base em escuta telefônica de fofoca – pessoas que conversam entre si sobre outras pessoas –, e essas ligações telefônicas, esses grampos, vazam e são até usados por alguns membros do Ministério Público para afrontar e para coagir deputados, prefeitos e até governadores do Estado, resolvemos – já que não se pode proibir a escuta telefônica autorizada pela Justiça, que é legal – apresentar um projeto que estabeleça uma auditoria trimestral nos aparelhos. Essa auditoria trimestral seria comandada pela Ordem dos Advogados do Brasil.

O texto do projeto diz:

PROJETO DE LEI N.º 229/2015

[...]

Art. 1º. Os aparelhos utilizados pelas forças de segurança do Espírito Santo e outras instituições, para interceptação e escuta telefônica, deverão sofrer auditoria e fiscalização a cada três meses, com as presenças de representantes da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e Estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil.

[...]

E para que fizemos esse projeto com a finalidade de que esses aparelhos sejam auditados por essas instituições? Para garantir que esses aparelhos estejam realmente apenas fazendo escutas com autorização judicial, e não para impedir que sejam feitas as escutas. O guardião teria que emitir uma nota técnica a essa comissão para confirmar que não são feitas escutas clandestinas. Caso não aprovemos esse projeto, ficaremos nesta Casa como temos ficado sempre.

Inclusive temos informações de que nas questões eleitorais... Sei que o Líder do Governo trabalha intensamente no plenário para derrotar essa matéria, mas já foi feita escuta de S. Ex.^a no processo eleitoral de compra de votos no Norte do Estado. E essas informações são fornecidas, Senhor Deputado Gildevan Fernandes – V. Ex.^a que está tão contra essa matéria –, essas escutas são feitas e fornecidas à Justiça Eleitoral para tentar desmoralizar mandato de quem é eleito para esta Casa ou de quem foi eleito.

Não estamos impedindo que seja feita a escuta; o que queremos é que a escuta seja feita apenas com ordem judicial, que não seja usada para desmoralizar nenhuma autoridade deste Estado. Isso é mais do que justo, ninguém pode dar o poder a uma instituição, qualquer que seja ela, de escuta às conversas alheias, conversas particulares das pessoas, e não ter que prestar conta a ninguém.

Esse projeto de lei apenas confere o direito de fiscalizar o que esses guardiões estão fazendo e se o fazem corretamente. Espero ter a aprovação desta Casa, primeiro, votando pela constitucionalidade, mantendo a matéria em discussão para que possamos melhor avaliar com relação a isso.

O voto que pedimos agora é para que derrubemos o parecer da Comissão de Justiça, para que deixemos, assim, a matéria tramitar. Desse modo, ampliaremos a discussão com relação ao grampo nesta Casa. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE - (FREITAS - PSB) -
Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 229/2015. **(Pausa)**

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gildevan Fernandes.

O SR. GILDEVAN FERNANDES - (PV - Sem revisão do orador) – Senhor Deputado Freitas, que ora preside esta sessão, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, venho me manifestar como membro da Comissão de Justiça, como Deputado desta Casa e como Líder do Governo pela manutenção do parecer da Comissão de Justiça pela inconstitucionalidade do projeto apresentado pelo Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. Respeito suas posições, mas discordo, porque confio, dou credibilidade e as ações confirmam a seriedade do trabalho desenvolvido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo por meio do secretário André Garcia e demais membros da Polícia Civil e da Polícia Militar.

O trabalho desenvolvido é um trabalho sério.

Não precisamos de novas leis para exigir que qualquer grampo precise ser legal, que qualquer escuta precise da autorização judicial. Profissionais falhos existem em todas as instituições: na Polícia Militar, na Polícia Civil, na política, na Assembleia, no Congresso. Em todos os setores encontraremos profissionais falhos. Mas não podemos desqualificar um trabalho tão importante como o trabalho da polícia, como o trabalho de investigação, como um equipamento concebido para combater a criminalidade. Tenho convicção de que muitos traficantes, muitos homicidas, muitas pessoas que vivem no mundo do crime tiveram as suas ações impedidas a partir da ação da polícia, a partir deste instrumento tão eficaz.

Não há porque desqualificá-lo. Precisamos fortalecê-lo. Não há até o momento nenhum tipo de evidência, nenhum tipo de comprovação de uso político deste equipamento no Estado do Espírito Santo. No dia que tiver, enfrentaremos o caso concreto, que pode ser desvio de conduta, de ação, de desonestidade de algum profissional, mas jamais desacreditar na instituição da Secretaria de Segurança Pública, jamais desacreditar nas autoridades do Estado do Espírito Santo.

Temos um governante maior no Estado do Espírito Santo que é o nosso governador Paulo Hartung, um homem forjado nas lutas democráticas, que trabalha em respeito às leis, em respeito ao Estado de Direito e que jamais comungará com qualquer prática ilegal. Da mesma forma o secretário de Segurança Pública e demais autoridades da polícia do Estado do Espírito Santo.

Este é o meu posicionamento, sustentando a inconstitucionalidade já manifestada pela Comissão de Justiça. Peço o apoio dos nobres Deputados e Deputadas para que possamos manter o parecer pela inconstitucionalidade, com todo o respeito ao seu autor, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE - (FREITAS - PSB) -
Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 229/2015. **(Pausa)**

O SR. EDSON MAGALHÃES - (DEM) – Senhor Presidente, pela ordem! Fujo um pouco da regra, mas sou obrigado a fazer isso, porque o prazo está se esgotando para encerramento da sessão por conta dos projetos.

Gostaria de lembrar-lhes, a V. Ex.^a e aos demais colegas, de que às 19h teremos neste Plenário uma audiência pública para debatermos a crise hídrica do Estado do Espírito Santo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (FREITAS - PSB) - Bem lembrado, Senhor Deputado Edson Magalhães, assunto completamente na pauta e na ordem do dia. É pertinente. Fica registrado que teremos sessão especial hoje, às 19h, para discutir recursos hídricos, requerida pelo Senhor Deputado Edson Magalhães.

Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 229/2015. **(Pausa)**

Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Informo aos Senhores Deputados que se o Parecer n.º 335/2015, da Comissão de Justiça, for aprovado, o projeto será arquivado; se rejeitado, o projeto seguirá tramitação normal.

Em votação o parecer, pela inconstitucionalidade do Projeto de Lei n.º 229/2015.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) –

Senhor Presidente, pela ordem! Na forma regimental, na qualidade de autor, peço a palavra para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE – (FREITAS - PSB)

– Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, o Senhor Deputado Gildevan Fernandes, quando assomou à tribuna, disse taxativamente que se manifestava como líder do Governo. Então, creio que é a posição do governador Paulo Hartung em manter o grampo sem fiscalização.

Outra coisa que o Senhor Deputado Gildevan Fernandes disse é que estamos desconfiando do secretário de Segurança e não sei por que não podemos desconfiar dele e ele pode desconfiar de nós. Não queremos impedir que o grampo seja utilizado no Espírito Santo. O que este projeto trata é única e exclusivamente de uma auditoria de noventa em noventa dias feita pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal, pela Ordem dos Advogados. Não estamos desmerecendo a Secretaria de Segurança, não estamos desqualificando ninguém; estamos apenas pedindo que esse equipamento seja vistoriado não por nós ou pelo presidente da associação de moradores, mas pela Ordem dos Advogados, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Estadual e Federal.

Então, não há sentido essa preocupação, o líder do governo colocar o nome do governador num assunto que o governador sempre defendeu e que também foi vítima desse grampo. Quando estava na planície, sem ser governador, também várias especulações foram colocadas e foi dito que era do grampo que usaram contra S. Ex.^a politicamente. E sabemos, inclusive, que um dos grampos utilizados contra o governador foi com relação às viagens da sua esposa. E isso vazou na política do Espírito Santo como coisa do grampo.

Então, não queremos acabar com o grampo e sim que seja feita uma auditoria, porque existem informações - e o presidente desta Assembleia discursou isso na semana passada ou retrasada - que um policial civil ligado ao prefeito de Itapemirim estaria se utilizando dessas gravações do grampo para

interferir na política de Itapemirim. Não queremos impedir o grampo, a única coisa que queremos, Senhor Deputado Euclério Sampaio, é que seja feita uma auditoria, não pelos deputados, não pelo presidente da associação do município de Pinheiros, mas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal e pela Ordem dos Advogados

É um absurdo matarmos essa matéria na Comissão de Justiça, sem permitir que a discussão seja feita no Plenário. O que queremos nem é o voto de deputado para aprovar a matéria.

Senhor Deputado Gildevan Fernandes, me deixa falar com o Senhor Deputado Erick Musso. V. Ex.^a está me atrapalhando. Estou tentando me dirigir ao Senhor Deputado Erick Musso, V. Ex.^a não está me deixando concentrar e estou querendo conversar com S. Ex.^a

Queremos apenas, que a matéria seja discutida no Plenário e que todos os deputados possam falar, possam dizer o que sentem. Já conversamos e o Senhor Deputado Rodrigo Coelho, que é um dos deputados de comportamento democrático, de excelente avaliação pelo seu conhecimento do Legislativo, inclusive aquiesceu - juntamente com os membros da Comissão de Justiça, Senhores Deputados Eliana Dadalto, Raquel Lessa, Doutor Rafael Favatto, Janete de Sá e Marcelo Santos, que se não me falha a memória são os membros da Comissão -, que antes de votarmos a constitucionalidade do projeto, possamos fazer um contraponto da constitucionalidade para viabilizar o debate. Não podemos simplesmente dizer que estamos desconfiando do secretário de Segurança e chamando-o de desonesto porque eles não estão querendo que fiscalizem e que façam uma auditoria no aparelho. Ninguém está falando que S. Ex.^a é desonesto; estamos fazendo o exercício de colocar a matéria para ser discutida.

Como essa matéria - a Senhora Deputada Janete de Sá está me lembrando do contraponto do parecer - é anterior à instrução da comissão, estamos impedidos de fazer esse contraponto porque foi dada entrada dessa matéria antes da instrução da comissão.

Se tivéssemos alternativa de fazer uma contradição ao parecer de inconstitucionalidade, provaríamos que essa matéria é possível de ser regulada porque ela é da administração pública. Como a Assembleia Legislativa não pode regular o que a administração pública faz se não gera despesa? Ela apenas controla disciplinarmente o uso de um equipamento. Se a Assembleia Legislativa não puder isso, o que ela poderá? Não consta na lei, nem na Constituição Estadual, nem na lei complementar, nenhum impedimento para que a Assembleia Legislativa possa dosar o uso ou o controle daquele equipamento por meio de projeto de lei. Não há nenhum entendimento de inconstitucionalidade nesse ato.

O que é inconstitucional é o que consta na

Constituição. Se a Constituição não proíbe e não diz que grampo pode ser usado e é só o Executivo que o controla, por que não podemos estabelecer uma regra que não é, inclusive, de acabar, mas apenas de fazer auditoria?

Entendo que estamos com o total poder de fazer essa discussão no plenário e, por isso, peço o voto para derrubar a inconstitucionalidade, a fim de que o projeto possa continuar em discussão e, depois, se os Senhores Deputados acharem que não é legal votar contra o projeto no mérito... Mas é preciso deixar o projeto ser discutido em plenário. **(Muito bem!)**

O SR. FREITAS – (PSB) – Senhora Presidenta, pela ordem! Na qualidade de Líder do PSB, peço a palavra para encaminhar votação.

A SR.^a PRESIDENTA – (JANETE DE SÁ - PMN) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Freitas.

O SR. FREITAS – (PSB – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos – autor do Projeto de Lei n.º 229/2015 –, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, enquanto líder do Partido Socialista Brasileiro quero encaminhar a votação da inconstitucionalidade aposta ao projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

Outro dia, neste plenário, fiz ecoar duas frases importantes e que, em determinados momentos, deputados e deputadas conseguem tirar dos seus pronunciamentos, de ideias brilhantes de bons oradores. Fiz ecoar duas frases fortes, uma colocada pelo Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, autor do projeto em pauta: - *estamos vivendo no momento a falência do poder público*. Foi uma frase forte. O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos explicou essa frase, dita nesta Casa, e deu vários exemplos.

No mesmo dia, não me recordo se discutindo a mesma matéria, o Senhor Deputado Sergio Majeski disse outra frase, também importante, a ser refletida: - *Quem fiscaliza o fiscalizador e quem investiga o investigador?* Ninguém está acima da lei. Não existe ninguém na Terra que está acima do bem e do mal, Senhora Deputada Janete de Sá, que nos preside.

Quando o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos pensa e elabora um projeto de lei, que penso que tem motivação, e muita motivação. Principalmente neste estado, governado por um gestor de excelência, um estadista, um republicano, que é o governador Paulo Hartung.

No início do seu primeiro governo, que teve um ciclo completo de mandato de oito anos, S. Ex.^a precisou ter coragem, precisou correr risco, precisou ter muita determinação e desprendimento para governar, pois era um tempo de desmando total neste estado, um tempo de crime organizado inserido nas instituições e nos Poderes, e quebrar esse famigerado

guardião que trabalhava a serviço do crime organizado.

O Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos recupera um tempo vivido no Estado do Espírito Santo, de desmando, do qual inúmeras autoridades que estão neste plenário foram vítimas. S. Ex.^a estabelece uma fiscalização para o fiscalizador. Isso é muito justo. Quantos são vítimas dos absurdos, dos abusos, dos excessos de quem não tem capacidade e equilíbrio para ser autoridade, principalmente quando se é autoridade vitalícia e se pensa que essa vitaliciedade impera sobre tudo.

Dessa forma o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos estabelece auditoria trimestral no guardião, esse aparelho que fica sob o comando do secretário de Segurança, que hoje é um secretário exemplar, o nosso secretário André Garcia. Tanto é bom que transplanta governos. É um dos pouquíssimos que sobrevivem de um governo para outro. André Garcia está acima de suspeita no momento, mas secretário passa. Quando se estabelece um projeto de lei, é uma lei para o estado; esteja o secretário que estiver no cargo, a auditoria prevalecerá. A auditoria no guardião; estabelecendo quem a faz. Nada mais justo que a OAB e o Ministério Público fazerem auditoria. Então, por que não uma auditoria? Por que não a auditoria no guardião para saber se ele está cumprindo a função dele, que só pode ouvir a partir de uma autorização judicial?

Encaminho, entendo e faço minhas as palavras do Senhor Deputado Sergio Majeski: *Quem fiscaliza o fiscalizador? Quem investiga o investigador?* E por que não estabelecer uma auditoria nesse guardião com a OAB e com o Ministério Público?

Não vejo nenhum prejuízo, muito ao contrário, vejo a possibilidade desse guardião estar a serviço da justiça, estar a serviço do que é correto, estar a serviço de um estado de direito.

Como líder do Partido Socialista Brasileiro, encaminho a favor da tramitação do projeto do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, que é contra a inconstitucionalidade e a favor de o deputado poder legislar. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (JANETE DE SÁ – PMN) – Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Assumo a presidência dos trabalhos neste momento para dar continuidade ao rito da sessão.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para encaminhar votação na qualidade de Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS

ANJOS – PSD) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gildevan Fernandes.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, gostaria de reiterar e encaminhar pela manutenção do despacho do parecer da Comissão de Justiça. Inclusive, contestando o desvio da minha fala.

O governador é sim, favorável, que tenhamos um sistema eficiente de segurança pública que inclua inteligências, que inclua escutas telefônicas para investigar criminalidade devidamente autorizada pela Justiça. Esse, certamente, é o posicionamento do governador, é meu posicionamento e é a opinião de todas as pessoas que querem a redução da criminalidade no Estado do Espírito Santo.

Não aceitamos suspeitas infundadas sobre uma instituição tão importante como a nossa Secretaria de Segurança Pública, até porque, se há investigação clandestina, ela pode acontecer por policiais militares, por um policial que esteja em desvio de conduta, por policial civil, como também pode acontecer por algum policial federal, algum advogado membro da OAB também, se estes não tiverem escrúpulos, se não tiverem princípios, se quiserem transgredir a lei. E vários são os casos ocorridos no Brasil, infelizmente, dada a facilidade de aquisição de equipamentos que promovem a escuta de pessoas. Então, o que precisamos, em nível de Brasil, é que haja instrumentos para coibir a comercialização de equipamentos que promovem a escuta. Quantos detetives particulares fazem isso? Rechaçamos totalmente qualquer tentativa que queira macular ou colocar sob suspeita a Secretaria Estadual de Segurança Pública, formada por pessoas idôneas, qualificadas, que estão reduzindo significativamente a violência no Estado do Espírito Santo.

Há muitos anos, mais de quinze anos, não tínhamos indicadores tão positivos de redução do número de homicídios e de outros crimes praticados em nosso Estado. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (ENIVALDO DOS ANJOS – PSD) – Em face de ser o autor da matéria não poderia presidir a sessão, mas, também, o projeto não será colocado em votação porque está esgotado o tempo destinado à presente sessão.

Findo o tempo destinado a presente sessão, vou encerrá-la. Antes, porém, convocoo os Senhores Deputados para a próxima, ordinária, dia 21 de outubro de 2015, para a qual designo

EXPEDIENTE:

O que ocorrer.

ORDEM DO DIA: votação adiada, com discussão prévia encerrada, do Projeto de Lei n.º 229/2015; discussão prévia dos Projetos de Lei n.ºs 301/2015 e 333/2015; discussão se houver recurso,

na forma do artigo 277, §§ 2.º a 5.º, do Regimento Interno, do Projeto de Lei n.º 257/2015; discussão especial, em 3.ª sessão, dos Projetos de Lei n.ºs 108/2015, 343/2015, 371/2015, 372/2015 e 387/2015; discussão especial, em 3.ª sessão, dos Projetos de Decretos Legislativos n.ºs 87/2015, 88/2015, 89/2015, 90/2015, 91/2015, 92/2015, 93/2015, 94/2015, 95/2015, 96/2015, 97/2015, 98/2015, 99/2015, 100/2015, 101/2015, 102/2015 e 103/2015; discussão especial, em 2.ª sessão, dos Projetos de Decretos Legislativos n.ºs 104/2015, 105/2015, 106/2015 e 107/2015; discussão especial, em 1.ª sessão, dos Projetos de Lei n.ºs 348/2015, 377/2015 e 383/2015.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às dezoito horas.

*De acordo com o registrado no painel eletrônico, deixou de comparecer a presente sessão o Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto.

NONAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2015.

(De acordo com o registrado no painel eletrônico, à hora regimental, para ensejar o início da sessão, comparecem os Senhores Deputados Bruno Lamas, Cacau Lorenzoni, Doutor Hércules, Enivaldo dos Anjos, Erick Musso, Euclério Sampaio, Marcelo Santos, Pastor Marcos Mansur e Sergio Majeski)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(Assume a 1.ª Secretaria o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos e a 2.ª Secretaria o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Convido o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni a proceder à leitura de um versículo da Bíblia.

(O Senhor Deputado Cacau Lorenzoni lê Salmos, 119:1)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Convido o Senhor 2.º Secretário a proceder à leitura da ata da nonagésima sexta sessão ordinária, realizada em 20 de outubro de 2015. **(Pausa)**

(O Senhor 2.º Secretário procede à leitura da ata)

(Comparecem os Senhores Deputados Amaro Neto, Edson Magalhães, Eliana Dadalto e Nunes)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Aprovada a ata como lida. **(Pausa)**

Convido o Senhor 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

OFÍCIO S/N.º - 2015

Vitória, 20 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Solicito a V. Ex.^a que seja justificada minha ausência na Sessão Ordinária do dia 14 de outubro, nos termos do § 6.º do artigo 3056 do Regimento Interno.

Atenciosamente,

**DA VITÓRIA
Deputado Estadual**

Ao
Ex.º Sr.
THEODORICO FERRAÇO
Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo
NESTA

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Justificada a ausência. À Secretaria.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

OFÍCIO N.º 202/2015

Vitória, 19 de outubro de 2015.

Senhor Presidente:

Com base no Capítulo IV, artigo 305, Inciso

6º, do Regimento Interno, solicito justificar a minha ausência na sessão ordinária do dia 14 de outubro de 2015, para Participar da mobilização nacional para a criação do Pacto Federativo das Mulheres e para formulação de um novo Pacto Federativo Nacional, que irá reunir parlamentares de todo o país. Ressalto que conforme definido em reunião do Colégio de Líderes ficou deliberado que nossa participação no evento da CCJ com os Deputados Estaduais do País seria computado na Sessão do dia 14 deste com presença.

Atenciosamente,

JANETE DE SÁ
Deputada Estadual – Líder do PMN

Ao
Ex.º Sr.
THEODORICO FERRAÇO
Presidente da Assembleia Legislativa do Espírito Santo
NESTA

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Justificada a ausência. À Secretaria.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

PROJETO DE LEI N.º 427/2015

Determina atendimento prioritário no atendimento aos portadores de diabetes nos casos da realização de exames médicos em jejum.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1º - As unidades de serviços de saúde da rede pública estadual e privada, ficam obrigadas a dar prioridade no atendimento aos portadores de diabetes, no caso de realização de exames médicos em jejum.

Parágrafo único – A prioridade prevista no caput deve ser compatibilizada com a dos idosos, deficientes, gestantes e demais previstas em atos normativos.

Art. 2º- O usuário portador de diabetes comprovará essa condição mediante a apresentação de documentos médico que comprove essa patologia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2015.

SANDRO LOCUTOR
Deputado Estadual - PPS

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Brasileira de Diabetes – SBD estima que no Brasil cerca de 12 milhões de pessoas têm diabetes.

O diabetes fica caracterizado quando as taxas de açúcar no sangue estão alteradas. A glicose (açúcar) ideal é a que fica entre 70 a 100mg/dL. A partir de 100mg/dL em jejum ou 140mg/dL duas horas após as refeições, considera-se **hiperglicemia** e, abaixo de 70mg/dL, **hipoglicemia**.

Isso acontece porque o pâncreas deixa de produzir insulina ou as células param de responder à insulina que é produzida, fazendo com que a glicose sanguínea não seja absorvida pelas células do organismo e causando diferentes níveis de glicose na corrente sanguínea.

No entanto, o jejum é prejudicial à saúde porque o organismo é dependente de quantidades constantes de glicose para sobreviver. Um organismo humano saudável possui uma reserva de energia composta por gorduras, proteínas e açúcares. As gorduras são estocadas no tecido adiposo e constituem cerca de 85% das fontes de energia do corpo, as proteínas compõem em torno de 14% e os carboidratos (açúcares) somente 1%.

Ficando muito tempo sem comer, ou seja, intervalos maiores do que 4 (quatro) sem nada no estômago, o diabético pode desencadear uma hipoglicemia ou hiperglicemia. Em outras palavras, o nível de açúcar no sangue fica muito baixo ou muito alto, podendo ocasionar tremores, fome, suores, muita fraqueza, pele úmida, confusão mental, palpitação, entre outros sintomas.

A coleta para amostra de sangue consiste em jejum de no mínimo de 6 (seis) horas, podendo, destarte, acarretar um risco grande de hipoglicemia.

Sendo assim, o portador de Diabetes quando chegar ao local de coleta de exame, tem que avisar que é portador da doença para que possa ser atendido com maior rapidez, reduzindo o risco de hipoglicemia.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Devolva-se ao autor com base no art. 143, VIII do Regimento Interno, por infringência ao art. 63, parágrafo único, III e VI da Constituição Estadual.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO GABINETE DA MESA DIRETORA

PROJETO DE LEI N.º 428/2015

Denomina Rodovia Waldemiro Zampirolli, o trecho da Rodovia Estadual ES 486, que liga a atual estrada de Gironda à Alto Gironda à Itaoca, localizado no Município de Cachoeiro de Itapemirim.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECRETA:

Art. 1.º Fica denominada Rodovia Waldemiro Zampirolli o trecho da Rodovia Estadual ES 486 que liga a atual estrada de Gironda à Alto Gironda à Itaoca, localizado no Município de Cachoeiro de Itapemirim..

Art. 2.º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio Domingos Martins, 14 de outubro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO

Presidente

ENIVALDO DOS ANJOS

1.º Secretário

CACAU LORENZONI

2.º Secretário

JUSTIFICATIVA

Falar sobre o histórico de vida do Sr. Waldemiro Zampirolli é gratificante e lisonjeador, considerando-se a dignidade e a honradez que sempre o acompanharam em vida.

Brasileiro, descendente de Italiano, nascido e criado no distrito de Jacigua até seus 30 anos de idade, casou-se no ano de 1948 com a senhora Helena Ferdinando Buzon, tendo com ela 9 filhos (Antônio, Agostinho, Altair, Antenor, Helenice, Helenilda, Helizabete, Heliete, Heliana, todos com sobre nome Zampirolli).

No ano de 1975 fundou a empresa Embramar Empresa Brasileira de Mármore Ltda, localizada em Alto Gironda, com ramo de Extração de Mármore, sendo uns dos pioneiros naquela região gerando emprego e renda.

No ano de 1965 mudou-se para Alto Gironda, residiu neste local até o ano de 1975, após essa data mudou-se para Cachoeiro de Itapemirim, falecendo no dia 05/09/1987.

Trabalhador incansável, cristão, preocupado

com o próximo, esposo exemplar, pai amoroso, empresário visionário, enfim, um homem disponível em todas as horas, em qualquer circunstância.

Diante do exposto, contamos com o apoio de Vossas Excelências para aprovação do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Publique-se. À Comissão de Justiça na forma do art. 276 do Regimento Interno.

O SR. MARCELO SANTOS - (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Quero cumprimentar a Mesa com um bom-dia.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Bom dia, Senhor Deputado Marcelo Santos. Está cumprimentado e justificada a ordem de V. Ex.^a.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º
108/2015**

*Concede Título de Cidadão Espírito
Santense a ADAIR LEONARDO
ROCHA*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido a ADAIR LEONARDO ROCHA o **Título de Cidadão Espírito Santense**.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Domingos Martins, 02 de outubro de 2015.

LUZIA TOLEDO

Deputada Estadual PMDB

**1.ª Vice-presidente da Assembleia Legislativa do
ES**

JUSTIFICATIVA

A honraria que ora propomos visa conceder a **ADAIR LEONARDO ROCHA** o Título de Cidadão Espírito Santense.

Natural de Pouso Alegre, Minas Gerais,

Adair é graduado em Filosofia, Teologia e, também, possui mestrado em educação e doutorado e pós doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

É professor Adjunto do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio de Janeiro e da UERJ. Atualmente exerce, também, o cargo de Representação Regional do Ministério da Cultura nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Dentre as suas inúmeras atividades como gestor público de cultura, há mais de dezesseis anos, é de ser destacada a autoria de “Cidade Cerzida – A Costura da Cidadania no Santa Marta” (3ª. Edição – Ed. PUC e Pallas) e de cerca de outras trinta publicações sobre os temas cultura, cidadania, educação, cidade e comunicação. A pesquisa que atualmente desenvolve, nessa área, denomina-se “A Cultura e a Emergência da Cidade Periférica”.

É com satisfação que proponho esta honraria ao Professor Adair Leonardo Rocha, com a certeza de que meus Nobres Pares acolherão a mesma.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Publique-se. Após o cumprimento do art. 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça e de Defesa da Cidadania.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º
109/2015**

*Concede Título de Cidadania
Espírito-Santense ao Senhor Walter
José Franquini*

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Espírito-Santense ao **Senhor Walter José Franquini**.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 20 de outubro de 2015.

DARY PAGUNG

Deputado Estadual - PRP

JUSTIFICATIVA

O senhor *Walter José Franquini*, filho de Vicente Franquini e Maria Meireles. Nascido aos 16 de julho de 1949, em Vila de Santa Rita do Itueto, à época Município de Resplendor, hoje Município de Santa Rita do Itueto, Estado de Minas Gerais.

Em 1967, mudou – se para Baixo Guandu na Microrregião Centro Oeste do Estado do Espírito Santo, onde passou toda adolescência, iniciando um pequeno comércio de secos e molhados no bairro Sapucaia, no Município de Baixo Guandu.

Casou – se com Darlene Maggioni, e teve três filhos, Polliana, Juliana e João Vicente. Acolhido por um povo hospitaleiro e agradável, fixou residência no município, onde se transformou em um dos maiores empresários, atuando na área de supermercados onde buscava constantemente um serviço de boa qualidade para toda a população.

Incansável na busca pelo aperfeiçoamento e melhor qualidade na prestação de serviços aos consumidores, foi dado início a transformação de seu pequeno comércio em um dos maiores Supermercados da Cidade, “Central de Compras Frankini”, onde teve a oportunidade de ampliar a geração de empresa e ajudar no desenvolvimento do Município de Baixo Guandu.

Walter José Franquini, aposentou – se e continua residindo em Baixo Guandu.

Assim sendo, conclamamos nossos pares à aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, considerando que o *Senhor Walter José Franquini* é merecedor do título de cidadão espírito-santense, pela extraordinária contribuição no ato de atuar na área empresarial, gerando postos de trabalho e ajudando no desenvolvimento do Estado que escolheu para morar e trabalhar.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Publique-se. Após o cumprimento do art. 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça e de Defesa da Cidadania.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA MESA DIRETORA**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 58/2015

Institui a Comenda “Paulo Roberto Amorim”, a ser concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo aos cidadãos que de algum modo tenham contribuído com a pesca esportiva no Estado.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 17, inciso XXVI do Regimento

Interno, aprovado pela Resolução n.º 1.600, de 11 de dezembro de 1991, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída a Comenda “Paulo Roberto Amorim” na Assembleia Legislativa, a ser concedida aos cidadãos que tenham prestado relevantes contribuições para a pesca esportiva no âmbito do Estado do Espírito Santo.

§ 1º A Mesa da Assembleia Legislativa aprovará o nome do agraciado com a Comenda, mediante indicação de Deputado Estadual, acompanhada da justificativa, onde fique demonstrada a prestação de relevantes contribuições para a pesca esportiva.

§ 2º A entrega da Comenda ocorrerá, preferencialmente, em sessão solene da Assembleia Legislativa, realizada anualmente, e será concedida a 30 (trinta) homenageados.

Art. 2º Fica estabelecido que a comenda terá o desenho do Marlim Azul – peixe símbolo do Estado do Espírito Santo.

Art. 3º A forma insígnia e demais honrarias, a serem concedidas ao agraciado, serão definidas pela Mesa da Assembleia Legislativa em regulamento próprio.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1.º Secretário
CACAU LORENZONI
2.º Secretário

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Resolução que ora submetemos à apreciação dos ilustres Pares tem o objetivo de criar a Comenda “Paulo Roberto Amorim”, para homenagear todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram com a pesca esportiva no nosso Estado.

O marlin azul foi mais do que uma aventura na vida do capixaba Paulo Roberto Amorim, o peixe mudou a vida do empresário desde que fogueou o recorde mundial da espécie, homologado pelo International Game Fish Association (IGFA): 636 Kg, em 29 de fevereiro de 1992, no litoral de Vitória, a bordo da lancha Duda Mares.

O recorde trouxe a fama e, com ela, o assédio. Pescadores de todas as partes queriam pescar com ele. Paulo Amorim acertava as datas no fim de semana, conforme sua disponibilidade. Depois fez

uma parceria com o dono de uma lancha para poder atender mais pedidos até que, em 1997, ele ergueu a sua própria pousada em Guarapari. Por muito tempo, o empresário se dividiu entre os negócios com granito em Rondônia e sua pousada exclusiva para pescadores de marlin, onde contava com ajuda da sua esposa Carmen.

No natal de 2006, a pesca esportiva brasileira sofreu uma grande perda. Amorim estava internado no Hospital Santa Rita desde outubro, em decorrência de um acidente automobilístico. Na noite do acidente ele se dirigia ao Iate Clube do Espírito Santo, onde receberia uma premiação de pesca.

Diante de todo o exposto, solicitamos aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Resolução.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Publique-se. Após o cumprimento do art. 120 do Regimento Interno, às Comissões de Justiça, de Defesa de Cidadania, de Desporto, de Finanças e à Mesa Diretora.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º
226/2015**

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais, especialmente as previstas no artigo 57, § 2º da Constituição Estadual, requer a Vossa Excelência que encaminhe ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, o seguinte pedido:

- 1) Informações Relacionadas ao processo de N° 64405087 de 06 de janeiro de 2014 a cerca da aquisição de um terreno para a construção de uma nova sede para a EEEFM Joaquim Caetano de Paiva, localizada no Município de Laranja da Terra.

A Referida escola, situada no distrito de Joatuba em Laranja da Terra consta o seu ano de fundação em 1938 sendo que em 1978 a escola passou a ofertar as séries finais do ensino fundamental e mais recentemente em 2004 foi integrado também o Ensino Médio. A escola não possui prédio próprio, as suas atividades dar-se-ão nas instalações pertencentes à Mitra Diocesana de Colatina. Tomando como base essas informações, requer-se:

- Qual a previsão para finalização do processo de N° 64405087?
- Tendo em vista que o processo N° 64405087 de 06 de janeiro de 2014 foi aberto há um ano e nove meses, porque ele ainda não foi concluído?
- Tiveram propostas?
- Concluído o processo de aquisição de terreno, qual é o prazo para o início e término das obras de construção da EEEFM Joaquim Caetano de Paiva?

Sala das Sessões, 19 de outubro de 2015.

**SERGIO MAJESKI
Deputado Estadual - PSDB**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Oficie-se. Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

REQUERIMENTO N.º 243/2015.

Senhor Presidente:

O Deputado signatário requer a V. Exa., com fulcro no Art. 305, II, do Regimento Interno, licença, no período de 16 a 30 de outubro de 2015, para tratamento de saúde, conforme consta no atestado anexo.

Plenário Dirceu Cardoso, 16 de outubro de 2015.

**DOUTOR RAFAEL FAVATTO
Deputado Estadual - PEN 51 ES**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Defiro. À Secretaria para providenciar ato de licença.

(Comparecem os Senhores Deputados Almir Vieira e Dary Pagung)

O SR. MARCELO SANTOS - (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Existe um canal no *Discovery Channel*, na *SKY*, e em outras tevês pagas, que dizem que só os golfinhos conseguem antecipar o pensamento do seu igual, mas quero corrigir, pois o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos também tem essa percepção. Muito obrigado, Senhor Deputado. V. Ex.^a está antenado no plenário. Antecipou o meu

pedido, aliás, o meu pela ordem, para que eu pudesse me manifestar.

O Senhor Deputado, que neste momento preside esta sessão, está ladeado por duas figuras importantes: os Senhores Deputados Cacau Lorenzoni e Enivaldo dos Anjos. Dois extremos, não tão extremo, porque o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, agora, tem seu domicílio eleitoral em Vitória, mas lá em Barra de São Francisco continua com o seu domicílio; e o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni, na região serrana; e V. Ex.^a, Senhor Presidente Pastor Marcos Mansur, de Cachoeiro.

Quero falar sobre a audiência pública que realizamos ontem, pela Comissão de Infraestrutura. Os trabalhos foram conduzidos pelo nosso presidente, o Senhor Deputado Edson Magalhães. A proposta da audiência pública foi de minha autoria.

Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, estiveram presentes diversas personalidades conhecedoras do tema da crise hídrica. O professor, que me falha a memória o nome, da Universidade Federal do Espírito Santo, fez uma fala muito interessante. Ele disse que a crise hídrica sempre existiu, e é verdade. A crise hídrica na seca, e aí estamos passando por uma crise ampliada, mas também a crise hídrica nas enchentes, como ocorreu recentemente. A outra crise é a crise da qualidade da água, da péssima qualidade da água.

Foi debatido na reunião, tivemos atores importantes como a representação da Cesan; como a representação da Secretaria de Estado da Agricultura, na figura do próprio secretário; estiveram presentes também o diretor da Agência de Águas; a diretora-presidente do Iema; o diretor-presidente da Federação das Indústrias; secretários municipais de Meio Ambiente e de Turismo; vereadores; ONGs que tratam desse tema, principalmente ligadas à agricultura. Pudemos debater falando dos problemas, das causas, do efeito *El Niño*.

O que cobramos na reunião, principalmente na condição de vice-presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, foi uma resposta da Cesan. Não adianta apenas tratarmos da crise hídrica se não tivermos o tratamento do esgoto, esgoto esse que é lançado *in natura*, como diz o Senhor Deputado Doutor Hércules, na Baía de Vitória. Há uma proposta de tratarmos cem por cento do esgoto de Vitória, mas precisamos, além da capital, de tratar cem por cento do esgoto de Cariacica, principalmente, tratarmos o esgoto de Vila Velha, de Serra, de Viana, tratarmos o esgoto da região metropolitana e por que não de todo o estado.

Chamo a atenção, senhoras e senhores, dos prefeitos municipais que, na verdade, visam apenas a obras com resultado político-eleitoral. Por que não fazem as redes de saneamento básico, Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur? Porque não dá voto. A hora em que você cava, coloca manilha, liga a casa à rede e, depois que você cobre, a sociedade já não se lembra mais e não dá voto. Então, é melhor

fazer uma obra de pavimentação ou obra que apareça para a sociedade toda enxergar.

Precisamos chamar a atenção dos secretários municipais que às vezes não nomeados meramente para o cargo, mas não têm conhecimento da pasta em que vão atuar. Os secretários de Turismo, que neste momento em que estamos com falta d'água, escassez hídrica, precisam rever os seus planos, principalmente em cidades que têm um balneário, como Guarapari, que tem cento e dez mil habitantes, mas nesse período sazonal recebe mais de um milhão e meio de pessoas. Como Guriri, em São Mateus; como Conceição da Barra; como Itapemirim, Marataízes. Como a região metropolitana, a Praia da Costa, a Ponta da Fruta, a Praia de Camburi, lá no município da Serra, Jacaraípe.

Como é que as prefeituras estão fazendo a revisão do seu plano de verão, das férias escolares, do Carnaval, anunciando grandes personalidades que se apresentarão, bandas, apresentações teatrais; enfim, como vamos receber esse turista? O turista do estado e o turista de fora do estado? Como vamos abastecer com água essa turma? E o consumo deles, dos serviços públicos essenciais?

Senhor Presidente, foi muito legal, ontem, esse debate, porque pudemos externar tudo isso. Cobrei diretamente à diretoria da Cesan uma resposta para a sociedade, para que seja dita qual é a quantidade de habitações cujos esgotos estão sendo tratados, o percentual que ainda falta e qual o planejamento para alcançar a totalidade do saneamento nessas residências, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

Digo que foi muito importante o debate e agradeço a participação de todos que estiveram na reunião de ontem. Tenho certeza de que também é o caminho que pensa o presidente da Comissão, faremos um debate permanente, como se fosse um fórum permanente de discussões. Não podemos parar de discutir, Senhor Deputado Almir Vieira, quando as chuvas vierem. A cultura da abundância acontece de fato, Senhor Deputado Dary Pagung, que mora na região metropolitana do Guandu. A cultura da abundância! Basta chover uma semana e todo mundo já começa a lavar a calçada, lavar os vidros, dar descarga jogando mais de dez, quinze, vinte litros de água porque urinou 30ml. É verdade! Você utiliza o banheiro, 30ml de urina, e dá descarga de quase dez litros d'água. Ou vão me dizer que a turma aqui não usa o banheiro para fazer xixi? É verdade! Isso também tem que ser discutido.

Podemos dar o exemplo, como disse o Senhor Deputado Doutor Hércules, na própria Casa, fazendo nesta Casa captação de água da chuva, colocando sistema solar para energia, fazendo banheiros de forma sustentável, ecologicamente correta. Acho que o Poder tem que dar exemplo. Sugiro à Mesa Diretora, na figura do Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur, que se apresenta hoje com telhado novo. É muito importante este

debate, e não o pararemos na Assembleia Legislativa.
Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. BRUNO LAMAS – (PSB) – Senhor Presidente, pela ordem! Gostaria da permissão da Mesa para fazer ainda um comentário em relação ao item oito, se for possível.

Gostaria de parabenizar o Senhor Deputado Sergio Majeski, que tem visitado as escolas, pelo item oito, em que pede a aquisição de terreno para a construção de uma nova sede para a escola Joaquim Caetano, no município de Laranja da Terra.

Também tenho, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, toda quinta-feira, visitado escolas, prioritariamente as escolas de Serra. Gostaria de já dividir com os colegas e com o Governo do Estado, pois iniciaremos o debate sobre as emendas ao orçamento 2016, e uma de nossas emendas, no montante de trezentos mil reais, cento e cinquenta mil reais para este ano, a que os novatos, como gosta de dizer o Senhor Deputado Euclério Sampaio, tivemos direito, e colocamos mais cento e cinquenta mil. Já antecipamos um ofício ao secretário Haroldo Rocha para o ano de 2016, porque em Nova Almeida existe a escola Virgínio Pereira, uma escola muito antiga, que já não suporta mais atender os alunos da região. Fica na beira da pista, naquele formato antigo, com buraquinhos para ventilar. Mas esses buraquinhos que fazem parte da arquitetura atrapalham os alunos.

Como diz o Senhor Deputado Marcelo Santos, *cobogol*. É isso, Senhor Deputado? Acho que é *cobogol*. Cobogó! Pronto, está resolvido.

A Prefeitura de Serra comprou uma área, doou essa área ao Estado, e estamos disponibilizando essa emenda para que o Estado contrate o projeto para antecipar, e a nossa expectativa é que, na virada do ano, com uma situação melhor com relação ao nosso orçamento, possamos, já que temos a área disponibilizada em Nova Almeida e o projeto contratado, iniciar as obras da nova escola Virgínio Pereira.

Tenho dito, Senhor Deputado.

(Comparece a Senhora Deputada Raquel Lessa)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Solicito ao Senhor 1.º Secretário que continue a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê: Requerimento de Urgência n.º 109/2015, da Mesa Diretora, ao Projeto de Resolução n.º 56/2015, que acrescenta os §§ 4.º e 5.º no artigo 1.º e altera os incisos I e II do artigo 2.º da Resolução n.º 1.805, de 23.10.1995, que dispõe sobre auxílio-alimentação. **Lido na 95.ª Sessão Ordinária, realizada dia 19 de outubro de 2015, e adiada a votação por falta de quorum.**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR

MARCOS MANSUR – PSDB) – Em votação o Requerimento de Urgência n.º 109/2015, lido em sessão anterior.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Na ausência do Líder do Governo, gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Já houve encaminhamentos dos Senhores Deputado Da Vitória, Sandro Locutor. O Senhor Deputado Marcelo Santos já encaminhou.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Fui como líder da minoria, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – É, minoria.

Também já encaminhou o Senhor Deputado Edson Magalhães.

Em votação o Requerimento de Urgência n.º 109/2015, lido em sessão anterior.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado, contra dois votos.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Só queria explicar ao professor, com a máxima vênia, que cobogó é o nome correto. São três sílabas correspondentes às iniciais de três jovens arquitetos e engenheiros que inventaram esse sistema.

Muito obrigado.

(Comparece o Senhor Deputado Theodorico Ferraço)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Solicito ao Senhor 1.º Secretário que continue a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê: Requerimento de Urgência n.º 110/2015, do Deputado Sergio Majeski e outros, ao Projeto de Lei n.º 170/2015, de sua autoria, que altera o inciso VII do art. 17 da Lei n.º 9.531, de 16 de setembro de 2010, que dispõe sobre a política estadual de mudanças climáticas – PEMC, incluindo regiões urbanas, e também as susceptíveis a inundações. **Lido na 95.ª Sessão Ordinária, realizada dia 19 de outubro de 2015, e adiada a votação por falta de quorum.**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Em votação o Requerimento de Urgência n.º 110/2015, lido em sessão anterior.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.
Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê: Requerimento de Urgência n.º 111/2015, do Deputado Sergio Majeski e outros, ao Projeto de Lei n.º 174/2015, de sua autoria, que dispõe sobre o reuso de efluentes das estações de tratamento de esgoto – ETE'S, para fins industriais. **Lido na 95.ª Sessão Ordinária, realizada dia 19 de outubro de 2015, e adiada a votação por falta de quorum.**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) - Em votação o Requerimento de Urgência n.º 111/2015, lido em sessão anterior.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.
Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA MESA DIRETORA**

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA N.º 112/2015

Senhor Presidente:

Os Deputados abaixo assinados, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem a V. Ex^a, depois de ouvido o Plenário, **REGIME DE URGÊNCIA**, para o Projeto de Lei Complementar n.º 021/2015, da Mesa Diretora, que estabelece regras de promoção dos procuradores da Assembleia Legislativa, nos termos do parágrafo único, do art. 11, da Lei Complementar n.º 762, de 14/01/2014 e dá outras providências.

Palácio Domingos Martins, 19 de outubro de 2015.

THEODORICO FERRAÇO
Presidente
ENIVALDO DOS ANJOS
1.º Secretário
CACAU LORENZONI
2.º Secretário

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) - Em votação o Requerimento de Urgência n.º 112/2015, que acaba de ser lido.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê: Requerimento n.º 237/2015, do Deputado Bruno Lamas e outros, de criação de Comissão Especial, formadas por 03 (três) membros, para no prazo de 90 (noventa) dias, acompanhar o estudo da reservação de água no Estado. **Lido na 95.ª Sessão Ordinária, realizada dia 19 de outubro de 2015, e adiada a votação por falta de quorum.**

(Comparece o Senhor Deputado Gilsinho Lopes)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) - Em votação o Requerimento n.º 237/2015, lido em sessão anterior.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

(Comparece o Senhor Deputado Sandro Locutor)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Sergio Majeski.

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, aqui estão sendo requeridos dois regimes de urgência para dois projetos que têm a ver com a questão da crise hídrica.

O Senhor Deputado Marcelo Santos, ainda há pouco, falou sobre a importante audiência pública que teve ontem e mencionou que se chover um pouco todo mundo vai esquecer. Eu disse isso lá no começo do ano, quando naquela época discutíamos isso. Agora, esses dois projetos são muito importantes e espero que as comissões analisem de uma forma muito imparcial e com muita boa vontade também. Como disse, esses projetos foram apresentados não agora, foram apresentados no começo do ano. Se estamos preocupados mesmo com a questão da água, todas essas questões deveriam ter tido uma celeridade maior.

Outra coisa que gostaria de dizer é que quando o Senhor Deputado Marcelo Santos diz que basta chover um pouquinho e já vamos esquecer a crise hídrica. Isso tem acontecido com relação a qualquer coisa. Sempre que o problema vem, tenta se tomar medidas pontuais e logo, logo se esquece. É o caso dos deslizamentos, dos desmoronamentos de encostas que ocorrem quando vêm as chuvas, as enchentes. Todo mundo sabe que vai ocorrer, mas depois socorre, doa colchão e tal, não sei mais o que,

fala que foi uma tragédia e não se prepara, não se previne para que não volte a acontecer. Nesta Casa devemos ser bem coerentes com aquilo que discutimos.

Há pouco tempo aprovamos - nós não porque eu votei contra - um projeto vindo do Executivo que amplia a possibilidade de aumento de desmatamento e de plantio de eucalipto. Foi aprovado por esta Casa um projeto que não deveria ter sido aprovado. Se temos realmente a preocupação com a questão ambiental, com a questão hídrica, com a conservação de rios, aquele projeto jamais deveria ter sido aprovado nesta Casa. Naquela ocasião alertei sobre tudo isso, inclusive chegou-se ao ponto de colegas me chamarem de mentiroso e que eu estava tentando confundir a opinião pública. Então, precisamos ser coerentes. Se estamos preocupados, temos que estar preocupados o tempo inteiro para não fazermos discursos de ocasião. Muito obrigado, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Rodrigo Coelho)

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR - PSDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Marcelo Santos.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB - Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, a proposta do Senhor Deputado Sergio Majeski é muito pertinente, interessante num momento adequado que atravessamos uma crise hídrica acentuada, mudanças climáticas extremas, quando se tem seca ao extremo e no sul do país, por exemplo, fortes chuvas que complicam muito, hoje, os estados da região sul do país.

Ontem na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, relatei favorável a um projeto do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos que, em sua ementa, diz *desmatamento zero* por esse período, indo ao encontro dos anseios no que tange, principalmente, à proposta do Senhor Deputado Sergio Majeski.

Senhoras e senhores, lembro que em um passado não tão distante o governador anterior, Senhor Renato Casagrande, celebrou convênio, aliás, diversos convênios com as prefeituras municipais repassando recurso para que desassoreassem córregos e rios com a liberação de recursos para o chamado hora/máquina. A prefeitura contratava máquinas e o Senhor Deputado Gilsinho Lopes sabe disso, pois debatemos muito, e o intuito era desassorear os rios, Senhor Deputado Edson Magalhães. Ocorre que a maioria dos prefeitos não utilizou devidamente esse recurso e começou a acertar as vias, principalmente

estradas vicinais não pavimentadas para fazer a regularização do piso. Essa manutenção, esse desassoreamento, essas máquinas, essa hora/máquina que deveria ser utilizada para a prevenção, pois estamos em um período de extremo calor e essa influência do *El Niño* pode trazer novamente as chuvas que já assolaram o Espírito Santo e tão mal fizeram. Vila Velha é um exemplo triste dessa lembrança. Senhor Deputado Bruno Lamas, o governo liberou o recurso e as prefeituras o usaram mal. Na verdade, algumas desviaram porque não atenderam à finalidade do objeto do convênio. Mais tarde vão cobrar do governo uma resposta.

Ontem tive a oportunidade de falar na audiência pública sobre a responsabilidade do Poder Público. Temos sim na esfera estadual, mas as prefeituras têm que fazer a sua parte. É inadmissível um secretário de Agricultura ocupar uma pasta importante em uma cidade que, por exemplo, tem cultivo de café e outros tipos de cultivo e sequer ser técnico nessa área para dar opinião, inclusive ao prefeito, de que era necessária a construção de açudes, de barragens, que a alteração do clima estava por vir e todos nós sabemos. Essa é minha fala.

Parabenizo o Senhor Deputado Sergio Majeski pela brilhante iniciativa. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DA DEPUTADA**

REQUERIMENTO N.º 239/2015

Senhor Presidente:

A Deputada infra-assinada, no uso de suas prerrogativas constitucionais e regimentais art. 112, do Regimento Interno, requer a V.Exa, a transferência da fala da estudante da Escola Viva de Vitória, **LETÍCIA DE ANDRADE BENINCÁ** no **GRANDE EXPEDIENTE** da sessão ordinária do dia 19/10/2015, para o dia 27.10.2015, que vai discorrer sobre sua experiência como aluna.

Palácio Domingos Martins, 14 de outubro de 2015.

**LUZIA TOLEDO
Deputada Estadual-PMDB
Vice-Presidente da ALES**

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Em votação o Requerimento n.º 239/2015, que acaba de ser lido.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê:

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
GABINETE DO DEPUTADO**

REQUERIMENTO N.º 240/2015

Senhor Presidente:

O Deputado Rodrigo Coelho do Carmo e demais deputados abaixo assinados, no uso de suas prerrogativas regimentais e especialmente com base no art. 58 do Regimento Interno, requerem a V. Ex^a a constituição de Comissão Especial, formada por 03 (membros), no prazo inicial de 90 (noventa) dias para elaboração do Plano Estadual de Mobilidade Urbana do estado do Espírito Santo.

Sala das Sessões, 06 de outubro de 2015.

**RODRIGO COELHO
PADRE HONÓRIO
DOUTOR HÉRCULES
SERGIO MAJESKI
ERICK MUSSO
DARY PAGUNG
NUNES
AMARO NETO
ELIANA DADALTO
JANETE DE SÁ**

JUSTIFICATIVA

O objetivo final desta Comissão Especial com a elaboração do Plano Estadual de Mobilidade Urbana é promover a articulação das políticas de transporte, trânsito e acessibilidade e, desse modo, gerar acesso aos espaços do estado do Espírito Santo de forma segura, socialmente inclusiva e sustentável.

A proposta é dar prioridade à implementação de sistemas de transportes coletivos, dos meios não motorizados (pedestres e ciclistas), da integração entre diversas modalidades de transportes, além da implementação do conceito “acessibilidade universal”, garantindo a mobilidade de idosos, pessoas com deficiências ou restrição de mobilidade.

Considerando que Mobilidade Urbana é focada no bem coletivo e não no individual.

Considerando que devemos empreender todo e qualquer esforço nesta Casa de Leis com vistas ao bem comum.

Assim, diante da relevância do tema que será

abordado na sessão especial é que, solicito o concurso dos Nobres Colegas e de V.Exa. à apreciação e aprovação do presente Requerimento de suma importância para o desenvolvimento do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Em discussão o Requerimento n.º 240/2015, que acaba de ser lido. **(Pausa)**

Não havendo oradores que queiram discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

Continua a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO lê: Requerimento n.º 113/2015, do Deputado Dr. Hércules, de Sessão Especial, para debater sobre a problemática da Automedicação, Descarte Correto de Medicamentos e Logística Reversa de Medicamentos no Espírito Santo, a realizar-se às 15 horas, no dia 20 de novembro, do corrente ano. **Lido na 94.ª Sessão Ordinária, realizada dia 14 de outubro de 2015, e adiada a votação por falta de quorum.**

(Comparecem os Senhores Deputados Freitas e Guerino Zanon)

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Em votação o Requerimento n.º 113/2015, lido em sessão anterior.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovado.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para justificação de voto.

O SR. PRESIDENTE – (PASTOR MARCOS MANSUR – PSDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Hércules.

O SR. DOUTOR HÉRCULES – (PMDB – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, quando eu quis justificar o que era Cobogó, V. Ex.^a ficou meio impaciente. Agradeço, mas tive que explicar o que é Cobogó, apesar de ser cultura inútil, aprender sempre é bom.

Justifico o voto dizendo que o descarte de medicamentos é um projeto que apresentamos, isto é, é de nossa autoria, e essa sessão especial será exatamente para debater essas questões das crianças que estão morrendo porque acham comprimido no

lixo ou na rua; ingerem esse comprimido e acabam morrendo.

É a nossa justificativa. **(Muito bem!)**

*** EXPEDIENTE PUBLICADO**
CONFORME CÓPIAS ENVIADAS
PELOS RESPECTIVOS SETORES DE
ORIGEM.

(Comparece o Senhor Deputado Padre Honório)

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Findo o tempo destinado ao Pequeno Expediente, passa-se à fase das Comunicações.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Hudson Leal. **(Pausa)**

Ausente, concedo a palavra à Senhora Deputada Janete de Sá. **(Pausa)**

Ausente, concedo a palavra à Senhora Deputada Luzia Toledo. **(Pausa)**

Ausente, concedo-a ao Senhor Deputado Marcelo Santos.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB – Sem revisão do orador) - Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, ontem fiz aqui um desabafo que representa o sentimento de quase todos na cidade de Cariacica. Dizia lamentando profundamente a matéria que foi publicada num veículo de comunicação importante aqui no nosso estado, em que o prefeito da cidade se disfarça de um pobre velho para buscar atendimento numa unidade de saúde conhecida em Cariacica como PA de Itacibá. Depois de três anos o prefeito ator, se passa por um cidadão humilde, idoso, e vai até o PA de Itacibá num feriado, porque se vai numa segunda-feira, ele nem sequer conseguiria entrar, porque a fila não permitiria, mesmo sendo idoso, diante de tantos idosos que lá procuram atendimento.

E lá, com muita surpresa, o ator, porque ele é ator-prefeito, que se passou por outro ator. Chegando ao PA de Itacibá, Senhor Deputado Amaro Neto, ele ficou surpreso com a dura realidade que viu. Ele não sabia, depois de três anos que as macas estavam enferrujadas, e ainda naquilo já tinha sido retirado um papelão, porque mesmo com colchonete que mais parecia um papel de seda, o papelão bloqueava que as nádegas do paciente que ali deitasse não entrassem naquele buraco, de tão grande que era.

Ele precisou se disfarçar, Senhor Deputado Sandro Locutor, para poder saber que lá no PA não tem a quantidade de médicos adequados para atender, não há remédio. Aliás, não tem nada. E, surpreso, disse: *Nossa! Eu não sabia!* Até ao ponto de uma médica dizer que tinha que dividir a marmita com os pacientes, porque o PA não fornece alimentação para os pacientes que lá pernoitam. E ele também disse: *Nossa! Eu não sabia!*

Mas quero fazer uma alerta a S. Ex.^a; S. Ex.^a é prefeito, descubra isso, e ao descobrir peça desculpas à sociedade, peça desculpas por essa palhaçada ridícula que nos fez passar.

O Sr. Sando Locutor – (PPS) – Senhor Deputado Marcelo Santos, somente queria acrescentar à fala de V. E.^a que o problema foi transferido de local. Fechou-se a unidade de Itacibá e trouxe o problema para o PA do Trevo, que deveria ser mais um instrumento, um equipamento à disposição da sociedade de Cariacica.

Ontem, disse que o prefeito criou na Câmara Municipal nove cargos comissionados que gerará meio milhão de reais de despesas por ano; meio milhão de reais em nove cargos para ele barganhar e colocar estrategicamente para fazer política no PA do Trevo. E, além disso, está mandando embora, Senhor Deputado Marcelo Santos, servidores que têm mais de vinte anos, quase na hora de se aposentar, que ganham um salário mínimo, que são garis e coveiros dos cemitérios, e só voltam se tiverem um padrinho, está fazendo leilão com esses cargos de cidadãos que estão na hora de se aposentar. Mandam embora para voltar se estiverem apadrinhados. É um verdadeiro vexame a administração desse fanfarrão. Muito obrigado.

O SR. MARCELO SANTOS – (PMDB) - E de fato é. Lamento tudo isso que ocorre em Cariacica. Não foi só o PA de Itacibá, Senhor Deputado Sandro Locutor, o PA Infantil também foi fechado. Fechou o PA Infantil, fechou o PA de Itacibá, e transformou em 24 Horas o PA do Trevo. Não seria melhor reorganizar o PA de Itacibá, o PA Infantil, e essas três unidades ou duas junto com PA do Trevo serem administradas sem ter que criar cargos, novas despesas, sem ter que demitir os coveiros, sem ter que demitir os garis?

Ontem mesmo pessoas tentaram enterrar os seus entes queridos e não conseguiram, em Cariacica. Enquanto isso o prefeito criou nove cargos ao custo de quinhentos mil reais, meio milhão de reais por mês para atender os anseios políticos daqueles que ficam cercando o prefeito dizendo: *O rei está nu!* Muito obrigado. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Gildevan Fernandes)

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Ausente, concedo-a ao Senhor Deputado Nunes.

O SR. NUNES – (PT) – Senhor Presidente, declino.

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO

FERRAÇO - DEM) - Tendo S. Ex.^a declinado, concedo a palavra ao Senhor Deputado Padre Honório.

O SR. PADRE HONÓRIO – (PT – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, servidores e pessoas que nos acompanham pela TV Ales, aproveitamos este momento para falar de um assunto muito importante, a respeito das pessoas que necessitam de um tratamento quando caem no mundo das drogas. Por isso gostaria de agradecer a várias pessoas a ajuda na construção do Centro de Reabilitação, em Nova Venécia, a Fazenda da Solidariedade.

Criamos juntos com a diocese e a Paróquia de Nova Venécia, por meio da associação Arcotec, esse Centro de Reabilitação que, este mês abriu as portas e está recebendo os jovens que necessitam de ajuda por um acidente de percurso. Porque ninguém nasceu para ser mal, ninguém nasceu para ser doente, ninguém nasceu para usar drogas, ninguém nasceu para ser traficante nem assassino; todos nós nascemos para sermos pessoas boas, sadias e saudáveis.

Às vezes, as oportunidades tanto para o bem quanto para o mal são colocadas à nossa frente e, muitas vezes, pela fraqueza humana somos conduzidos a entrar num mundo que muitas vezes não tem volta. Por isso a construção dessa Fazenda da Solidariedade, em Nova Venécia. Este mês então abrimos as portas dessa Fazenda da Solidariedade. E ali existem pessoas recuperando a vida.

Gostaria de agradecer a todos que direta ou indiretamente tiveram participação efetiva na construção daquele projeto. Agradecemos às paróquias, às igrejas católicas e não católicas, o apoio; agradecemos aos empresários daquela região; agradecemos à prefeitura municipal de Nova Venécia, principalmente a de Vila Valério, que tem sido uma parceira importante; agradecemos ao ex-governador Renato Casagrande, que foi um parceiro no início da construção da Fazenda; agradecemos também ao ex-secretário de estado da Agricultura Enio Bergoli, que facilitou a chegada de novos equipamentos; ao Senhor Deputado Freitas; ao Senhor Deputado Gildevan Fernandes, que disponibilizou emenda parlamentar; e a vários outros parlamentares que direta ou indiretamente têm colaborado.

Gostaríamos, ao mesmo tempo, de estender esse nosso agradecimento àquelas pessoas que continuam ajudando e que são sócias permanentes, dizendo que esse projeto tem como finalidade acolher indistintamente, sem nenhum preconceito, qualquer pessoa que esteja precisando de atendimento.

Sabemos que as pessoas que caem no mundo das drogas, além de ficarem doentes, a família também ficam doentes e todos os seus amigos acabam sofrendo com as consequências do mal que causa a droga no organismo, no psicológico e na

espiritualidade do indivíduo. Por isso, além do acolhimento, do tratamento da espiritualidade, do refazer a autoestima e, principalmente, de mostrar para a pessoa o valor que ela tem, esse projeto tem a finalidade de dizer à sociedade que nós, seres humanos, precisamos, no exercício do amor ao próximo, ajudar a salvar aqueles que por qualquer motivo tenha caído no mundo das drogas e não temos o direito de julgá-las nem de condená-las. Nossa missão é acolher. Por isso, agradecemos.

Agradeço ao Senhor Deputado Guerino Zanon, a quem concedo um aparte.

O Sr. Guerino Zanon – (PMDB) – Obrigado, Deputado. Parabéns V. Ex.^a pela fala. É correto o que V. Ex.^a fala. A droga é usada individualmente, mas os estragos são coletivos, disso todos sabem.

Fico muito triste quando alguém defende o direito individual da pessoa, que pode usar álcool ou qualquer outra droga porque tem que ter liberdade individual. Mas eles não analisam os estragos que fazem no seio da sociedade e da sua família. O estrago é coletivo, então, temos sim que ter regras para reger esse assunto e que sejam firmes e fortes.

Falando nesse controle e nessa dependência, agora mesmo, desses cento e cinquenta mil que temos direito em emendas, estou destinando oitenta para um centro de tratamento. Olhem bem, poderíamos estar destinando esses oitenta mil para hospitais ou para outras atividades, mas não, estamos usando para tratamento de drogados, de pessoas que fazem uso desses malefícios que são drogas.

O SR. PADRE HONÓRIO – (PT) – Obrigado, Senhor Deputado Guerino Zanon, e parabéns pelo trabalho.

Obrigado, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

(Comparecem os Senhores Deputados Hudson Leal e Luzia Toledo)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur. Depois de um padre, um pastor. Isso é que é união evangélica.

O SR. PASTOR MARCOS MANSUR – (PSDB – Sem revisão do orador) – É verdade. Isso é sinal, Senhor Presidente, que esta Casa está abençoada.

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, imprensa, telespectadores, amigos que se encontram na galeria, internautas, digo, com muita satisfação e alegria, que iniciamos esta semana com uma agenda extremamente positiva para o município de Cachoeiro de Itapemirim.

Tivemos o privilégio, nessa segunda-feira, de receber na nossa cidade, primeiro o secretário de

Saúde, Ricardo de Oliveira, que participou conosco de uma frutífera reunião, tratando, Senhor Presidente Theodorico Ferraço, do desmembramento daquele imbróglio do hospital em Aquidaban. Debates o tema e tivemos o privilégio e a oportunidade de perceber que se encontra já em fase conclusiva. Toda burocracia, todos os entraves já sendo desenvolvidos e também todos os gargalos que atrapalhavam a questão daquele hospital, para o funcionamento dele na finalidade. Senhor Deputado Theodorico Ferraço, V. Ex.^a quando ainda era prefeito de Cachoeiro destinou àquele local e hospital pró-materno infantil.

Então, foi uma reunião muito bacana, quando recebemos, inclusive, o senador Ricardo Ferraço, que disponibilizou uma quantia polpuda de recursos da Bancada Federal. S. Ex.^a participou, sensibilizou a bancada e pelo menos recursos na ordem de quarenta milhões foram destinados para as reformas que se fizerem necessárias.

Acho que agora vai. Daqui a trinta dias, aproximadamente, se Deus quiser, faremos as assinaturas e resolveremos definitivamente aquele problema, passando agora a uma nova fase, que é a fase do trabalho, da reforma, preparar o local para atender as mães e as crianças não somente de Cachoeiro de Itapemirim, mas de todo o Sul do Estado do Espírito Santo.

Ontem, também tivemos o privilégio de receber o governador Paulo Hartung para dois momentos, duas agendas muito importantes na parte da manhã, em Cachoeiro. Tivemos o privilégio de participar das duas. O Senhor Deputado Rodrigo Coelho participou da de segunda-feira conosco. E ontem tivemos o privilégio de receber, no fórum, a instalação. Tivemos uma reunião de trabalho com os magistrados e com o governador, para que pudéssemos implantar o programa da audiência. Os presos que chegarem terão direito a uma audiência com o juiz. É um programa que já está implantado em Vitória e que está sendo levado também para Cachoeiro. O cidadão que for preso vai direto ao magistrado, para que possa saber se é um caso de prisão ou de pena alternativa. É uma medida muito importante para diminuir a população carcerária.

Depois, também tivemos o privilégio de receber definitivamente o retorno. O governador participou da assinatura para o retorno do número 190, que muito vai nos ajudar em Cachoeiro de Itapemirim. É uma luta de toda comunidade e de toda cidade.

Concedo um aparte ao Senhor Deputado Edson Magalhães.

O Sr. Edson Magalhães – (DEM) – Obrigado, Senhor Deputado Pastor Marcos Mansur.

Eu estranho muito a Mesa querer tocar esse projeto do ticket refeição em caráter de urgência, até porque ontem foi sugerido pelos deputados que fizéssemos isso no Colégio de Líderes, com todos os Parlamentares.

Primeira coisa, esse pagamento em pecúnia, um entende que tem que ser descontado imposto de renda e INSS, outros não. Em um dos poderes do Estado do Espírito Santo ninguém desconta, nem paga imposto de renda nem INSS sobre esse pagamento em pecúnia.

A Mesa deveria se sensibilizar, para discutirmos melhor esse assunto no Colégio de Líderes e se possível com todos os deputados. Acho que isso é interesse da Casa e interesse dos servidores.

Estou chamando a atenção para que retiremos isso de pauta e façamos o dever de casa, discutindo isso democraticamente. Muito obrigado!

O SR. PASTOR MARCOS MANSUR – (PSDB) – Muito Obrigado, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

(Comparece o Senhor Deputado Marcos Bruno)

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Concedo a palavra a Senhora Deputada Raquel Lessa.

A SR.^a RAQUEL LESSA – (SD - Sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, imprensa e TV Ales, hoje nos pronunciaremos sobre a crise hídrica no Espírito Santo. Temos algumas notícias e faremos um resumo bem rapidamente.

A crise hídrica no Estado é grave e quinze cidades já estão com regras de restrição de captação de água. A motivação do racionamento foi a constatação de que em setenta por cento dos estados, neste ano, houve grande redução do volume de chuva esperado.

Nesse *slide* há notícias sobre a restrição de água para a agricultura e indústrias. A motivação do racionamento foi a constatação de que em setenta por cento do estado, neste ano, houve grande redução do volume de chuva esperado. Os setores da indústria e da agricultura, responsáveis pelo consumo de vinte e cinco por cento e setenta e cinco por cento da água, respectivamente, sofreram restrições quanto à captação de água.

O cenário é desolador no norte do estado. Esta imagem mostra a nossa região. Estamos acompanhando bem de pertinho o aperto que todos estão passando nessa crise hídrica.

O Governo do Estado está com várias medidas a curto e longo prazo para tentar solucionar a crise hídrica no Espírito Santo, considerada a maior dos últimos quarenta anos.

O racionamento de água ocorre em vinte e oito municípios do estado. Cabe-nos reunir, urgentemente, uma força-tarefa municipal, estadual e federal para proporcionar aos agricultores formas para que tenham possibilidade de continuar

produzindo, inclusive proporcionar a desburocratização dos incentivos bancários direcionados a eles, caso contrário não conseguirão sobreviver. Isso é sério, porque os nossos agricultores estão todos endividados.

Essa imagem mostra uma visita que fizemos em Alto Rio Novo, onde já está faltando água para o consumo humano.

Essa outra mostra a audiência pública em Nova Venécia, onde reunimos doze municípios ao entorno, que estão desesperados com a falta de água. Estivemos reunidos com os Senhores Deputados Guerino Zanon, Nunes, Padre Honório e Freitas.

Temos que parar para pensar uma coisa neste momento: a crise hídrica. Temos que colocar na nossa cabeça que este é um momento de reflexão, união e solidariedade.

É momento de reflexão porque daqui a pouquinho pode começar a chover. E quando começar chover, veremos que as pessoas poderão esquecer as dificuldades que passamos e, novamente, fazer todas as coisas que não deveriam fazer.

É momento de união porque temos que unir forças: poderes constituídos, agricultores e entidades organizadas.

Três regras importantes que não podemos esquecer; cada proprietário tem que colocar isso na cabeça: Precisamos produzir água na propriedade, precisamos armazenar água e precisamos usar a água com responsabilidade.

Os agricultores têm que conscientizar-se de que é preciso produzir água, armazená-la e usá-la adequadamente. Não adianta comprar um terreno, uma propriedade, e não ter essas três regrinhas básicas na cabeça, educar-se nesse sentido: Produzir água, armazenar água e usá-la adequadamente, com responsabilidade. Muito obrigada! **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

O SR. RODRIGO COELHO - (PT – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, como neste dia temos uma inscrição por ordem alfabética, aproveitando o fato de ter chegado a minha vez de falar quero fazer uma abordagem que nos chama a responsabilidade para os próximos momentos que viveremos no estado do Espírito Santo e na política de maneira geral.

Acompanhando atentamente o cenário político do ponto de vista da gestão pública, Senhor Deputado Dary Pagung, vamos observando que têm mudanças de conceito acontecendo por aí. Usarei exemplos que estão acontecendo em lugares diferentes, liderados por partidos diferentes, mas com comportamento semelhante.

Veja que o governador Geraldo Alckmin trabalha a reorganização, Senhor Deputado Sandro

Locutor, da rede de educação do Estado de São Paulo. Estamos, o ano inteiro, passando por um incômodo e um debate bastante forte por conta dos fechamentos de turmas no estado do Espírito Santo.

Recentemente, o prefeito Carlos Casteglione, do meu município, também fez uma identificação de escolas que não têm condições de funcionar e está tentando otimizar as escolas oferecendo mais qualidade aos alunos que vão para essas novas escolas.

Percebam que tem um movimento, do ponto de vista da gestão. Estou falando desse movimento que está acontecendo na educação, mas posso falar do movimento que está acontecendo na saúde porque é semelhante. A conexão das redes de hospital de alta complexidade, mas com atenção especial à atenção primária, para fazer com que tenha conexão todo o sistema, tem passado a preocupar muitos gestores.

Estamos no Parlamento e tudo tem que ser aprovado por nós. Mas precisamos, não passivamente, mas ativamente, inaugurar um debate em que aponte qual é o nosso futuro conceitual do ponto de vista da gestão. Em nossa democracia jovial, já conseguimos chegar a alguns consensos. Nenhum político, seja ele de direita ou de esquerda, admite uma educação, no discurso, que não seja pública de qualidade. A questão está em como fazer uma educação pública de qualidade.

Não dá para dizer que o partido A tem o protagonismo e a posse do discurso de quer fazer essa educação pública de qualidade, e o partido B não tem condições de querer a mesma coisa. Temos que partir do pressuposto de que ambos querem a mesma coisa, querem o bem, acreditam em caminhos diferentes e validaram os caminhos na análise que precisamos fazer para chegar a um modelo de gestão que atenda à população.

O modelo do que fazer, o consenso do que fazer, teoricamente, alcançamos. Como fazer e por que fazer é o que precisamos amadurecer juntos. O Parlamento como espaço de debate, pode ser o lugar onde nós iremos amadurecer com a sociedade - que precisa ser partícipe desse processo de construção, e não será um processo simples - qual modelo implementaremos e defenderemos ao longo do tempo.

O que nos distancia uns dos outros é procurar distância e particularidades que são só nossas. O que fará a população ter o que ela deseja é encontrarmos as nossas semelhanças e ofertar o nosso melhor para eles. Muito obrigado, Senhor Presidente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Findo o tempo destinado à fase das Comunicações, passa-se à Ordem do Dia.

Votação adiada, com discussão prévia encerrada, do Projeto de Lei n.º 229/2015, de autoria do Deputado Enivaldo dos Anjos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de auditorias trimestrais nos

aparelhos utilizados para escuta telefônica. Publicado no DPL do dia 10/06/2015. Parecer n.º 335/2015, da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade, publicado no DPL do dia 13/10/2015. (Já encaminharam a votação os Deputados Enivaldo dos Anjos, Freitas e Gildevan Fernandes).

Informo aos Senhores Deputados que se o Parecer n.º 335/2015, da Comissão de Justiça, for aprovado, o projeto será arquivado; se rejeitado, o projeto seguirá tramitação normal.

É bom registrar que está na Comissão de Segurança desta Casa denúncia por escrito em que se levanta dúvida quanto a telefones configurados na escuta como ilegais, a chamada linha cruzada. Você entra em um telefone para atingir outro.

Sugeriria ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos até o pedido de sustação dessa votação para ouvirmos a Comissão de Segurança, porque se trata da defesa do direito do cidadão de usar o telefone, sabendo que no seu telefone a conversa é respeitosa e particular e que não tem ninguém na linha para se intrometer contra o direito sagrado de reserva de uma pessoa para outra.

Então, consultaria o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos se devemos baixar de pauta para ouvir a Comissão de Segurança, porque tem lá um processo que vale a pena os Senhores Deputados conhecerem. E vou dizer aqui o que é. Um agente da polícia, em uma delegacia de polícia, tem um aparelhinho e ali ele liga para a central e diz: Preciso ouvir esse telefone com urgência e etc. e etc.

É preciso saber se dá tempo aqui na central, o Nuroc, de comunicar, de saber que houve realmente autorização judicial, se houve autorização judicial. O Ministério Público não pode, de forma alguma, quebrar o sigilo telefônico. E é isso que está sendo denunciado em processo que se encontra nas “mãos” da Comissão de Segurança desta Casa.

Enquanto não se apura tudo isso, é recomendável que seja baixado de pauta para melhores considerações e ouvir a comissão que tem o dever e a obrigação de alertar esta Casa para um assunto que é corriqueiro.

Estamos sendo gravados. Será que estamos? Para dizer se estamos, é necessário saber, por meio de auditoria, se o comando dessas escutas está obedecendo à lei, se está obedecendo ou não à justiça, ao juiz e ao desembargador, que são os únicos que têm competência para abrir o sigilo telefônico.

E há uma suspeita muito grande que uma promotora teria sido... Na verdade, toda a sua responsabilidade para que a polícia fizesse gravações temerárias, com endereços certos. Naquela confusão de Marataízes com Itapemirim, quando Marataízes veio apelar para a delegacia de Itapemirim.

Sei que o delegado de polícia e os seus servidores são homens honestos, dignos, honrados, mas o processo está em segredo de justiça. É preciso saber, no segredo de justiça, se os telefones que não tinham nada a ver com o processo de Marataízes, de

um vereador e de um advogado, por que foram parar na delegacia de Itapemirim. Se os Senhores Deputados quiserem conhecer melhor a matéria, procurem o Presidente Euclério Sampaio que tem todas as peças necessárias para se levantarem dúvidas se nós, hoje, podemos falar num telefone ou não e se não tem algum “gato” por trás de tudo isso. É minha recomendação.

Se o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos e se o Senhor Deputado Cacau Lorenzoni estiverem de acordo, pediremos a suspensão da votação desse projeto até que haja o pronunciamento da Comissão de Segurança desta Casa, a fim, também, de preservar o direito do cidadão capixaba de conversar ao telefone e saber que não tem ninguém do outro lado usando a sua ligação para fins inconfessáveis.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Senhor Presidente, pela ordem! Ouvi atentamente as palavras de V. Ex.^a, compreendo a preocupação trazida por V. Ex.^a e pelo Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, mas nós, que compomos o Plenário desta Casa, não conhecemos em profundidade o assunto que V. Ex.^a nos traz. Colocamo-nos à disposição para proteger o direito dos deputados e de todos os cidadãos capixabas de utilizarem os seus telefones com a certeza de que não estão sendo vítimas de uma violência praticada por qualquer tipo de criminoso, seja ele da sociedade ou seja um criminoso travestido de policial civil ou de policial militar.

Partimos do princípio de que os instrumentos legais já existem. Partimos do princípio de que temos uma Secretaria de Segurança Pública composta por pessoas honradas que estão diminuindo a criminalidade no estado do Espírito Santo a partir de atitudes eficazes, com policiais militares sérios, com policiais civis sérios, com utilização dos instrumentos disponíveis. O guardião é um desses equipamentos, um desses instrumentos eficazes no combate à criminalidade. Não há, certamente, nenhuma autoridade que em sua consciência possa desqualificar esse instrumento.

Se, pontualmente, nós temos alguém que está em desvio de conduta, aí nós vamos apurar isso. Qual é a minha proposição? Vamos reunir o Colégio de Líderes e V. Ex.^a nos traz essas informações para que possamos ter uma postura de Poder Legislativo estadual. Não podemos saber parte da história e criarmos mecanismos legais que foram considerados inconstitucionais pela Comissão de Justiça. Nenhuma matéria considerada inconstitucional pela Comissão de Justiça pode seguir para as demais comissões se não for deliberado pelo Plenário.

Faço essa ponderação a V. Ex.^a ao mesmo tempo em que acolho as preocupações e sugiro que façamos uma reunião do Colégio de Líderes, naturalmente ampliada, com todos os deputados que quiserem. Vamos sentar, vamos dialogar sobre esse assunto até porque escuta clandestina pode ser praticada não apenas por um mau policial não, por

algun profissional irresponsável não. Os criminosos aí na sociedade dispõem, também, de escutas clandestinas. Então, não podemos atribuir qualquer fato que tenha ocorrido no âmbito da polícia, mas se tem, estamos à disposição para ouvir. Só não acho correto que o remédio seja o encaminhamento de matéria inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, porque S. Ex.^a, como autor, tem o direito de pedir para baixar de pauta, é regimental, devo dizer ao nobre Senhor Deputado Gildevan Fernandes que se quiser tomar conhecimento é só procurar a CPI, que lá V. Ex.^a encontrará os ganchos que já foram dados outrora nesse mecanismo de escuta telefônica.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Em que ano, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Na administração passada. Quando eu falo na administração passada, não significa que estou atingindo o governador. Pelo contrário: nós aqui servimos com tanta dignidade ao ex-governador. Estamos falando em matéria de segurança.

Serei obrigado a dizer a V. Ex.^a que seria interessante que fizesse uma leitura. Coloco à sua disposição gravações telefônicas adulteradas em poder da Justiça, feitas no Nuroc, órgão da Secretaria de Segurança do Estado do Espírito Santo. Gravações criminosas, adulteradas! Citarei apenas um fato. Fui vítima, e o governador Paulo Hartung também foi vítima, quando se falou em uma ligação de Presidente Kennedy, de um vereador, Paulinho, lá de Bom Jesus, com o então prefeito municipal Quinta. Foi feita uma ligação sobre lote e terreno para verificar. Maldosamente colocaram, entre aspas, Paulo Hartung. Nunca vi um crime, uma leviandade, uma bandidagem tão grande, instalada à luz, diante dos nossos olhos.

Não se trata, ilustre Líder, de dizer que o secretário é honesto, digno, honrado. Isso tenho dito também, e falei há pouco da dignidade da própria polícia. Mas temos que apurar, Senhor Deputado. Esta Casa não pode ser mais uma escuta telefônica vigiada. O povo do Espírito Santo não tolera isso, e nem o governo tolera isso, porque o próprio governador já foi vítima.

Há outra ligação, Senhor Deputado. Tem uma lá que o Ministério Público quase engoliu, em uma denúncia partida do Tribunal de Justiça, por um desembargador. No seu comando, ele diz claramente: *Aplicar ao Ferração a lei de desvio e de falsificação de pesquisa eleitoral*. Um telefonema cruzado, muito utilizado, que devia ser utilizado só por bandidos, autoridades não poderiam se colocar nessa posição, lá fala: *Desvio, pesquisa eleitoral fraudulenta...* Sabe o

que aconteceu? A pesquisa que estava se falando ali, era o juiz que tinha visto a pesquisa eleitoral, era local, não tinha nada a ver comigo. Aí, quando entra um Ferração na mesma ligação de um político local de nome Dirceu... Vou dar o nome, porque está aí na CPI, está na Justiça, está na Procuradoria da República, está no gabinete dos tribunais denúncia minha, assinada por escrito. Aí se coloca lá: falsificação.

Senhor Deputado, veja V. Ex.^a a gravidade, pedi ao desembargador autor das prisões consideradas ilegais e imorais pelo próprio Ministério Público, e não estava com ele a gravação original. Estava na Justiça. Fui ao juiz, por meio de ofício – está tudo aí no processo – e também não estava com ele. Fui ao secretário de Segurança, o atual secretário de Segurança, que era o secretário de Segurança do governo passado, e também não estava com ele. Fui ao doutor Eder Pontes, ao Ministério Público. Falei: *Doutor Eder, quero falar, quero ser ouvido, para mostrar que vocês estão sendo vítimas de um engodo. Como tem essa denúncia contra mim e não foi solicitada a gravação original?* Chamou lá, fez uma reunião – o doutor Eder é um homem muito honrado e digno –, e não tinha, na denúncia contra mim, a gravação original. Só havia os factoides, feitos por delegado de polícia! Está lá quem é o delegado, da Secretaria de Segurança do Estado do Espírito Santo!

Na hora do meu depoimento eu disse: *Está aqui de presente para vocês. Foi o meu anjo da guarda que me enviou o original, que eu não consegui através da Justiça. Está aqui o original*. Foi uma aberração. O Ministério Público arquivou imediatamente, e ainda com as desculpas solenes de terem sido vítimas de uma bandidagem processual.

Então, Senhor Deputado, o que o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos pode fazer, é um direito que tem. Estou fazendo um apelo a S. Ex.^a, porque não podemos simplesmente arquivar uma matéria que está em discussão na Comissão de Segurança. Seria uma atitude não muito correta, se não valorizássemos as comissões da Casa.

O que está se pedindo aqui, não estou discutindo a inconstitucionalidade, estou discutindo o mérito para que se possa chegar a uma verdade. Nesta Casa mesmo ninguém sabe. Outro dia, conversando com uma autoridade do estado, disse assim: *Preciso ir aí conversar com você porque não dá para falar por telefone, porque não sabemos se o telefone está sendo gravado*.

Precisa acabar com isso, Senhor Deputado! O que está acontecendo? O que está acontecendo? Então, quero justificar a V. Ex.^a que não se trata de dignidade. Mesmo porque em um episódio no Município de Itapemirim há uma dúvida que está em segredo de Justiça. Pedi explicações e até agora não puderam explicar a verdade, porque não tiveram acesso ao processo por estar em segredo de Justiça.

Vamos abrir o processo de segredo de Justiça para ver o que tem lá! Para podermos dizer a esta

Casa, ao povo do Espírito Santo que não estamos aqui para brincar com o direito do povo do Espírito Santo de poder usar o telefone livremente e não ter nenhum atropelo pela frente.

Então, Senhor Deputado, não existe preocupação. V. Ex.^a não fique preocupado não, como líder do governo. O governador foi vítima, e não está sendo vítima somente pela minha palavra, não. Já escrevemos, por escrito, pelas gravações, com declarações.

Não quero entrar nesse problema de inconstitucionalidade ou não. Só estou apelando ao autor, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, aí é um direito que lhe assiste, que falará se quer ou não. Se S. Ex.^a disser que não quer, submeterei à votação.

Mas tenho o direito, preciso dizer em alto e bom som o que sinto, também. Todo mundo sabe, às vezes tenho divergências com o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos; qualifico-o como um dos homens mais honestos e mais inteligentes desta Casa. Mas o problema de divergir de opiniões, de projeto é muito simples.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Senhor Presidente, pela ordem! Enivaldo, só me permita fazer uma observação antes?

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) – V. Ex.^a tem que me chamar V. Ex.^a.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Supremo Deputado Enivaldo dos Anjos, V. Ex.^a me permite?

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS - (PSD) – Nesta condição, permito.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Obrigado, Excelência. Compreendo perfeitamente a indignação de V. Ex.^a. Já fui vítima de tantas injustiças, e quem sabe é quem sente a dor da injustiça. Então, compreendo seu...

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Senhor Deputado, não estou nem sentindo a dor mais. Estou sentindo a dor dos outros, porque a minha já desabafei e já mostrei ao Brasil inteiro o que penso, e o fiz assinado com tinta nanquim.

O SR. GILDEVAN FERNANDES – (PV) – Sou solidário a V. Ex.^a. Já preocupados com esta questão e como gesto de comprometimento, não apenas solidariedade, mas como comprometimento de apuração, aprovamos nesta Casa a criação da CPI, a prorrogação de seus trabalhos na convicção de que possa nos trazer as conclusões devidas.

Regimentalmente, o deputado pode pedir a

suspensão da votação da matéria. Estamos plenamente de acordo e é regimental. A proposição é que estudemos esta questão no Colégio de Líderes, porque há divergência de nossa parte sobre o remédio que podemos adotar para curar essa enfermidade. A minha opinião pode ser vencida, pode ser errada, mas gostaria de externá-la, gostaria de expressá-la dentro do Colégio de Líderes, para que tenhamos uma atitude de Poder Legislativo, e aí estaremos nos fortalecendo. Porque no momento que temos matéria que há divergências sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade, se é uma matéria cabível ou não cabível, se é eficaz ou não eficaz, nos enfraquecemos. Se for para nos fortalecer, vamos tomar uma posição em conjunto. Essa é minha consideração.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Senhor Deputado Gildevan Fernandes, vou reproduzir o que já falei. O problema para ir para o Colégio de Líderes é corretíssimo. Mas, como estamos no processo de votação, cabe apenas ouvir o autor se concorda com o pedido que faço para submeter à Comissão de Segurança por ter em suas mãos um processo de denúncia de escutas ilegais. Só isso. Apenas isso. Agora, se a Comissão e V. Ex.^a quiser realmente que seja ouvido o Colégio de Líderes, claro. Temos que ouvir todos os Senhores Deputados.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

(Comparece a Senhora Deputada Janete de Sá)

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhor Presidente, apenas farei um alerta porque não podemos agir na Assembleia Legislativa cassando mandato de deputado tal ou de deputado tal. Essa atitude do líder do Governo é de cassação de mandato, do direito de exercer o Parlamento. Já pensou se em todo projeto de lei tivermos que suspender para ir ao Colégio de Líderes? Transformaremos esta Casa na Escolinha do Professor Raimundo.

Fiz um projeto de lei, estou colocando em discussão e o líder do Governo, por ser contra o projeto, quer que vá ao Colégio de Líderes? Quer dizer, como submeteremos os projetos dos Senhores Deputados ao Colégio de Líderes? Não existe isso em lugar nenhum do mundo, nem na câmara mais simples do Maranhão, onde todos os vereadores foram presos por causa de diárias e do auxílio moradia. Todo mundo foi preso. Não tem sentido reunir Colégio de Líderes para dizer se posso apresentar um projeto ou não.

Regimentalmente a matéria está em discussão. Quero fazer um apelo. Ao líder do Governo não porque não adianta fazer apelo à S. Ex.^a, mas ao presidente da Comissão de Justiça

porque me parece que foi oficializado hoje para ser votada em plenário a modificação implantada pela Comissão de Justiça, muito bem analisada, que criou uma possibilidade democrática de avaliação dos projetos. Quando o projeto receber parecer pela inconstitucionalidade, o deputado autor terá um prazo para apresentar um contraditório. Infelizmente quando essa matéria foi analisada, a modificação ainda não estava em vigor. Farei uma proposta. Se a Comissão de Justiça absorvesse esse projeto de volta e me desse a condição de fazer uma contestação do parecer, acho que seria a alternativa melhor, porque esse projeto está aqui pela inconstitucionalidade.

Não encontro, segundo melhor juízo, nenhuma lógica de inconstitucionalidade em uma matéria que disciplina administrativamente. Toda matéria, para ser inconstitucional, tem que estar em confronto com a Constituição Federal. Se o projeto de lei é sobre uma questão administrativa, é evidente que a Assembleia Legislativa pode legislar. Não está em confronto com a Constituição em hipótese alguma, nem tem isso na Constituição Federal ou Estadual.

Para colaborar com o debate, teríamos primeiro que julgar a inconstitucionalidade para depois submeter... Acho que esse negócio de Colégio de Líderes na verdade é uma piada de mau gosto. Submetermos os projetos dos Senhores Deputados ao Colégio de Líderes para saber se aceita ou não o projeto? Não vejo por essa lógica.

Mas se o presidente da Comissão de Justiça aquiescer da possibilidade de retornar esse projeto à comissão e der um prazo para fazermos a contestação da arguição de inconstitucionalidade, acho que resolverá o problema e atenderá a todas as demandas, porque se votarmos pela constitucionalidade apenas tramitará e irá à Comissão de Segurança. Mas agora temos que avaliar com relação a isso. Se o presidente da Comissão de Justiça aquiescer com base de que embora a matéria tenha sido apreciada anteriormente, mas a realidade de hoje já é de oportunidade de contradição, e o Plenário concordar, retiraremos a matéria de pauta. Ela voltará à comissão, a comissão reabrirá o prazo e faremos uma discussão sobre a constitucionalidade sem ser do mérito.

Gostaria que V. Ex.^a ouvisse o presidente da Comissão de Justiça com relação ao nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Acabamos de assinar, até atendendo à solicitação de V. Ex.^a, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, justamente para democratizar principalmente as reclamações dos deputados de que o projeto é declarado inconstitucional e não tem direito a ter o contraditório. A partir desse ato que assinamos hoje, que será votado também por esta Casa, terá o contraditório. Como disse o ilustre Senhor Deputado, não tem ainda o contraditório, porque o ato foi assinado hoje. Então, naturalmente

que ele quer ouvir a opinião de V. Ex.^a, Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Senhor Presidente Theodorico Ferraço e Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, se formos alcançar todos os projetos que foram apresentados anteriormente à instrução normativa, poderemos burocratizar muito a Casa com esse processo.

Nos casos especiais, como é o caso deste projeto, a minha sugestão é de baixada de pauta. Poderíamos atender à baixada de pauta. Neste tempo em que estiver baixado de pauta, conseguiríamos conversar com todos, para trazer todos os elementos que preocupam os Senhores Deputados entre si, que daria mais amadurecimento para a matéria, do ponto de vista do mérito, independente da inconstitucionalidade, mas ao mesmo tempo o contraditório poderia ser produzido, para que, em retornando ao plenário, como será feito o debate da inconstitucionalidade, ela poderia ser derrubada com os argumentos apresentados no contraditório, aqui mesmo no plenário, sem a necessidade de retornar à comissão.

Como o projeto estará baixado, poderá ter a produção da contradita documentalmente, que poderá ser encaminhada para todos os Senhores Deputados, e esse debate, mais democrático ainda, acontecer no plenário, com base jurídica, que é o que, acredito, que o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos deseja.

Penso que atendendo à solicitação inicial de V. Ex.^a, que é de baixada de pauta, que precisa da anuência, evidentemente, do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, pelo nosso respeito ao Parlamentar que apresenta essa propositura e tantas outras que são importantes para o debate... Só constrói polêmica aquilo que é importante para o debate. Quero fazer esse registro. Entendo que esse seria o meio termo que atenderia tanto à necessidade e ao desejo do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos em relação à matéria, como também, contemplaria os demais Senhores Deputados, inclusive, os Senhores Deputados membros da Comissão de Justiça.

Nessa direção, tem total apoio deste Parlamentar e acredito que dos nossos colegas da comissão.

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Senhor Deputado, apenas um esclarecimento. Não precisaríamos voltar com todos os outros projetos, só aqueles que não foram votados ainda. Apenas isso.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Compreendi, Senhor Presidente. Mas como há alguns; e alguns podem ser avaliados rapidamente. Se puder fazer nesse encaminhamento, ficaria muito grato e apoiaria.

O SR. PRESIDENTE - (THEODORICO

FERRAÇO – DEM) – Eles entrariam no mesmo ritmo.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, que, como autor, terá o direito de pedir ou não para submetermos ao Plenário.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) - Senhor Presidente, boa vontade tenho, só não vejo como fazer. O que o líder do Governo está querendo é derrotar o projeto no plenário pela inconstitucionalidade. Então, não adiantará pedir adiamento por três sessões, porque nesse adiamento não irá acontecer nada, porque regimentalmente não tem como acontecer nada. O projeto voltará daqui a três sessões, S. Ex.^a vai manter sua posição de derrotar o projeto, e nós somos obrigados a julgar a inconstitucionalidade.

O que o líder do Governo não consegue entender, e que deveria entender para poder ter um melhor relacionamento no plenário, respeitando os projetos dos Senhores Deputados, é que nós estamos apenas discutindo a inconstitucionalidade. Se for derrubada a inconstitucionalidade, o projeto não está sendo aprovado, vai para as comissões para ser discutido, que é o mínimo que queremos. Tanto é isso que queremos que a Comissão de Justiça sabiamente elaborou uma instrução normativa para permitir isso, entendendo que o projeto precisa receber, quando tem parecer da Procuradoria pela inconstitucionalidade, um parecer contraditório do autor do projeto.

Então, não adianta pedirmos três sessões, porque apenas adiaremos o problema e não será apresentado. O que estamos discutindo hoje e o que o líder do Governo não quis entender? É que derrubando a inconstitucionalidade do projeto, não o estariamos aprovando; ele vai para discussão, vai passar na Comissão de Segurança, vai demorar muito mais tempo. Talvez um, dois ou três meses.

Agora, se o retirarmos apenas para poder evitar esta discussão do momento, voltará daqui a três sessões com o mesmo problema. Então temos duas alternativas: a apresentada pela Comissão de Justiça, receber o projeto de novo para reanálise, por haver um fato novo.

Temos conhecimento pleno de que até um juiz de direito ou um desembargador, na hora de dar uma decisão, uma sentença, pode recolher o processo por ter surgido fato novo. Fato novo, Senhores Deputados, é exatamente o que motiva uma nova discussão. E se a Comissão de Justiça já aprovou no seu plenário essa resolução, se assinamos aqui e será submetida para essa avaliação, esse é o fato novo.

No Direito, mesmo o processo já pronto para sentença, qualquer fato novo de que o julgador tiver conhecimento, ele recolhe o processo para fazer uma nova análise. É a nossa solicitação. Porque, se não for assim, não resolverá o problema meu e nem do Senhor Deputado Gildevan Fernandes. S. Ex.^a defende um argumento, que é lícito defender. Se for

pelo argumento de S. Ex.^a, teremos que votar hoje. Se for pelo meu argumento, a Comissão não se colocou em condições, mesmo existindo esse fato novo da Resolução, de poder dar o contraditório.

Até porque, quem debater, pegar o projeto, verá que não tem inconstitucionalidade, não existe inconstitucionalidade. É preciso que os procuradores... Até peço ao Presidente da Casa que faça um congresso de procuradores da Assembleia para entender isso. Não existe inconstitucionalidade naquilo que não é contrário à Constituição. Se a Constituição Federal não estabelece que é ela que legisla sobre aquilo, a lei estadual e a Constituição Estadual podem legislar sobre aquilo. E isso é matéria administrativa. Não está caçando nenhum serviço do Executivo nem interferindo, apenas normalizando uma auditoria para dar garantia aos serviços do Estado.

Precisamos, inclusive, dar ao Guardião uma credibilidade que, hoje, não tem. Se fizermos auditoria pelo Ministério Público Estadual, Federal, pela Polícia Federal e pela Ordem dos Advogados, daremos credibilidade ao Guardião que, hoje, merece essas críticas de vazamento de ações porque não tem como comprovar sua credibilidade por meio de órgãos fiscalizadores isentos da política. Esse é o propósito.

Ninguém está duvidando do secretário de Segurança, ninguém está duvidando de ninguém. Estamos apenas normatizando o funcionamento de um equipamento, e isso é do Poder Legislativo. Se não pudermos fazer isso, poderemos fazer o quê? Qual é a existência de gastar trezentos milhões por ano para funcionar esta Assembleia? Então podemos fechar e devolver esses trezentos milhões para o Executivo.

Senhor Presidente, então, em face de haver um fato novo, faço o apelo para que V. Ex.^a possa retomar esse processo para discutirmos a possibilidade de fazer um contraditório da constitucionalidade.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) – Senhor Presidente, pela ordem! Estou tentando buscar na assessoria da Casa também uma solução que nos proteja regimentalmente. No Regimento, não há previsão de retorno de um projeto para uma comissão de onde já tenha saído. Como estamos, neste plenário, discutindo a partir de uma instrução normativa nova, como estamos discutindo a partir de fatos novos de que o nosso Regimento não trata, porque não tem a partir de uma decisão nova, há uma omissão do Regimento. Nos casos de omissão do Regimento, podemos tomar decisão, consultado o Plenário com voto de dois terços. Não cabe ao presidente da Comissão de Justiça concordar, apesar de eu estar aqui com toda a disposição e disponibilidade, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, Senhor Presidente Theodorico Ferraço e Senhor Deputado Cacau Lorenzoni, com o que for

para contribuir com a qualidade do nosso trabalho coletivamente, tem a minha disposição e disponibilidade.

Gostaria, então, que, regimentalmente, o Senhor Presidente colocasse à apreciação do Plenário, na omissão do Regimento, o retorno dessa matéria à Comissão de Justiça, única forma que podemos receber novamente esse projeto na Comissão e, a partir daí, dar validade e proteção ao ato que estamos prestes a realizar. Então, se for dessa maneira, terá meu voto em apoio com os deputados que assim concordarem.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Os casos omissos neste Regimento Interno serão decididos pelo presidente, submetido de forma direta e imediata ao Plenário, que terá poderes para modificá-los.

Antes de colocar em votação a proposta do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, que é alinhando todos os processos em tramitação, considerados inconstitucionais, para o direito ao contraditório dos deputados, que muitas vezes se julgam prejudicados com pareceres da Procuradoria. S. Ex.^a é pela sustação do andamento dos processos, até ter o direito ao contraditório. Não é isso, Senhor Deputado Rodrigo Coelho?

Como o Regimento é omissos e no art. 10 permite que se baixe de pauta por três sessões, mas é uma coisa nova, porque o próprio presidente que, naturalmente teve uma vitória com isso, representando os interesses e direitos dos deputados no contraditório, colocarei em votação.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) – Senhor Presidente, pela ordem! Senhor Presidente, antes de V. Ex.^a colocar em votação, manifesto minha posição favorável ao entendimento da necessidade de fiscalização proposta pelo autor, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. Porém, quero também fazer justiça à Comissão de Constituição e Justiça porque o projeto diz que os instrumentos sofreriam fiscalização a cada três meses com presença de representantes da Polícia Federal, dos Ministérios Públicos Federal e Estadual e da Ordem dos Advogados do Brasil. Aí está o vício de competência, até porque o Ministério Público e a Magistratura, a legislação para que eles possam efetivamente participar dessas auditorias, tem que ser uma, tem que ser federal, porque tem que ser uma e válida em todos os Estados da Federação.

Só quero fazer justiça à Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que não temos a competência para trazer aqui a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o próprio Ministério Público Estadual, porque eles vivem sob a égide do Conselho Nacional do Ministério Público e da Magistratura, no caso que não está citado aqui, mas eles têm uma legislação que tem que ser uma em todo o território nacional.

Entendo, Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, e louvo a iniciativa de V. Ex.^a, mas isso já é nosso papel. O Poder Legislativo tem o poder primordial de fiscalização. É uma sugestão, para nossa Mesa Diretora, à mesa estão os três membros da Mesa Diretora, claro que estamos num momento de crise, mas podemos, sim, auditar por meio de uma consultoria contratada pela Mesa para esse fim. Isso já é a nossa obrigação.

Tenho certeza de que a sapiência de V. Ex.^{as} certamente encontrarão um meio, mas concordo com o sobrestamento da matéria para que se apresentem outros contraditórios em relação à inconstitucionalidade.

Agradeço, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Em votação a proposta do Senhor Deputado Rodrigo Coelho.

A proposta é no sentido de que a matéria, não tendo, ainda, o contraditório e tendo sido assinado pela Mesa um projeto de lei regulamentando essa matéria, sejam sustados também os outros processos considerados inconstitucionais.

Em votação.

Os Senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão; os contrários se manifestem verbalmente. **(Pausa)**

Aprovada à unanimidade.

Fica sustada, então, não só a tramitação dessa matéria, como também dos demais processos que chegarão à Casa nos próximos dias e até a votação final do direito ao contraditório.

Para complementar, tendo sido aprovado à unanimidade, virou matéria já regimental.

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB) – Senhor Presidente, pela ordem! Gostaria de saber se são só para os projetos de agora para diante que se abriu esse precedente. **(Pausa)**

Então, acho que o presidente da Comissão de Justiça me deve até um pedido de desculpa, porque anteontem, quando questionei uma inconstitucionalidade a um projeto de minha autoria, S. Ex.^a disse verbalmente que ao afirmar o que eu afirmava e fazendo defesa do meu projeto, que eu era o único que me achava intelectualmente preparado para exercer o meu mandato, sendo que eu jamais fiz tal coisa.

Então, abriu esse precedente, inclusive, com a própria sugestão do presidente e talvez S. Ex.^a me devesse um pedido de desculpa pelo que disse na sessão há dois dias.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Senhor Deputado Sergio Majeski, somente para os projetos que ainda não foram colocados em votação, mas sem querer defender o Senhor Deputado Rodrigo Coelho que, atendendo às reclamações e ao pensamento quase

unânime desta Casa com direito contraditório, foi o próprio deputado que também pediu à Mesa. Então, peço que haja uma desculpa geral para todos aqueles projetos considerados inconstitucionais para o direito contraditório futuramente.

O SR. RODRIGO COELHO – (PT) –

Senhor Presidente, pela ordem! Eu acho extremamente inadequado, inoportuno, desagradável e desrespeitoso o pronunciamento do Senhor Deputado Sergio Majeski porque S. Ex.^a está pegando um ato extremamente descontextualizado no debate que S. Ex.^a fez acerca do projeto de S. Ex.^a que disse que ninguém tinha entendido a matéria e por isso tinha votado contra. Por isso fiz a colocação que fiz e a defesa dos membros da Comissão de Justiça porque naquele momento não tinha nenhuma defesa jurídica do projeto que S. Ex. estava defendendo.

Acho extremamente inoportuno, Senhor Deputado Sergio Majeski, e V. Ex.^a tem o direito de manifestar e ter opinião como nós. Se tivermos que nos manifestar em relação ao deputado de maneira diferente à maneira que V. Ex.^a se refere a nós porque quando coloca em suspeição pela insegurança o trabalho da Comissão de Justiça sugerindo indiretamente que os membros não estão fazendo corretamente o seu trabalho, caberá a mim defesa sempre. Portanto, esse pedido requerido pelo Senhor Deputado Sergio Majeski não se configura necessidade e não terá da minha parte coisa que não gostaria de manifestar dessa maneira, mas com a provocação pública do Senhor Deputado Sergio Majeski, que mais uma vez digo que é inoportuna, deselegante e desrespeitosa com um colega deputado. Fica aqui o meu registro.

O SR. SERGIO MAJESKI – (PSDB) –

Senhor Presidente, pela ordem! Na ocasião, eu não disse que ninguém tinha entendido o meu projeto. Eu disse que a importância do projeto talvez não tivesse sido entendida. Eu disse isso realmente. Agora, sobre a questão da inconstitucionalidade continuo dizendo que se esse projeto então foi considerado inconstitucional ele é inconstitucional; se V. Ex.^a agora mesmo vai dizer e sugere que o projeto volte é porque não há muita segurança do que a comissão anda fazendo.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) –

Senhor Presidente, pela ordem! Deputado Sergio Majeski, vou esclarecer que é apenas a questão do direito de contraditar e não é que a comissão está dizendo que vai aceitar o argumento. Eu posso contraditar e ela pode dizer de novo que mantém os argumentos. A comissão está apenas cedendo a oportunidade ao Plenário, que votou por maioria, o direito de contraditar o parecer.

O SR. SANDRO LOCUTOR – (PPS) –

Senhor Presidente, pela ordem! Apenas atendendo a

um pedido do Senhor Deputado Edson Magalhães, Presidente da Comissão de Infraestrutura. Com a vacância na referida comissão, coube ao PPS delegar um novo membro para a comissão e para tal eu, como líder do Partido, gostaria de indicar o nome do Senhor Deputado Amaro Neto para compor a referida Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Como existiu a vaga e ninguém quis ocupa-la até agora, está deferido o pedido de V. Ex.^a.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) –

Senhor Presidente, pela ordem! Eu queria voltar à questão do Projeto de Lei n.º 229/2015, de autoria do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, que disse agora há pouco que as gravações feitas pelo Nuroc, os grampos, melhor dizendo, não foram encontrados. Se esse...

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Naquele processo. Não estou dizendo no geral e sim no processo da operação desastrosa e infernal que se fez no Espírito Santo.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) –

Esse projeto de lei do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos, eu penso que pode ser melhorado na questão da trimestralidade. Pergunto a V. Ex.^a, para uma reflexão, se esse projeto não for aprovado, fica a questão: estamos ou não sendo grampeados? Esta Casa terá que adotar medidas, contratarmos até empresa para fazer rastreamento dos telefones, dos celulares dos deputados, caso contrário, ficaremos sem saber se estamos ou não estamos.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) –

Na realidade, Senhor Deputado Edson Magalhães, o projeto visa a proteger todo cidadão, não é especificamente para os deputados da Assembleia. É claro que há uma preocupação porque somos fiscais, temos que exercer nossos trabalhos e o direito que o povo nos deu.

Devo dizer uma coisa, que estou estudando, há um estudo, o aparelho chamado guardião - o Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos tem que saber disso também, não sei se já sabe, é um homem inteligente, mas também não é obrigado a saber tudo - não pode ser desfeito. Durante um prazo quase ilimitado o que está gravado ali não pode ser desfeito. Esse que é o medo de muita gente em ter auditoria porque isso pode buscar um rabo maior, entendeu, do que o horizonte dos nossos mares. Essa é a verdade, Senhor Deputado Edson Magalhães. O aparelho não pode ser desfeito, não se pode tirar essas ligações.

Por isso é uma preocupação danada com o segredo de justiça, com o segredo das gravações e tem fatos que não são muito recomendáveis até falarmos nesta Casa, que chega a ser proibido para

menores de oitenta anos, da utilização para outros fins bastante conhecidos e reconhecidos por autoridades, inclusive, de Justiça e da Polícia. O que se tem neste momento é evitar que o próprio governo pode ser vítima. Governos passados, presentes e futuros poderão ser vítimas e quando há preocupação de governo em si, não temos que ter essa preocupação pelo governo porque o governador do Estado pode ser vítima também dessa vigilância, como já houve governadores que tiveram e foram vítimas.

Então, por isso chamei a atenção da Casa para um fato que já está acontecendo com documentos, está na Comissão de Segurança uma denúncia de utilização de um município para outro porque no outro município havia um aparelhinho bem sacana, um aparelhinho bem ao uso, entendeu, da inconveniência, do segredo e do direito do cidadão de ligar na hora, preciso do telefone tal para ser grampeado, etc. O que essa lei, inclusive, pode ser melhorada, aí entro com V. Ex.^a, é dizer que até esse atendimento tem que estar antes registrado o pedido do juiz e não apenas o pedido de um promotor ou uma promotora, ou a vontade própria de o autor, do homem que está com esse aparelhinho.

Vou dizer à Assembleia Legislativa, para quem não sabe, que em algumas delegacias tem um aparelhinho um pouquinho maior do que este que, onde na mão de um agente - olhem a gravidade dos fatos -, lá em Itapemirim tem um deles, foi preso agora, nós denunciemos e o secretário tomou essa atitude e a delegada Fabiana, que é uma das mulheres mais honradas na Polícia Civil, como tantos outros, foi lá e a primeira providência foi aprisionar o aparelho, tirou o aparelho da mão. Só que agora - e quero deixar por conta da comissão - estou pedindo explicações, mas não está podendo ter porque para esbarrar e verificar tudo o que aconteceu, tem que entrar em um processo, aí o processo está em segredo de justiça. Mas nós, doa a quem doer, vamos chegar a esse segredo da justiça porque já temos declarações comprometedoras de autoridades que só disseram assim: Ferraço, vai fundo! Abre esta porta para abrir o horizonte da inteligência do capixaba que não pode ser vítima mais de tamanha monstruosidade no segredo que temos que ter com as nossas famílias e com o direito de falar com quem quer que seja, sem ter ninguém por trás de você te acompanhando ou olhando, principalmente, quando há irresponsabilidade das pessoas que estão por trás de tudo isso.

O SR. FREITAS - (PSB) – Senhor Presidente, pela ordem! Quero registrar a satisfação de ver a maturidade, o equilíbrio e as ponderações com que esta Casa debate este projeto apresentado pelo Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. Daí a necessidade do debate.

Quero acolher o gesto do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senhor Deputado

Rodrigo Coelho, como um gesto nobre de poder rediscutir, de poder ouvir o contraditório e de poder encontrar possíveis caminhos para que possa viabilizar e dar legalidade ao poder de fiscalizar o fiscalizador, de investigar o investigador. O que não pode é o estado do Espírito Santo continuar sob a égide dos desmandos e dos excessos dos que pensam que estão acima de todas as leis.

É muito bom ser partícipe, ser membro do Parlamento quando o Parlamento faz um debate tão grandioso. É preciso que este Poder cumpra o seu papel de fiscalizar e de investigar. Tem caminho para esse projeto do Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos; tem legalidade. Se inserir o Ministério Público e se inserir a Polícia Federal, infringe a constitucionalidade; nós podemos encontrar o caminho para que ele tenha legalidade e constitucionalidade. O que não pode é permitir os absurdos, os desmandos e os excessos, covardemente cometidos por quem imagina que está acima do bem e do mal e acima da lei, fazendo o que bem entende e imaginando que não terá punição porque, às vezes, ocupa uma patente vitalícia.

O SR. EDSON MAGALHÃES - (DEM) – Senhor Presidente, pela ordem! Voltando ao assunto, peço licença ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos. Acho que o mais importante é que haja uma auditoria para saber quais foram os grampos e aberrações cometidas até agora.

Com relação à questão das auditorias trimestrais, tenho receio, porque isso é competência do Governo e ele tem por obrigação, junto à Secretaria de Estado da Segurança, promover o direito do cidadão ou dos cidadãos. É preciso sim que tomemos medidas necessárias para evitarmos isso.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) - Discussão prévia do Projeto de Lei n.º 301/2015, de autoria do Senhor Deputado Doutor Hércules, que obriga a instalação de hastes metálicas protetoras contra linhas de pipas nas motocicletas emplacadas no Estado. Publicado no DPL do dia 07/08/2015. Parecer n.º 362/2015, da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade, publicado no DPL do dia 13/10/2015.

Pela inconstitucionalidade do projeto, a Comissão de Justiça encaminhou para discussão. Tendo em vista a decisão que foi tomada anteriormente, fica retirado de pauta para o contraditório do Senhor Deputado Doutor Hércules.

Da mesma forma o item seguinte, do Senhor Deputado Marcos Bruno, que é a discussão prévia do Projeto de Lei n.º 333/2015, de autoria do Deputado Marcos Bruno, que obriga a disponibilização de espaço físico para a instalação de postos de atendimento do Procon, nos locais que especifica, e dá outras providências. Publicado no DPL do dia 19/08/2015. Parecer n.º 352/2015, da Comissão de Justiça, pela inconstitucionalidade, publicado no DPL

do dia 13/10/2015.

Discussão, se houver recurso, na forma do art. 277, §§ 2.º a 5.º, do Regimento Interno, do Projeto de Lei n.º 257/2015, do Senhor Deputado Marcelo Santos, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Lar - Aconchego do Idoso - Acalai, município de Alfredo Chaves. Publicado no DPL do dia 01/07/2015. Pareceres n.ºs 324/2015, da Comissão de Justiça, pela constitucionalidade e legalidade e 14/2015, da Comissão de Assistência Social, pela aprovação, lido no Expediente da Sessão Ordinária do dia 20/10/2015.

Não havendo recurso, o projeto segue à Secretaria para extração de autógrafos.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 108/2015, da Senhora Deputada Luzia Toledo, que dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência nas escolas particulares e dá outras providências. Publicado no DPL do dia 25/03/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 343/2015, do Senhor Deputado Euclério Sampaio, que institui meia-entrada para jornalistas e radialistas em estabelecimentos públicos ou privados de entretenimento no Estado. Publicado no DPL do dia 01/09/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 371/2015, do Senhor Deputado Amaro Neto, que cria o Programa “Adote o Verde” que institui o sistema de permutas na manutenção e conservação de praças, jardins e parques urbanos, em troca de exploração publicitária por particulares no âmbito do Estado e dá outras providências. Publicado no DPL do dia 18/09/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 372/2015, do Senhor Deputado Amaro Neto, que dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes pré-existentes. Publicado no DPL do dia 18/09/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 387/2015, do Senhor Deputado Marcos Bruno, que cria o programa de apadrinhamento afetivo “um lar para os idosos” no âmbito do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. Publicado no DPL do dia 30/09/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 87/2015, do Senhor Deputado Marcelo Santos, que concede Título de Cidadão Espírito-Santense ao senhor José Varela Vidal. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto

de Decreto Legislativo n.º 88/2015, do Senhor Deputado Guerino Zanon, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Ubiratam Moraes Dutra. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 89/2015, do Senhor Deputado Guerino Zanon, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense à senhora Maria do Carmo Cassundé Bortoloti. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 90/2015, do Senhor Deputado Guerino Zanon, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Fábio Ribeiro Bittencourt. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 91/2015, do Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Vercelino João de Oliveira. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 92/2015, da Senhora Deputada Luzia Toledo, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Duilio Montanarini Neto. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 93/2015, da Senhora Deputada Luzia Toledo, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor José Sales Filho. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 94/2015, do Senhor Deputado Doutor Hércules, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao doutor Gustavo Adolfo Lopes Góes. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 95/2015, do Senhor Deputado Bruno Lamas, concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Alcílio José Boechat. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 96/2015, do Senhor Deputado Bruno Lamas, concede Título de Cidadania Espírito-Santense à senhora Nelci do Belem Gazzoni. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.ª sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 97/2015, do Senhor Deputado Bruno Lamas, concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Paulo Marciano de

Souza. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 98/2015, do Senhor Deputado Almir Vieira, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense à senhora Idalina de Paula Miranda da Paixão. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 99/2015, do Senhor Deputado Almir Vieira, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Carlos Roberto Rodrigues da Costa. Publicado no DPL do dia 14/10/2015.

Discussão especial, em 3.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 100/2015, do Senhor Deputado Marcos Bruno, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Alexandre Lima Medina de Oliveira. Publicado no DPL do dia 19/10/2015.

Discussão especial, em 3.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 101/2015, do Senhor Deputado Marcos Bruno, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Ibê Loyola Júnior. Publicado no DPL do dia 19/10/2015.

Discussão especial, em 3.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 102/2015, do Senhor Deputado Padre Honório, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Givaldo Inácio da Silva. Publicado no DPL do dia 19/10/2015.

Discussão especial, em 3.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 103/2015, do Senhor Deputado Padre Honório, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Elvio Ribeiro Lima. Publicado no DPL do dia 19/10/2015.

Em discussão os Projetos de Lei n.ºs 108/2015, 343/2015, 371/2015, 372/2015 e 387/2015, e os Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 87/2015, 88/2015, 89/2015, 90/2015, 91/2015, 92/2015, 93/2015, 94/2015, 95/2015, 96/2015, 97/2015, 98/2015, 99/2015, 100/2015, 101/2015, 102/2015 e 103/2015. **(Pausa)**

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD) – Senhor Presidente, pela ordem! Peço a palavra para discuti-los.

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Enivaldo dos Anjos.

O SR. ENIVALDO DOS ANJOS – (PSD – Sem revisão do orador) – Senhor Presidente,

Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, aproveitando a oportunidade que o debate tomou grande parte da sessão, queria fazer uma referência aos homens, às mulheres e à política.

Eu nasci – e olha que nasci muitos anos atrás –, ouvindo da política e dos atores da política a pregação de discursos modernos, de discursos progressistas, de discursos a favor das minorias, e de discursos a favor do debate e da transparência. Mas é pena, Senhor Deputado Edson Magalhães, que aqueles que os pregam, quando assumem o poder, esquecem o que falaram, o que pregaram, o que motivou a população a escolhê-los. Tem uns até que pedem para esquecer o livro que escreveu. Mas o certo é que quando se estabelece no Poder Executivo, esquece-se de tudo aquilo que falou, escreveu e debateu, quando estava na trincheira do Legislativo.

Se fosse governador no lugar do Governador Paulo Hartung, faria um apelo a esta Casa para que aprovasse essa matéria para mostrar que o governo é transparente e que o governo não participa de articulação desse porte, de ter um instrumento oficial de grampo de pessoas.

Dizer como o Líder do Governo disse que esse grampo é necessário para a investigação dos crimes, é estar admitindo o fracasso do Estado, porque todo esse sistema montado para extrair confissões, sem ser pela via democrática, pela via do direito de defesa, isso é plenamente ditatorial.

Um governo que se orgulha de ser democrático, um governo que se orgulha de ser progressista, não pode ter um sistema completamente ditador, completamente fora e que fere os direitos individuais das pessoas, como monta e demonstração de apuração para punir ou para processar qualquer cidadão.

Se nós tivermos que viabilizar esse sistema, precisamos reconhecer que o estado democrático só existe no sonho e na promessa, e ele não tem, efetivamente, competência para fazer as suas apurações, os seus processos, respeitando o direito individual das pessoas.

O que vemos hoje no Brasil são os poderes constituídos se montando e usando instrumentos combatidos na Ditadura para justificar suas atividades. Olha, temos a Polícia Civil, temos a Polícia Militar e temos o Ministério Público, e por que justifica utilizar de escuta telefônica para fazer a apuração? Não existe a menor lógica. Isso é um instrumento covarde, é um instrumento irreal e que desrespeita o direito individual da pessoa.

Um delegado de polícia para ser bom tem de ter competência de chegar ao criminoso, de constatar o fato delituoso por meio da sua capacidade de investigação, e não sentar em uma cadeira numa sala com ar-refrigerado e ligar um aparelho de escuta e ficar fuçando a vida individual das pessoas. Porque nem os criminosos podem merecer do Estado esse tipo de investigação. Isso fere os direitos humanos, fere a individualidade da pessoa e o Estado público

não pode se utilizar desse instrumento, porque isso é a confissão do fracasso, isso é a confissão da falta de investimento na qualificação dos policiais, porque não se conhece isso do mundo moderno.

Na Europa, nos Estados Unidos, onde se usa esse sistema de grampo para juntar provas contra os criminosos? O máximo que se usa de aparelho de grampo é para os crimes contra o país, é para os crimes de terrorismo, é para averiguar caminhos de crimes que são feitos intelectualmente para destruir uma nação. Mas, para apurar crime de roubar botijão de gás, para apurar crime de roubar bicicleta, para apurar crime de tráfico, fazer escuta telefônica é o mesmo que admitir o fracasso total do Estado. Seria como, por exemplo, comprar vários aparelhos de grampo, usar dois ou três policiais e demitir o restante, porque o próprio órgão fiscalizador está confessando sua incompetência em conseguir provas por meio dos instrumentos legais.

E a lei diz como deve ser a investigação, a lei estabelece as regras. Esse sistema é permitido somente num governo com pensamento ditatorial. Nenhum governo sério, nenhum governo democrático, nenhum governo do povo usa esse instrumento de escuta contra o próprio povo. Essa ânsia de querer incriminar as pessoas, essa ânsia de querer expor as pessoas é que faz dar validade a esse instrumento de fiscalização. São somente aqueles que gostam de mídia, que gostam de expor vidas humanas, que gostam de ridicularizar as pessoas é que fazem o jogo da política suja de derrotar os vencedores por meio desses expedientes de escutas telefônicas. Isso é o maior atraso que a humanidade pode experimentar.

No Espírito Santo está oficializado, por meio de vários governos que têm permitido isso, mesmo tendo jurado nas praças públicas que lutariam pela liberdade individual, pelo Estado democrático. Que Estado democrático vivemos no Brasil, no Espírito Santo, quando a autoridade máxima permite esse tipo de escuta para formar processo, para formar culpa? É exatamente negar tudo aquilo que disse, tudo aquilo que falou e não tem o direito de se dizer um governo democrático aquele que se utiliza desse sistema.

Se a Secretaria de Segurança não tem competência para apurar os crimes no Estado do Espírito Santo por meio do caminho da lei, não pode, então, utilizar esse sistema, porque ele é contra todo princípio legal de liberdades e de garantia dos direitos humanos do cidadão. Quem garante, utilizando esse instrumento, que essas conversas que não são em crimes, que são comerciais, que são na vida pessoal, não estão sendo utilizadas para outros tipos de atividade? Quem é que garante que se as pessoas estão conversando comercialmente - e elas têm direito a isso -, que essa ligação captada não está sendo usada como venda de informação para outros grupos econômicos? Quem garante isso? Quem garante que se você tem qualquer relacionamento familiar e se utiliza do aparelho telefônico para fazer

esse tipo de atividade, seja ela do amor, da briga ou da reconciliação, que essas gravações não estão sendo utilizadas por pessoas que as detém? Onde está, qual é o compromisso que quem escuta essa gravação faz diante da sociedade, faz diante da lei? Mostre-me aqui que o secretário de Segurança exige de quem está captando as ligações que tenha um compromisso, que jurou manter sigilo sobre aquilo? Nenhum funcionário que tem acesso a esse equipamento tem compromisso ou juramento funcional de manter o sigilo.

Não é justo que se permita a qualquer que seja o cidadão da polícia ouvir aquilo que as pessoas falam e se utilizar dessa informação para o mal ou para o bem. O Estado democrático exige que aqueles que estão no comando do poder não fiquem dizendo apenas que é democrático. Têm que provar. E o governo, se quer ser democrático, se quer garantir que administra respeitando os direitos humanos, respeitando os direitos individuais, tem que dar um basta nesse tipo de serviço, que é o pior serviço que a comunidade tem, com todas as reclamações que registramos permanentemente. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO – DEM) – Continua em discussão, em 3.^a sessão, os Projetos de Lei n.^{os} 108/2015, 343/2015, 371/2015, 372/2015 e 387/2015, e os Projetos de Decreto Legislativo n.^{os} 87/2015, 88/2015, 89/2015, 90/2015, 91/2015, 92/2015, 93/2015, 94/2015, 95/2015, 96/2015, 97/2015, 98/2015, 99/2015, 100/2015, 101/2015, 102/2015 e 103/2015. **(Pausa)**

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Os projetos seguem às Comissões Permanentes.

Discussão especial, em 2.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 104/2015, do Deputado Amaro Neto, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Tiago Pinto. Publicado no DPL do dia 20/10/2015.

Discussão especial, em 2.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 105/2015, do Deputado Amaro Neto, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Glauco Grossi de Assis. Publicado no DPL do dia 20/10/2015.

Discussão especial, em 2.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 106/2015, do Deputado Amaro Neto, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao senhor Sylvio Araújo. Publicado no DPL do dia 20/10/2015.

Discussão especial, em 2.^a sessão, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 107/2015, do Deputado Dary Pagung, que concede Título de Cidadania Espírito-Santense ao doutor Danilo de Araújo

Carneiro. Publicado no DPL do dia 20/10/2015.

Em discussão os Projetos de Decreto Legislativo n.º 104/2015, 105/2015, 106/2015 e 107/2015. **(Pausa)**

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Os projetos seguem à 3.ª sessão.

Discussão especial, em 1.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 348/2015, do Deputado Marcos Bruno, que proíbe a publicação de anúncios em jornais de circulação no Estado que atentem contra a moralidade ou contra a dignidade de categorias profissionais. Publicado no DPL do dia 09/09/2015.

Discussão especial, em 1.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 377/2015, do Deputado Doutor Hércules, que dispõe sobre fixação de cartaz, ou placa, em revendedoras e concessionárias de veículos automotores, informando as isenções concedidas às pessoas com deficiência e moléstias graves e dá outras providências. Publicado no DPL do dia 24/09/2015.

Discussão especial, em 1.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 383/2015, do Deputado Doutor Rafael Favatto, que obriga a disponibilização de álcool em gel em restaurantes e praças de alimentação em shopping centers. Publicado no DPL do dia 28/09/2015.

Em discussão os Projetos de Lei n.ºs 348/2015, 377/2015 e 383/2015. **(Pausa)**

Não havendo oradores inscritos, declaro encerrada a discussão.

Os projetos seguem à 2.ª sessão.

Finda a Ordem do Dia, passa-se à fase do Grande Expediente, dividido em duas partes: Lideranças Partidárias e Oradores Inscritos.

Antes, porém, de conceder a palavra à Liderança Partidária, darei um esclarecimento aos Senhores Deputados e às Senhoras Deputadas. A Mesa Diretora apresentou um projeto sobre *ticket* alimentação. Esse *ticket* alimentação deu origem a dúvidas e até a certas projeções, diretas e indiretas, sobre a motivação da Mesa.

Devo esclarecer que o auxílio-alimentação é tema, na Assembleia Legislativa, de vários processos. Há processo aberto em 2012, há os Processos n.ºs 132281, 140815, 151663. Tem resposta da Receita Federal dizendo que incide o Imposto de Renda sobre o ticket alimentação se colocado junto com o salário. Tem o PR n.º 23, proposta da Comissão Especial da Reestruturação de 2013. Concessão ao auxílio-alimentação exclusivamente por meio de cartão magnético: Objetivo: redução de despesa. Cálculo da média do gasto com o patronal nos últimos meses: em abril o gasto patronal foi de trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e cinco; em maio, trinta e quatro mil. Segue a média desses pagamentos, em torno de

quatrocentos e onze mil reais, que corresponde à estimativa de despesa anual.

Na LC n.º 46, art. 76:

Juntamente com o vencimento, serão pagas ao servidor público as seguintes vantagens pecuniárias:

I - indenização;

II - auxílios financeiros;

III - gratificações e adicionais;

IV - décimo terceiro vencimento.

§ 1º - As indenizações e os auxílios financeiros não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2º - As vantagens pecuniárias não serão computadas nem acumuladas para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

§ 3º - As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

§ 4º - Nenhuma vantagem pecuniária poderá ser concedida sem autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

Dos auxílios financeiros, o art. 88 diz:

Serão concedidos ao servidor público:

I - auxílio-transporte;

II - auxílio-alimentação;

III - auxílio-creche;

IV - bolsa de estudo.

O que aconteceu com o Poder Legislativo com relação a esses auxílios? Foi feito um agravo de instrumento, o de n.º 0013362, em que o ilustre relator, desembargador Fábio Clem de Oliveira, disse que era obrigatório que a Assembleia Legislativa ao colocar o tíquete alimentação para pagamento em folha, não é incorporação ao salário, tinha que descontar onze por cento do valor do tíquete alimentação, ou seja, dos novecentos reais estão sendo tirados, praticamente, noventa reais do próprio tíquete de alimentação do servidor, e, paralelamente, a Assembleia Legislativa ainda tem que pagar vinte e dois por cento de INSS.

Além disso, há a obrigação do pagamento na Declaração de Imposto de Renda. Razão pela qual esta Casa, a título de economia e dentro de uma responsabilidade, está fazendo o projeto de lei permitindo que se pague o tíquete de alimentação sem nenhum desconto para o servidor e,

paralelamente, economizando vinte e dois por cento na nossa parte, além do imposto de renda que o servidor teria que colocar junto ao seu salário. E quando se aposenta, não leva esse direito.

Essa é a justificativa. Inclusive poderíamos ter feito esse ato como ato de economia.

Submetemos a matéria aos Senhores Deputados, o que trouxe, ontem, problemas, discussões e entendimentos diferentes daquilo que temos que partir para a realidade.

São essas as nossas considerações.

Temos que dizer aqui, em alto e bom som, que o primeiro processo foi originário do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa, por meio de processos que estão à disposição de todos os Senhores Deputados, principalmente o aberto desde 2012.

O SR. EDSON MAGALHÃES – (DEM) –

Senhor Presidente pela ordem! Com relação a esse assunto, entendo muito bem que indenizações, tudo isso não pode ser incorporado ao salário. Está na lei e é muito claro para mim.

O pagamento em pecúnia é que está sendo discutido e a Casa tem todo direito de tomar suas decisões, de economia e tudo mais... Ao servidor foi dada a opção de receber o vale refeição em pecúnia ou pelo cartão do vale refeição.

O que quero saber e irei atrás, é que outros poderes, se estão praticando isso que é direito... Porque se alguém está mandando alguma coisa para esta Casa e está fazendo de forma diferente, aí tem que ser feito o questionamento. Só isso!

O SR. PRESIDENTE – (THEODORICO FERRAÇO - DEM) – Concedo a palavra à Líder do PMN, Senhora Deputada Janete de Sá.

A SR.^a JANETE DE SÁ – (PMN - Sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, assomo esta tribuna neste espaço definido para o PMN para chamar a atenção de toda a sociedade e desta Casa, de que os empregados da Vale, uma das maiores empresas deste estado, estão em período de negociação salarial.

Desde as 5h da manhã estamos com a direção do nosso sindicato, o Sindifer, na principal portaria da empresa, que fica na ponta de Tubarão, no final da Praia de Camburi, abordando nossos colegas de trabalho sobre as falcaturas, sobre o comportamento da Vale nesse acordo.

São vários jornais entregues. Lerei as manchetes de alguns que mostram o desrespeito da Vale para com seus empregados nesse momento difícil para o país, difícil para o Espírito Santo, difícil para os empregados da Vale que estão com várias demissões em seu quadro de funcionários e ainda amargam essa letargia e desinteresse da empresa neste acordo coletivo, quando são discutidas as

questões salariais e de trabalho da categoria por um período em que possa ganhar, empatar ou perder, de acordo com sua capacidade de luta, de acordo com a capacidade de luta do sindicato e intransigência da Vale.

Esse desrespeito está estampado nas manchetes de nossos jornais, que dizem: *Campanha Salarial 2015. Vale articula golpe contra trabalhador.*

Outro jornal deixa claro que o sindicato diz não ao comportamento de negligenciar o acordo coletivo da Vale. Outras manchetes destacam: *Pressionados, gerentes se rebelam; Trabalhadores aprovam a pré-pauta; Vale quer confiscar perdas.* Ou seja, não quer conceder reajustes aos trabalhadores. *Vale não valoriza empregado nem reconhece perdas; Negociação começa hoje. Direito não se reduz, se amplia!* Porque a Vale está querendo reduzir nossos benefícios.

Outra manchete diz que intransigência da Vale pode arrastar os ferroviários para a greve geral, que não fazem desde 1988. Outra questão: *Conselheiro denuncia RH. Dinheiro está comprometido com S11D. O diretor de RH teria dito que os recursos da Vale “estão todos comprometidos com o projeto S11D”, em Carajás.* E mais: *A palavra Greve não morde!*

A qualquer momento podemos entrar em greve. Os sindicatos conseguiram finalmente arrancar uma negociação com a empresa que começará agora, dia 27 e 28 de outubro.

Outra manchete: *Suor e empenho dos trabalhadores levam Vale a bater todos os recordes. 88,2 milhões de toneladas de minério de ferro, o maior 3T da história da Vale.* O recorde da Vale em toneladas exportadas é de três milhões de toneladas. Estamos com 88,2 milhões de toneladas. Outro recorde: *248 milhões de toneladas de minério de ferro nos 9M15, recorde inédito. 35,8 milhões de toneladas de pelotas em Tubarão.* É outro recorde. Assim como: *100 mil onças (oz) de ouro no 3T15,* nosso projeto de Carajás, que é um dos melhores da nossa história.

Ou seja, a empresa, e chamo atenção de todos para isso porque neste momento os empregados da Vale precisam de solidariedade... Sabemos o que significa uma empresa que tem no complexo de Tubarão mais de seis mil trabalhadores ativos e na sua planta no Espírito Santo mais de vinte mil trabalhadores, entre efetivos e terceirizados, ter um acordo coletivo rebaixado, que não aponta para a recuperação das perdas salariais, que não aponta para nenhum tipo de reajuste; e ainda tem sido falado nas áreas que cortarão direitos dos trabalhadores.

Nas abordagens que fizemos hoje na Vale, mostramos aos trabalhadores ferroviários que há cinco pontos dos quais eles não podem abrir mão. O primeiro ponto é que os acordos coletivos em momentos de crise e de inflação, como o país está vivendo, precisam ser de um ano e não de dois, como

a Vale tenta empurrar goela abaixo em seus empregados. O segundo ponto é que no mínimo o trabalhador precisa de que a inflação seja repostada em seu salário, para que não perca salário nem tenha diminuído os seus vencimentos. Também não podemos abrir mão.

Há outra questão importante que talvez muitos que veem aqueles trabalhadores jovens e altamente qualificados com aquele uniforme verde não saibam: O salário médio de um empregado da Vale hoje é um dos menores em toda história da empresa: dois mil e quinhentos reais por mês. Isso com tudo. É um salário muito mixuruca, muito pequeno, que a Casas Bahia paga a seus funcionários. Não é salário de empregado da Vale. Não é salário de empresa Vale. Portanto, os empregados também não abrem mão de ter o ganho real para aumentar essa média salarial. Outra questão que os empregados também não abrem mão é quanto às ameaças da Vale de cortar benefícios conquistados a duras penas.

Fui presidenta do Sindicato dos Ferroviários por três mandatos, Senhor Deputado Freitas. Conseguimos uma boa carteira de benefícios no que diz respeito à saúde, assistência médica, odontológica, hospitalar e farmácia, ao nosso cartão alimentação; temos um cartão para fazer compras; a uma série de questões como o reembolso escolar, em que o empregado da Vale tem direito de fazer uma faculdade, mesmo que particular, com cobertura da empresa. E a empresa está ameaçando os empregados de retirar alguns desses benefícios conquistados com muita luta por nossa categoria, que não são muitos e que não abrimos mão.

E, por fim, um benefício importantíssimo, conquistado na luta dos trabalhadores, que é a de participação nos resultados da empresa. Amanhã a Vale divulgará nos grandes jornais de circulação o seu balanço dando conta de que seu resultado contábil é negativo.

Resultado contábil pode dar negativo, segundo opinião em jornais de especialistas em economia e na performance de grandes empresas, como o jornal Valor Econômico. Pode dar, inclusive, negativo, mas não quer dizer que dando resultado contábil negativo, que a empresa não tenha caixa para produzir e construir com o sindicato e com os trabalhadores um acordo decente, digno, à altura de trabalhadores qualificados, sérios, decentes e que trabalham muito para enriquecer a cada dia uma empresa tão grandiosa como a Vale.

Fica a minha fala, Senhora Deputada Luzia Toledo, que neste momento preside a sessão, para pedir aos meus colegas deputados que apoiem essa luta dos trabalhadores da Vale, porque à medida que há rebaixamento de acordo coletivo de um número expressivo de empregados, que hoje somam quase sete mil na ativa, e cerca de vinte mil no complexo de Tubarão, isso impacta no comércio, Senhor Deputado Edson Magalhães, diminui o aporte de recursos que circula nas regiões, principalmente da Grande

Vitória, na região de S. Ex.^a, de Guarapari, onde também há muitos trabalhadores da Vale aposentados. Isso impacta no comércio local, nas finanças dos municípios, porque são menos recursos circulando nessas regiões.

Fica aqui meu pedido de apoio aos meus colegas deputados para essa luta dos ferroviários, fazendo com que a Vale demova, saia do pedestal, venha discutir com decência e respeito com o sindicato e com os trabalhadores ferroviários.

O Sr. Edson Magalhães – (DEM) - Senhora Deputada Janete de Sá, parabéns pela defesa que faz dos funcionários da Vale. Também estranho essa decisão da Vale, porque ela apresentou agora em balanço, no seu resultado trimestral, um lucro estupendo. A empresa está faturando mais do que nunca e está agora querendo retirar benefícios? É de se estranhar isso.

A SR.^a JANETE DE SÁ – (PMN) – Obrigada, Senhor Deputado, pela intervenção. Conto com o apoio de V. Ex.^a. Vamos para cima, porque não iremos aceitar que a Vale rebaixe o acordo coletivo de seus empregados. Disposição temos. Nosso sindicato é de luta e nossa categoria não medirá esforços, e se continuar com essa intransigência pode ser empurrada para uma greve geral, o que não gostaríamos de fazer, que não fazemos desde o ano de 1988. Mas, se necessário for, iremos à luta para a Vale compreender que precisa respeitar e valorizar seus empregados, aqueles que lutam, que dão seu suor, que suam a camisa, que quase deixam seu couro lá nas áreas da Vale a céu aberto, para garantir a lucratividade da empresa.

Abordarei agora abordando a causa animal. Haverá sexta-feira uma audiência pública da CPI dos Maus-Tratos, da Câmara Federal, no plenário da Assembleia Legislativa, às 19h, com a presença do Deputado Federal Max Filho, membro da CPI. O Deputado Federal Ricardo Izar disse que fará o possível para se fazer presente, quando estaremos tomando os depoimentos das pessoas que foram denunciadas e instituições, por conta de maus-tratos aos animais.

Peço ao nosso pessoal de apoio que exiba um vídeo que tenho sobre maus-tratos mais recentes, que foi enviado aos nossos *e-mails* de denúncia e que quero apresentar aos Senhores Deputados. **(Pausa)**

Essa foto é de um cachorro da raça *Terrier* que está com as patinhas e o focinho machucados. Uma denunciante viu a situação desse cachorro em uma casa abandonada, fechada, que está à venda, na Mata da Praia. Quinzenalmente uma pessoa, que certamente é proprietária do animal, tira o cachorro e passa um dia fora. Depois ele volta todo machucado.

Há suspeita de que esse animal estava nesta casa fechada sem água. A denunciante, inclusive, dá água para o animal. Vocês verão que o animal bebe desesperadamente a água oferecida, pois estava com

muita sede. Não tinha água, não tinha alimento. Suspeitamos que esse animal esteja sendo usado para brigas entre animais, para essas rinhas, como de galo, porque o animal retorna de quinze em quinze dias muito machucado, em condições péssimas. Isso tem sido observado.

Segundo relato da nossa denunciante, essa casa está desocupada. Fizemos essa denúncia por meio do vídeo para a nossa Polícia Ambiental, para a Polícia Civil e para o departamento responsável pela causa animal que fica perto da estação ferroviária de Jardim América, para que identifique o local, através dos endereços que estamos mandando e das imagens e possam denunciar, descobrindo quem é o dono da casa e o dono do animal, para denunciá-lo e puni-lo exemplarmente.

Assim que conseguirmos essas informações, chamaremos o proprietário da casa e do animal para depor na Frente Parlamentar em Defesa Animal Contra os Maus-Tratos na Assembleia Legislativa.

Já acionamos o Presidente da CPI dos Maus-tratos, Senhor Deputado Ricardo Izar, e passaremos todas essas informações e mais denúncias que chegaram. Sexta-feira, dia 23, Senhores Deputados Doutor Hércules, Marcos Bruno, Freitas, Eliana Dadalto, Raquel Lessa, Padre Honório, Edson Magalhães, Guerino Zanon, faremos neste plenário uma audiência da CPI dos Maus Tratos da Câmara Federal, junto com a Frente Parlamentar em Defesa Animal Contra os Maus-Tratos da Assembleia Legislativa, quando tomaremos depoimento das pessoas que foram em nossa reunião anterior denunciadas nesta Casa que são: o reitor da Ufes, por conta de maus-tratos de animais que sumiram e estavam no centro da Ufes, estão abandonados lá; o chefe do Centro Administrativo do Hospital da Polícia Militar, o tenente-coronel Abreu, sobre denúncia de agressão a animais pela Polícia Militar no HPM; o prefeito municipal de Guarapari, senhor Orly Gomes da Silva, porque há denúncias de animais abandonados em Guarapari, um descaso do centro de zoonose da referida cidade.

Tomaremos também o depoimento do senhor Leonardo Marques, que foi denunciado por agressão e morte de uma gatinha que ocorreu no bairro Mata da Praia; do superintendente estadual do Ibama, senhor Guanadir Gonçalves, e do comandante da Polícia Ambiental, assim como do secretário municipal de Meio Ambiente de Vitória, por conta das tartarugas e arraias que foram encontradas na praia de Camburi encalhadas. As tartarugas e arraias foram encontradas em redes de pescadores. Naturalmente, está havendo falha na fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente de Vitória e tem que haver punição para os pescadores que estão usando redes e pegando essas tartarugas que são protegidas.

Fica a nossa denúncia, o nosso chamamento de todos que estão empenhados na causa animal e contra os maus-tratos, para acompanharem a audiência da CPI dos Maus-Tratos que tomará esses

depoimentos para que esses denunciados sejam indiciados. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO – PMDB) - Findo o tempo destinado às Lideranças Partidárias, concedo a palavra ao Senhor Deputado Freitas, orador inscrito.

O SR. FREITAS – (PSB – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhora Deputada Luzia Toledo, presidente em exercício, que bom que V. Ex.^a está na presidência neste momento, pois farei um registro dos mais importantes que poderia fazer desta tribuna enquanto católico, cristão, apostólico romano, membro da Paróquia de Guriri, da Diocese de São Mateus. Com alegria e emoção comunico que ganhamos um presente dos céus, um presente de Deus com a nomeação de padre Paulo Bosi Dal’Bó nomeado no dia de hoje, dia 21 de outubro, bispo da Diocese de São Mateus.

O Papa Francisco nomeou, hoje, 21 de outubro, o padre Paulo Bosi Dal’Bó como bispo da Diocese de São Mateus. Alegria nossa e da nossa diocese.

Atualmente, padre Paulo exerce a função de vigário-geral da Diocese de Colatina, no Estado do Espírito Santo. É uma grande alegria ver um membro natural da Diocese de Colatina ser nomeado bispo da diocese vizinha, a Diocese de São Mateus.

Padre Paulo Bosi Dal’Bó é natural de Rio Bananal, nascido em 27 de agosto de 1962, filho do senhor Dionísio Dal’Bó e da senhora Iolanda Claris Bosi Dal’Bó. É formado em Ciências Contábeis com especialização em Psicologia da Educação e Psicologia do Desenvolvimento, cursou Filosofia e Teologia no Instituto de Filosofia e Teologia da Arquidiocese de Vitória, possui pós-graduação em Comunicação Social pelo Sepac – São Paulo, recebeu a ordenação presbiteral em 10 de junho de 2000 na Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Fátima.

Em sua trajetória sacerdotal exerceu diferentes atividades. Atuou como formador do propedêutico vigário paroquial em Marilândia, reitor do Seminário Diocesano Maria, Mãe da Igreja, de 2006 a 2010; além de coordenador diocesano da Pastoral e Serviço de Animação Vocacional, de 2004 a 2010; foi representante dos presbíteros, membro da Pastoral Presbiteral e do Colégio dos Consultores. Em julho de 2015 foi eleito vigário-geral da Diocese de Colatina.

No período de 2003 a 2008 atuou como membro da diretoria da Organização dos Seminários e Institutos do Brasil, Osib; do regional Leste II e da diretoria nacional da mesma entidade. De 2008 a 2010 foi presidente nacional da Osib, participando como membro do Conselho Episcopal e Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Entre as obras publicadas destacam-se: *Estar*

de bem com a vida e produções sonoras, sendo três CDs: *Cantando com o jovem*, *Meu Profeta e Vida*, *Sonhos e Canções*, além de outras composições.

É com grande alegria que faço este registro e comemoro uma diocese abençoada que tem sido a Diocese de São Mateus. Recentemente, enviou Dom Ailton Menegussi, padre nascido em Nova Venécia, para ser bispo da Diocese de Crateús, no Ceará.

Tendo recebido como bispo da nossa diocese um padre da Diocese de Vitória da Conquista, que veio ser o nosso bispo Dom Zanoni Demettino Castro ficando apenas sete anos na direção da nossa diocese. Foi abençoado e enviado como arcebispo para a Arquidiocese de Feira de Santana e agora, menos de um ano após a emissão do Dom Zanoni, recebemos essa notícia que muito nos alegra, nos encanta e que faz com que a gente sinta a presença forte de Deus abençoando a Diocese de São Mateus com a nomeação do padre Paulo Bosi Dal'Bó como bispo da nossa diocese.

Louvado seja o nosso Senhor Jesus Cristo.

Concedo um aparte à Senhora Deputada Eliana Dadalto.

A Sr.^a Eliana Dadalto – (PTC) – A notícia que V. Ex.^a me trouxe, hoje, deixou-me muito feliz por ser de Rio Bananal o padre Paulo Bosi Dal'Bó. Como podem perceber, de Rio Bananal saem pessoas de bem e vão também para Linhares. Tive a oportunidade de conhecê-lo e tenho certeza de que a Diocese de São Mateus será muito bem servida pela missão e pelo grande missionário que é o padre Paulo Bosi Dal'Bó.

Tenho certeza também de que São Mateus será cada vez mais abençoado. Estive lá sábado e V. Ex.^a estava lá também. Estivemos caminhando com o governador e vimos o grande trabalho que está sendo realizado em São Mateus pelo prefeito, e também por V. Ex.^a junto com o Deputado Federal Jorge Silva. Fico feliz porque mais uma vez São Mateus será contemplado com grandes pessoas de bem.

Quero aproveitar também a oportunidade e convidar os nossos colegas deputados porque hoje teremos uma audiência pública nesta Casa de Leis justamente para discutirmos sobre a socioeducação. Fica o convite aos nossos nobres deputados. Precisamos discutir a socioeducação. Estivemos visitando o Iases de Linhares e vimos a necessidade de discutirmos muito sobre a política pública voltada para a socioeducação, que será inserida também dentro da Comissão de Assistência Social, a qual presido.

Fica registrado. Conto com a presença de todos vocês e de todos que estão nos assistindo neste momento. Muito obrigada, Senhor Deputado.

O SR. FREITAS – (PSB) – Muito obrigado, Senhora Deputada Eliana Dadalto, pelo aparte que engrandece o nosso pronunciamento.

Fica a nossa alegria, a nossa comemoração

pela nomeação do nosso bispo Dom Paulo Bosi Dal'Bó. Seja muito bem-vindo. A Diocese de São Mateus o recebe de braços abertos. Que Deus continue a nos abençoar e abençoar o senhor Dom Paulo Bosi Dal'Bó nessa missão desafiadora e difícil, mas que contará certamente com a ajuda de toda a Diocese de São Mateus nos seus dezoito municípios, nas suas vinte paróquias com todo o Clero que tem trabalhado muito na nossa diocese. Nosso abraço ao Dom Paulo Bosi Dal'Bó.

Nesse pequeno tempo que nos resta, Senhora Presidenta e caros colegas, quero reforçar o registro do que tem feito em defesa da 4.^a Vara Cível de São Mateus, a nossa Vara dos Feitos da Fazenda Pública.

Recentemente, em audiência pública em São Mateus, estava representando e falando em nome desta Casa e me colocando a serviço da OAB, do fórum da Comarca de São Mateus na defesa da 4.^a Vara Cível de São Mateus, a Vara dos Feitos da Fazenda Pública, em que hoje tramita mais dois mil e cem processos. Ela foi descontinuada a partir do dia 04 de setembro. Foi publicada sob a Resolução n.º 40 do Tribunal de Justiça que descontinua, desinstala, a 4.^a vara em São Mateus. Nesse sentido temos feito vários movimentos.

O primeiro movimento foi buscar a assinatura de meus pares e tive a alegria de contar com trinta assinaturas. Todos os Deputados Estaduais desta Casa assinaram a reivindicação conosco. Entregamos essa reivindicação juntamente com o nosso Presidente Theodorico Ferraço ao atual presidente do Tribunal de Justiça, Doutor Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça que foi muito solícito e receptivo ao receber o documento.

Nesse documento, estamos pedindo que reverta essa publicação de resolução que desinstala a 4.^a Vara, que não pode ser desinstalada. São Mateus tem apenas nove varas, enquanto municípios com a mesma população têm dezoito. A desinstalação da 4.^a Vara, com mais de dois mil e cem processos, acarretará um prejuízo e uma morosidade muito grandes, uma vez que esses dois mil e cem processos serão distribuídos às outras varas.

Nesse sentido, peço de novo, encarecidamente, ao atual presidente doutor Sérgio Bizzotto que repense, reveja os dados para que reveja esse ato, esse artigo da resolução que desinstala a 4.^a Vara.

Muito obrigado. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Concedo a palavra ao Senhor Deputado Padre Honório, orador inscrito.

O SR. PADRE HONÓRIO - (PT – Sem revisão do orador) – Senhora Presidenta, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, Senhora Deputada Luzia Toledo, ora presidindo a sessão, acompanhada do futuro prefeito de Guarapari, Senhor Deputado Edson Magalhães, cumprimento os servidores e

aqueles que nos acompanham pela televisão.

Minha primeira fala seria sobre o bispo da minha Diocese, mas o Senhor Deputado Freitas já fez toda uma fala sobre a biografia do bispo. Estamos felizes! Hoje, logo cedo, recebi telefonemas do padre Jonas e de outros padres. A Diocese está muito feliz, depois de ter ficado um tempo sem o bispo, administrada pelo monsenhor Emílio González Escalada e, depois, pelo padre Aldir Roque Lóss, agora recebe Dom Paulo Bosi Dal'Bó, substituindo assim Dom Zanoni Demettino Castro, que fez um grande trabalho e que foi para Bahia.

Parabéns ao Dom Paulo Bosi Dal'Bó. Estou feliz em recebê-lo em nossa Diocese. Com a graça de Deus, a proteção de Nossa Senhora e a luz do Espírito Santo, ele fará um grande trabalho nessa Diocese, que tem uma herança profética deixada pelo nosso, então, bispo emérito Dom Aldo Gerna.

Mas outro assunto - Senhor Deputado Freitas, V. Ex.^a que é da região - me deixou preocupado esta semana. Tive uma informação extraoficial, depois de termos rodado toda aquela região com as audiências públicas sobre segurança pública, de que o 2.º Batalhão de Nova Venécia estará recebendo apenas dezesseis novos policiais para atenderem a todos os municípios da abrangência do 2.º Batalhão.

Queremos nos dirigir ao secretário, ao comando, ao governador, a toda cúpula do Estado dizendo que aquele 2.º Batalhão e aqueles municípios necessitam de um cuidado maior, necessitam de um olhar melhor.

Hoje, é preciso, no mínimo, trinta e cinco novos profissionais para atenderem um pouco melhor àquela região. Mais uma vez vai nosso apelo para o governador, para o secretário, para o comando da Polícia. Que todos possam dar atenção àquelas audiências públicas que fizemos naquela região e o clamor das pessoas é que houvesse a presença mais efetiva dos profissionais.

Outra coisa que queremos, neste momento, é falar um pouco sobre nossa audiência pública que acontecerá nesta semana em Barra de São Francisco.

Senhor Deputado Guerino Zanon, temos muitas audiências públicas, inclusive ontem, nesta Casa de Leis, ficamos até quase 22h refletindo sobre escassez de água. Mas nossa audiência terá um foco diferente, trará à tona todos os prejuízos materiais e humanos que ficaram em decorrência das enchentes de 2013.

Sempre dizemos que o melhor remédio é a prevenção. Sabemos que as pessoas não pensam no câncer quando estão fumando, acham que nunca terão câncer. Os trabalhadores não pensam no câncer quando estão aplicando veneno, pois entendem que nunca terão câncer. Os pais não pensam no câncer e nas doenças quando levam os alimentos para a mesa de sua família. Eles só ficam desesperados quando vão ao médico e fazem o diagnóstico. Aí eles começam a encontrar os responsáveis e começam a dizer que Deus não poderia ter permitido que

acontecesse isso na casa deles, mas não fazem a prevenção.

Muitas vezes, os pais não pensam no sofrimento dos filhos, ou até mesmo no próprio sofrimento, quando patrocinam os seus filhos menores, principalmente, para frequentarem as baladas e, às vezes, a noite toda. Entregam o veículo, colocam dinheiro no bolso dos filhos e permitem que os filhos façam o que quiserem, do jeito que quiserem e onde quiserem.

Existem pais que mandam seus filhos para as baladas, para as festas e entre outros e dormem sonos tranquilos. Só vão ter conhecimento do sofrimento quando o telefone toca e vem aquela notícia desagradável que desestabiliza toda a família.

Muitas vezes, o motorista não imagina o sofrimento que é ficar em uma cama, amputar uma perna ou amputar um braço quando ingere muitas bebidas alcoólicas ou quando dirige com irresponsabilidade no trânsito. Eles não pensam no sofrimento. Eles acham que nunca acontecerá com eles.

Portanto, a prevenção é o melhor remédio em todos os sentidos. Quando se trata de um relacionamento conjugal, quando se trata de um relacionamento entre amigos e quando se trata do exercício do mandato político ou do exercício de uma gestão de prefeitura. É necessário fazer sempre a prevenção.

Hoje, inclusive, no Evangelho do Dia, Jesus Cristo falou para estarmos preparados o tempo todo, porque não sabemos a hora em que seremos chamados. Não sabemos, pois Ele vem como um ladrão. Se o dono da casa soubesse a hora que o ladrão chegaria, ele ficaria vigiando.

Nós também não sabemos a hora que alguém oferecerá uma propina, não sabemos a hora que acontecerá um acidente e não sabemos a hora que uma doença será diagnosticada. Quando acontece, ficamos, muitas vezes, desesperados.

É por isso que estamos convidando todos os deputados e convidando aquela região para fazermos essa audiência pública. Já estamos trabalhando isso há muito tempo, para que os gestores municipais, estaduais e da União, possam ter alguma ação preventiva para que aquelas famílias não sofram todos os estragos que já aconteceram e que, com certeza, acontecerão se não tomarem nenhuma providência.

Existem pontes dentro dos rios que até hoje estão sendo barreiras. Existem pessoas que estão até hoje jogando todo seu lixo dentro dos rios e que já estão todos interrompidos. Existem pessoas que constroem suas casas dentro do leito do rio. Quando a chuva vem com um pouco mais de intensidade, e sabemos que toda vez que tem um período maior de escassez de água pode vir com mais intensidade, e quando vem com mais intensidade, acontece o desastre.

Sabemos o sofrimento das famílias de

Mantena e de Barra de São Francisco principalmente, pois todo volume de água passou dentro daquela cidade. Portanto, essa audiência pública está sendo promovida pela ONG Sentinela, que já tem feito um trabalho todo de orientação de engenheiros e de pessoas que conhecem todo aquele trajeto, e está colocando no papel toda uma proposta e está convocando o município, o Estado, a sociedade civil e todos para que possam colocar no papel aquilo que eles gostariam que fosse feito naquela cidade.

Por isso, mais uma vez, deixamos registrado o nosso convite às Senhoras e aos Senhores Deputados para ajudarmos aquela comunidade que precisa do braço estendido de todos aqueles que têm o poder de gestão nas mãos. Ao mesmo tempo dizemos a todos aqueles que estão retornando para as suas bases, que sejam felizes, que retornem com alegria. Mais uma vez desejamos ao nosso bispo que seja bem-vindo na nossa diocese e que sejam parceiros dele.

Agradecemos também ao Monsenhor Emílio González Escalada, que fez um grande trabalho; ao Padre Aldir Roque Lóss, que fez um grande trabalho nesse período de administração diocesana; a Dom Zanoni Demettino Castro, que foi uma pessoa extraordinária no período em que esteve lá e a Dom Aldo Gerna, por sua marca profética, pelo seu compromisso com a vida, sua missão que foi para nós símbolo de inspiração vocacional e em todos os sentidos. A todos desejamos que sejam bem-vindos, muito obrigado e que o Senhor abençoe o nosso bispo e abençoe também a nossa audiência na sexta-feira. Obrigado. **(Muito bem!)**

A SR.^a PRESIDENTA – (LUZIA TOLEDO - PMDB) – Passo a presidência dos trabalhos ao Senhor Deputado Freitas. **(Pausa)**

O SR. PRESIDENTE – (FREITAS - PSB)
– Assumo a presidência dos trabalhos neste momento para dar continuidade ao rito da sessão.

Concedo a palavra à Senhora Deputada Luzia Toledo, oradora inscrita.

A SR.^a LUZIA TOLEDO – (PMDB – Sem revisão da oradora) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, cumprimento a Senhora Deputada Eliana Dadalto que está neste Plenário ainda com muito vigor acompanhando esta sessão; e os Senhores Deputados Guerino Zanon, Doutor Hércules e o Senhor Deputado Freitas, que preside a sessão neste momento a quem agradeço a referência que fez no início da sua fala.

Senhor Presidente, também parabenizamos o Bispo que foi padre no Município de Rio Bananal e chega a Bispo da Arquidiocese de São Mateus, ou seja, refiro-me ao Padre Paulo Bosi Dal’Bó, que agora é o nosso Bispo de São Mateus. Envio também os nossos cumprimentos, como católica praticante que sou e desejo que Deus o abençoe nessa sua

caminhada.

Hoje quero falar sobre o financiamento que é o desafio do Plano Nacional de Educação. Foi feita na semana passada uma reunião em Belo Horizonte, por convite do nosso presidente da Frente Parlamentar da Câmara Federal, isto é, foi feito um seminário sobre essa questão em Belo Horizonte, Minas Gerais. Portanto, o Estado de Minas Gerais sediou, como sempre sedia, uma discussão tão importante como essa.

Senhor Presidente, nós, na Comissão de Educação, vamos fazer uma mesa redonda o mais breve possível e essa proposta foi aprovada ontem na reunião ordinária da Comissão de Educação, onde discutiremos não só o financiamento da educação, mas também a questão dos planos municipais de educação. Na verdade, temos no Estado do Espírito Santo o Município de Serra, que é grande e não fez ainda, não apresentou, não foi aprovado o plano municipal de educação; Iúna é outro município também que não apresentou ainda a aprovação do plano municipal de educação, assim como Ibatiba, São Domingos do Norte, Nova Venécia e Colatina. Esses são municípios importantes que, com certeza, os secretários e as secretárias municipais estão voltados para essa questão que realmente é extremamente importante. O governador Paulo Hartung, portanto, o Espírito Santo, cumpriu com o seu dever de casa à risca. Foi encaminhado a esta Casa o Plano Estadual de Educação e o aprovamos; não fizemos a audiência pública porque se não estaríamos fora do prazo. O governador do Estado soube em São Paulo do prazo de S. Ex.^a, chegou aqui e nos reuniu porque S. Ex.^a queria cumprir a meta do Espírito Santo e cumpriu. Então, precisamos que os municípios também cumpram a sua parte.

Senhor Presidente, vamos convidar para participar dessa mesa redonda - não sabemos se teremos essa presença - o técnico que foi a Minas Gerais falar sobre não somente dos dez anos do Plano de Educação; na verdade, dez anos realmente é o tempo que o Brasil tem para discutir o Plano Nacional de Educação, as metas que estão dentro do Plano, principalmente a meta que mais atinge os estados que é a questão da educação em tempo integral.

Parabenizo o governo do Estado e a Assembleia Legislativa que não faltaram ao seu compromisso na Casa não só de discutir o projeto da Escola Viva, mas de aprova-lo num tempo não tão grande, mas deu para se discutir. Acho que o projeto que mais foi discutido nesta Casa foi o projeto da Escola Viva, que é escola de tempo integral e que tem, hoje, a aprovação da sociedade. Estivemos em São Pedro e fizemos uma reunião extraordinária dentro da escola com a presença de várias autoridades, inclusive do nosso secretário Haroldo Rocha, da nossa Comissão e com a participação dos alunos. Quatro alunos apresentaram a Escola Viva para quem quer visitá-la, como nós visitamos, sala

por sala. São quatro alunos com os olhos brilhando. Um aluno é de Cariacica; outro aluno é de Vila Velha; outro aluno é de Vitória e o aluno é da Serra. O que esses alunos pediram ao nosso diretor da Escola Viva? Se não daria para fazer lá um dormitório porque tem dia que eles gostariam até de dormir na escola. É uma escola animada, é uma escola viva, é uma escola num local maravilhoso. Senhora Deputada Eliana Dadalto, V. Ex.^a que é de Linhares, vale a pena ver onde está implantada a primeira Escola Viva do Estado do Espírito Santo, ela está implantada em São Pedro, um lugar que já foi considerado mundialmente o lugar de toda pobreza e, hoje, como as alunas disseram, é o lugar de toda riqueza porque a maior riqueza é o conhecimento, a maior riqueza é a educação. A nossa Escola Viva está dando esse exemplo. Os professores numa animação muito grande. Tudo lá está transmitindo aquilo que mais queremos que é o amor. E educação não existe sem amor, como nenhuma outra profissão; mas, na educação, principalmente, não se faz educação sem colocar o sentimento maior que é o amor.

A Sr.^a Eliana Dadalto – (PTC) – Senhora Deputada Luzia Toledo, vejo o carinho e o amor que V. Ex.^a tem pela educação, pelas pessoas, pelo ser humano e isso é de suma importância. Precisamos valorizar o ser humano.

Aproveito para dizer que o secretário Haroldo Rocha já me informou que amanhã estará em Linhares, às 14h30min, e acompanharemos S. Ex.^a para verificarmos em Linhares também a instalação dessa Escola Viva. Espero levar como contribuição que se construa ou que se alugue um espaço dentro de um bairro periférico, num bairro com risco social porque a finalidade é justamente resgatar os nossos adolescentes e os nossos jovens. Muito obrigada pelo aparte.

A SR.^a LUZIA TOLEDO – (PMDB) – Quem agradece sou eu a V. Ex.^a a contribuição.

Nossa Escola Viva está mais viva do que nunca, maravilhosa e na semana que vem a nossa aluna Letícia estará nesta Casa falando para nós. Muito obrigada. **(Muito bem!)**

O SR. PRESIDENTE – (FREITAS – PSB)
– Findo o tempo destinado a presente sessão, vou encerrá-la. Antes, porém, convoco os Senhores Deputados para a próxima, solene, dia 23 de outubro de 2015, às 9h, conforme requerimento do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, aprovado em Plenário, em homenagem aos atletas e profissionais envolvidos com o paradesporto no Espírito Santo, e comunico que haverá sessão ordinária dia 26 de outubro de 2015, cuja Ordem do Dia é a seguinte: discussão única, nos termos do art. 66, § 6.º, da Constituição Estadual, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei n.º 39/2015; discussão única, nos termos do art. 66, § 6.º, da Constituição Estadual, do veto total aposto ao

Projeto de Lei n.º 266/2013; discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Resolução n.º 56/2015; discussão única, em regime de urgência, dos Projetos de Lei n.ºs 170/2015 e 174/2015; discussão única, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar n.º 21/2015; discussão especial, em 3.ª sessão, dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 104/2015, 105/2015, 106/2015 e 107/2015; discussão especial, em 2.ª sessão, dos Projetos de Lei n.ºs 348/2015, 377/2015 e 383/2015; discussão especial, em 1.ª sessão, do Projeto de Lei n.º 404/2015; discussão especial, em 1.ª sessão, dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 108/2015 e 109/2015.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às doze horas.

*De acordo com o registrado no painel eletrônico, deixaram de comparecer a presente sessão os Senhores Deputados Da Vitória e, por estar licenciado, o Senhor Deputado Doutor Rafael Favatto.

**TRIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO
SOLENE DA PRIMEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA DÉCIMA
OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 23
DE OUTUBRO DE 2015.**

**ÀS NOVE HORAS E TRINTA
MINUTOS, O SENHOR DEPUTADO RODRIGO
COELHO OCUPA A CADEIRA DA
PRESIDÊNCIA.**

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Senhoras e senhores, deputados e autoridades presentes, público presente e telespectadores da TV Ales, bom-dia! É com imensa satisfação que a Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo recebe todos, neste dia especial, para a sessão solene em homenagem ao paradesporto capixaba.

Desde 1960, quando quatrocentos atletas disputaram em Roma os primeiros jogos paraolímpicos, o campo paradesportivo caminhou do amadorismo abnegado para o profissionalismo. A palavra paradesporto deriva da preposição grega *para* (ao lado) e da palavra desporto. Significa que o esporte está oficialmente designado para a inclusão, ou seja, ao lado do esporte está o paradesporto e ao lado do atleta está o paratleta. Portanto, atletas que possuem deficiências para a prática esportiva são considerados paratletas.

Paralelamente aos jogos olímpicos são realizados os jogos paralímpicos, caracterizando na teoria uma igualdade no que tange as oportunidades: a inclusão social pelo esporte. Contudo, na prática, não é isso que acontece no cotidiano desses

paratletas, em especial dos nossos homenageados de hoje, que ainda sofrem preconceitos e dificuldades para a prática esportiva. Sendo assim, realizamos esta sessão solene como reconhecimento pelos feitos desses paratletas e profissionais em prol do paradesporto, mesmo diante de todas as dificuldades, pois são poucas, porém de extrema importância, as empresas que os apoiam.

O esporte é muito importante para o sentimento de que tudo é possível dentro das minhas limitações e adaptações para execução daquilo que desejo fazer ou praticar, explica Ademir Cruz de Almeida, presidente da ABDF. O esporte melhora a autoconfiança e a autoestima, torna seus praticantes mais otimistas e seguros para alcançarem seus objetivos, proporciona a oportunidade de sociabilização entre pessoas com e sem deficiência e melhora a percepção da sociedade que passa a ver as pessoas com deficiência com outros olhos, acreditando nas suas inúmeras potencialidades. Vocês, com certeza irão se surpreender!

Neste momento são convidados à Mesa o Senhor Deputado Rodrigo Coelho, proponente da sessão, e os Senhores Deputados Amaro Neto e Marcos Bruno. **(Pausa)**

(Tomam assento à Mesa os referidos Deputados)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – A partir deste momento o Senhor Deputado Rodrigo Coelho procederá à abertura dos trabalhos, conforme é regimental.

O SR. PRESIDENTE – (RODRIGO COELHO – PT) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão e convido o Senhor Deputado Marcos Bruno a proceder à leitura de um versículo da Bíblia.

(O Senhor Deputado Marcos Bruno lê Gálatas, 3:28)

O SR. PRESIDENTE – (RODRIGO COELHO – PT) – Dispensando a leitura da ata da sessão anterior e informo aos senhores deputados e demais presentes que esta sessão é solene, em homenagem ao paradesporto capixaba, conforme requerimento de minha autoria, aprovado em plenário.

Passo a palavra ao cerimonialista.

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – É convidado a compor a Mesa o senhor Luiz Claudio Locatelli Ventura, professor de Educação Física, doutor em Ciência do Movimento Humano e grande incentivador do paradesporto capixaba; a atleta Kátia Cristina Antônio, recordista de maratonas e ultramaratonas e representante dos atletas paradesportos do estado do Espírito Santo; o Vereador Nedson Mamãe, de Vila Velha,

representando os vereadores do estado do Espírito Santo; o senhor Edmilson Furtado Corassa, assessor do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, ex-chefe do Departamento de Educação Física da Secretaria de Educação de Vitória. **(Pausa)**

(Tomam assento à Mesa os referidos convidados)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional e a do Espírito Santo, que será executado pela banda de música do 38.º Batalhão de Infantaria, sob a regência do Tenente Israel. **(Pausa)**

(É executado o Hino Nacional e o do Espírito Santo)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Anunciamos e agradecemos a presença do senhor Júlio Santana, secretário de Esportes da Juventude do município de Anchieta.

Neste momento recebemos em apoio a esta sessão solene os interpretes de libras Elivane da Silva Santos e Vagner Santana Rodrigues. Gostaria que todos os saudassem com uma salva de palmas. **(Palmas)**

Agradecemos a presença e o apoio a esta sessão.

Neste momento assistiremos à apresentação da Fanfaçong, banda de congo da Apae de Cariacica, que apresentarão três músicas: Rumba Congo, Madalena e Santo Antônio. **(Pausa)**

(A banda de Congo se apresenta)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) - Parabéns à banda Fanfaçong, da Apae de Cariacica, pela brilhante apresentação, mais uma vez presente nesta Assembleia para abrilhantar esta sessão.

O SR. ERALDO MARCELINO MENDES - Gostaria de pedir ao Amaro Neto para um dia a gente tocar no Balanço Geral, para divulgar nosso trabalho. Não é só o meu sonho. É o sonho meu e de meus colegas aqui.

Meu segundo pedido é fazer a praça do povo na quadra da Apae. Também gostaria de cantar Parabéns para o professor Jefinho. Hoje é aniversário dele.

(É cantado o Parabéns a Você)

O SR. JEFFERSON DE AZEVEDO FERNANDES – Aproveito para agradecer o convite, em nome da Apae Cariacica, e a oportunidade de, mais uma vez, a Fanfaçong estar participando neste dia tão importante para os nossos atletas paralímpicos

e para os nossos alunos. Temos também as olimpíadas das Apaes, em que o nosso mestre estava presente na última olimpíada organizando as olimpíadas das Apaes, que aconteceu no campo do Vitória.

Agradeço a oportunidade de estarmos presentes mais uma vez. Agradeço aos alunos da Apae de Cariacica essa homenagem. Há quinze anos faço parte da Apae Cariacica. Agradeço ao nosso mestre Wadgner Marins, responsável por esse projeto Fanfacongo, junto com o mestre Ezequiel Nascimento. O projeto Fanfacongo foi criado para o Festival Nossa Arte, que acontece nas Apaes do Espírito Santo. Esse projeto já representou o Espírito Santo, ficando em primeiro lugar no estado; representou o Espírito Santo no Festival Nacional Nossa Arte, em Tocantins, ficando em quarto lugar na música; no Beto Carreiro World, em Santa Catarina, ficou em terceiro lugar; e em Bento Gonçalves ficou em terceiro lugar nacional também. Muito obrigado! Bom-dia a todos e boa festa.

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Agradecemos a participação e pedimos mais uma salva de palmas para a Fanfacongo, da Apae de Cariacica. **(Palmas)**

É convidado a compor a Mesa o Fábio Luiz, subsecretário de Estado de Esportes, representando o Governo do Estado do Espírito Santo. **(Pausa)**

(Toma assento à Mesa o referido convidado)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Neste instante, assistiremos a dois vídeos que servirão como retrato da realidade vivenciada pelos paratletas. O segundo vídeo é de autoria da equipe do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, após uma visita feita ao projeto desenvolvido no Ifes. **(Pausa)**

(São exibidos os vídeos)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido para fazer uso da palavra o Senhor Deputado Rodrigo Coelho, proponente desta sessão.

O SR. PRESIDENTE – (RODRIGO COELHO – PT – Sem revisão do orador) – Estou feliz da vida por conta desta sessão solene, por estar compartilhando este momento com vocês, e também por ter tido a honra de ter sido escolhido por vocês para propor esta sessão solene. É uma alegria muito grande, inenarrável.

Agradeço primeiramente aos meus colegas, amigos queridos. Agradeço ao Senhor Deputado Amaro Neto, presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Assembleia Legislativa. Vocês podem ir a S. Ex.^a também, pois é um amigo do esporte,

sensível ao trabalho de vocês. Tenho certeza absoluta de que, juntos, conseguiremos fazer muito, nem que seja um alerta. Agradeço ao Senhor Deputado Marcos Bruno, meu querido amigo, presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa, que também é extremamente sensível. S. Ex.^a é envolvido familiarmente nessa causa. Estamos com dois colegas, somos três deputados que só estamos aqui porque acreditamos em vocês. E não é por caridade, por sentimento, por piedade. Esta sessão tem três objetivos. O primeiro é mostrar que não tem nada que nos faça uns melhores que os outros. Não é o fato de sermos diferentes que faz com que as outras pessoas possam nos olhar com piedade, caridade, como se fôssemos menos capazes do que os outros. Vocês são provas extraordinárias disso. **(Palmas)**

O segundo motivo é para solenizar depois do oba-oba. Porque quando vocês votam dos jogos Parapan-americanos, das Paraolimpíadas é *flash*, todo mundo olha, todo mundo bate palmas. Passou o *flash*... ninguém lembra mais. Cai no esquecimento.

Então, precisamos fazer fora do momento do oba-oba para lembrar: *olha, gente, lembra aquela cara, aquela moça que foi campeã? Está aqui ainda, está passando dificuldade*. Imaginem ouvirmos uma campeã falar que precisa de tênis para treinar, gente! Aqui entre nós, estamos perdendo oportunidade.

Terceiro motivo: Pergunto a vocês, se vinte e três por cento da população tem alguma deficiência, e se todos os outros que quando veem o quão extraordinários vocês são no esporte, são o mercado de consumo, quem não vai querer associar sua marca à superação, à eficiência, ao resultado positivo patrocinando vocês? Só que precisamos mostrar. Se eu contar para alguém, não vale, não adianta, porque só eu estou contando. Por isso fizemos esse vídeo, Luiz Cláudio, esse vídeo é caseiro.

Agradeço a nossa equipe: ao Marron, que filmou; ao Leandro que roteirizou, filmou e aprendeu a editar para editar esse vídeo. As pessoas se envolveram com isso. A Luciana preparou com carinho, diagramou esse material. O Edmilson articulou toda essa atividade que estamos fazendo aqui, o nosso envolvimento. A Eni nos deu suporte no gabinete o tempo inteiro. Porque se não o fazemos administrativamente, não sai nada disso.

Entregaremos um DVD desses para cada homenageado, para que busquem patrocínio com cartão de visita; para que mostrem o trabalho de vocês com cartão de visita. Para que as pessoas não saibam de ouvir falar, mas que vejam as condições.

Tudo foi filmado no Ifes, onde vocês treinam, com vocês que são os atores principais, as atrizes principais. É extremamente emocionante quando vemos o que vocês precisam superar. Não é a deficiência que vocês precisam superar, de mais difícil. O mais difícil é superar a invisibilidade social para a qual vocês são jogados. Porque a pista não é melhorada, o tênis não é comprado. O equipamento é porque temos um guerreiro, um padrinho do

paradesporto, o professor Luiz Cláudio, que fica lá lutando, chamando a gente, levando projeto de pesquisa, criando tecnologia nova. Todo mundo fica babando quando vê um homem com o exoesqueleto dando um chute – um paraplégico dando um chute na Copa. Ninguém considera que tem colaboração capixaba. Ninguém considera que tem uma colaboração de um laboratório que é debaixo da arquibancada.

Imaginem se esse povo tivesse estrutura? Chegamos ao primeiro lugar nos jogos Parapan-americanos quase que com o dobro de medalhas do segundo, do jeito que estamos aqui. Imagina se tivesse estrutura? Você quer falar que sua marca, seu produto gera superação? Você precisa de um ícone para mostrar superação? Você pode escolher aqui. Feche o olho e aponte. Onde seu dedo apontar você escolhe e usa como garoto-propaganda. Não tem nenhum segmento que tenha essa versatilidade, de tão eclético quanto é. Tem corredor, arremessador, lutador, nadador, tem de tudo aqui. Tem atletas de ponta que não estão *rankiados* melhor porque não conseguem competir em competição internacional. Têm tempo para fazer, os treinamentos mostram que têm tempo para estarem no topo do *ranking*, mas não estão no topo do *ranking* porque não conseguem competir. Não conseguem competir porque não têm dinheiro para passagem, para estadia, para alimentação.

Errados não estão eles, mas nós, que perdemos oportunidades de vender nossos produtos e de estimular nossos atletas. Esses homens e mulheres são exemplo para todas as pessoas que têm uma deficiência e que no momento que a contrai, porque nem todo mundo nasce com ela, acha que a vida acabou. Muita gente sofre acidente, perde um pedaço do corpo e acha que a vida acabou. Esses homens e mulheres podem ser estímulo para essas pessoas perceberem que existe outro jeito de viver a vida. Isso não é poesia, mas contribuição para o ser humano. Essa inspiração pode transformar a vida de outras pessoas. É nisso que acredito. É por isso que me propus a fazer esta sessão solene. Acredito plenamente que vocês são agentes de transformação da vida de muitas pessoas com o exemplo que dão. Só posso destinar a vocês duas palavras: Parabéns e obrigado.

Não cumprimentei a Mesa toda, mas se sintam todos cumprimentados. Fiquei emocionado e acabei pulando, mas agradeço muito ao Luiz Claudio Locatelli Ventura, professor de Educação Física, doutor em Ciência do Movimento Humano e padrinho do paradesporto. Cumprimento também a gigante Katinha. Você viu que fiz a postagem, não é Fábio Luiz? Tiramos uma foto do Fábio Luiz e da Katinha. Em tamanho, duas Katinhas devem dar o Fábio Luiz, mas acho que ele não aguenta competir com ela na ultramaratona. Colocamos: *Encontro de gigantes*. É isso que extrata perfeitamente a superação da nossa querida Katinha. Agradeço ao

Fábio Luiz, incentivador que nos orgulha na Secretaria de Esporte do Estado do Espírito Santo. Agradeço ao Governo do Estado essa atenção que vem dar e que o Governo do Estado pode nos dar, é importante para desenvolvermos o paradesporto.

Cumprimento nosso amigo vereador de Vila Velha, Neldson Mamãe. Desse jeito é difícil não votar no cara: *Vota na Mamãe*. Quem não vota na Mamãe? O bicho é danado. É covarde. Pega de um jeito...

Cumprimento toda nossa equipe, pois já falei do meu carinho, alegria e orgulho, cumprimentando o Edmilson, que compõe a Mesa conosco.

Boa sessão a todos. Sei que falei demais. Muito obrigado mais uma vez. **(Muito bem!)** **(Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – É convidado a fazer uso da palavra o professor Luiz Claudio Locatelli Ventura, padrinho do paradesporto capixaba, professor de Educação Física da Prefeitura Municipal de Vitória, doutor em Ciência do Movimento Humano, treinador e grande incentivador do paradesporto.

O SR. LUIZ CLAUDIO LOCATELLI VENTURA – (Sem revisão do orador) – Bom-dia, Senhores Deputados, autoridades, cidadãos presentes e nossa família do paradesporto. O pessoal está fazendo brincadeira com padrinho. Esquece esse negócio de padrinho, pois todos nós fazemos um trabalho de parceria. O coração está batendo forte igual ao do Deputado Rodrigo Coelho. Mas essa parceria realmente é o que vem transformando nossas ações. Tenho uma grande parceira no projeto, a Eugênia, que está sentada lá atrás, muito simples e muito tranquila. É funcionária da Casa, uma participante.

Edmilson, você é inenarrável. Poderia ter sido secretário de Esporte do município de Vitória, mas por causa de política, as questões são políticas, mas merecia muito de ser secretário de Esportes de Vitória. Tenho certeza de que com a luta que faz por nós, votaríamos com certeza em todos os candidatos que lutassem por nós. E, Edmilson, você é mais um parceiro como os Deputados aqui presentes, o vereador, o secretário de Esportes e o pessoal do Governo do Estado.

A parceria da qual vim falar, a parceria das empresas, da iniciativa privada, citando por exemplo três empresas muito parceiras: Águia Branca, Time-Now Engenharia, Visel. Outras parceiras estão presentes, e acredita realmente no Paradesporto. A prefeitura de Anchieta, por exemplo, está com grande número de paratletas. De dois anos para cá, transformou a vida de muitas pessoas em condição de deficiência no sul do Estado. Estão começando a brotar outros projetos no norte do Estado.

Essa parceria vai cada dia mais agregando pessoas à causa. Então, vou falar mais o quê? O

vídeo que a equipe do Deputado Rodrigo Coelho fez não deixa dúvidas, ganha quem investir na causa. Ano que vem vocês se lembrarão do que estou dizendo, quando começar a subir as Bandeiras do Brasil no Rio 2016, na Paraolimpíadas, e tenho certeza de que irão às lágrimas como muitas eu fui de orgulho desses nossos paratletas. Eles não aprendem nada comigo, eu aprendo com eles. Eu aprendo, nós aprendemos com eles.

O Deputado Rodrigo citou que um quarto da população tem algum tipo de deficiência. Então existe uma oportunidade. Em tempos de crise existe uma oportunidade, se tem limão, vamos fazer limonada. Isso realmente importa quando vocês verificarem que a Bandeira vai subir - farei uma profecia, vou tentar prever o futuro - talvez muitas vezes mais do que um esporte olímpico, o esporte paralímpico irá ter medalha de ouro, de prata, de bronze, de orgulho; porque a melhor medalha é a medalha do orgulho no peito. Não é a cor da medalha, o peso, mas, o dever cumprido é a nossa grande medalha.

Poder público, iniciativa privada, por favor, apoiem essas pessoas porque vale a pena mesmo!

Agradeço a todos essa homenagem feita neste plenário. Alguns serão homenageados por uma questão de protocolo, mas sintam-se todos homenageados; os atletas-guias que deixam de fazer a carreira olímpica e estão lá ajudando no paralímpico, aquelas pessoas, por exemplo, a Polícia Militar do Espírito Santo, com algumas pessoas que vão lá, o pessoal do Exército, o pessoal da Marinha, o pessoal das assessorias esportivas, aqueles grupos de corrida que vão lá e servem de apoio para nós.

Então só tenho a agradecer a todos essa grande oportunidade de viver nesse ambiente de superação. Muito obrigado a todos! **(Muito bem!) (Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – É convidado a fazer uso da palavra o Senhor Deputado Marcos Bruno, presidente da Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O SR. MARCOS BRUNO – (REDE – Sem revisão do orador) – Para ser breve nas palavras, cumprimento a Mesa em nome da atleta e maratonista Katinha, e assim estendo o cumprimento todos demais componentes da Mesa desta importante sessão.

Com muita alegria, com muita satisfação assomo a esta tribuna para fazer referência e elogio pessoal ao proponente desta sessão, Senhor Deputado Rodrigo Coelho. Os que vêm à Assembleia Legislativa pela primeira vez não sabem que cada Deputado Estadual tem apenas duas datas ao longo do ano para trabalhar e escolher um tema que julgue de grande importância para a sociedade e para o Poder Legislativo do Estado do Espírito Santo.

Dizia ao Senhor Deputado Amaro Neto que

todo dia aprendemos um pouco com o Senhor Deputado Rodrigo Coelho pela sua inteligência, dedicação, sensibilidade e pelo respeito que tem com seus pares, nesta Casa de Leis.

De forma bastante emocionada vejo, nesta Casa, atletas e pessoas importantes para a sociedade capixaba, que transformaram uma pequena e simples deficiência, uma vontade, uma força de superação que ajudou a transformar o estado do Espírito Santo e o nosso país em uma das maiores potências do esporte paraolímpico internacional.

O Senhor Deputado Rodrigo Coelho disse muito bem que, mesmo com todas dificuldades, temos mesmo que nos unir e ajudar. Trazer a sessão em momento pós-parapan, paraolimpíada, mexe com a gente. Vemos vários prefeitos, vários políticos em todo o país, assim que os atletas chegam com medalhas, são *flashes* e mais *flashes*, isso Senhor Deputado Rodrigo Coelho, aprendemos muito com V. Ex.^a.

Aos atletas que nesta manhã serão homenageados digo que quando somos homenageados, ganhamos algo, às vezes esquecemos de agradecer primeiro a Deus, mas também às pessoas que nos deram força nos momentos de maior dificuldade.

Então, quem está nesta Casa hoje e receberá uma justa homenagem, de repente a mãe, o pai, o melhor amigo não está presente; portanto, não se esqueçam ao chegar em casa peguem o telefone e falem: muito obrigado! Vocês são orgulho para o estado do Espírito Santo, para este parlamento e para o povo brasileiro. Parabéns a todos e que Deus os abençoe. **(Muito bem!) (Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) - Neste momento fará uso da palavra o Senhor Deputado Amaro Neto.

O SR. AMARO NETO – (PPS – Sem revisão do orador) – Bom-dia a todos! Na figura do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, cumprimento os membros da Mesa.

Parabenizo cada um de vocês atletas e, como o professor Luiz Claudio Locatelli falou, também as pessoas que de maneira direta ou indireta contribuem para o desenvolvimento do paradesporto no estado.

Parabenizo também o Senhor Deputado Rodrigo Coelho, porque foi impressionante o que vi aqui. S. Ex.^a falou que era um vídeo caseiro, que foi algo feito com muito carinho pela sua assessoria. Trabalho em televisão. Conversei com S. Ex.^a e disse: o vídeo pode ser feito até com um celular, mas o principal ali, retratando a dificuldade e a superação de cada um de vocês foi sensacional e emocionante. Emocionante quando vejo alguns aspectos que passam batido para nós, sociedade. Coisas que podemos de uma forma ou outra, contribuindo, indo lá, dando força ou até mesmo nosso papel como deputado estadual, tentando em alguma condição contribuir com o Governo do Estado, com as

prefeituras ou até mesmo com esta Casa de Leis, para o desenvolvimento do paradesporto.

Vi a breve história de cada um de vocês nesse vídeo e dá vontade de conhecer um pouco mais, porque cada um tem uma história de superação; cada um tem uma história de determinado momento ter parado, visto que não tinha luz no fim do túnel, e buscou no esporte essa superação.

Na Comissão de Turismo e Desporto fizemos uma indicação ao Governo do Estado – o nosso subsecretário de Esporte, senhor Fábio Luiz está presente - para que o Governo possa ter uma gerência, um núcleo voltado para o paradesporto.

O campeão Fábio Luiz mostra como é importante o esporte na vida de cada um de nós e ainda mais na vida dessas pessoas que de uma forma ou de outra buscaram numa modalidade esportiva sua superação.

O que o Senhor Deputado Rodrigo Coelho falou é verdade. Qual marca, empresa ou pessoa que não gostaria de se associar a esse modelo de superação, que é o modelo do paradesporto?

Coloco à disposição a Comissão de Turismo e Desporto, mais uma vez, para que de uma forma ou de outra possamos contribuir com o esporte no Espírito Santo e também com o paradesporto.

Peço licença aos senhores para me ausentar, porque daqui a pouquinho precisarei estar na televisão. Porém, queria estar presente para dar um abraço a todos e ver de perto esse trabalho sensacional feito pelos senhores e parabenizar, mais uma vez, o nosso colega Senhor Deputado Rodrigo Coelho pela sessão maravilhosa e pela homenagem digna a todos vocês.

Obrigado e que Deus abençoe a todos.
(Muito bem!) (Palmas)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Fará uso da palavra o senhor Fábio Luiz, subsecretário de Esporte, representando o Governo do estado do Espírito Santo.

O SR. FÁBIO LUIZ - (Sem revisão do orador) – É um prazer enorme estar nesta Casa com os senhores. Parabenizo os nossos deputados, o professor Luiz Claudio Locatelli Ventura. É muito importante estar nesta Casa não só em nome do Governo. Hoje, não quero falar só como subsecretário de Esporte, mas como Fábio Luiz, atleta olímpico, medalha de prata nas Olimpíadas de Pequim.

Fazer esporte no Espírito Santo e no Brasil não é fácil. O desporto precisa mudar, e mudar muito a nossa cultura, o jeito de pensar e as parcerias. Por isso é muito importante esta Casa abraçar a causa do paradesporto e do desporto também, pois estão entrelaçados.

Mas ser medalhista olímpico não é fácil. Todos passamos por dificuldades. Tenho acompanhado desde que entrei para o Governo que

não é fácil fazer o paradesporto, não tem sido fácil. A luta de vocês tem sido acompanhada pelo Governo.

Passaram-se quatro anos e o que foi deixado para o paradesporto? O que foi criado? Nada. Essa é minha preocupação como atleta. Temos que criar um legado. Preocupa-me não termos uma pista, uma piscina olímpica. Não temos condições de trabalhar, de treinar, de trazer mais atletas para nosso nível. Isso me preocupa como atleta e hoje como subsecretário de Esporte. Temos que estar sempre conversando, deputado, dialogando e buscando parcerias. Temos que criar um legado e que possa ser permanente.

O Governo tem treze atletas bolsistas do programa Bolsa Atleta. Poderíamos ter muito mais. Temos duzentos atletas no programa Campeões do Futuro e quatrocentas crianças atendidas pelo Governo. Podemos aumentar muito mais. Temos que criar essas oportunidades.

Estamos mandando agora uma equipe para os Jogos Escolares, as Paralimpíadas Escolares. Então, estamos mudando, o Governo está mudando o seu conceito. Estamos nos aproximando.

Hoje, deputado, estamos direcionando uma pessoa, um funcionário nosso que ficará responsável pelo paradesporto. Já foi selecionado e ele é de dentro da Secretaria de Esporte. Marcaremos uma reunião com todos os segmentos do paradesporto, porque nada melhor que vocês para entenderem as reais necessidades do paradesporto.

Preocupo-me muito com cada modalidade. Todos sabem que fui medalhista pelo vôlei de praia, mas no esporte cada modalidade é diferente. Então, preciso aprender e participar de todas elas.

Estou fazendo parte de uma grande equipe de pessoas que se preocupam com o esporte e não com a politicagem que foi feita ao longo dos anos. Isso estou falando como Fábio Luiz, atleta. Estou colocando meu nome nisso.

A minha luta hoje na Secretaria de Esporte do governo, assim como tenho conversado com o nosso governador, apesar de toda a crise que vocês têm acompanhado, e que não é fácil, a luta é pelo esporte. É uma crise, e vocês têm acompanhado, que vem massacrando os brasileiros, principalmente a classe esportiva.

Estamos às portas das olimpíadas e poderíamos estar com muito mais representantes na olimpíada, na paralimpíada e por que não estamos? Porque nada foi criado. As pessoas me perguntam como estará o Espírito Santo na olimpíada de 2016.

O meu planejamento é para 2020 e 2024. As pessoas não entendem isso. O ciclo olímpico, deputado, não é de quatro anos e sim de oito, dezesseis anos. É isso que quero deixar dentro da Secretaria do Estado. É isso que o planejamento do governo hoje: criar um legado para o desporto e paradesporto, construir. Secretários entram e saem, mas esse legado vai se manter para o resto da vida esportiva de todos vocês.

A crise afeta todos nós, mas falo sempre com

o nosso governador que nós, atletas, vivenciamos a crise no dia a dia. A falta de patrocínio é constante em nossas vidas, a falta de apoio e até mesmo a falta de uma mão para ajudar. Não é fácil ser atleta, mas o que o povo capixaba e brasileiro tem que aprender com os atletas, deputado, é que não devemos desistir nunca. Esse é o diferencial do paradesporto e do desporto. Esse é o diferencial de cada esportista aqui. A crise veio, vai sumir, vai voltar. Agora, o coração de atleta, a determinação que temos e melhor, os valores do esporte, esses, sim, nunca vão se apagar!

Parabenizo todos vocês e o deputado por esta sessão. Nós, do governo, estamos à disposição de vocês na Secretaria de Esporte. Estou à disposição e faço o meu convite para que todos possam participar de reuniões e lutar pelo paradesporto, porque essa luta não é só de vocês. É uma luta minha pessoal como atleta, minha como subsecretário, minha como - fico até emocionado - ser humano. Lutar pelo esporte, faço isso desde os doze anos de idade mesmo não sendo mais um atleta de competição. Vou morrer lutando pelo esporte. Parabéns a todos! **(Muito bem!)** **(Palmas)**

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – É convidada a fazer uso da palavra a recordista de maratonas e ultramaratonas, representando os atletas do paradesporto capixaba homenageados no dia de hoje, a atleta Kátia Cristina Antônio.

A SR.^a KÁTIA CRISTINA ANTÔNIO – (Sem revisão da oradora) – Bom-dia a todos! Tivemos que adaptar, pois a altura não permite. Agradeço primeiramente a Deus, ao nosso querido Deus, autor e consumidor da nossa fé, e que nos proporcionou este momento e nos permitiu estarmos presentes hoje. Agradeço também aos meus familiares que estão presentes e a todos que vieram prestigiar esse momento tão bonito para o paradesporto capixaba.

Também quero fazer um agradecimento muito especial à Time-Now Engenharia, que tem proposto a oportunidade de podermos avançar o paradesporto capixaba. Com todo carinho, agradeço à Mesa também e, mais uma vez, a todos os capixabas que estão representando; ao professor Carlos Henrique Gusmão e esposa; e à Delza Andrade que, de maneira direta e indireta, tem proporcionado o paradesporto capixaba juntamente com o nosso querido treinador Luiz Claudio Locatelli Ventura, um professor que tem se dedicado com todo carinho e com todo amor à oportunidade de vivenciar o paradesporto capixaba. Agradeço a todos. Obrigada! **(Muito bem!)** **(Palmas)**

O SR. PRESIDENTE – (RODRIGO COELHO - PT) – Antes de dar prosseguimento, Luiz Claudio Locatelli Ventura, por sugestão até do Senhor Deputado Amaro Neto, estamos conversando

e tratando com o Fábio Luiz, porque falamos muito e precisamos sair com um gesto concreto. Em novembro, votaremos o orçamento do Estado. Todos os deputados têm um volume de emendas livres para aplicar, e o Senhor Deputado Amaro Neto, eu e o Senhor Deputado Marcos Bruno vamos destinar um valor das nossas emendas para a Secretaria de Esportes, exclusivamente, para compra de material esportivo para o paradesporto capixaba. **(Palmas)**

Vamos tentar outros colegas deputados porque falaremos de outros problemas, e o material esportivo não será problema mais. Vamos tentar fazer isso e que não seja mais um problema, porque colocaremos o recurso. Quando formos brigar por patrocínio, iremos solicitar outras coisas, porque essa é uma forma de fazermos com que a destinação de emenda construa política pública, porque, senão, a emenda vira uma colcha de retalhos. Assim, faremos política pública.

O Senhor Deputado Amaro Neto concordou, e vocês não estão vendo S. Ex.^a aqui porque daqui a pouco o veremos na televisão, e o Senhor Deputado Marcos Bruno também concordou e estamos todos de acordo. Portanto, há um gesto concreto da nossa sessão solene para o paradesporto capixaba.

Devolvo a palavra ao cerimonialista.

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Ato de grande importância nesta sessão, neste momento, daremos início à entrega das homenagens.

O SR. PRESIDENTE – (RODRIGO COELHO - PT) – Peço ao Senhor Deputado Marcos Bruno que façamos todas as entregas juntos.

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Os homenageados que estiverem com os familiares presentes, podem convidar todos para tirar foto e receber a homenagem junto. Os homenageados passarão pelo corredor e virão até à frente para receber a homenagem.

Convido a atleta Kátia Cristina Antônio para, de acordo com a Resolução n.º 4.116, receber a Comenda do Mérito Esportivo *José de Anchieta Fontana* das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

A Kátia Cristina Antônio é recordista de maratonas e ultramaratonas e representa os atletas do paradesporto capixaba.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o Senhor Luiz Claudio Locatelli Ventura para, de acordo com a Resolução n.º 4.117, receber a Comenda do Mérito Esportivo *José de Anchieta Fontana* das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O Senhor Luiz Claudio Locatelli Ventura é professor de educação física da prefeitura municipal de Vitória e doutor em ciência do movimento humano. É treinador e grande incentivador do paradesporto capixaba.

(Procede-se à entrega da Comenda)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Neste momento daremos início às entregas de placas alusivas ao trabalho desenvolvido em favor do paradesporto do Espírito Santo aos homenageados.

Convido o senhor Dácio Ferreira, representante do Grupo Águia Branca, para receber a placa das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O senhor Dácio Ferreira é apoiador do paradesporto e diretor de relações estratégicas da Águia Branca.

(O homenageado recebe a placa)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor Ronaldo Pereira para receber a placa das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O senhor Ronaldo Pereira é pioneiro na área, apoiador e padrinho do paradesporto do sul do Estado.

(O homenageado recebe a placa)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Carlos Henrique Gusmão para receber a placa das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

Carlos Henrique Gusmão é ultramaratonista, apoiador e técnico de atletismo do paradesporto.

(O homenageado recebe a placa)

O SR. CERIMONIALISTA – (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor Luís Antônio Silva para receber a placa das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O senhor Luís Antônio Silva é coordenador do projeto no Ifes e grande apoiador do paradesporto.

(O homenageado recebe a placa)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor Martoni Sampaio para receber a placa das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O senhor Martoni Sampaio é técnico de basquete de cadeira de rodas e apoiador do paradesporto.

(O homenageado recebe a placa)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) - Passaremos à entrega dos certificados aos homenageados indicados pelos Senhores Deputados.

Convido o senhor Luiz Carlos Benedito de Oliveira, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Marcos Cruz Santos, homenageado do Senhor Deputado Amaro Neto, para receber o certificado das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno, e do assessor Fábio Vasco. **(Pausa)**

Marcos Cruz Santos foi campeão dos jogos escolares, em 2011, em São Paulo, nas provas de 200 e 400 metros rasos. Realiza provas de 800, 1.500 e 5.000 metros na categoria T12, para competidores de baixa visão.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor Arlan Vieira dos Santos, presidente da Federação Espírito-Santense das Pessoas com Deficiência, homenageado do Senhor Doutor Hércules, para receber o certificado das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno, e do assessor Gabriel Fraga. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor João Luiz Salles, homenageado do Senhor Euclério Sampaio, para receber o certificado das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O senhor João Luiz Salles participa do projeto de natação do Clube Álvares Cabral e do projeto de atletismo no Instituto Federal do Espírito Santo.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Daniel de Souza Brito, homenageado da Senhora Deputada Janete de Sá, para receber o certificado das mãos do Senhor Deputado Rodrigo Coelho e do vereador Mamãe, de Vila Velha. **(Pausa)**

Daniel de Souza Brito ficou em primeiro lugar em arremesso de peso e em segundo lugar em arremesso de dardo.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a atleta Jessica Silva Santana, homenageada do Senhor Deputado Marcos Bruno, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Rodrigo Coelho. **(Pausa)**

Jessica Silva Santana é atleta de basquete em cadeira de rodas. Foi homenageada com o prêmio Melhores do Esporte Espírito Santo em 2014, e terceiro lugar no Parapan-americanos Toronto 2015.

(A homenageada recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido os senhores Márcio José da Silva e Romilda Mendes da Silva para receberem, em nome do filho de S. S.^{as}, Daniel Mendes, homenageado do Senhor Deputado Padre Honório, o certificado das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno. **(Pausa)**

O atleta Daniel Mendes foi medalhista no Mundial de Christchurch, Nova Zelândia, e medalhista no Parapan do México nos cem, duzentos e quatrocentos metros rasos, batendo o recorde mundial e consagrando-se como o primeiro cego abaixo dos cinquenta segundos.

(Os convidados recebem o certificado em nome do homenageado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Waldir Alvarenga Junior, o Tião, homenageado do Senhor Deputado Sandro Locutor, para receber o certificado das mãos dos Senhores Deputados Rodrigo Coelho e Marcos Bruno, do chefe de gabinete Paulo Roberto e do atleta Duda. **(Pausa)**

Tião, como é conhecido Waldir Alvarenga Junior, participa do projeto de natação paraolímpico há sete anos. Foi três vezes eleito o melhor atleta do ano pelo estado do Espírito Santo.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Ian Carlos de Oliveira dos Santos, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Ian Carlos de Oliveira dos Santos é campeão mundial escolar, classe 47. Foi quinto lugar nos cem metros (12''15) e quarto lugar nos duzentos metros (24''67), em Sheffield, na

Inglaterra.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Sinvaldo Pereira da Silva, pentacampeão brasileiro no salto em distância, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Mario Júnior de Freitas Correia, bicampeão Brasileiro no lançamento de dardo, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Ernesto Epifânio Mendonça, hexacampeão Brasileiro no salto em altura, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a senhora Tatiane Bazone para receber, em nome da atleta Renata Bazone, homenageada do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Renata Bazone é tricampeã brasileira nos 800 metros rasos (Classe T11) – medalha de prata no Parapan de Toronto de 2015.

(A convidada recebe o certificado em nome da homenageada)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Lúcio Mauro Crizanto, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Lúcio Mauro Crizanto é tricampeão

brasileiro no lançamento do dardo, tricampeão brasileiro no salto em altura, e campeão Parapan-americano na Argentina.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a atleta Helba Aparecida Borges, homenageada do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Helba Aparecida Borges é tetracampeã brasileira no lançamento de disco, tricampeã brasileira no arremesso de peso e bicampeã no Parapan-Americano na Argentina.

(A homenageada recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Fernando Martins, campeão Circuito Brasil Paralímpico e atleta-guia, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Luiz Gustavo Andrade Ventura, bicampeão do Circuito Brasil Paralímpico, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Hudson Renato de Paula, bicampeão do Circuito Brasil Paralímpico e pesquisador paralímpico, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor Luiz Eduardo de Oliveira Neves, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos

Bruno. **(Pausa)**

O senhor Luiz Eduardo de Oliveira Neves é atleta-guia e treinador 2010-2013, atleta-guia Ifes, auxiliar do professor Luiz Claudio e auxiliar técnico da seleção capixaba 2015. É técnico e atleta-guia contratado da Prefeitura de Anchieta.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Edson Moreira Benevides Junior, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Edson Moreira Benevides Junior é paratleta desde 2013, deficiente visual T11, campeão estadual 200/400 em 2014 e 2015, vice-campeão Copa São Paulo 100 metros 2014/2015 e terceiro lugar regional Caixa 2014 e 2015.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Vanderly de Athaides Loyola, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Vanderley de Athaides Loyola é campeão estadual T11 nas provas de dardo, peso e disco, terceira melhor marca do Brasil no lançamento de dardo 2015 e segundo colocado no regional Caixa.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o senhor José Cassimiro do Nascimento Filho, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

José Cassimiro do Nascimento Filho é professor do projeto Esporte Total 2013 – 2015, e também técnico dos paratletas Edson Moreira Junior e Wanderli.

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a atleta Zilda Vieira, recordista mundial máster paralímpica, homenageada do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(A homenageada recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta Jefferson Vasconcelos Duque, recordista estadual de fundo, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido a atleta Elizabeth Mutz, homenageada do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

Elizabeth Mutz é campeã da Copa Brasil de Atletismo e presidente do Instituto Braille do Espírito Santo.

(A homenageada recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Convido o atleta João Alves dos Santos, campeão brasileiro de pentatlo paralímpico, homenageado do Senhor Deputado Rodrigo Coelho, para receber o certificado das mãos de S. Ex.^a e do Senhor Deputado Marcos Bruno. **(Pausa)**

(O homenageado recebe o certificado)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Encerradas as homenagens, convidamos todos para assistirem à apresentação do senhor Wagner Santana Rodrigues, em libras, com a música A Paz, do grupo Roupas Nova.

(É feita a apresentação)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Agradecemos a brilhante apresentação.

Antes dos ritos finais de encerramento desta sessão, assistiremos a um pequeno vídeo oficial do Parapan de Toronto em que o Brasil foi campeão, como homenagem aos paratletas presentes, exemplo de superação para todos nós.

(É exibido o vídeo)

O SR. CERIMONIALISTA - (FRANCIS TRISTÃO) – Após esse brilhante vídeo em homenagem ao paradesporto do estado do Espírito Santo, passo a palavra ao Senhor

Deputado Rodrigo Coelho, proponente da sessão e presidente da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE - (RODRIGO COELHO - PT) – Tinha considerações finais a fazer, mas tudo que tinha que ser dito já foi dito e vivenciado. Agradeço à equipe do nosso cerimonial, porque as placas de vocês chegaram ao aeroporto às 6h e eles estavam de prontidão para recebê-las. Então, foi muito empenho, muita dedicação e todos se envolveram muito. Ao Francis Tristão, Mara Medeiros, Giovana Lovatti e Cleuma Mota Belo, nosso muito obrigado.

Não acontece uma sessão dessa só porque o deputado quer. Muita gente contribui. Mais uma vez agradeço a nossa equipe e a todos os trabalhadores da Assembleia, todos que colaboraram conosco para registrar este momento tão rico para muita gente, inclusive, para nós.

Agradeço aos intérpretes de Libras, Elivane da Silva Santos e Wagner Santana Rodrigues, que vieram de Cachoeiro de Itapemirim, voluntariamente, para fazerem esse momento conosco. É uma pena que a Assembleia não tenha intérprete de Libras para todas as solenidades da Casa. É uma pena que não tenhamos condições de transmitir, por não estarmos preparados, na TV Ales todas as sessões com intérpretes de Libras, mas é do nosso ensinamento, pois vamos aprendendo com o tempo.

Aos atletas e homenageados com deficiência visual, peço perdão porque nossos certificados não são impressos em Braille, mas vocês conhecem nossas dificuldades também e não é tudo do jeito que queremos. Mas levem no coração o carinho e respeito pela nossa homenagem. É importante demais o que vocês fazem como exemplo, assim como disse no início, pois motivam pessoas que têm alguma deficiência e se tornam exemplo podendo transformar a vida delas.

Agradeço aos Senhores Deputados Marcos Bruno e Amaro Neto e a todos vocês.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão. Antes, porém, convoco os Senhores Deputados para a próxima, ordinária, dia 26 de outubro de 2015, para a qual designo

EXPEDIENTE:

O que ocorrer.

ORDEM DO DIA: anunciada na nonagésima sétima sessão ordinária, realizada em 21 de outubro de 2015.

***Encerra-se a sessão às onze horas e vinte e sete minutos.**

HORÁRIO E LOCAL DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, SERVIÇO PÚBLICO E REDAÇÃO
Dia: terça-feira
Horário: 13h30min
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, ORÇAMENTO, FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E TOMADA DE CONTAS
Dia: segunda-feira
Horário: 13h30min
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DE DESENVOLVIMENTO URBANO E REGIONAL, DE MOBILIDADE URBANA E DE LOGÍSTICA
Dia: segunda-feira
Horário: 10h
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE SEGURANÇA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO
Dia: segunda-feira
Horário: 11h
Local: Plenário “Dirceu Cardoso”
COMISSÃO DE CULTURA E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Dia: terça-feira
Horário: 9h
Local: Plenário “Deputada Judith Leão Castelo Ribeiro”
COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO
Dia: segunda-feira
Horário: 9h
Local: Plenário “Deputada Judith Leão Castelo Ribeiro”
COMISSÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO
Dia: terça-feira
Horário: 9h
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Dia: segunda-feira
Horário: 9h
Local: Plenário “Deputada Judith Leão Castelo Ribeiro”

COMISSÃO DE POLÍTICA SOBRE DROGAS
Dia: terça-feira
Horário: 10h
Local: Plenário “Deputada Judith Leão Castelo Ribeiro”
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
Dia: terça-feira
Horário: 11h
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE
Dia: segunda-feira
Horário: 12h30min
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
Dia: terça-feira
Horário: 12h30min
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, INCLUSÃO DIGITAL, BIOSSEGURANÇA, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ENERGIA, GÁS NATURAL, PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS
Dia: terça-feira
Horário: 12h30min
Local: Plenário “Deputada Judith Leão Castelo Ribeiro”
COMISSÃO DE AGRICULTURA, DE SILVICULTURA, DE AQUICULTURA E PESCA, DE ABASTECIMENTO E DE REFORMA AGRÁRIA
Dia: terça-feira
Horário: 10h
Local: Plenário “Rui Barbosa”
COMISSÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
Dia: segunda-feira
Horário: 13h
Local: Plenário “Deputada Judith Leão Castelo Ribeiro”



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA-GERAL

PAULO MARCOS LEMOS

Diretor-Geral

CARLOS EDUARDO CASA GRANDE

Secretário-Geral da Mesa

JULIO CESAR BASSINI CHAMUN

Procurador-Geral

FABIANO BUROCK FREICHO

Secretário de Gestão de Pessoas

MARCELO BOZIO MONTEIRO

Secretário de Comunicação Social

RAULINO GONÇALVES FILHO

Chefe de Gabinete da Presidência

INGRID DE OLIVEIRA SOARES

Subdiretora-Geral

PAULO DA SILVA MARTINS

Subprocurador-Geral

DIRETORIAS LEGISLATIVAS

MARCELO SIANO LIMA

Diretor das Comissões Parlamentares

MARCUS FARDIN DE AGUIAR

Diretor de Processo Legislativo

RICARDO WAGNER VIANA PEREIRA

Diretor de Redação

JOÃO PAULO CASTIGLIONI HELAL

Diretor da Procuradoria

MARILUCE SALAZAR BOGHI

Diretora de Taquigrafia Parlamentar

JONSTON ANTÔNIO CALDEIRA DE SOUZA JÚNIOR

Diretor de Tecnologia da Informação

ADRIANA DOS SANTOS FERREIRA FRANCO RIBEIRO

Diretora de Documentação e Informação

JORGE ANTÔNIO FERREIRA DE SOUZA

Diretor da Consultoria Temática

LUIZ ANTONIO ROMEIRO IANNUZZI

Diretor de Infraestrutura e Logística

LUIS CARLOS GIUBERTI

Diretor de Segurança Legislativa

JANAÍNA DO NASCIMENTO VALOIS

Diretora de Finanças

DANIELA RAMOS NOGUEIRA FARIA

Diretora de Controle Interno